



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DINTER EM CIÊNCIA POLÍTICA

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO:

medições, associações, causa e efeito

Proponente: Romanul de Souza Bispo

Orientador: Cleber Batalha Franklin

Boa Vista

Maio de 2015

ROMANUL DE SOUZA BISPO

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: medições, associações, causa e efeito

Tese de Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, na Linha de Pesquisa Instituições Políticas, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Boa Vista

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Bispo, Romanul de Souza
DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: medições,
associações, causa e efeito / Romanul de Souza Bispo.
-- 2015.
246 f.

Orientador: Cleber Batalha Franklin.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Índices. 2. Democracia. 3. Desenvolvimento. 4.
Teoria da Modernização. 5. Empoderamento. I.
Franklin, Cleber Batalha, orient. II. Título.

ROMANUL DE SOUZA BISPO

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: medições, associações, causa e efeito

Tese de Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, na Linha de Pesquisa Instituições Políticas, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Aprovada em: Boa Vista, 26 de maio de 2015.

AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Cleber Batalha Franklin
Orientador

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes
Visentini
Membro

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira
Membro Externo

Prof. Dr. Linoberg Barbosa de Almeida
Membro

Prof. Dr. Alan Alexander Mendes Lemos
Membro Externo

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos
Suplente

DEDICATÓRIA

***Dedico este trabalho as minhas filhas lane, lara
(in memoriam), Lara, Giovanna e Giulianna.***

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à Deus.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Cleber Batalha Franklin pelos conhecimentos transmitidos.

Aos demais professores do curso, em especial, ao Professor Dr. Luís Gustavo Grohmann.

Ao coordenador do Programa Dinter, o Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, pelo trabalho desenvolvido e as palavras de incentivo.

Aos colegas do curso, na pessoa do meu colega de departamento, Professor Getúlio Alberto de Souza Cruz, pela troca de experiências.

Aos alunos do Curso de Economia/UFRR: Idelman Pinheiro da Costa Mesquita; Jorge Luiz Dias Pinheiro Júnior; e, Paulo Henrique da Silva, pelas contribuições.

Aos funcionários e estagiários do CADECON: Nadine Silva dos Santos; Nilton da Costa Braga; e, Núbia Gardênia Ferreira da Silva, pelo aporte institucional, sempre prestativo.

Agradeço, em especial, à colega e amiga, impulsionadora da máxima importância para a conclusão desta tese, Professora Dr^a Ana Zuleide Barroso da Silva.

Agradeço aos amigos Professor Dr. Mauro Luiz Schimitz Ferreira e ao Professor Raimundo Nonato Araújo Pedro pelo apoio indispensável.

Agradeço a minha família, na pessoa do meu irmão, Professor Dr. Rogério de Souza Bispo, pelas contribuições.

Agradeço, também em especial, a minha companheira Chirley Granjeiro pela compreensão, incentivo e apoio.

Temos boas bases históricas. A palavra “prova” pode ser enganosa porque muitos a associam com matemática. Certamente, não temos prova matemática de qualquer coisa que tenha acontecido na história do homem. Não temos provas, nesse sentido, de que Júlio César foi assassinado no senado romano, por exemplo, mas temos boas bases históricas para isso. Meu argumento é que se você considera os documentos do Novo Testamento como fontes da história antiga, — como os historiadores gregos Tácito, Heródoto ou Tucídides — o evangelho aparece como uma fonte histórica muito confiável para a vida de Jesus de Nazaré (WILLIAM LANE GRAIC, 2012).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo de um mesmo experimento com medidas nos diversos níveis.....	40
Figura 2 - Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia...	46
Figura 3 - Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia, ponderado 01 para os indicadores.....	47
Figura 4 - Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia, ponderado 02 para os indicadores.....	48
Figura 5 - Ilustração do teorema do limite central para três exemplos de populações.....	63
Figura 6 - Ajuste da reta de regressão.....	69
Figura 7 - Fluxograma do modelo de Regressão.....	69
Figura 8 - Formatos diversos para linhas de tendência em regressões bivariadas.....	70
Figura 9 - Correlção de Spiderman para os Índices de Democracia e Governança-2013.....	88
Figura 10 - Matriz de Diagramas de Dispersão dos Indicadores de Democracia....	89
Figura 11 - Correlação de Pearson para os Índices do PIB <i>per capita</i> (PPC) e o IDH 2013.....	123
Figura 12 - Diagrama de Fluxo Circular.....	125
Figura 13 - Diagrama de construção do IDH.....	133
Figura 14 - Diagrama de construção do IDH, adotado a partir de 1995.....	139
Figura 15 - Coeficientes de correlação democracia versus Desenvolvimento.....	159
Figura 16 - Representação da heterocedasticidade.....	166
Figura 17 - Matriz dos Diagramas de Dispersão das Variáveis de Modernização...	174
Figura 18 - Reforço mútuo de capacidades para o Desenvolvimento Humano.....	182
Figura 19 - As ligações entre a Democracia e o Desenvolvimento Humano, sentido e força.....	183
Figura 20 - Teoria da Modernização e Teoria do Empoderamento.....	184

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Índice de Democracia no Mundo (2011).....	91
Mapa 2 - Liberdade no mundo (Freedom in the World) – 2013, dados 2012.....	95
Mapa 3 - Países por pontuação do Índice Voz e Responsabilidade – 2013.....	96
Mapa 4 - Países por pontuação do Índice de Estabilidade Política e Ausência de Violência e Terrorismo –2013.....	97
Mapa 5 - Países por pontuação do Índice de Eficácia do Governo – 2013.....	98
Mapa 6 - Países por pontuação do Índice de Qualidade Regulatória– 2013.....	99
Mapa 7 - Países por pontuação do Índice de Estado de Direito – 2013.....	100
Mapa 8 - Países por pontuação do Índice de Controle da Corrupção – 2013 Control of Corruption.....	101
Mapa 9 - PIB <i>per capita</i> 2013 (PPC preços constante de 2011).....	127
Mapa 10 PIB <i>per capita</i> 2013 (PPC preços constante de 2011).....	128
Mapa 11 Índice de Desenvolvimento Humano no Mundo (2013).....	131
Mapa 12 Índice de Desenvolvimento Humano no Mundo (2013).....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação– exemplo 01.....	56
Gráfico 2: Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação – exemplo 02.....	57
Gráfico 3: Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação – Nova versão do exemplo 02.....	58
Gráfico 4: Normalidade para Voz e responsabilidade do Banco Mundial.....	85
Gráfico 5: Normalidade para o Índice de Democracia da The Economist.....	86
Gráfico 6: Normalidade para Freedom in the World da Freedom House.....	86
Gráfico 7: Normalidade para à media dos Indicadores de Governança WGI do Banco Mundial.....	87
Gráfico 8: Normalidade para à media dos Indicadores de Governança WGI do Banco Mundial.....	103
Gráfico 9: Normalidade para o PIB <i>per capita</i> PPC do Banco Mundial.....	121
Gráfico 10: Normalidade para Índice do PIB <i>per capita</i> PPC.....	122
Gráfico 11: Diagrama de Dispersão Índice do PIB <i>per capita</i> PPC versus IDH.....	123
Gráfico 12: PIB <i>per capita</i> PPC (USD) versus RNB <i>per capita</i> PPC (USD).....	129
Gráfico 13: Índice do PIB <i>per capita</i> PPC (USD) versus Índice da RNB <i>per capita</i> PPC (USD).....	130
Gráfico 14: Democracia (2001) versus Desenvolvimento Humano (2002).....	144
Gráfico 15: Voz e Responsabilidade contra Índice do PIB <i>per capita</i> PPC.....	146
Gráfico 16: Voz e Responsabilidade contra o IDH.....	147
Gráfico 17: Índice de Democracia contra o Índice do PIB <i>per capita</i> PPC.....	149
Gráfico 18: Índice de Democracia contra o IDH.....	150
Gráfico 19: Freedom in the World contra o Índice do PIB <i>per capita</i> PPC.....	152
Gráfico 20: Freedom in the World contra o IDH.....	154
Gráfico 21: Governança contra o Índice do PIB <i>per capita</i> PPC.....	155
Gráfico 22: Governança contra o IDH.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O Índice de Democracia por região e classificação (2006,2008,2010 e 2011).....	91
Tabela 2: Indicadores de Governança do Banco Mundial para o Brasil – 2013.....	103
Tabela 3: Matriz de Correlação do SPSS - Coeficiente de Spearman.....	173
Tabela 4: Verificação Empírica da Teoria da Modernização – Democracia como função do Desenvolvimento.....	176
Tabela 5: Verificação Empírica da Teoria da Empoderamento – Desenvolvimento como função da Democracia.....	187
Tabela 6: Verificação Empírica da Teoria da Empoderamento para os países mais democráticos ou de maiores níveis de governança – Desenvolvimento como função da Democracia.....	188
Tabela 7: Dados gerais, secundários, utilizados neste trabalho – 2013.....	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos Níveis de Medição.....	35
Quadro 2 - Classificação dos testes de hipótese pelo nível de mensuração e por tipo de amostra ou experimento.....	41
Quadro 3 - Exemplos de questões no questionário do Latinobarômetro (2011), na classificação Dillman (1991) <i>apud</i> Oliveira (2001).....	52
Quadro 4 - Tomada de decisão.....	67
Quadro 5 - Teste de hipótese de Normalidade - Kolmogorov-Smirnov - medidas de democracia.....	84
Quadro 6 - Categoria, subcategorias e questões do Freedom in the World	93
Quadro 7 - Teste de hipótese de Normalidade - Kolmogorov-Smirnov, para os indicadores de desenvolvimento.....	121
Quadro 8 - Limites para os indicadores usados no cálculo do IDH.....	133
Quadro 9 - Processos, Componentes e contribuições ao Desenvolvimento Humano nas dimensões Socioeconômica, Cultural e Institucional.....	168
Quadro 10 - Efeitos do Desenvolvimento socioeconômico nas escolhas humana..	171
Quadro 11 - Teste de hipótese de Normalidade - Kolmogorov-Smirnov – da medida de uso da internet.....	173

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

DINTER	- Doutorado Interinstitucional
HMINSN	- Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré
ID	- Índice de Democracia
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	- Paridade do Poder de Compra
RDH	- Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	- Renda Nacional Bruta
TEB	- Taxa de Escolarização Bruta
UFRR	- Universidade Federal de Roraima
VR	- Voz e Responsabilidade
WGI	- Worldwide Governance Indicators

SUMÁRIO

RESUMO.....	14
ABSTRACT.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
1 O PORQUÊ DAS MEDIÇÕES – REVISITANDO EARL BABBIE	26
1.1 Medições do Comportamento Social Humano	32
1.2 Níveis de Medição e Qualidade das Medições.....	35
1.3 Índices e Escalas	45
1.4 Metodologia da Associação e dos Testes de Hipótese.....	55
2 DEFININDO E MENSURANDO DEMOCRACIA.....	73
2.1 Controvérsias sobre o Tema Democracia.....	73
2.2 Mensurando a Democracia	83
2.2.1 Índice de Democracia (ID) da Revista Inglesa The Economist	89
2.2.2 Freedom in the World da Freedom House	92
2.2.3 Worldwide Governance Indicators do Banco Mundial	95
3 DEFININDO E MENSURANDO DESENVOLVIMENTO	105
3.1 Controvérsias sobre o Tema Desenvolvimento.....	105
3.2 Mensurando o Desenvolvimento	120
3.2.1 A Medida do PIB per capita na Paridade do Poder de Compra (PPC).....	124
3.2.2 A Medida do IDH	130
4 ASSOCIAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA	143
4.1 Direção, Força e Impacto da Associação.....	144
4.2 Teorias Envolvidas e Verificação Empírica (Causa e Efeito).....	160
4.2.1 Premissas da Análise de Regressão	163
4.2.2 Teoria da Modernização	167
4.2.3 Teoria do Empoderamento.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE.....	209
ANEXOS.....	217

RESUMO

A necessidade de uma nova teoria que relacione a democracia ao desenvolvimento ensejou, neste trabalho, o imperativo de uma avaliação crítica na metodologia de formação de índices, especificamente no tocante à democracia e ao desenvolvimento. A revisão metodológica dos índices assinala para a força e as fraquezas envolvidas na medição de variáveis complexas. As controvérsias do tema da democracia e do desenvolvimento, e seus conceitos ao longo do tempo e do espaço, permitiram explorar os índices de democracia e de desenvolvimento atualmente mais utilizados nos principais trabalhos acadêmicos e institucionais a nível mundial. A hipótese da existência de uma associação robusta entre democracia e desenvolvimento – robusta no sentido que, independente da medição, o sentido da associação entre esses conceitos é o mesmo – resultou na comprovação empírica de que democracia e desenvolvimento seguem na mesma direção. Examina-se a relação de causa e efeito, pelo modelo econométrico, das concepções teóricas relativas ao tema. A primeira concepção deriva da teoria da modernização, em que as revoluções tecnológicas ou o desenvolvimento socioeconômico moldam as mudanças de valores e ampliam os direitos das pessoas para agir conforme suas escolhas e, em seguida, passam a exigir liberdades civis e políticas. A segunda concepção aponta para uma relação em que a variável dependente – neste caso o desenvolvimento – passa a ser afetada pela democracia, com a restrição de que tal comportamento só ocorre quando usamos os países mais democráticos. Esta segunda concepção é, nesta tese, denotada por premissa do empoderamento, pois ainda não temos uma teoria, ensejando o paradigma do Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, que vislumbra o desenvolvimento como liberdade. Este trabalho de tese levantou elementos empíricos que não refutam a Teoria da Modernização e contém elementos estatísticos significativos para não refutar a premissa do empoderamento. Na teoria da modernização, desenvolvimento socioeconômico induz a democracia e, na premissa do empoderamento, a democracia exerce a função de catalizadora do desenvolvimento. Assim, a tese ora apresentada, vem a contribuir de forma embrionária na formação de uma nova teoria, ou seja, a Teoria do Empoderamento.

Palavras-chave: Índices. Democracia. Desenvolvimento. Teoria da Modernização. Empoderamento.

ABSTRACT

The need for a new theory that relates democracy to development gave rise in this work to the need for a critical assessment in indices formation methodology, specifically with regard to democracy and development. A methodological review of the indices points to the strengths and weaknesses involved in the measurement of complex variables. Disputes on the themes of democracy and development, as well as their concepts over time and space, allowed for the exploration of the most common indices of democracy and development currently in use in major academic and institutional works worldwide. The hypothesis of the existence of a robust association between democracy and development, robust in the sense that, regardless of its measurement, the direction of the association of these two concepts are the same, resulted in empirical evidence that democracy and development follow the same direction. Through the econometric model, the theoretical concepts related to the topic have their cause and effect relationship examined. The first concept derives from the modernization theory in which technological revolutions or socioeconomic development shape the changes in values and expands people's rights to act according to their own choices, and then, come to demand civil and political liberties and, the second concept that points to a relationship in which the dependent variable, in this case the development, becomes affected by democracy, with the restriction that such behavior only occurs when we use the most democratic countries. In this dissertation, this second concept is denoted through the premise of empowerment because there is as yet no theory that allows for Amartya Sen's paradigm of Human Development, which sees development as freedom. This thesis raised empirical elements that do not refute the Modernization Theory and brings significant statistical data so as not to refute the premise of empowerment. In the theory of modernization, socio-economic development leads to democracy and in the premise of empowerment, democracy plays a catalyst role in development. Thus, the dissertation presented hereby is a contribution in embryonic form to the formation of a new theory, namely, the Empowerment Theory.

Keywords: Indices. Democracy. Development. Theory of Modernization. Empowerment.

INTRODUÇÃO

A presente tese, ora apresentada, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, como parte das exigências para obtenção do Grau de Doutor em Ciência Política, na Linha de Pesquisa Instituições Políticas, em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), na modalidade de Doutorado Interinstitucional (DINTER).

Na atualidade, a academia continua se deparando com algumas questões candentes tais como: a democracia política favorece ou atrapalha o crescimento econômico? Será que uma democracia estável só é possível caso haja um alto nível de desenvolvimento econômico? O desenvolvimento pode ser alavancado pela democracia? Nessa linha de questionamentos, esta pesquisa pretende realizar uma avaliação crítica na metodologia de formação de índices, especificamente no tocante à democracia e ao desenvolvimento. Testa-se, aqui, a hipótese da existência de uma associação robusta entre democracia e desenvolvimento. Robusta no sentido que, independente da medição, tanto da democracia como do desenvolvimento, o sentido da associação entre esses conceitos é o mesmo.

Fez-se o uso do método estatístico para testar um modelo de associação entre democracia e desenvolvimento, e testou-se a hipótese da nulidade da mesma. Enfrentou-se, inicialmente, o grande problema da medição de variáveis qualitativas, neste caso as variáveis ordinais; para tanto, analisou-se a formação de índices de desenvolvimento e democracia. Optou-se por acompanhar a evolução do termo desenvolvimento, para identificar a variável mais adequada, como a variável proxy ao construto desenvolvimento. Dessa forma, chegou-se ao Índice do Produto Interno Bruto (IPIB) *per capita*, na Paridade do Poder de Compra (PPC), um índice criado, neste trabalho, com metodologia análoga ao Índice da Renda Nacional Bruta (IRNB), utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para compor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na dimensão de um nível de vida digno. Utilizou-se, também, o próprio IDH por ser atualmente, sem sombra de dúvidas, a medida de desenvolvimento mais utilizada.

Como forma de quantificar e medir os diversos níveis de democracia nos países do mundo utilizou-se o Índice de Democracia (ID) da revista inglesa *The Economist*, Voz e Responsabilidade (VR), em inglês *Voice and Accountability* do Banco

Mundial, a média dos Indicadores Mundiais de Governança designado por WGI, em inglês Worldwide Governance Indicators também do Banco Mundial, salientando que Voz e Responsabilidade participa desta média e, por último, o Liberdade no Mundo, em inglês Freedom in the World, calculado pela Freedom House, uma Organização Não Governamental (ONG) sediada em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos da América.

O referencial teórico do trabalho contempla, além do debate acerca do desenvolvimento até o surgimento do novo paradigma do desenvolvimento humano, uma revisão da literatura sobre democracia, e o debate da associação da Democracia versus Desenvolvimento. Por fim, esse trabalho põe-se a analisar os resultados empíricos de associação entre Democracia e Desenvolvimento de forma a responder aos diversos questionamentos levantados e testar hipóteses. Examina-se, também, a relação de causa e efeito entre as variáveis acima descritas, realizando a verificação empírica das teorias relativas aos temas.

Outrossim, o desenvolvimento é analisado a partir de aspectos diversos, não mais se restringindo a análises puramente econômicas. Um dos principais autores que contribuiu para a expansão do significado de desenvolvimento foi Amartya Sen. Este autor assevera a necessidade de se dissociar privação de renda e privação de liberdade, visto que o primeiro tipo nem sempre revela outras limitações à qualidade de vida dos indivíduos. Sen chama a atenção para o conjunto de oportunidades reais disponíveis para o sujeito. Define, então, *capability* como “liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos” (SEN, 2000, p. 95) e apresenta um entendimento segundo o qual a liberdade seria tanto fim quanto meio do processo de desenvolvimento.

A partir desta importante expansão conceitual, o estudo do desenvolvimento incorporou debates de outras áreas e passou a considerar variáveis não econômicas na avaliação da melhoria da qualidade de vida nos países. Dentre estas novas dimensões envolvidas, uma questão extremamente polêmica tem sido aquela que trata do papel da democracia. Do ponto de vista das análises empíricas, haveria aproximadamente um terço dos pesquisadores que encontra um papel positivo para a democracia, um terço apontando para um papel neutro e um terço que indica efeito negativo (TODARO; SMITH, 2009, p. 559).

Diante do cenário descrito acima, faz-se necessária uma avaliação crítica da metodologia relativa à formação dos índices, dos modelos de associação, ou

correlação de variáveis, e, especificamente, da formação e associação dos índices de democracia e desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – a mais conhecida medida de desenvolvimento humano – foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990, da Organização das Nações Unidas (ONU), o primeiro relatório da série, com a participação do prêmio Nobel em Economia Amartya Sen¹. Esta medida teve o propósito de verificar o grau de desenvolvimento de um país ao utilizar novos indicadores de desenvolvimento de forma multidimensional, para além da renda, como: esperança de vida; taxa de alfabetização de adultos combinada com a taxa de matrícula nos três níveis de ensino; e o PIB *per capita*.

Por outro lado, a preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é uma constante dos governantes, sobretudo com os impactos no crescimento econômico, na pobreza e na qualidade de vida da população. Cabe observar, atualmente, o esforço dos governantes que, a partir do IDH, buscam traduzir suas ações e políticas no aumento do desenvolvimento humano e, portanto, do IDH.

Cabe ressaltar, ainda, que a população espera melhor utilização dos recursos, pois existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Outra restrição importante ocorre nos países em processo de estabilização econômica, como o Brasil nos dias de hoje, nos quais o ajuste fiscal é peça fundamental da política macroeconômica, o que reforça a necessidade de aumento da eficiência dos gastos públicos.

Por toda via, uma expansão dos gastos públicos financiados por impostos distorcidos e a ineficiência na alocação dos recursos podem superar o efeito positivo dessas externalidades². Considerando as externalidades positivas advindas dos gastos públicos, é possível avaliar a forma que um governo, efetivamente, consegue alavancar o IDH do seu país. Visões alternativas, como a de Srinivasan (1985) *apud* Scarpin (2006), defendem a ideia de que os gastos públicos são improdutivos e não geram nenhum produto adicional porque são apenas resultantes de interesses políticos de grupos.

¹ Ver o seu trabalho seminal nessa área: Desenvolvimento como Liberdade (SEN, 2000).

² Impacto indireto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar (impactos positivos ou negativos) de outras pessoas que não tomam parte da ação.

A busca pela eficiência não se limita a fatores econômicos e de infraestrutura; o que dizer da corrente que sugere que regimes autoritários são mais eficientes na promoção do desenvolvimento. Essa tese é conhecida como “Tese de Lee”, atribuída ao ex-primeiro-ministro de Cingapura, Lee Yuan Yew, e foi defendida por evidências empíricas rudimentares. Amartya Sen destaca no livro “As Pessoas em Primeiro Lugar”:

há apenas sessenta anos, Winston Churchill, o então primeiro-ministro da Grã-Bretanha, enquanto lutava bravamente pela democracia na Europa, insistia em dizer que o vasto império britânico não europeu, sobre o qual o sol não conseguia se pôr, não estava pronto ainda para democracia (SEN; KLIKSBURG, 2010, p.52).

O debate reacende a partir dos dados da Índia e da China, conforme destaca recente artigo publicado na edição impressa da Folha de São Paulo, em 24 de novembro de 2012:

a China desenvolveu a fórmula correta para escolher líderes políticos, coerente com sua história e cultura (...). “Deve ser melhorada com base nessa fórmula, e não como uma democracia ocidental”, escreveram Eric Li, um investidor americano, e o politólogo canadense Daniel Bell no “Financial Times”. Os autores definem a China como “meritocracia no topo, democracia na base [devido a eleições locais] e experimentação no meio”. Para eles, realizar eleições em que uma pessoa vale um voto é problemático, já que muitos eleitores não têm capacidade para analisar o que é melhor para o “bem comum” (MAISONNAVE, 2012, p.1).

Um dos argumentos dos defensores do modelo chinês é que, no século XXI, a dicotomia está entre a boa e a má governança, e não entre democracia e autoritarismo.

No jornal O Estado de São Paulo, em 13 de novembro de 2012, Lisandra Paraguassu expõe:

vinte e sete anos depois do fim da ditadura militar, parte da nova classe média brasileira parece preferir um governo que funcione às liberdades civis. Uma pesquisa feita pelo instituto Data Popular, que investiga o pensamento desse grupo social que aumentou significativamente nos últimos dez anos, mostrou que 51% dos entrevistados concordam com a frase: “prefiro uma ditadura competente do que uma democracia incompetente” (PARAGUASSU, 2012, p.1).

Para a Corporação Latinobarômetro – uma ONG com sede em Santiago do Chile –, empresa sem fins lucrativos que realiza levantamento de dados desde 1995,

investigando o desenvolvimento da democracia e da economia para o conjunto da sociedade e usando indicadores de opinião pública que medem atitudes, valores e comportamentos, os dados das suas pesquisas seguem no mesmo sentido. Na investigação realizada no ano de 2011, o mais recente dado disponível em seu site, cabem ressaltar duas questões do seu questionário que segue anexo neste trabalho, dada a importância desse levantamento para a nossa região e o estudo da democracia e da economia. Em uma primeira questão destacada, por este trabalho, ordenada como P13ST, o Latinobarômetro (2011, p.13), anexo, questiona:

¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA).

La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno	1
En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático	2
A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático	3
No sabe	8
No responde	0

O resultado do Latinobarômetro demonstra que apenas 57,8%, dos 20.204 entrevistados, marcaram a resposta “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, sendo que 17% marcaram “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático”, 18,3% marcaram “para pessoas como nós, dá no mesmo um regime democrático que um não democrático”, 1,1% marcou que “não sabe” e 5,9% não responderam. Percebe-se que 42,2% dos entrevistados se colocam indiferentes, circunstancialmente contra ou mesmo omitem a resposta, à preferência pela democracia sobre qualquer outra forma de governo. Ao adotar a análise considerando os votos válidos desta questão, num total de 18.793, os que marcaram a resposta “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” sobe para 62,1% resultando num complementar de 37,9% para os que se colocam indiferentes ou circunstancialmente contra a democracia.

A segunda questão destacada está ordenada como P18ST e, segundo Latinobarômetro (2011, p.14), anexo, questiona:

¿Apoyaría Ud. a un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático si las cosas se ponen muy difíciles, o no apoyaría Ud. en ninguna circunstancia un gobierno militar? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Apoyaría a un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático, si las cosas se ponen muy difíciles	1
---	---

En ninguna circunstancia apoyaría a un gobierno militar	2
No sabe	8
No responde	0

O resultado desta questão demonstra que 27,2%, dos 20.204 entrevistados, marcaram a resposta “apoiar um governo militar, em substituição de um governo democrático, se as coisas tornam-se muito difíceis”, enquanto que 65,8% marcaram “sob nenhuma circunstância iria apoiar um governo militar”, 1,1% marcou que “não sabe” e 5,9% não responderam. Ao adotar a análise pelos votos válidos, num total de 18.788, os que marcaram a resposta “apoiar um governo militar, em substituição de um governo democrático, se as coisas tornam-se muito difíceis” sobe de 27,2% para 29,2%. O resultado do Latinobarômetro demonstra que 65,8% dos entrevistados, sob nenhuma circunstância, apoiariam um governo militar, sendo o complementar para todos os entrevistados (34,2%). A abertura para um governo militar é de 37,9% na primeira questão e 34,2% na segunda questão. Percebe-se que um pouco mais de 30% admitem a possibilidade de um governo autoritário.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), citando dados do Latinobarômetro de 2002, verificou que mais de 54% dos entrevistados em levantamento sobre a democracia na América Latina “apoiariam um governo autoritário que resolvesse problemas econômicos”; verificou, ainda, que essa avaliação cai bastante de 2002 para 2011. Porém, cabe destacar que a democracia, quando entendida como um conjunto de regras que facilita a ação dos mercados, encontra baixíssimos graus de aceitação junto ao povo que pede mudanças (PNUD, 2002).

As palavras de Winston Churchill de “que o vasto império britânico não europeu, não estava pronto ainda para democracia”, enquanto lutava bravamente pela democracia na Europa, tornaram-se obsoletas em poucos anos, conforme apontam Sen e Kliksberg (2010). Os resultados do desenvolvimento do Japão após a Segunda Guerra Mundial é outro exemplo que não deixa dúvidas. Então, por que esse entendimento duramente conquistado parece agora perdido diante dos argumentos empíricos apresentados para apoiar o ataque à democracia com os resultados do contraste entre China e Índia?

“Aprofundar a democracia num mundo fragmentado” foi o tema para o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 2002), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

este *Relatório do Desenvolvimento Humano* tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com a ideia de que a política é tão importante como a economia para um desenvolvimento bem sucedido. A redução sustentada da pobreza exige um crescimento equitativo, mas também exige que os pobres tenham poder político. E a melhor maneira de conseguir isso, de modo consistente com os objetivos do desenvolvimento humano, é pela criação de formas fortes e aprofundadas de governança democrática, a todos os níveis da sociedade.

Mas, essa afirmação é controversa. Muitos detratores sugerem que, especialmente nos países em desenvolvimento, a democracia tende a ser demasiada confusa, descontrolada e sujeita à manipulação e ao abuso, para poder proporcionar a estabilidade e a continuidade necessárias à reforma social e econômica sustentada. Todavia, como o Relatório deixa claro, tais argumentos estão errados por dois motivos. Primeiro, enquanto existir campo para um debate legítimo e vivo acerca das melhores políticas e práticas para assegurar o crescimento econômico, as democracias, no fim de contas, não são piores do que outras formas de governo quanto à promoção do bom desempenho econômico. E as democracias são notavelmente melhores quanto à satisfação das mais prementes necessidades sociais dos cidadãos, particularmente em momentos de crise ou de desemprego, que mais afetam os pobres. Segundo – e não menos importante – a participação democrática constitui um objetivo decisivo do desenvolvimento humano e não apenas um meio de o alcançar (RDH, 2002, p.v).

Ainda, e dessa forma, segundo o mesmo relatório,

a política é importante para o desenvolvimento humano porque as pessoas de toda a parte querem ser livres de determinar os seus destinos, de exprimir os seus pontos de vista e de participar nas decisões que moldam as suas vidas. Estas capacidades são tão importantes para o desenvolvimento humano – para o aumento das opções das pessoas – como saber ler ou desfrutar de boa saúde (RDH, 2002, p. 1).

Por outro lado, Peterlevitz (2011, p. 16), em sua tese intitulada “Conceituando e medindo a democracia em Colômbia e Venezuela”, destaca:

ao conceder uma entrevista há alguns anos, Robert Dahl foi indagado sobre quais seriam seus maiores desapontamentos com relação à produção de conhecimento no campo da política comparada. Sua resposta foi unívoca: “é consternador que até esta tardia data nós ainda estejamos lutando a respeito de como conceituar e medir a democracia” (DAHL apud MUNCK; SNYDER, 2007, p. 145, tradução nossa). Conquanto “provavelmente nenhum conceito no estudo da política fora tão teorizado quanto a democracia” (MUNCK, 2010, p. 4, tradução nossa), são imperfeitas as explicações produzidas por essas teorizações, dados os problemas existentes nas avaliações do fenômeno. E, com efeito, estudos mostram que, embora a correlação entre os índices democráticos seja elevada, a opção pelo uso de um entre os muitos existentes impacta de diversas maneiras os resultados de pesquisas que os empregam (CASPER; TUFIS, 2002; ELKINS, 2000; GOERTZ, 2006, cap. 4).

A ideia acima, assim, corrobora com o objetivo da pesquisa em tela de realizar avaliação crítica na metodologia de formação de índices, no caso específico dos índices de democracia e desenvolvimento.

Atualmente, o que se percebe é que há certa discordância no próprio conceito de desenvolvimento, quase sempre adjetivado, no momento em que se confunde este conceito com o de crescimento econômico. Igualmente, a relação entre desenvolvimento e democracia nunca foi completamente clara, já que argumentos e evidências são, frequentemente, levantados em direções contraditórias. Ante esse cenário, indaga-se: porque uma associação entre a democracia e o desenvolvimento é questionada? A existência de associação entre democracia e desenvolvimento depende das medidas utilizadas na mensuração?

O principal objetivo desta tese é realizar avaliação crítica na metodologia de formação de índices, no caso específico dos índices de democracia e desenvolvimento, e as associações derivadas entre ambos os conceitos. Tendo como objetivos específicos: a) analisar a lógica das medições do comportamento social humano; b) analisar os fundamentos da composição de indicadores de democracia e desenvolvimento; c) descrever os aspectos teóricos fundamentais sobre a evolução do conceito de democracia e o conceito de desenvolvimento; d) medir e testar a associação entre democracia e desenvolvimento; e, por fim, e) discutir a relação de causa e efeito.

A avaliação crítica da formação dos índices torna-se necessária dado o componente subjetivo das dimensões e dos indicadores que um índice deve abranger. Um exemplo é a dimensão “um nível de vida digno” no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem por indicador a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* em dólar americano na Paridade do Poder de Compra (PPC). O caso dos indígenas que questionam o indicador da dimensão acima citado é encontrado na Revista Desafios do Desenvolvimento (PNUD/IPEA, 2004). Marcos Terena, membro da "*Land is Life*", coalizão de indígenas de todo o planeta, e da "*The Call of The Earth*", outra coalizão em prol da proteção dos conhecimentos tradicionais, afirma:

existe pouca ou nenhuma informação de qualidade sobre as nossas condições de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, por exemplo, não tem qualquer medição que leve em conta as nossas características... Eu sempre defendi que para facilitar a elaboração das políticas para os indígenas fosse criado no Brasil, da mesma forma como existe o Índice de Desenvolvimento Humano, um índice de desenvolvimento

indígena. Porque o IDH não diz respeito ao nosso tipo de vida... É preciso que exista uma pesquisa que inclua todas as condicionantes e as respostas possíveis. E a dificuldade é escolher os parâmetros, os critérios. Por exemplo, o critério econômico usado no IDH não se aplica a nós. O índio, em geral, não tem renda. Mas é preciso medir o que equivale à renda, o que entendemos como riqueza, como a terra, por exemplo. Se um índio tem terra, se ele consegue extrair dali o que precisa, se existe educação bilíngue, um bom serviço de prevenção e atendimento de saúde, então ele tem melhores condições de vida do que outros. Se uma determinada sociedade indígena tem formas de geração e administração de renda com vistas no futuro, de modo a garantir que, quando não for possível tirar da terra o necessário, o padrão de vida será mantido, seu índice de desenvolvimento será ainda melhor. Estou falando de algo muito mais complexo do que simplesmente vender artesanato, que é o que fazemos hoje, que dá retorno baixo, além de, em alguns casos, afetar a tradição cultural (PNUD/IPEA, 2004, p. 3).

O próprio IDH quando aplicado na avaliação a nível municipal – o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – altera os indicadores da dimensão do nível de conhecimentos, antes de 2010, a exemplo da taxa de escolarização bruta por abranger pessoas que residem no município X e estudam no município Y, distorcendo os resultados desejados na dimensão do nível de conhecimentos, tanto para o município X como para o município Y.

A subjetividade do pesquisador pode levá-lo a discordar das próprias dimensões que abrange determinado índice. O debate que permeia as teorias de desenvolvimento tem buscado abarcar novas medidas que possam melhor refletir o que se espera deste processo. Um dos entendimentos mais importantes, atualmente, é aquele apresentado por Amartya Sen, considerando o desenvolvimento um processo de expansão das liberdades reais individuais (SEN, 2000, p. 32), que são o fim e o meio do processo de desenvolvimento. Este autor ressaltou, também, a insuficiência da perspectiva que compreende o desenvolvimento somente como acumulação e riqueza, afirmando que esta não é a única variável que se deve considerar ao se tratar de melhoria da qualidade de vida e consolidação das liberdades individuais (SEN, 2000, p. 28).

A metodologia adotada constitui-se em pesquisa bibliográfica e documental. Os dados coletados foram tratados por métodos estatísticos com o uso de modelos gráficos, mapas, diagrama de dispersão e modelos numéricos, como os índices de correlação de Pearson e Spearman, a técnica estatística da análise de regressão simples e o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S). Dados de 186 países em que foi possível encontrar a paridade de cálculo nos dados para o ano de 2013 (ver apêndice neste trabalho). Para o processamento dos cálculos estatísticos e

gráficos, utilizou-se o software Excel da Microsoft, versão 2007, e o software IBM-SPSS Statistics, versão 22. Ressalta-se, ainda, que o uso dos modelos estatísticos adotados não é absolutamente certo, mas, com tudo, com alta probabilidade de estarem certos.

O estudo está assim estruturado: introdução, primeiro capítulo, no qual se buscou estudar o porquê das medições, dando ênfase às medições do comportamento social humano, níveis de medição e qualidade das medições, índices e escalas, e a metodologia estatística da associação e dos testes de hipótese. O segundo capítulo traz uma breve retrospectiva das definições e mensurações de democracia. O terceiro capítulo faz uma síntese das definições e mensurações do desenvolvimento. O quarto, e último capítulo, mostra a análise da associação entre desenvolvimento e democracia, e discute causa e efeito.

1 O PORQUÊ DAS MEDIÇÕES – REVISITANDO EARL BABBIE

Este capítulo busca resgatar o trabalho de Babbie e complementa suas análises à luz de outros autores do tema em tela. Foram apresentados e discutidos os temas: a) medições do comportamento social humano; b) níveis de medição e qualidade das medições; c) índices e escalas; e, d) metodologia da associação e dos testes de hipótese. Estes temas são essenciais para a revisão metodológica dos índices corroborando, assim, com o objetivo dessa tese de fazer uma avaliação crítica na metodologia de formação de índices, mais precisamente nos índices de democracia e desenvolvimento.

Inicialmente, homenageia-se o professor e pesquisador americano Earl Babbie. Graduado na Universidade de Harvard, obteve o doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley e é membro da American Sociological Association e da American Association for Public Opinion Research. Seu livro Métodos de Pesquisas de Survey, um clássico nos cursos de graduação em ciências sociais nas universidades americanas, tornou-se um manual útil para estudantes de metodologia das ciências sociais e marketing, para pesquisadores, usuários de levantamentos de dados de survey e administradores públicos.

O sucesso da ciência na formação do conhecimento tem levado várias outras formas de criação do conhecimento a se intitularem ciência. Essa imensa vontade de se intitularem ciência pode ser observada até mesmo pela filosofia, mãe da ciência, que alguns autores denominam a ciência das ciências. Pode-se dizer, de antemão, que filosofia é filosofia e é uma das formas de criação do conhecimento mais espetacular do que a ciência. Ainda, compreende-se que a filosofia vai além da ciência, não precisando da observação, da regularidade dos eventos, da comprovação empírica das suas teses e enunciados. Quer algo mais espetacular do que isso?

O conhecimento é uma relação de apropriação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e a realidade. Essa apropriação pode ser física, sensível, quando afeta os sentidos do sujeito cognoscente ou não sensível, o que ocorre com realidades do tipo conceitos, verdades, princípios, leis, pensamentos, ditos conhecimentos intelectuais.

Para Mário Esteves e Álvaro Lombardi da Faculdade de Engenharia de Resende:

pelo conhecimento o homem penetra nas diversas áreas da realidade para dela tomar posse. Ora, a própria realidade apresenta níveis de estruturas diferentes em sua própria constituição. Assim, a partir de um ente, fato ou fenômeno isolado, pode-se subir até situá-lo dentro de um contexto mais complexo, ver seu significado e função, sua natureza aparente e profunda, sua origem, sua finalidade, sua subordinação a outros entes, enfim, sua estrutura fundamental com todas as implicações daí resultantes (ESTEVES; LOMBARDI, 2014, p. 3).

Devido a complexidade da realidade, existirão níveis diferentes de conhecimento da mesma realidade e o sujeito cognoscente move-se entre esses níveis segundo o grau de profundidade que deseja atingir. São quatro os níveis de conhecimento, sendo os mesmos designados como: empírico, científico, filosófico e teológico.

O conhecimento empírico ou vulgar é obtido ao acaso sendo ametódico e assistemático, ou seja, é o conhecimento do povo. O conhecimento científico, metódico e sistemático, ultrapassa o empirismo indo além do próprio fenômeno na busca das suas causas, ou parte delas, e leis; trabalha com dados perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos, só aceitando o que não pode ser reprovado pela experimentação. O conhecimento filosófico tem por objeto realidades imperceptíveis aos sentidos que ultrapassam a experiência. A filosofia se baseia em teses e não em fatos, porém compartilha com a ciência o uso da razão, mas não o empirismo. O conhecimento teológico é revelado e, portanto, não compartilha o empirismo e nem a razão, devendo-se, apenas, crer, ter fé.

A ciência, porém, tem o seu papel de pôr em uma linha de produção – modelo do fordismo³ – a produção do conhecimento, conseguindo, desta forma, dar um salto de qualidade, quantidade e, principalmente, utilidade ao conhecimento, algo nunca antes visto na história das sociedades.

A ciência, uma das formas de geração do conhecimento, é, muitas vezes, confundida com a ideia de precisão. Para muitos, ciência é tecnologia, é matemática, é resultado preciso e inquestionável. A visão de aviões enormes transportando

³ Se conoce popularmente como Fordismo el modo de producción en cadena o en serie que impuso oportunamente Henry Ford, uno de los fabricantes de automóviles más populares del mundo entero (DEFINICIÓN ABC, 2015). Reunião das teorias administrativas e/ou das técnicas de produção industrial, idealizadas e praticadas por Henry Ford (1863-1947), industrial e fabricante de automóveis.

centenas de passageiros, tecnologias da informação possibilitando a comunicação entre milhões de pessoas em redes sociais (o que antes era inimaginável), televisores com imagem de alta qualidade em 3D, leva os leigos e a população em geral a endeusar a ciência.

A visão tradicional da pesquisa científica é a seguinte: cientistas partem de um problema, identificam fenômenos relevantes ao assunto estudado e, a partir daí, inter-relacionam os fenômenos em relações causais criando teorias. Em seguida, testam a validade da teoria criando hipóteses, que são previsões sobre o que acontecerá em condições específicas nas relações dos fenômenos estudados. A partir da conversão em operações concretas onde as hipóteses são testadas (processo conhecido como operacionalização, já que as hipóteses, assim como as teorias, são bastante abstratas) tem tido discordâncias ou pode-se dizer que raramente acontecem.

Para Babbie (1999, p. 39), na visão tradicional,

cientistas operam com procedimentos racionais e objetivos, suas conclusões têm supostamente mais qualidade do que as impressões subjetivas e preconceitos dos leigos. Cientistas lidam com fatos e números e diz-se que os números não mentem.

Quer forma mais clara de falar da precisão da qual a ciência é capaz do que dizer que os números não mentem?

Numa visão diferente da tradicional e que vai além da visão dos leigos, leva-se a reconhecer que os cientistas são humanos e motivados pelas mesmas emoções, observando-se, desta maneira, comportamentos não tão objetivos e preconcebidos, na busca por dados, fatos ou números, que visam corroborar uma ideia pré-concebida. Nas universidades, segundo Babbie (1999), a grande maioria das pesquisas ocorrem fora do eixo tradicional da ciência, a norma pesquise e publique ou pereça levam a desconsiderarem os destaques do ensino. Ainda segundo o mesmo autor, o:

interesse inicial num fenômeno muitas vezes se origina em alguma pesquisa empírica anterior, talvez em alguns achados inconsistentes gerados pela sua própria pesquisa ou no trabalho de outros. De certo modo, você pode começar com a resposta e partir para a descoberta da questão (BABBIE, 1999, p. 41).

Ou seja, em muitos casos, primeiro surge a resposta, a qual é seguida pela questão. Assim, a ciência, como foi frisado anteriormente, é uma das formas de geração do conhecimento, na busca por entender o mundo ou o universo, estabelecendo etapas que podemos assim citá-las: a observação, a descrição, a descoberta de regularidades e a formulação de teorias ou leis.

Nas etapas da observação e da descrição de objetos ou eventos que ocorrem no mundo ou universo, a forma de observar e descrever do cientista difere da observação do leigo, do poeta, do religioso ou do filósofo por envolver a necessidade de medições guiadas pelo compromisso com a exatidão e a utilidade. A etapa da descoberta de regularidades é ponto primário na ciência, uma vez que a observação que não se repete não cabe ao estudo da ciência. A regularidade do evento, para permitir o estabelecimento de coincidência ou correlação com outros ou mais eventos, é de extrema importância para a etapa seguinte do cientista que é formalizar e generalizar as regularidades em teorias e leis.

Pode-se dizer que todo ser humano observa, descreve, descobre regularidades e daí infere generalizações. É inerente ao ser humano aprender. Independente da ciência e do estudo, o ser humano aprende e percorre as etapas citadas anteriormente de observar, descrever, descobrir regularidades e generalizar. O que difere este comportamento, quando efetuado pelo cientista, é o uso do empirismo de uma forma racional testada e a busca constante por refutar as generalizações; quando não consegue, aceita a impossibilidade de rejeitá-la sem nunca afirmá-la como a mais pura verdade.

Diz o ditado que de médico, economista e louco todos nós temos um pouco. Para Levin, Fox e Forde (2012, p. 1):

todos nós temos um pouco de cientista social. Quase todos os dias especulamos sobre eventos futuros em nossas vidas a fim de planejar o que faremos em novas situações ou experiências. À medida que essas situações ocorrem, podemos confirmar ou apoiar nossas ideias; outras vezes, entretanto, não temos tanta sorte e temos de enfrentar, eventualmente, consequências desagradáveis.

Considere alguns exemplos: podemos investir no mercado de ações, votar em um candidato que promete solucionar problemas locais, apostar em corridas de cavalos, tomar remédios para reduzir o desconforto de um resfriado, jogar em um cassino ou aceitar ir a um encontro romântico com um desconhecido por recomendação de um amigo.

Às vezes, vencemos; às vezes, perdemos. Deste modo, podemos fazer um bom investimento no mercado de ações, mas nos arrepender sobre nossa decisão de voto; ganhar dinheiro com jogos, mas descobrir que tomamos o remédio errado para um problema de saúde; e nos sair bem na prova

semestral, mas não ter sucesso no encontro romântico, e assim por diante. Infelizmente, nem todas as previsões cotidianas corresponderão à realidade.

Para Babbie (1999), a ciência busca usar, no limite do possível, o raciocínio lógico a exemplo de não permitir no mesmo objeto qualidades mutuamente exclusivas. A contradição entre duas teorias nos leva à necessidade de demonstração por presumir que: ou as duas não estão corretas, ou uma das duas não está correta ou que elas não são contraditórias, com uma mudança de paradigma.

Na prática, a ciência não está isenta de enunciados ilógicos, conforme menciona Babbie (1999, p. 46):

ocê deve saber que os físicos atualmente consideram a luz como partículas e como ondas, apesar de estas descrições da natureza da luz serem contraditórias. Esta contradição particular existe na ciência porque a luz se comporta como partículas sob certas condições e como ondas sob outras. Consequentemente, físicos continuam a usar as duas conceituações contraditórias segundo parecem apropriadas em condições dadas. Todavia, isto representa uma tensão para a lógica da ciência.

Vale salientar que a ciência não busca a verdade definitiva, mas a utilidade das suas teorias. Não se julgam as teorias científicas por serem fontes fiéis da verdade, mas por sua utilidade em melhorar a nossa visão do mundo e a qualidade de vida que desfrutamos.

Pode-se afirmar, ainda, que a ciência é determinística, ou seja, adota entre os seus pressupostos o axioma de que todo efeito tem uma causa. Os cientistas, às vezes, não estão buscando essa causa, porém sempre supõem que ela exista e que a encontrarão caso a busquem, se pronunciando sobre a sua existência com a veemência de um ato de fé; aceitam, até, a causação múltipla, porém nunca a inexistência da mesma. Grande parte das causas apresenta-se numa forma probabilística de determinismo, isto é, variações no evento A explicam 95% de variações no evento B e a parte não explicada deve-se a ausência de busca por outros fatores, nunca a não existência dos mesmos. A ciência, neste sentido, busca resultados que sejam exatos, contudo úteis e, dessa forma, qual a utilidade de explicar 100% se 95% já permite aplicações práticas da informação ou do conhecimento.

A ciência adota a parcimônia como um dos seus princípios, a qual é conhecida como a Navalha de Occam – no inglês *Occam's Razor* – por ter sido proposta por um filósofo medieval inglês e monge franciscano, de nome William of Ockham (1285-

1347)⁴. Seu enunciado "*pluralitas non est ponenda sine neccesitate*" ("pluralidade não deve ser colocada sem necessidade") significa, aproximadamente, o seguinte: se existe mais de uma explicação para uma dada observação, chegando ao mesmo resultado, deve-se adotar aquela mais simples. Ou seja, se as teorias explicam o mesmo fenômeno chegando ao mesmo resultado prático, deve-se adotar a mais simples, a que usa menos hipóteses ou hipóteses menos fortes. Na adoção deste princípio, verifica-se o quanto a ciência preza a utilidade das suas teorias. Enfim, que simplicidade maior do que a elegância de $e=mc^2$.

A ciência é geral por buscar descobertas e leis de aplicabilidade geral; no entanto, necessita de conceitos bastante específicos em seus métodos de medição. Conceitos gerais levam à diversidade de interpretações e, portanto, medições díspares, o que pode acarretar conclusões contraditórias. Trabalha-se, adiante, com a necessidade de ser específico nos conceitos ao se definir democracia e desenvolvimento com o objetivo de mensurá-los. Porém, percebe-se que uma associação é encontrada entre democracia e desenvolvimento independente de como os mesmos são medidos ou conceituados, não se rejeitando a hipótese da existência da associação entre democracia e desenvolvimento.

Desta forma, surge um novo dilema:

se o cientista que segue a visão tradicional do método enfrenta o problema da única associação empírica talvez não ser perfeita, o cientista que usa este método está diante de várias associações empíricas, nenhuma das quais perfeita, algumas delas podendo entrar em conflito com outras. Portanto, mesmo havendo especificado um grau de associação como suficiente para confirmar a hipótese, talvez você descubra que os testes usando x_1 , x_3 e x_5 satisfazem o critério especificado, mas os testes usando x_2 e x_4 não. Como resolver este dilema?

Nos termos da noção da "intercambiabilidade de índices", a hipótese teórica é aceita como uma proposição geral se for confirmada por todos os testes empíricos específicos. Se, por exemplo, a delinquência juvenil for uma função da supervisão, no sentido geral deste conceito, ela deve estar relacionada empiricamente a todo indicador empírico de supervisão. (BABBIE, 1999, p. 332).

⁴Como muitos franciscanos, William era um minimalista, idealizando uma vida de pobreza como São Francisco e discordando do Papa a esse propósito. Foi excomungado pelo Papa João XXII e respondeu escrevendo um tratado em que buscava demonstrar que o Papa era um herético. Os ateístas, muitas vezes, aplicam a Navalha de Occam contra a existência de Deus argumentando ser uma hipótese desnecessária. A hipótese de um ser atemporal e imaterial, ou seja, um Ser Divino é considerada uma hipótese muito forte. Porém, para William, a ideia de Deus não é estabelecida por evidências experimentais ou de raciocínio e, sim, nos é dada pela revelação com fundamentos na fé. Occam não aplicou o princípio da parcimônia aos artigos da fé; tivesse-o feito, teria reduzido a Trindade a uma Unidade.

Finalmente, conclui-se que um dos pilares do conhecimento científico é a medição ou a observação sistemática dos fatos ou eventos. Como foi destacado anteriormente, a ciência trabalha com dados perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos, só aceitando o que não pode ser reprovado pela experimentação. Medir é comparar com um padrão. Afirmar que determinado objeto mede 5 (cinco) metros é afirmar que o comprimento do mesmo é cinco vezes a unidade de medida padronizada para comprimento, no caso o metro⁵.

É bom salientar, ainda, que as medidas não ocorrem apenas com as variáveis quantitativas, mas também com variáveis qualitativas e abstratas. A contagem da quantidade de um objeto como a quantidade de laranjas, ou seja, 10 (dez) laranjas significa que se tem dez objetos que apresentam a unidade de medida classificada como laranja e guardam as características que a classificam como laranja (fruto produzido pela laranjeira, árvore da família rutaceae). A contagem de valores abstratos, como os números, não deixa de ser uma medida, por exemplo: o número 100 (cem) corresponde a cem vezes o número abstrato 1 (um).

1.1 Medições do Comportamento Social Humano

Esqueça-se do debate anteriormente descrito do que seja ciência. Seguir-se-á, neste momento, para um segundo debate em que será discutido se o comportamento social humano pode ser objeto do método científico. Para Babbie:

um dos mais vivos debates acadêmicos dos últimos anos diz respeito ao status “científico” das disciplinas englobadas sob a rubrica de ciências sociais – tipicamente incluindo sociologia, ciência política, psicologia social, economia, antropologia, pesquisa de mercado e, às vezes, áreas como geografia, história, comunicações e outros campos compostos ou especializados. A questão básica é se o comportamento humano pode ser submetido ao estudo “científico” (BABBIE, 1999, p. 57).

O comportamento social pode ser abstraído da realidade de tudo, e sobre este comportamento podem-se aplicar análises e interpretações, constituindo-se, portanto,

⁵ Para os institutos de pesos e medidas, o metro corresponde a medida equivalente ao espaço percorrido pela luz no vácuo durante o intervalo de tempo correspondente a 1/299.792.458 segundos (unidade de base ratificada pela 17ª Conferência Geral de Preços e Medidas, em 1983). É uma das unidades básicas do Sistema Internacional de Unidades.

um objeto de estudo. Mas será que isso basta? As críticas às ciências sociais ocorrem por aqueles que não trabalham com as ciências sociais, como por aqueles que trabalham. Agora, percorre-se um pouco acerca dessas críticas.

A primeira crítica é a de que o cientista social não consegue regularidade nos seus experimentos. Concorda-se que o cientista social não consegue pôr dentro de um laboratório o objeto de seu estudo: a sociedade. Porém, o mesmo trabalha com experimentos aleatórios, aos quais cabe apenas a observação, procedendo a sua medida, descobrindo as suas relações e elaborando modelos e teorias. Normas sociais regulam o comportamento social. Por exemplo, para votar no Brasil o eleitor deve apresentar a idade de 16 (dezesesseis) anos ou mais, mas uma pesquisa poderia chegar a esse resultado, mesmo que o cientista não conhecesse a norma estabelecida. Da mesma forma, outras normas não estabelecidas podem ser deduzidas e comprovadas por pesquisa científica, a exemplo da lei da demanda em que o consumidor apresenta um comportamento de demanda inversamente proporcional a variações nos preços.

A primeira crítica às regularidades nas ciências sociais é de que as mesmas são triviais, todo mundo já sabendo qual o resultado. Saber que a demanda do consumidor segue no sentido contrário à variação do preço de um bem, não quer dizer que sejam triviais as consequências resultantes da derivação de uma curva de demanda. Assim como, saber que um objeto ao ser lançado para o alto retorna em queda livre, não quer dizer que sejam triviais as consequências da lei da gravitação.

A segunda crítica à regularidade nas ciências sociais levanta a possibilidade do contraditório. Porém, como as ciências físicas, as ciências sociais são determinísticas e adotam o axioma de que todo efeito tem uma causa. E, por adotar causalidade múltipla, trabalham com a forma probabilística de determinismo. O fato de se encontrar um homem mais organizado do que uma mulher não significa que esta observação é capaz de desfazer a lei geral de que as mulheres são mais organizadas do que os homens. Desta forma, a lei é de que: em média, as mulheres são mais organizadas do que os homens; em média, as mulheres são mais religiosas do que os homens; em média, as mulheres são mais emotivas do que os homens. Assim, com os instrumentos adequados de medição, pode-se prever o percentual de mulheres mais organizadas ou mais emotivas do que os homens. Cabe salientar,

também, que normas sociais mudam com o tempo, podendo-se observar e explicar estas mudanças.

A terceira crítica às regularidades nas ciências sociais é a de que as pessoas envolvidas em um experimento ou pesquisa, podem, se quiserem, distorcer as regularidades reais. Numa pesquisa eleitoral, o indivíduo pode mentir sobre a sua intenção de voto de forma intencional. Porém, em média, não é este o comportamento observado, e os casos de deturpação não chegam a prejudicar a seriedade da pesquisa. A pesquisa pode, sim, ser perturbada pelo planejamento intencional do “pesquisador” ao estabelecer o seu plano amostral.

Características das ciências físicas são, também, válidas nas ciências sociais tais como lógica, determinística, geral, parcimoniosa e específica em seus métodos de medição. Suas contribuições são avaliadas pela sua utilidade e não na busca da verdade absoluta. E, para serem úteis, suas teorias devem ser testadas no mundo real, ou seja, empiricamente verificáveis. Não se pode extrapolar o seu conhecimento para testar outras formas de conhecimento, como o religioso na crença da existência de Deus, ou o filosófico como o argumento cosmológico da existência de um ser atemporal, imaterial, onipotente identificado como Deus, como causa primária para existência do universo⁶.

O cientista social consegue dar o salto da descrição para a explicação sistemática. Os cientistas sociais conseguem medir os eventos relevantes as suas investigações de uma forma individual, por ator social, ou comportamento coletivo sistematicamente. O cientista político oferece uma explicação sistemática do comportamento do eleitorado; o economista oferece um método sistemático de medir as preferências do consumidor e retratá-las em uma função de utilidade.

Frequentemente, desacordos existem sobre o desenho mais apropriado para a pesquisa por diferenças nas definições e na forma de medição de conceitos. Apesar de estarem abertas às modificações, as ciências sociais, por lidarem com fenômenos ideológicos como religião, política, filosofia, são mais propícias a contestações. Grande perigo surge do argumento de que, por ser um cientista, uma pessoa possa estar comprometida com certas posições ideológicas. Isso porque, o desenho da pesquisa pode ser afetado por posições ideológicas do pesquisador.

⁶ O argumento cosmológico foi utilizado na Grécia antiga com Platão e Aristóteles, na Idade Média com São Tomás de Aquino e na atualidade com William Lane Craig, filósofo americano.

Um grande ponto de desacordo nas ciências sociais é a medição de atitudes⁷, a qual é, muitas vezes, questionada como não científica e como um ponto de desacordo entre os próprios cientistas sociais. Deve-se, de antemão, reconhecer que todas as medidas são arbitrárias. Liberalismo e conservadorismo político, autoritarismo, democracia, desenvolvimento e bem estar, podem ser medidos determinando se estão ou não de acordo com determinados conceitos, ou de acordo com determinadas respostas. Porém, não se pode descrever um país como democrata ou desenvolvido; pode-se, sim, descrevê-lo como relativamente mais ou menos democrata ou mais ou menos desenvolvido quando comparado a outro. Para Babbie (1999, p. 59):

esta característica, entretanto, não é prerrogativa das ciências sociais, como demonstram a “escala de dureza” usada nas ciências físicas, a “escala Richter” para terremotos etc. Ninguém pode dizer em termos absolutos que um determinado metal é “duro” ou um terremoto “severo”, apenas que é “mais duro” ou “mais severo” que outro.

Pode-se verificar, ainda, que a questão se reporta aos níveis de medição ou escalas de medição que determinam a quantidade de informação contida nos dados, e indica a síntese e as análises mais apropriadas aos dados. No item 1.2, a seguir, abordaremos os níveis de medição e a qualidade destas medições.

1.2 Níveis de Medição e Qualidade das Medições

Os níveis de medição, no quadro 1, indicam o quanto de informações pode-se retirar de um dado e, desta forma, quais métodos estatísticos utilizar a partir dos dados aferidos. Os níveis de medição são classificados em quatro categorias: nominal, ordinal, intervalar e da razão ou proporção.

Quadro 1 - Características dos Níveis de Medição.

Nível	Características	Uso	Estatísticas possíveis
Nominal	Números ou letras servem apenas como rótulos de	Marcas, sexo, raças, cores, tipos de lojas, regiões, uso/não uso,	Moda, porcentagem. Teste binomial, teste

⁷ Atitude equivale ao juízo de determinados objetos sensíveis ou não sensíveis aos sentidos em: bons ou ruins, melhores ou piores, agradáveis ou não agradáveis, ótimos ou péssimos.

	identificação. A rua 4 não é quatro vezes mais que a rua 1. Divide os dados em categorias mutuamente exclusivas e coletivamente exaustivas.	gosta/não gosta, e a toda variável a que se possam associar números para identificação.	qui-quadrado, McNemar, Cochran Q.
Ordinal	Alternativas organizadas de acordo com sua magnitude em um relacionamento ordenado.	Atitudes, preferências, opiniões, classes sociais.	Medianas, quartis, decis, percentis. Teste Mann-Whitney, teste U, Kruskal Wallis, correlação de postos.
Intervalo	Não somente indicam a ordem, mas também medem a ordem ou distâncias, em unidades de intervalos iguais. A localização do ponto zero é arbitrária.	Atitudes, opiniões, conscientização, preferências, números-índices.	Média, intervalo, amplitude total, amplitude média, desvio médio, variância, desvio padrão. Teste z, teste t, análise de variância, correlação de produto-momento.
Razão ou proporção	Comparação de medidas absolutas, comparação de proporções.	Renda, idade, preço, número de consumidores, volume de vendas, patrimônio.	Todos os do item anterior e mais: média geométrica, média harmônica, coeficiente de variação.

Fonte: Adaptado de Mattar (1993) *apud* Oliveira (2001, p. 6).

O nível de medição nominal distingue categorias de uma determinada variável, uma qualidade, representando o nível de medição mais simples. As categorias são excludentes e não mantêm relação entre si ou qualquer outra relação. A única medida de tendência central utilizada para esses dados é a moda que indica o valor mais frequente. Pode-se, a partir desses dados, calcular proporção (a exemplo das intenções de voto em determinado candidato), realizar estimativas para a população a partir de dados amostrais e realizar testes de hipótese sobre estas proporções observadas, a exemplo do teste Qui-quadrado (χ^2)⁸.

O nível de medição ordinal apresenta, nos seus dados, ordem, indicando que um dado é mais do que outro, porém não o quanto. A medição ordinal apresenta a categoria e a ordem, porém não apresenta a grandeza, sendo bastante utilizada nas ciências sociais a exemplo da Escala Likert. Classe social é um exemplo de variável ordinal, em que as categorias vão de muito baixa a muito alta. Muitas das categorias podem ser representadas por valores numéricos, porém os mesmos não indicam nada

⁸ Para o caso de uma amostra de dados nominais, este teste acusa se há diferença significativa entre o número observado de casos em cada categoria e o número esperado de casos nestas categorias.

mais do que a ordem dos valores. A variável ordinal pode ser numérica, porém este número não representa quantidade como pode ser observado quando se codifica a variável $X = \text{escolaridade}$, como:

- 0 = analfabeto;
- 1 = primeiro grau;
- 2 = segundo grau; e,
- 3 = superior.

Isso mostra que o valor 3 para X é maior que 1, mas não se pode quantificar esta diferença. Na variável ordinal não existe a diferença matemática, uma vez que os valores para X não permitem quantificar as diferenças. Sabe-se quem é maior, mas não se sabe o quanto é maior. O quanto o curso superior (com a medida 3) é superior ao primário (com medida 1) não se pode dizer, apenas se pode afirmar que é maior na escala. Os números, assim, não indicam quantidades absolutas e, tampouco, sugerem que os intervalos entre os números sejam iguais.

Consoante Parasuraman (1991), Chisnall (1973) e Fauze (1996), citados por Oliveira (2001, p. 3):

segundo Parasuraman (1991, p. 409) a escala ordinal é mais poderosa que a escala nominal, pois os números também possuem a propriedade de ordenar. Chisnall (1973, p. 172) complementa afirmando que a escala ordinal indica a ordem de *ranking* de um grupo de itens associados a determinadas características, mas não indica a medida das diferenças entre os *rankings*. Confirmando essa afirmação, Fauze (1996, p. 83) alega que essa escala permite concluir que o produto da marca A é melhor que o produto da marca B, segundo a preferência dos consumidores, mas não permite saber quanto A é melhor que B.

A mensuração no nível ordinal é possível quando um postulado de transitoriedade pode ser aplicado. O postulado de transitoriedade pode ser descrito da seguinte forma: se A é maior que B e B é maior que C, então A é maior que C. Os economistas estabelecem o postulado como hipótese a ser obedecida pelo consumidor nas escolhas de cestas de bens, que resultam na curva de demanda por um bem (produto ou serviço). Cabe salientar que uma curva de demanda que se apresenta como medida quantitativa, nos indicando a quantidade de bens que resulta

da variação do preço do bem, tem por base um postulado que nos indica apenas a ordem de escolhas das cestas de bens.

Pode-se, a partir dos dados de uma variável ordinal, calcular proporção (a exemplo das respostas de uma variável na Escala Likert), realizar estimativas para a população a partir de dados amostrais e realizar testes de hipótese sobre os resultados observados, como nos testes Kolmogorov-Smirnov (K-S)⁹, Mann-Whitney¹⁰, Kruskal-Wallis¹¹ e outros.

O nível de medição intervalar possibilita um ganho a mais do que na medição ordinal, pois acrescenta o sentido da grandeza, ou seja, um significado para as distâncias entre os seus valores, além da categoria e da ordem. A diferença entre 10 graus e 20 graus celsius é a mesma apresentada pela diferença entre 30 graus e 40 graus celsius. Porém, observa-se uma limitação na análise da medição intervalar, a exemplo da escala de temperatura Celsius, em que não se pode afirmar que 20 graus celsius é duas vezes mais quente que 10 graus celsius, assim como não se pode, também, afirmar que 40 graus celsius é duas vezes mais quente que 20 graus celsius. Devido à falta de um ponto zero absoluto, uma escala intervalar não permite a conclusão de que o número 80 é 2 vezes maior do que 40, mas apenas que a distância de 0 a 80 é duas vezes maior que a distância de 0 a 40.

Como exemplo, pode-se citar a avaliação de aparelhos celulares, com base nos critérios que as pessoas mais apreciam, usando uma escala intervalar de 0 (zero) a 100 (cem), com os valores mais altos indicando maior apreciação. Se o aparelho da Iphone recebe uma pontuação igual a 80 e o aparelho da Samsung uma pontuação igual a 40, não se pode dizer que o aparelho da Iphone é duas vezes mais apreciado do que o da Samsung. Isso porque o ponto zero que define a ausência de apreciação não foi identificado, nem foi dado um valor de zero na escala. Zero graus celsius não significa que não temos nada de temperatura.

De acordo com Fauze (1996) e Chisnall (1973) *apud* Oliveira (2001, p. 4),

⁹ Usado para uma amostra. É considerado um teste de bondade de ajustamento em que os dados observados podem ser supostos pertencentes a uma distribuição uniforme, normal ou poisson.

¹⁰ Aplica-se para decidir se duas amostras (dois grupos) independentes pertencem à mesma população. É um dos mais poderosos testes não paramétricos, sendo uma boa alternativa para o uso do teste *t* (a não normalidade ou variável ordinal).

¹¹ Testa se *k* amostras independentes são provenientes de populações iguais ou diferentes. Supõe-se que a distribuição da variável em estudo tenha distribuição contínua. Exige o nível de mensuração, pelo menos, intervalar ou ordinal. É conhecida como a ANOVA (Análise de Variância) não paramétrica.

Uma “escala de intervalo é aquela em que os intervalos entre os números dizem a posição e quanto as pessoas, objetos ou fatos estão distantes entre si em relação a determinada característica. Ela permite comparar diferenças entre as medições, mas não permite concluir quanto é a magnitude absoluta das medições” (FAUZE, 1996, p. 85). As medidas são calculadas a partir de um ponto zero, fixado arbitrariamente (CHISNALL, 1973).

O máximo de informações consegue-se retirar dos dados quando ocorre a medição de razão ou proporção, obtendo-se a categoria, a ordem, a distância entre os dados e a razão entre os mesmos. Uma pessoa com 100 Kg é duas vezes mais pesada do que uma pessoa com 50 Kg. O acréscimo de informações que se consegue registrar no nível de medição de razão ocorre por apresentar um zero absoluto, ou seja, dizer que você tem 0 (zero) de dinheiro significa, sim, você não ter acesso ao mercado de bens e serviços numa economia de mercados, em que os preços definem o que produzir, como produzir e para quem produzir.

As diferenças entre os níveis de medição intervalar e de razão, às vezes, são pouco compreendidas, principalmente por não se conseguir avaliar a falta do zero absoluto. Exemplos de escala de temperatura são poucos esclarecedores para alguns, podendo-se pensar que o que mede uma temperatura é o calor, sendo o frio a ausência do mesmo. Zero graus celsius é a temperatura na qual a água muda do estado líquido para o estado sólido, portanto, algo estabelecido como tal, o que não significa que não temos calor. A escala de temperatura Kelvin é baseada em graus de temperatura de zero absoluto, portanto, uma medida de razão. Contudo, uma análise sobre a escala Kelvin foge um pouco a nossa compreensão e ao foco deste trabalho.

Ainda, segundo Fauze (1996) *apud* Oliveira (2001, p. 5):

as escalas de razão possuem as mesmas propriedades das escalas de intervalo, com a vantagem de possuírem o zero absoluto. Em função disso, as medidas tomadas nestas escalas permitem concluir quanto a sua magnitude absoluta, além de informar a posição e quanto as pessoas, quanto objetos ou fatos, estão distantes entre si em relação a determinada característica.

Na aplicação dos modelos estatísticos, pode-se afirmar que os dados nos níveis intervalar e da razão oferecem a mesma aplicabilidade para os testes estatísticos. Podem-se usar todos os testes aplicados aos níveis de mensuração anteriores, além dos testes aplicados às variáveis quantitativas, a qual será tratada a seguir. Nos níveis intervalar e da razão podem-se realizar estimativas para a

população a partir de dados amostrais, bem como realizar testes de hipótese sobre os resultados observados, a exemplo do teste t^{12} e da ANOVA (análise de variância)¹³.

Cabe observar que uma variável no nível mais alto de mensuração pode transformar-se num nível mais baixo. Uma variável como o peso (nível de razão) pode mudar para uma variável ordinal como magro, normal e gordo. A Figura 1, a seguir, faz um comparativo de um mesmo experimento em que se aplicam medidas nos vários níveis (em alguns textos, a palavra ‘níveis’ é substituída por ‘escalas’).

Figura 1 – Comparativo de um mesmo experimento com medidas nos diversos níveis.

NÍVEL DE MENSURAÇÃO	CARACTERÍSTICAS			
NOMINAL	Números atribuídos aos corredores	20	35	10
ORDINAL	Ordem de classificação	Terceiro lugar	Segundo lugar	Primeiro lugar
INTERVALO	Classificação do desempenho numa escala de 0 a 100	85	91	100
RAZÃO	Tempo de chegada, em segundos.	15,5	14,1	13,2

Fonte: Adaptação de Vergara (2009).

O resumo dos testes de hipóteses pelo nível de mensuração e por tipo de amostra ou experimento pode ser observado no quadro 2. Cabe salientar que alguns programas estatísticos, hoje disponíveis no mercado, possibilitam a automação na decisão do teste adequado, desde que sejam informados, para cada variável, o seu nível de mensuração e o tipo de amostra com qual o pesquisador pretende utilizar na demonstração das suas hipóteses. A organização do quadro a seguir não é rígida. Os

¹² O teste t é empregado para o problema que envolve duas amostras independentes ou emparelhadas. No caso de duas amostras independentes, testa-se a hipótese nula de que as médias das duas populações são iguais, ou seja, $H_0: \mu_1 = \mu_2$ contra a hipótese alternativa bilateral ($H_1: \mu_1 \neq \mu_2$) ou unilateral ($H_1: \mu_1 > \mu_2$ ou $H_1: \mu_1 < \mu_2$). O uso do teste t implica na aceitação da normalidade dos dados, que pode ocorrer aproximadamente pelo teorema do limite central, ou seja, sob condições gerais, a média tende a ter distribuição próxima da curva normal à medida que se aumenta o tamanho da amostra e, como regra empírica, muitos autores citam um tamanho de amostra $n > 30$.

¹³ É uma extensão do teste t, aplicado para testar se k populações possuem médias iguais. Este teste exige normalidade dos dados, mas, sendo um teste robusto, seu resultado continua válido se ocorre um afastamento da normalidade; no entanto, é bastante afetado quando as variâncias dos grupos são estatisticamente diferentes.

testes apresentados no nível de mensuração intervalar são testes paramétricos (ANOVA e Teste t), ou seja, estes testes fazem uma suposição sobre a forma da distribuição de probabilidade dos dados (distribuição normal). A normalidade pode ser testada com o Kolmogorov-Smirnov (K-S) por ser um teste não paramétrico, ou seja, por não fazer suposição sob a forma da distribuição dos dados observados, ou sua distribuição de probabilidade sob hipótese nula (H_0), não depende da população; neste caso, diz-se que a distribuição sob H_0 é livre.

Quadro 2 – Classificação dos testes de hipótese pelo nível de mensuração e por tipo de amostra ou experimento.

Nível	Uma Amostra	Duas Amostras		K Amostras	
		Independentes	Emparelhadas	Independentes	Emparelhadas
Nominal	Qui-Quadrado Runs	Qui-Quadrado Fischer	McNemar (variável dicotômica)	Mediana Qui-Quadrado	Q de Cochram (variável dicotômica)
Ordinal	Kolmogorov-Smirnov (K-S)	Mann-Whitney, K-S-Z, Moses, W-W	Sinal Wilcoxon	Kruskal-Wallis (experimento inteiramente casualizado) Mediana	Friedman (experimento em blocos casualizados)
Intervalar	Teste-t	Teste-t	Teste-t	ANOVA (exp. inteiramente casualizado)	ANOVA (exp. com medidas repetidas)

Fonte: Adaptado de Nascimento e Melo: Guia Prático do SPSS (não publicado).

Sendo verdadeira a suposição de normalidade, a eficiência dos testes paramétricos é maior que a dos testes não paramétricos. Para amostras pequenas é difícil checar a normalidade; neste caso, os estatísticos preferem os testes não paramétricos mesmo se os dados estiverem em um nível de mensuração intervalar. Os testes paramétricos são aplicados a um nível de mensuração intervalar testando hipóteses sobre a média da população. Os testes não paramétricos são aplicados a um nível de mensuração ordinal e testam as medianas das populações.

As variáveis, ainda, podem ser classificadas como quantitativas ou qualitativas. Quantitativas quando são variáveis resultantes de contagem ou medição e têm como resposta valores numéricos (inteiros ou intervalares). Qualitativas quando têm como resposta atributos ou qualidades (características). As variáveis do tipo nominal e ordinal são classificadas como qualitativas. Pode-se, também, classificar as

variáveis em contínuas e discretas. A variável contínua possui a propriedade de que, entre dois de seus valores, haverá sempre um terceiro valor. Esta variável resulta, geralmente, de alguma medição, o que torna as variáveis contínuas do tipo intervalar. A variável discreta nem sempre apresenta, entre dois de seus valores, um terceiro valor. Entre as discretas, estão as variáveis nominais e ordinais e este tipo de variável pode representar contagem, a exemplo do número de filhos ou número de gestações, não existindo dois filhos e meio ou meia grávida.

As qualidades das medições requeridas em um trabalho científico são a precisão, a exatidão, a confiabilidade e a validade. Medidas precisas são superiores a medições imprecisas, assim como medidas exatas são superiores a medidas não exatas. Ocorre que, nem sempre, a precisão – como a exatidão – é necessária. Saber que alguém ganha mais de 20 salários mínimos é suficiente para o objetivo da pesquisa ou obter a resposta da renda de um indivíduo a partir de uma questão que tenha um intervalo de classe de renda, são menos precisos que uma resposta exata do valor da renda do indivíduo, porém suficientes. O esforço para descobrir a renda com precisão é inútil e poderá comprometer a confiabilidade do dado. Isso se aplica a variáveis como peso, idade, tamanho do pé e outras mais em que a resposta possa levar a constranger o indivíduo.

A precisão é, muitas vezes, confundida com a exatidão, mas deve-se distingui-las. Descrever uma pessoa como nascida em Boa Vista é mais preciso do que descrevê-la como nascida no Estado de Roraima. Porém, se de fato essa pessoa nasceu no município vizinho do Cantá, nas mãos de uma parteira, já que este município não dispõe de maternidade e, regularmente, as gestantes são levadas para o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth (HMINSN) localizado no município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, a informação menos precisa – nascida no Estado de Roraima – é mais exata. Votar na legenda e não no candidato envolve uma decisão entre precisão e exatidão na avaliação do eleitor.

A confiabilidade está relacionada à técnica de medição. A mesma técnica aplicada ao mesmo indivíduo produz os mesmos resultados. Qual a melhor técnica de determinar o peso? Qual a melhor técnica de obter a renda de um indivíduo? Na obtenção de respostas confiáveis na aplicação de um questionário, Vergara (2009) sugere: perguntas das quais as pessoas sabem do que se trata, e que sejam relevantes para as mesmas, e a clareza no que se está perguntando.

A validade se refere ao grau com que uma medida empírica reflete adequadamente o significado real do conceito considerado. Volta-se à avaliação crítica da formação dos índices. O componente subjetivo das dimensões e indicadores que um índice deve abranger reflete adequadamente o significado real do conceito considerado, entrando-se em uma questão bastante subjetiva que aborda valores e ideologias do pesquisador. As imagens mentais que cada pesquisador cria para determinado conceito diferem um do outro pela sua forma de ver o mundo. Quando medir a democracia através do comparecimento às urnas será aceita por todos os pesquisadores do assunto? Sabe-se da importância do comparecimento às urnas, porém muitos rejeitarão essa medida ao usá-la para comparar países como Cuba e Brasil.

Babbie (1999, p. 330) discorre que

além disso, não basta dizer que devíamos ter especificado “melhores” indicadores dos conceitos. Conceitos teóricos quase nunca têm indicadores perfeitos. Todo indicador empírico tem defeitos; todos podem ser melhorados e a busca de melhores indicadores é infinita.

Eu diria eterna, uma vez que associações empíricas entre as variáveis quase nunca são perfeitas. Têm-se, desta maneira, dificuldades em estabelecer as dimensões, os indicadores; têm-se dificuldades na coleta de dados, principalmente pelo uso de amostras; coloca-se “*ceteris paribus*” tudo mais que ultrapassa as variáveis testadas, quando se sabe, de antemão, que na sociedade (até mesmo na relação da sociedade com as demais variáveis do meio ambiente) existe uma intercambiabilidade inerente ao que somos: seres humanos convivendo em sociedade e convivendo com as demais espécies do planeta, inseridos num espaço geográfico de um planeta de nome Terra.

Edward Carmines e Richard Zeller *apud* Babbie (1999, p. 197), “discutem três tipos adicionais de validade: validade relacionada a critério, validade de conteúdo e validade de construção”. A validade de critério baseia-se em algum critério, por exemplo o sucesso da aprendizagem em determinada disciplina com a medida da nota média adquirida na mesma. A validade do conteúdo refere-se ao grau com que uma medição cobre a amplitude de significados incluídos no conceito. A medição da democracia pode ir muito além do comparecimento às urnas, como abranger as instituições e a cultura de um povo. A validade de construção assenta-se no modo

como uma medida se encontra associada a outras variáveis num sistema de relações teóricas. Abaixo, apresenta-se o exemplo da satisfação conjugal:

suponha que você quer estudar as fontes e consequências da “satisfação conjugal”, desenvolva uma medida de satisfação conjugal e deseje avaliar sua validade. Além da medida, você terá desenvolvido também certas expectativas teóricas sobre como a variável satisfação conjugal se relaciona a outras. Por exemplo, você pode ter concluído que maridos satisfeitos têm menos probabilidade de espancaram suas mulheres do que maridos não satisfeitos. Se sua medida de satisfação conjugal se relaciona ao espancamento de mulheres da forma esperada, este resultado constitui evidência da validade de construção da sua medida. Mas, se maridos “satisfeitos” e “insatisfeitos” tiverem igual probabilidade de espancar suas mulheres, este resultado desafiará a validade da sua medida (BABBIE, 1999, p. 197-198).

Muitos dos conceitos que se utilizam nas ciências sociais, a exemplo dos conceitos de democracia e desenvolvimento, apresentam nuances sutis, pois evoluíram no tempo sendo difícil de precisar o que se quer dizer com eles, a não ser que se especifique o tempo e o espaço no qual estão inseridos. Dahl (2001) afirma sobre a democracia: o próprio fato de ter uma história tão comprida, ironicamente, contribui para a confusão e a discordância, pois ‘democracia’ tem significados diferentes para povos diferentes, em diferentes tempos e diferentes lugares. Romão (1993, p. 11), tratando sobre a pobreza, um dos conceitos com as características acima levantadas, destaca:

as distintas ideias de conceber, visualizar e caracterizar (...) estão umbilicalmente ligadas às doutrinas estabelecidas sobre o fenômeno, na forma como são contempladas por diversos grupos de cada sociedade em diferentes épocas e lugares.

A riqueza de significado desses conceitos torna difícil a sua tradução em medições confiáveis, nas quais sempre possibilitarão a abertura para críticas. Isso porque a única justificativa para o significado que o pesquisador atribui é a sua utilidade em entender a realidade do mundo.

Porém, toda e qualquer investigação sobre um fenômeno requer que se precise, de maneira transparente, seu conteúdo conceitual, visto que é exatamente através do conceito empregado que se vão determinar quais as situações e peculiaridades que são passíveis de serem caracterizadas, como ocorrência ou não de determinado fenômeno. Para Romão (1993, p. 27), “a transparência do conceito é um pré-requisito para a mensuração do fenômeno, posto que não se deva, enquanto

na esfera do rigor científico, pretender mensurar algo que não se sabe exatamente o que é”.

1.3 Índices e Escalas

Nas ciências sociais, índices e escalas são utilizados, frequentemente, para medir uma variável complexa ou um conceito que envolve várias dimensões. Dificilmente, chega-se a uma medida de variável complexa a partir da resposta a uma única questão, pois um item único pode não representar alguns respondentes na pesquisa. Como medir desenvolvimento, democracia, religiosidade, autoritarismo etc. observando uma única questão? Segundo Babbie (1999, p. 214), “se um único item de questionário nos dá somente uma localização rudimentar de um respondente numa variável, vários itens podem dar uma medida mais exata e abrangente”. Índices e escalas são modelos de redução de dados, de várias respostas, num único escore, mantendo os detalhes específicos do conjunto de respostas.

As medidas de índice e escala se enquadram, geralmente, no nível de mensuração ordinal. A escolha de uma pessoa numa escala, ou a medida de um índice de um país, dá uma indicação relativa quando comparada a outras pessoas, ou outros países, que responderam a questão ou que foram avaliados na pesquisa.

Pela maneira como os escores são atribuídos, pode-se distinguir índices de escalas. A soma, ou a soma ponderada, dos escores atribuídos a determinadas questões formará um índice. A escala atribuirá um escore a um padrão de resposta. Pode-se exemplificar da seguinte forma: se estabelece escore 0 (zero) para o país que não pratica eleições livres e 1 (um) caso pratique; escore 0 (zero) para o país que não apresenta um judiciário independente e 1 (um) caso presente; escore 0 (zero) para um país que não apresenta imprensa livre e 1 (um) caso presente. Assim, um índice de democracia poderá ser criado baseado na soma dos escores nas três questões levantadas.

O índice, portanto, variaria de 0 (zero) a 3 (três); de autoritarismo resultado 0 (zero) a plena democracia resultado 3 (três). Numa escala, pode-se observar o padrão de respostas e estabelecer escore 7 (sete) para um país que pratica eleições livres,

tem um judiciário independente e imprensa livre e escore 0 (zero) caso ele não apresente nenhuma das opções acima.

Escalas, geralmente, são superiores a índices, uma vez que escores de escalas envolvem mais informações do que escores de índices. Segundo Babbie:

um exame da literatura substantiva baseada em dados de survey mostra que índices são usados muito mais frequentemente do que escalas. Mas, ironicamente, a literatura metodológica contém muito pouco, se alguma discussão sobre construção de índice, apesar de abundarem as discussões sobre construção de escalas. Há duas razões aparentes para isto. Primeiro, índices são usados mais frequentemente porque, em geral, é difícil ou impossível construir escalas a partir dos dados que se têm. Segundo, métodos de construção de índices não são discutidos porque parecem óbvios e diretos (BABBIE, 1999, p. 216).

No momento, explora-se um pouco mais o exemplo. A figura 2 mostra o exemplo da criação de uma escala e de um índice de democracia baseados nas três questões anteriormente citadas: eleições livres, judiciário independente e, por último, imprensa livre.

Figura 2 – Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia.

INDICADOR	FLUXO DE RESPOSTAS							
ELEIÇÕES LIVRES	NÃO				SIM			
JUDICIÁRIO INDEPENDENTE	NÃO		SIM		NÃO		SIM	
IMPrensa LIVRE	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
ESCALA	0	1	2	3	4	5	6	7
ÍNDICE (NÃO=0, SIM=1)	0	1	1	2	1	2	2	3

FONTE: Elaboração própria.

É possível verificar que na medida de escala tem-se 8 (oito) opções de combinar as duas respostas para as três questões. Os resultados para escalas terão pontuação de 0 (zero) para os países que apresentaram 'não' nas três questões (ditaduras) a 7 (sete) para os países que tiveram 'sim' para as três questões

(democracias plenas). A ordem dos demais é montada de forma que um 'sim' na primeira questão prevaleça sobre um 'sim' na segunda questão e, em seguida, sobre um 'sim' na terceira questão. Desta forma, a ordem como as questões são montadas prevalece sobre o resultado. Pode-se observar, ainda, que cada combinação gera um resultado específico na escala acima, mas é possível abranger em uma só medida alguns dos resultados apresentados.

No mesmo exemplo da figura 2, um índice correspondendo à soma das respostas 'sim' – lembrando que o 'sim' vale 1 (um) e o 'não' vale 0 (zero) – nas três questões vai variar de 0 (zero) a 3 (três). Pode-se, também, assumir um 'não' igual a -1 (menos um) e o 'sim' igual a 1 (um), variando o índice de -3 (menos três) a 3 (três). Esclarecendo que resultados 'não', ou negativos, são característicos de regimes ditatoriais e resultados positivos a regimes democráticos.

Observe, desta maneira, que houve uma inversão na ordem comparada à escala, quando um 'não' na primeira questão e dois 'sim' nas questões seguintes sobrepõe a um 'sim' na primeira questão seguida de dois 'não'. Cabe destacar que podem ponderar as questões, podendo-se dizer que um 'sim' na primeira questão vale 45%, na segunda vale 30% e na terceira, 25%. A figura 3, a seguir, demonstra que esta ponderação não mudaria a inversão na ordem observada anteriormente.

Figura 3 – Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia, ponderado 01 para os indicadores.

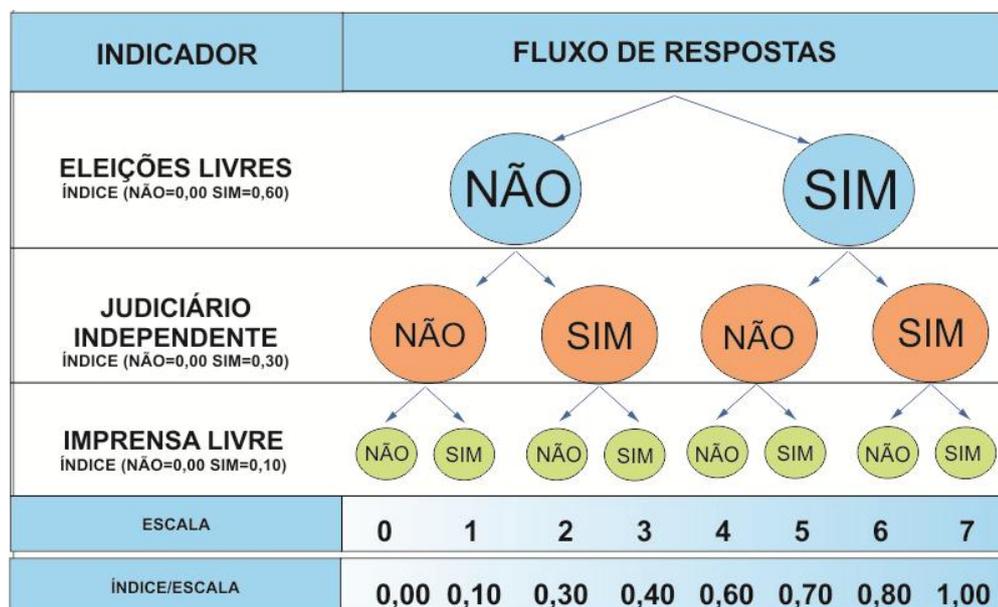
INDICADOR	FLUXO DE RESPOSTAS							
ELEIÇÕES LIVRES ÍNDICE (NÃO=0,00 SIM=0,45)	NÃO				SIM			
JUDICIÁRIO INDEPENDENTE ÍNDICE (NÃO=0,00 SIM=0,30)	NÃO		SIM		NÃO		SIM	
IMPrensa LIVRE ÍNDICE (NÃO=0,00 SIM=0,25)	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
ESCALA	0	1	2	3	4	5	6	7
ÍNDICE/ESCALA	0,00	0,25	0,30	0,55	0,45	0,65	0,75	1,00

FONTE: Elaboração própria.

Mas, se a ponderação for de 60% para o 'sim' na primeira questão, 30% para o 'sim' na segunda questão e 10% para o 'sim' na terceira questão, observa-se que se consegue a ordem estabelecida pela escala, conforme pode ser vislumbrado na figura 4. Ao adotar pesos entre as questões cria-se uma escala. Ao retirar os pesos entre as questões (dando peso igual para o 'sim' em qualquer das questões ou, ainda, peso 1 (um) para o 'sim') está-se adotando um índice e não uma escala. Um índice permite pesos diferentes às respostas a uma questão, mas não entre as questões, ao passo que uma escala adota pesos diferentes entre as questões.

Trabalha-se, nesse exemplo, com três questões, cada uma com duas alternativas. Pense na montagem de uma escala com 10 (dez) questões, cada uma com 5 (cinco) respostas. É por essa razão que escalas, geralmente, são superiores a índices, uma vez que escores de escalas envolvem mais informações do que escores de índices e, segundo Babbie (1999), frequentemente, índices são mais usados que escalas.

Figura 4 – Exemplo da criação de um índice e de uma escala de democracia, ponderado 02 para os indicadores.



FONTE: Elaboração própria.

Os critérios para incluir questões ou itens em um índice são: a) validade lógica, ou seja, a questão deve aparecer para indicar o que o índice quer demonstrar ou o seu oposto (democracia e autoritarismo); b) unidimensionalidade, isto é, uma medida composta deve representar apenas uma dimensão, de forma que questões que

refletem desenvolvimento não devem ser incluídas numa medida de democracia, mesmo que se encontre uma relação empírica entre as duas; e, c) observar as variâncias dos dados e criar itens que indiquem essas variâncias, ou seja, uma questão que indique que todos os países são democráticos não será útil na criação do índice.

Devem-se examinar, no processo de construção de índices ou escalas, as relações bivariadas entre as questões ou itens, as quais devem apresentar uma relação empírica entre si. Se várias questões refletem a democracia de um país, quem aparecer como democrático num item deve, geralmente, também aparecer assim nos outros itens. Por ser raro que vários itens, ou questões, estejam perfeitamente associados, é dessa dispersão que surge a necessidade da construção do índice. Sendo assim, quem aparecer democrático em um item tem maior probabilidade de aparecer democrático em outro.

Babbie (1999, p. 219) discorre acrescentando que

você deve examinar todas as possíveis relações bivariadas entre os vários itens considerados para inclusão no índice, para determinar as forças relativas das relações entre os vários pares de itens. Para tal, pode usar tabelas de porcentagens, coeficientes de correlação, ou ambos. O critério primário para avaliar essas relações é a força delas. Contudo, deve-se usar este critério com sutileza, ficando alerta com itens não relacionados empiricamente entre si. É improvável que itens não relacionados entre si meçam a mesma variável. Um item não relacionado a vários outros provavelmente deve ser abandonado. Ao mesmo tempo, outro sinal de perigo é uma forte correlação entre dois itens. No limite, se dois itens têm uma correlação perfeita, só precisamos de um deles no índice, porque um carrega todas as indicações fornecidas pelo outro.

Dada a variabilidade das observações a serem medidas, no exemplo da democracia, e dada a variabilidade dos países na forma das suas democracias, o pesquisador se depara com um *trade-off* ao estabelecer a amplitude desejada dos escores do índice. O dilema está em estabelecer a maior amplitude de medição possível para o índice – o que nos levaria ao máximo de casos possíveis contidos em uma escala – ou ter um número adequado de casos em cada ponto do índice. Esta decisão envolve a variância das respostas, pois se estendermos muito os extremos de um índice, menos casos serão encontrados em cada extremidade. Assim, para o caso da democracia, quase nenhum país será classificado como plenamente democrático ou autoritário no seu outro extremo.

Na atribuição de escores para cada questão o pesquisador deve decidir entre atribuir pesos iguais ou ponderar de forma diferente as questões selecionadas para o índice. Na compreensão de Babbie (1999), por ser uma questão ainda não estabelecida, ou em aberto, sugere que os itens devem ter pesos iguais a menos que haja fortes razões para receberem pesos distintos e, dessa forma, devem ser justificadas as razões para tal ponderação.

Se cada passo na construção de um índice for dado de forma cuidadosa, tem-se uma probabilidade maior do índice medir corretamente ao que se refere. Para um bom índice de democracia, países classificados como democráticos devem corresponder a nossa compreensão de que realmente são democráticos. Essa forma de validação, conhecida como validação externa, nos levará a um dilema, como elaboradores do índice, se o índice fracassar consistentemente, pois é necessário optar entre duas possibilidades: o índice não mede adequadamente o que se propõe, ou a validação é que está inadequada para medir o índice. Quem trabalhou arduamente na construção de um índice, achará bastante atraente a segunda opção.

Uma escala corresponde, portanto, a uma medida composta elaborada numa estrutura de intensidade entre as questões usadas na medida. Os padrões de respostas das questões, na forma que são estruturados, já estabelecem uma ponderação entre as questões, como visto no exemplo da figura 2.

Na construção de índices, as respostas individuais para as questões são ponderadas e os escores independentes somados. Seguindo este esclarecimento, a medição conhecida por Escala Likert, criada por Rensis Likert¹⁴, representa uma maneira mais refinada, ou sistemática, na construção de índices.

Geralmente, a Escala Likert está associada a um formato de perguntas com respostas que vão num sentido ordenado de ‘concordam plenamente’, ‘concordam’, ‘discordam’ ou ‘discordam plenamente’ com modificações para ‘aprovam’, ‘aceitam’, etc. As respostas às questões na Escala Likert seguem uma ordem de posição que

¹⁴ Rensis Likert nasceu nos “Estados Unidos em 1903, faleceu em 1981. Filho de engenheiro da Union Pacific Railroad, seguiu inicialmente os passos do pai realizando seu treinamento profissional em engenharia. Influenciado pelos conflitos que pôde observar durante a grande greve de 1922, resolveu estudar as organizações e o comportamento humano. Rensis Likert recebeu seu B.A. em Sociologia pela Universidade de Michigan em 1926. Sua entrada precoce nestas áreas foi a base para muito do trabalho de Likert. O campo da sociologia na década de 1920 foi altamente experimental e incorporou muitos aspectos da psicologia moderna. Em 1932 recebeu seu Ph.D. em Psicologia pela Universidade de Columbia. Por seu trabalho de tese, produzidos numa escala de pesquisa (Escala de Likert), como um meio de medir atitudes, mostrando que é captada mais informação do que os métodos concorrentes” (HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2015).

não permitem a ambiguidade das categorias de respostas, e se presta, desta forma, à construção de índices já que estabelece um ordenamento nos itens de resposta para as questões, e não uma estrutura de intensidade entre as questões que compõe um índice. A Escala Likert corresponde a um padrão de resposta para a questão, e a soma desses escores atribuídos a esses resultados corresponderá a um índice. Ao estabelecer ponderação às respostas por questão, se está criando uma escala.

A ponderação dos valores, ou seja, dos 'sim' nas questões do nosso exemplo da figura 3 e figura 4, objetiva evitar que um determinado índice falhe ao considerar que nem todas as questões consideradas são igualmente importantes. As escalas dão mais segurança com relação à ordinalidade.

Antes de descrever algumas das escalas comumente usadas nas ciências sociais, discorre-se sobre conceitos de atitude e suas diferenciações dos conceitos de comportamento. A importância desses esclarecimentos se deve aos vários índices, utilizados no referido campo de conhecimento, que fazem uso de questionários para realizar levantamentos de atitudes, comportamentos, ao exemplo do Latinobarômetro (em anexo).

Em Gade *apud* Oliveira (2001, p. 7), o conceito de atitude pode ser definido como “a predisposição interna fundamentada em processos perceptivos, motivacionais e de aprendizado, organizados de uma forma relativamente estável”. Neste sentido, atitudes representam uma predisposição que poderá levar a um comportamento em relação a uma situação, produzindo comportamentos consistentes.

A atitude possui três principais componentes: componente cognitivo – as crenças... componente afetivo – sentimento... componente comportamental – predisposição para uma reação comportamental... A formação de uma atitude é resultante de: crenças, reflexos condicionados, fixações, julgamentos, estereótipos, experiências, exposições a comunicações persuasivas, trocas de informações e experiência com outros indivíduos, entre outros (FAUZE *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 8).

Para Dillman *apud* Oliveira (2001, p. 8):

Todas as variáveis encontradas na pesquisa de levantamento podem ser classificadas em quatro categorias: atributos, variáveis comportamentais, crenças e atitudes.

Atributos são características pessoais ou demográficas dos respondentes do estudo tais como nível educacional, idade, tamanho da família e número de filhos.

As variáveis comportamentais relacionam-se com atividades envolvidas no estudo, por exemplo, frequência de visitas em uma loja ou o nível de cobertura de leitores que um tipo de revista alcança.

Crença é um estado de conhecimento que os respondentes do estudo consideram verdadeiro, independente de ser, na realidade, correto ou não.

Atitude é o estado mental capaz de influenciar a escolha de ações de uma pessoa e mantê-la de forma consistente com essas ações.

Tomando-se por base o questionário do Latinobarômetro (2011), em anexo, pode-se demonstrar alguns exemplos de questões da classificação citadas por Dillman *apud* Oliveira (2001) e dispostas no quadro 3.

Quadro 3 – Exemplos de questões no questionário do Latinobarômetro (2011), na classificação de Dillman *apud* Oliveira (2001).

VARIÁVEIS	EXEMPLOS NO LATINOBARÔMETRO (2011)
Atributos	S28, S29, S30, S31A, S31B, S32, S33, etc.
Variáveis Comportamentais	P80ST.A a P80ST.F, P82N, S3NICC10, S33ST, S33ST.A, S33ST.B, etc.
Crenças	P3STA, P3STB, P4ST, P5STICC1.A, P5NICC2.B, P6ST, P7STICC3, P8STICC4, etc.
Atitudes	P1ST, P2ST, P13ST, P14ST.A, P14ST.B, etc.

FONTE: Elaboração própria.

Para Parasurama (1991) *apud* Oliveira (2001, p.10), “os atributos e as variáveis comportamentais são menos ambíguos e mais visivelmente mensuráveis que as crenças e atitudes”. A mensuração de atitudes envolve muita complexidade e, por não ser observável, temos a existência de vários tipos de escalas de mensuração, cabendo ao pesquisador adotar aquela que seja mais apropriada.

Neste trabalho, trata-se, de forma breve, das escalas de Thurstone¹⁵, Guttman¹⁶ e Likert bastante utilizadas nas ciências sociais. A Escala Thurstone é considerada uma escala de intervalo envolvendo uma matemática complexa, relativamente cara e consumindo muito tempo. Para Chisnall (1973) *apud* Oliveira (2001, p.12), “por causa destas complicações, este método tende a ser menos usado na prática”. Assim, o procedimento de uso da escala de Thurstone:

¹⁵ Louis Leon Thurstone (1887-1955), americano pioneiro no campo da psicometria e da psicofísica. Concebeu a medida conhecida como Lei do Julgamento Comparativo e contribuiu para a análise fatorial.

¹⁶ Louis Guttman (1916-1987), israelense matemático e professor de Avaliação Psicológica Social na Universidade Hebraica de Jerusalém.

1. Os pesquisadores preparam uma lista de afirmações a respeito do objeto em questão.
2. As afirmações são avaliadas por um determinado número de juízes que as classificam em onze grupos, dos mais favoráveis aos menos favoráveis. Os valores da média de cada grupo são calculados.
3. São selecionadas de 20 a 25 afirmações, e são descartadas aquelas que não estão indicadas pelos quartis que medem a dispersão do julgamento.
4. Estas afirmações selecionadas são apresentadas aos respondentes em ordem aleatória para que eles concordem ou não com a afirmação.
5. A colocação do respondente na escala será resultante da média dos valores obtidos com as respostas que foram confirmadas (FAUZE (1996); CHISNALL (1973); CHURCHILL (1998) *apud* OLIVEIRA, 2001, p.12).

O procedimento de aplicação da escala de Thurstone para uma variável, segundo Babbie (1999, p. 235), é o seguinte:

Dá-se a um grupo de “juízes” talvez cem itens, que se acredita serem indicadores de alguma variável. Pede-se a cada um para estimar com que força cada item é indicador da variável, atribuindo escores de, por exemplo, 1 a 13. Se a variável for preconceito, pede-se aos juízes para marcar 1 para os indicadores mais fracos de preconceito, 13 para os mais fortes e números intermediários para os que estiverem entre eles.

Depois de os juízes terminarem a tarefa, examinam-se os escores que atribuíram a cada item, para determinar quais itens produziram mais acordo entre eles. Os itens sobre os quais mais discordaram são rejeitados como ambíguos. Seleciona-se, entre os itens que produziram acordo geral, um ou mais para representar cada escore da escala de 1 a 13.

Como ponto fraco para esta escala destaca-se o fato de não poder identificar a intensidade da atitude, uma vez que o entrevistado ou respondente só poderá concordar ou discordar de uma afirmação. Neste caso, não se pode diferenciar um resultado de atitude em ‘concordar’ ou ‘concordar plenamente’.

A Escala de Thurstone é considerada uma escala no nível intervalar, por ser a resposta do entrevistado transformada pela média dos valores obtidos com a nota dos juízes. Não se pode avaliar esta escala como de nível de razão, pois não há um zero absoluto nesta contagem.

Já a escala desenvolvida por Louis Guttman, conhecida por Escala de Guttman, é bastante utilizada por acadêmicos e institutos de pesquisas de mercado. “A escala de Guttman é um método de escalas acumulativas que procura definir mais precisamente a área neutra de uma escala de atitude”, consoante afirma Chisnall (1973) *apud* Oliveira (2001, p. 21).

Ela segue o sentido da escala de Thurstone no fato de que algumas questões podem apresentar indicadores mais difíceis do que outros. A sua estrutura é

conhecida com o argumento de quem ‘concorda’ com uma questão difícil ‘concorda’ com as mais fáceis. É similar à Escala Likert com a diferença de ser uma técnica acumulativa, o que significa que a questão posteriormente selecionada sobre atitudes de um mesmo assunto, incorpora a ideia da questão anterior.

O método consiste no seguinte:

1. Uma série de questões sobre atitudes referentes a um mesmo assunto é feita aos respondentes.
2. Após cada questão, os respondentes são questionados a respeito de quão fortemente eles se sentem em relação ao assunto e, dessa forma, a intensidade de seus sentimentos é registrada. As respostas são classificadas por nível de intensidade como: concordo fortemente, concordo, indeciso, discordo, discordo fortemente. Essas afirmações são pontuadas de zero a quatro pontos, sendo concordo fortemente igual a quatro e discordo fortemente igual a zero.
3. A pontuação de cada respondente é computada. A maior pontuação alcançada será o número de afirmações vezes a pontuação da intensidade mais alta. Por exemplo, se são sete afirmações e a pontuação varia de zero a quatro, então a pontuação mínima será zero, e poderá se estender até vinte e oito pontos.
4. A pontuação dos respondentes é registrada em um "escalograma", que é um esquema designado para simplificar o processo de análise total (CHISNALL (1973) *apud* OLIVEIRA (2001, p. 21).

Cabe lembrar que uma das principais funções de um escalonamento é a redução, de forma eficiente, dos dados, mantendo o máximo possível da informação originalmente transmitida pelo entrevistado. Dito posto, quando no nosso exemplo da figura 2 as questões sobre democracia resultaram na formação de um índice, o valor para os ‘sim’ em todas as três questões foi igual a 1 (um). Ao estabelecer uma ponderação como na Escala de Guttman, figura 3 e figura 4, passa-se a ter uma escala e não um índice. Eles, ao receberem escores de escala, permitiram uma reprodução mais exata das respostas originais a todas as três questões.

Ademais, ainda cabem algumas considerações sobre a Escala de Likert. Ela é semelhante à Escala Thurstone com a diferença que os entrevistados não respondem apenas se ‘concordam’ ou ‘discordam’, mas informam sobre a intensidade da concordância ou discordância, uma vez que podem marcar alternativas como ‘concordo plenamente’, ‘concordo parcialmente’, ‘incerto’, ‘discordo parcialmente’ e ‘concordo totalmente’.

aos vários graus de concordância/discordância são atribuídos números para indicar a direção da atitude do respondente. Geralmente, os números utilizados variam de 1 a 5, ou -2, -1, 0, +1, +2. O conjunto de números

utilizados não faz diferença em função das conclusões a que se quer chegar, o importante é que se atribua corretamente os números às respostas de afirmações positivas e negativas (FAUZE (1996) *apud* OLIVEIRA (2001, p. 20).

A sua força é de fornecer direção sobre a atitude do entrevistado em relação a cada questão respondida, sendo numeração ou resultado positivo ou negativo. Cabe esclarecer, ainda, que a Escala Likert é uma escala no nível de mensuração ordinal. Para Chisnall (1973) *apud* Oliveira (2001, p. 20), “a escala de Likert não produz uma escala de intervalos, ela não é adequada para concluir sobre o significado das distâncias entre posição das escalas”.

Assim, vale salientar que se usam as escalas para as escolhas das questões consideradas importantes para compor uma variável complexa, bem como se usa o padrão de determinada escala para pesar alternativas de respostas para uma determinada questão que comporá um determinado índice, a exemplo do uso da Escala Likert nos pesos das alternativas de uma questão. Alguns dos exemplos de questões com respostas no padrão da Escala Likert, a partir do questionário do Latinobarômetro (2011) em anexo, são: P66ST.A a P66ST.E, P67ST.A a P67ST.F, P68ST, P83N.

1.4 Metodologia da Associação e dos Testes de Hipótese

Volta-se a Babbie (1999, p. 331):

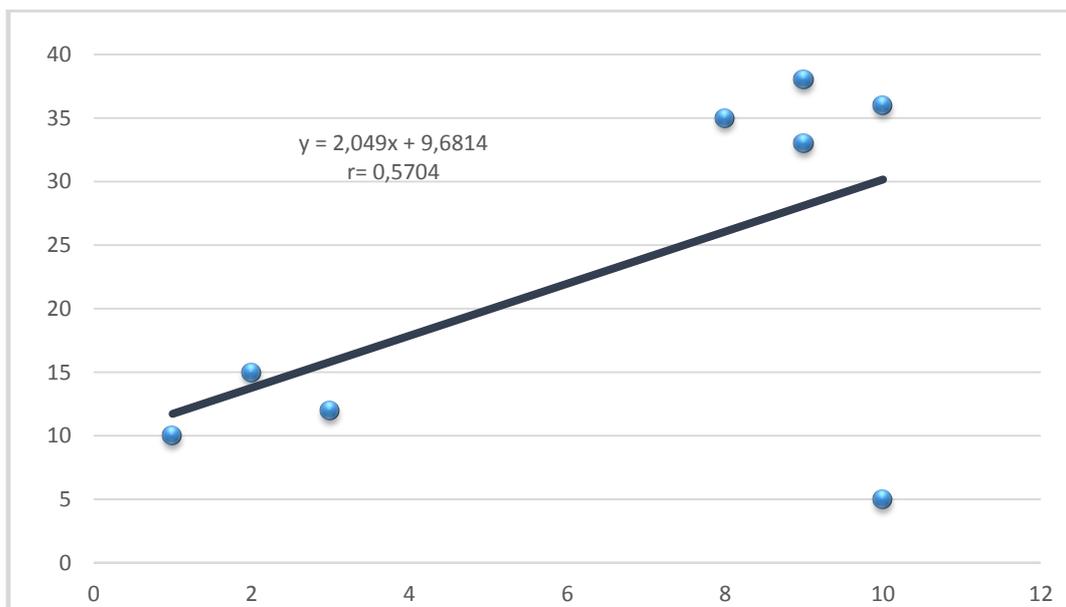
medição e associação são conceitos inter-relacionados que devem ser trabalhados lógica e simultaneamente. Em vez de dar ordenamento a uma série de passos fixos, você deve dar estes passos para frente e para trás, incessantemente. Suas construções teóricas são, muitas vezes, feitas em torno de associações previamente observadas entre indicadores empíricos, construções teóricas parciais podem sugerir o exame de novos dados empíricos, e assim por diante. Espera-se que após cada atividade você entenda um pouco melhor o tema do seu interesse. É raro o “experimento crítico” que determina de uma vez por todas o destino de toda uma teoria.

A visualização dos dados, em um gráfico de dispersão, é o primeiro passo numa análise de associação (correlação) ou de construção de uma linha de

tendência¹⁷. Portanto, tem-se, desde já, uma primeira ideia do comportamento da relação entre duas variáveis. Para Doane e Seward (2008, p. 502), “este método é, naturalmente, inexato. No entanto, a experiência mostra que as pessoas são boas em ajustar uma linha ‘a olho nu’”. Pode-se, neste momento, intuir sobre o modelo que melhor se adequa a associação, a exemplo do modelo linear, exponencial ou outra função matemática.

Às vezes não se compreende a linha de tendência que o computador desenha no diagrama de dispersão, por ser esse gráfico uma imagem de duas dimensões. Observe os dois gráficos a seguir: gráfico 1 e gráfico 2.

Gráfico 1 – Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação (exemplo 1).

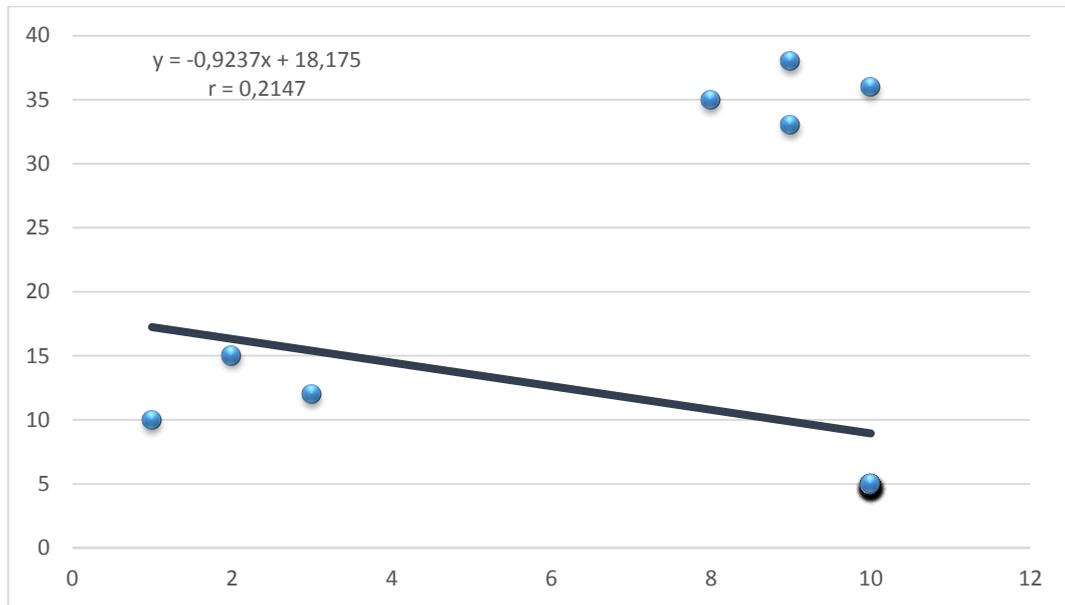


Fonte: Exemplo elaborado pelo autor.

Observe os pontos do gráfico acima e a linha de tendência a eles ajustada. Compare com o gráfico a seguir.

¹⁷ A linha de tendência corresponde a uma curva ou, como é mais conhecida, Reta de Regressão Ajustada. A relação bivariada hipotetizada pode ser linear, quadrática, exponencial, etc. já que a forma de dispersão dos dados pode requerer formas de modelo não-lineares nas variáveis, porém lineares nos parâmetros.

Gráfico 2 – Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação (exemplo 2).

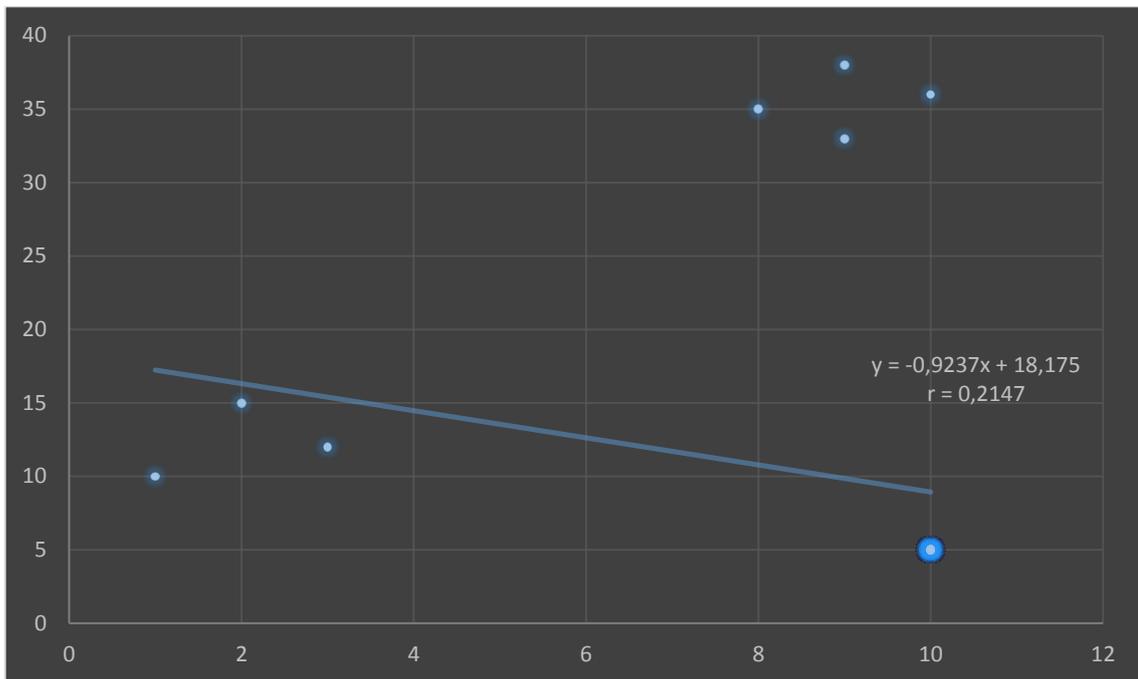


FONTE: Exemplo elaborado pelo autor.

Desde já, deve-se esclarecer que essa forma de gráfico oferece pequeno recurso que permite o esclarecimento do porquê as linhas de tendência seguem em sentidos contrários. Verifique que o ponto de coordenada (10;5) apresenta-se um pouco mais denso que os demais pontos (outros tipos de diagrama de dispersão buscam apresentar melhor este fato, como o gráfico 3 a seguir). A linha de tendência do gráfico 1 apresenta um coeficiente angular positivo e a linha de tendência do gráfico 2 apresenta um coeficiente angular negativo. A diferença é que temos oito pontos no primeiro gráfico e trinta pontos no segundo gráfico, sendo vinte e três pontos com o mesmo par de coordenadas (10;5). Na literatura, essa situação é conhecida como “pontos atratores” ou pontos de maiores densidades, quando o estudo visa à descoberta e à análise desses pontos.

Neste estudo, os gráficos são utilizados para análise da inclinação das curvas, ou linhas de tendência, e suas alterações nos indicam os impactos, em hipóteses estabelecidas. As formas numéricas de testar a associação são mais eficientes, pois não há maneira de um ponto se esconder atrás de outro ponto.

Gráfico 3 – Diagrama de dispersão, linha de tendência, equação da reta e coeficiente de correlação (nova versão do exemplo 2).



FONTE: Exemplo elaborado pelo autor.

Para Levin, Fox e Forde (2012, p. 300):

descobrir a existência de uma relação não indica grande coisa a respeito do grau de associação, ou correlação, entre duas variáveis. Muitas relações são estatisticamente significativas – isto é, são mais forte do que você esperaria obter apenas como resultado de um erro amostral, embora algumas poucas expressem uma correlação perfeita. Por exemplo, sabemos que a altura e o peso estão associados, tendo em vista que quanto mais alta for a pessoa, mais pesada ela tende a ser. Entretanto, há uma série de exceções à regra. Algumas pessoas altas pesam muito pouco, algumas pessoas baixas pesam bastante. Da mesma maneira, ação entre idade e patrimônio não impossibilita que encontremos muitos adultos jovens que, em apenas alguns anos, acumularam um patrimônio maior do que alguns mais velhos conseguiram em décadas.

A medição de maior precisão da associação entre duas variáveis é realizada com duas medidas estatísticas largamente utilizadas com esse objetivo: a covariância e a correlação, que medem uma associação linear entre duas variáveis. A covariância fornece uma medida não padronizada do grau no qual elas se movem juntas, e é estimada tomando o produto dos desvios da média para cada variável em cada período ou observação. Para duas séries de dados a exemplo de $X(X_1, X_2, \dots, X_n)$ e $Y(Y_1, Y_2, \dots, Y_n)$, a covariância é calculada pela forma:

$$\text{Covariância} = \sigma = \sum_{i=1}^n (X_i - \mu_x)(Y_i - \mu_y)$$

Um valor diferente de zero para covariância indica a existência da associação entre duas variáveis. O sinal positivo para a covariância indica que elas se movem juntas na mesma direção, e o sinal negativo indica que elas se movem em direção contrárias. O problema do uso da covariância é que a mesma não permite uma ideia da intensidade da associação, apesar de crescer com o poder do relacionamento entre ambas. Isso acontece por não ser a covariância uma medida padronizada.

A solução encontrada para o problema acima ocorre com a criação do coeficiente de correlação, uma medida padronizada da relação entre duas variáveis. Ela é calculada a partir da covariância e dos desvios-padrões das variáveis estudadas, na fórmula a seguir, para o Coeficiente de Correlação de Pearson¹⁸:

$$r = \sigma_{xu} / \sigma_x \sigma_y \frac{\sum_{i=0}^n (X_i - \mu_x)(Y_i - \mu_y)}{\sqrt{\sum_{i=0}^n (X_i - \mu_x)^2} \sqrt{\sum_{i=0}^n (Y_i - \mu_y)^2}}$$

O Coeficiente de Correlação de Pearson (r) – ou coeficiente de correlação produto-momento ou r de Pearson – mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas, sendo um índice adimensional e paramétrico¹⁹. O resultado para o coeficiente de correlação é um número real entre -1 e +1, ambos incluídos. Uma correlação próxima à zero indica que as duas variáveis não estão associadas. O resultado positivo indica que as duas variáveis movem-se juntas na mesma direção, sendo considerada uma relação forte quanto mais próximo de um é o seu resultado. O resultado negativo indica que as duas variáveis movem-se em direções opostas e,

¹⁸ Karl Pearson nasceu em Londres em 1857 e faleceu em 1936, realizando grandes contribuições para o desenvolvimento da estatística. Fundador do Departamento de Estatística Aplicada na University College London em 1911, contribuiu enormemente na classificação das distribuições, na regressão linear, no coeficiente de correlação produto de Pearson e no teste Qui-quadrado de Pearson.

¹⁹ Jacob Wolfowitz criou o termo estatístico "paramétrico" a fim de definir o seu oposto não-paramétrico: "a maioria desses desenvolvimentos tem uma característica em comum, que é a de que a função de distribuição de diferentes variáveis de um problema podem ser presumidas de uma forma funcional conhecida, e as teorias de estimação e teste de hipóteses são teorias de estimação e de hipóteses sobre um ou mais parâmetros... o conhecimento de cada uma é que determinaria as várias formas de distribuição envolvidas. Nós devemos nos referir a essa situação. . . como o caso paramétrico, e nos referir ao caso oposto, onde a forma funcional das distribuições são desconhecidas, como o caso não paramétrico" (WOLFOWITZ, 1942, p. 264).

quanto mais próximo o resultado estiver de -1, mais forte fica a associação. A correlação obtida através do coeficiente de Pearson, que é a medida de associação mais conhecida, é linear. Assim, nos casos em que a relação entre as variáveis seja não linear (quadrática, cúbica, exponencial, etc.), ela não será medida adequadamente.

Para conseguir um resultado, que se apresente robusto, da associação entre o desenvolvimento e a democracia utiliza-se, na maioria dos testes, o Coeficiente de Correlação de Spearman entre as variáveis de medição da democracia entre se ou contra as variáveis de medição do desenvolvimento. O coeficiente de correlação busca captar se alterações em uma variável são acompanhadas por variações em outra variável objeto do estudo. A correlação de Spearman (ou correlação de postos de Spearman), denominado pelas letras r_s é um teste não paramétrico que mede a força de associação, caso exista, entre duas variáveis, usando somente os postos (ordem, posição). Uma medida não paramétrica, ao contrário do coeficiente de correlação de Pearson, não requer a suposição que as variáveis sejam quantitativas e, sim, qualitativas ordinais, bem como não requer que a relação entre as variáveis seja linear.

dadas duas variáveis, X e Y, cujos valores são X_i e Y_i , $i = 1, 2, \dots, n$, pode-se buscar relacionar essas variáveis mediante o uso do coeficiente de correlação. O coeficiente de correlação linear de Spearman, conhecido como o coeficiente de correlação de postos, equivale ao coeficiente de correlação de Pearson adaptado a dados transformados em postos de acordo com a transformação de Wilcoxon. A atribuição de postos, nesse caso, é feita separadamente para cada uma das variáveis. Assim, para a variável X atribui-se o posto 1 à menor variável, posto 2 à segunda menor variável e assim por diante, até o posto n para a maior variável. O mesmo procedimento é feito para a variável Y, independente dos valores da variável X. Os empates são tratados como usualmente, ou seja, valores iguais de cada uma das variáveis devem receber o mesmo posto. Assim, se $X(k) = X(k+1)$, ou seja, os valores de ordem k e de ordem k+1 estão empatados, para ambos atribui-se o posto $(k + k+1)/2 = (2k+1)/2 = k+1/2$.

O coeficiente de correlação de postos (Spearman) nada mais é que o coeficiente de correlação linear de Pearson aplicado aos postos dos dados, obtidos independentemente para cada variável (PONTES, 2015, p. 4-5).

A fórmula do coeficiente de correlação de postos de Spearman é:

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum_{i=1}^n d_i^2}{n(n^2-1)}$$

Onde d_i = diferença entre postos para o caso i dos resultados de X_i e Y_i , com i variando de 1 a n , onde n é o número de observações ou tamanho da amostra. O coeficiente de correlação de Spearman apresenta medidas, da mesma forma que a correlação de Pearson, entre -1 e 1, porém se usa a denominação r_s .

O nome da estatística é devido a Charles E. Spearman (1863-1945), psicólogo britânico estudioso do comportamento que investigava a medida Q.I. (coeficiente de inteligência). A medida é bastante utilizada para avaliar até que ponto distintas formas de medir uma variável, por diferentes formas ou indicadores, ou mesmo diferentes dimensões, as avaliações concordam uma com a outra, já que, em muitos casos, espera-se forte concordância uma vez que se está medindo a mesma coisa. Neste trabalho, o uso do coeficiente de correlação de Spearman será utilizado, pois se estará medindo a democracia e o desenvolvimento por índices diversos.

a discussão sobre estatísticas de ordem é especialmente útil na definição e aplicação de testes não-paramétricos, em que os dados originais são substituídos por seus respectivos postos. Os testes não-paramétricos são poderosos substitutos dos testes paramétricos, especialmente nos casos em que as amostras são pequenas, naqueles em que a distribuição dos dados não é normal ou ainda quando dados discrepantes (outliers) ocorrem. Dentre as técnicas não-paramétricas, o coeficiente de correlação de Spearman (r_s) é uma das mais conhecidas e utilizadas na prática. Esse coeficiente é utilizado em substituição ao coeficiente de correlação de Pearson (r) nos casos em que a binormalidade dos dados não ocorre e ainda em situações envolvendo poucos pares de dados (PONTES, 2015, p. 4).

Testou-se a hipótese nula se os valores encontrados para os coeficientes de correlação de Spearman são diferentes de zero (inexistência de associação) e, neste caso, como os testes envolveram pares com, no mínimo, 159 casos e, no máximo, 186 casos. Dado que, para alguns dos países, não existem a medida utilizada, adotou-se, como recomenda Doane e Seward (2008, p. 718): “se n for grande (20 observações ou mais), então podemos supor que a estatística r_s , segue uma distribuição t de Student com graus de liberdade $n-2$ ”. O teste adota a fórmula a seguir:

$$t = \frac{r_s}{\sqrt{\frac{1 - r_s^2}{n - 2}}}$$

Segundo Pontes (2015, p. 5),

para realizar testes de hipóteses sobre o coeficiente de correlação de postos, em geral utiliza-se o procedimento assintótico aplicado ao coeficiente de correlação de Pearson. Entretanto, tais procedimentos não são adequados quando o número de pares de variáveis é pequeno. Nesses casos, é possível se obter o nível de significância (valor-p) exato para o coeficiente obtido ou ainda utilizar testes de permutação aleatórios para a obtenção de valores-p aproximados, nos casos em que o número de possíveis permutações é grande.

Utilizou-se o pacote estatístico IBM SPSS Statistics Version 22, o qual calcula o valor- p^{20} para o teste bilateral (ou unilateral), sem mostrar a estatística do teste t, e após compara-se com o nível de significância α (alfa). Valor- p menor que α rejeita-se a hipótese nula envolvida nos testes de correlação. Ainda, segundo Doane e Seward (2008, p. 720):

os estatísticos são atraídos por testes **não-paramétricos** porque eles não têm a suposição restritiva de normalidade, embora frequentemente ainda haja outras suposições que devam ser satisfeitas (por exemplo, forma similar na população). Muitos testes não-paramétricos têm **poder semelhante** ao de seus pares **paramétricos** (e poder superior quando as amostras são pequenas). O **coeficiente de correlação de Spearman** é como a correlação de Pearson, exceto pelo fato de os dados serem postos.

Exploram-se, um pouco mais, as diferenças entre os testes paramétricos e não-paramétricos, pela razão de se trabalhar com uma amostra de países (cerca de 150 a 180), como pode ser observado na tabela 7, em apêndice. Para alguns países, não são calculadas determinadas medições, em algumas das variáveis, por alguns dos institutos de pesquisa, mas utilizam-se os dados nos limites das informações para manter o país no cálculo, desde que o mesmo apresente um dos índices de democracia, como também um dos índices de desenvolvimento utilizados.

A população dos países, nesse estudo, representa mais de 90% da população mundial, o que poderia ser argumentado em favor de estarmos estudando uma população e não uma amostra. As consequências são que não necessitaríamos realizar testes sobre os valores encontrados, pois os mesmos são o que são, e não existiria nenhuma probabilidade de estarem errados. Tratam-se, porém, os dados desta pesquisa como uma amostra de todos os países do mundo, tendo sido selecionados aqueles para os quais existem levantamentos das variáveis consideradas nesta investigação. Salienta-se, ainda, que para a estatística tem-se um

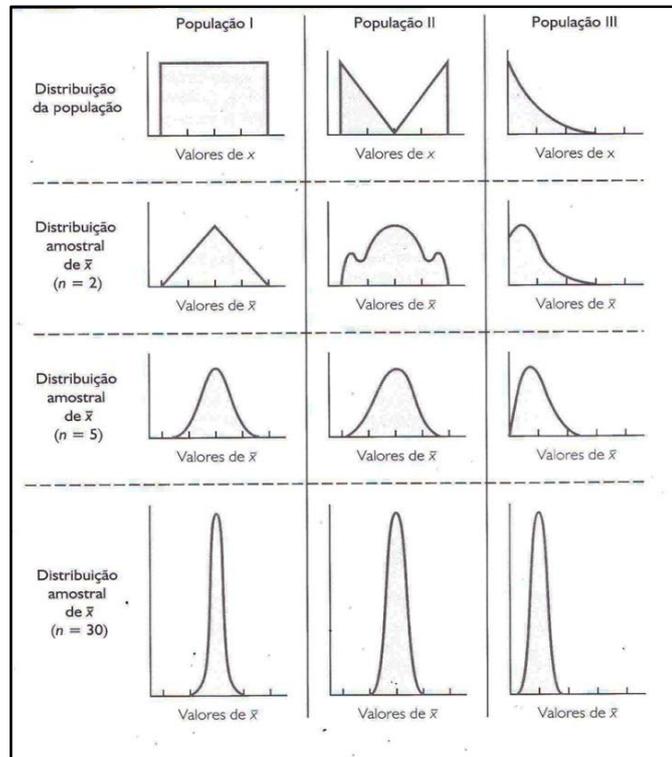
²⁰ Valor- p : probabilidade do erro tipo I. O erro de rejeitar a hipótese nula estando a mesma correta.

tamanho de amostra considerado grande ($n \geq 30$). Segundo Anderson, Sweeney e Williams (2007, p. 252):

a prática geral da estatística é supor que, para a maioria das aplicações, a distribuição amostral de \bar{x} pode ser aproximada por meio de uma distribuição normal sempre que a amostra tiver tamanho 30 ou mais. Nos casos em que a população tem uma inflexão elevada ou existem pontos fora da curva, podem ser necessárias amostras de tamanho 50.

Na estatística, o exposto acima é conhecido como Teorema do Limite Central, assim definido: “ao selecionar amostras aleatórias simples de tamanho n de uma população, podemos aproximar a distribuição amostral da média da amostra \bar{x} por meio de uma distribuição normal à medida que o tamanho da amostra se torna maior” (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007, p. 251). A figura 5 ilustra o teorema do limite central para três populações, na qual se pode observar que, independentemente da distribuição da população, a distribuição amostral tende para um tamanho de amostra igual a 30.

Figura 5 – Ilustração do teorema do limite central para três exemplos de populações.



FONTE: Anderson, Sweeney e Williams (2007, p. 251).

Para Siegel e Castellan Júnior (2006, p. 53):

um teste estatístico paramétrico especifica certas condições sobre a distribuição das respostas na população da qual a amostra da pesquisa foi retirada. Como essas condições não são testadas ordinariamente, elas são assumidas como válidas. A significação dos resultados de um teste paramétrico depende da validade destas suposições. A interpretação apropriada de testes paramétricos baseados na distribuição normal também supõe que os escores a serem analisados resultem de medidas em pelo menos uma escala intervalar.

Um teste estatístico não-paramétrico é baseado em um modelo que especifica somente condições muito gerais e nenhuma a respeito da forma específica da distribuição da qual a amostra foi extraída. Certas suposições são associadas à maioria dos testes estatísticos não-paramétricos, a saber: que as observações são independentes e que talvez a variável sob estudo tenha continuidade subjacente. Porém, essas suposições são em menor quantidade e mais fracas do que aquelas associadas aos testes paramétricos. Além do mais, como veremos, procedimentos não-paramétricos frequentemente testam hipóteses sobre a população diferentes das que são testadas pelos procedimentos paramétricos. Para finalizar, ao contrário dos testes paramétricos, existem testes não-paramétricos que podem ser utilizados apropriadamente a dados medidos em uma escala nominal ou categórica.

Neste momento, explora-se um pouco mais Siegel e Castellan Júnior (2006, p. 54-55) quando elencam as vantagens e desvantagens dos testes não-paramétricos. As vantagens apontadas são:

1. Se o tamanho da amostra é muito pequeno, pode não haver a opção de usar um teste estatístico não-paramétrico, a não ser que a natureza da distribuição populacional seja exatamente conhecida.
2. Testes não-paramétricos tipicamente fazem menos suposições sobre os dados e podem ser mais relevantes para uma situação particular. Além do mais, a hipótese testada pelo teste não-paramétrico pode ser mais apropriada para a investigação da pesquisa.
3. Testes estatísticos não-paramétricos podem ser utilizados para analisar dados que estejam inerentemente classificados em postos, bem como aqueles escores aparentemente numéricos mas que tenham a força de postos. Isto é, o pesquisador pode ser capaz de dizer, sobre seus dados ou objetos, somente que um deles tem mais ou menos quantidade de uma certa característica do que um outro, sem ser capaz de dizer quanto mais ou menos. Por exemplo, estudando uma variável tal como ansiedade, podemos ser capazes de estabelecer que o sujeito A é mais ansioso que o sujeito B sem saber, de forma alguma, exatamente o quanto A é mais ansioso.
4. Métodos não-paramétricos podem ser utilizados para tratar dados que são simplesmente classificatórios ou categóricos, isto é, são medidos em uma escala nominal. Nenhuma técnica paramétrica é aplicável a tais dados.
5. Existem testes estatísticos não-paramétricos apropriados para tratar amostras obtidas de várias populações diferentes. Testes paramétricos, em geral, não podem tratar tais dados sem que tenhamos que fazer suposições visivelmente não realísticas ou sem exigir cálculos tortuosos.
6. Testes estatísticos não-paramétricos são tipicamente mais fáceis de aprender e de explicar do que testes paramétricos. Além do mais, sua interpretação é, em geral, mais direta do que a interpretação de testes paramétricos.

As desvantagens, também levantadas por Siegel e Castellan Júnior (2006), são do desperdício poder/eficiência, por serem os testes estatísticos não-paramétricos sistemáticos e a conveniência dos dados. Alguns trechos textuais são aqui destacados, não significando que os autores concordavam com os mesmos.

se todas as suposições de um modelo estatístico paramétrico são, de fato, encontradas nos dados e a hipótese de pesquisa pode ser testada com um teste paramétrico, então o uso de testes estatísticos não-paramétricos seria desperdício. O grau de desperdício é expresso pelo poder-eficiência do teste não-paramétrico...

Outra objeção aos testes estatísticos não-paramétricos é que eles não são sistemáticos, enquanto que testes estatísticos paramétricos têm sido sistematizados de modo que testes diferentes são simplesmente variações de um tema central.

Outra objeção aos testes estatísticos não-paramétricos tem a ver com a conveniência. Tabelas necessárias para implementar testes não-paramétricos estão bastante dispersas e aparecem em formatos diferentes (SIEGEL; CASTELLAN JÚNIOR, 2006, p. 55).

Realizou-se teste de normalidade com todas as variáveis utilizadas neste trabalho e, para algumas, o teste foi capaz de rejeitar a hipótese nula (H_0) da normalidade. Utilizou-se o Teste Kolmogorov-Smirnov que, aplicado a uma amostra, é considerado um teste de ajustamento em que os dados observados podem ser supostos pertencentes a uma distribuição uniforme, normal ou poisson, à escolha do pesquisador. A idéia deste teste baseia-se em determinar as diferenças entre as funções de distribuição acumulada (fda) suposta para a população e a fda da amostra. Sob H_0 , espera-se que as diferenças entre as duas f^s da sejam pequenas e provocadas por erros aleatórios.

Para Levin, Fox e Forde (2012, p. 9):

a ciência social é chamada com frequência, e de maneira bastante injusta, de estudo do óbvio. Entretanto, é desejável, se não necessário, testar hipóteses a respeito da natureza da realidade social, mesmo aquelas que parecem lógicas e evidentes por si mesmas. Nossas observações de senso comum do dia a dia são geralmente baseadas em ideias preconcebidas e limitadas, muitas vezes preconceituosas, e experiências pessoais. Elas podem nos levar a aceitar sem crítica algumas suposições inválidas a respeito de características de fenômenos e comportamentos sociais.

Examina-se, a seguir, a lógica dos testes de hipóteses por serem muitas das decisões do comportamento do homem baseadas em algum teste de hipótese. A lógica dos testes de hipóteses está na ferramenta da “*reductio ad absurdum*” ou

redução ao absurdo. Este tipo de prova é feito assumindo-se como verdade o contrário do que se quer provar e, então, chega-se a uma contradição.

Ao ensinar teste de hipótese na disciplina de Estatística Aplicada, nas turmas da Universidade Federal de Roraima, dos cursos do Centro de Ciências Administrativas e Econômicas (CADECON), uso o artifício seguinte para o entendimento do teste de hipótese. Em uma pequena lata, coloco sementes de feijão preto e sementes de tento, muito conhecidas por jogadores utilizarem para contabilizar suas vitórias em jogos de damas e dominó, nas pequenas cidades. Coloco uma quantidade, por exemplo: 90% de sementes de feijão e 10% de sementes de tento. Afirmo que encontra-se ali um dos segredos mais buscados pela sociedade atual, e que eu pude verificar que a fórmula é composta por 90% de sementes de tento e 10% de sementes de feijão, o contrário do que eu coloquei na lata. Peço aos alunos que retirem uma das sementes, sem visualizá-las, observe a sua cor e diga para os demais alunos da sala e, após, retorne-a à lata antes da retirada por outro aluno.

O que acontece é que os percentuais das retiradas das sementes de feijão tendem para próximo de 90%, e da semente de tento para próximo de 10%, suas respectivas probabilidades. A partir daí os alunos começam a duvidar da minha afirmativa quanto as respectivas distribuições de frequência das sementes contidas na lata. Já que duvidam do professor, convido a repetir o experimento e o resultado é o mesmo anteriormente alcançado, mas a força da discórdia está instalada. Faço a seguinte pergunta: como vocês podem provar que a minha afirmativa está errada sem ter acesso à verificação de todo o conteúdo da lata (sem pesquisar a população)?

A ferramenta para isto está na redução ao absurdo. Partindo do pressuposto que a minha afirmativa está correta – na estatística conhecida como hipótese nula (H_0) – temos que provar que a probabilidade do resultado do experimento alcançado é muito pequena e, por duas vezes é muito mais pequena. Logo, é absurda a minha afirmativa. Podemos dizer que se a estatística do teste, calculada com os valores observados na amostra, tiver uma probabilidade muito pequena de ocorrer, consideramos isto um absurdo e, portanto, decidimos que H_0 é falsa; por outro lado, se a estatística do teste, calculada com os dados da amostra, tiver uma probabilidade alta de ocorrer, decidimos que H_0 é verdadeira, ou seja, se o resultado do experimento tem uma alta probabilidade de ocorrer, tem-se como verdadeira a minha afirmativa e não temos elementos para rejeitar a H_0 .

Ressaltamos, ainda, que probabilidades baixas não significam que não ocorra determinado resultado. Porém, a forma natural do homem é andar por caminhos de altas probabilidades, representando as decisões por regiões de baixas probabilidades compensadas por altos retornos.

Para concluir esta análise da filosofia de um teste, tem-se que entender o significado do nível de significância (α) e do valor p, ou p valor. Para isto, voltaremos a outro exemplo de sala de aula: imagine as situações possíveis de ocorrer num julgamento de um criminoso que alega inocência, conforme apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Tomada de decisão.

Decisão dos jurados	Verdadeiro resultado	
	Inocente	Culpado
Inocente	Decisão correta	Erro Tipo II
Culpado	Erro Tipo I (α)	Decisão correta

FONTE: Elaboração própria.

Qual o erro, caso você pudesse controlar a sua probabilidade, você minimizaria? Salienta-se que a este erro não é permitida correção. Um inocente que cumpriu pena, mesmo com toda indenização, não terá o erro remediado. Um culpado solto poderá ser conduzido à cadeia, após uma investigação mais rigorosa. Um teste ideal seria aquele que fornecesse uma decisão em que os erros tipo I e II fossem os menores possíveis. Mas, em teoria, ao tentar minimizar o erro tipo I aumenta-se o erro tipo II. De modo que fixamos o erro tipo I (α) do teste e diminuimos o erro tipo II, aumentando o tamanho da amostra. Este é o procedimento clássico que não incorpora informações *a priori* sobre a população.

Veja que aí está o cerne da lógica científica: o pesquisador controla a probabilidade (α) de cometer o erro de não rejeitar a hipótese H_0 sendo a mesma verdadeira (erro tipo I), ou seja, sem que esta demonstre ser um absurdo diante dos resultados alcançados. Resumindo, o óbvio aparece: se você deseja acertar, procure não errar, pois acerto e erro são complementares nas decisões da vida. Talvez seja difícil saber se está certo, porém é muito mais fácil saber que se está errado. Segundo Kmenta (1971) *apud* Gujarati (2006, p. 110-111),

se o erro de rejeitar a hipótese nula que é, verdadeira (erro do Tipo I) é onerosa em relação ao erro de não rejeitá-la quando ela é, de fato (erro do Tipo II), será racional estabelecer uma probabilidade baixa para o primeiro tipo de erro. Se, por outro lado, o custo de cometer um erro Tipo I é baixo em relação ao custo de cometer um erro Tipo II, será compensador estabelecer uma probabilidade alta para o primeiro tipo de erro (tornando, assim, baixa a probabilidade do segundo tipo de erro).

Complementa-se:

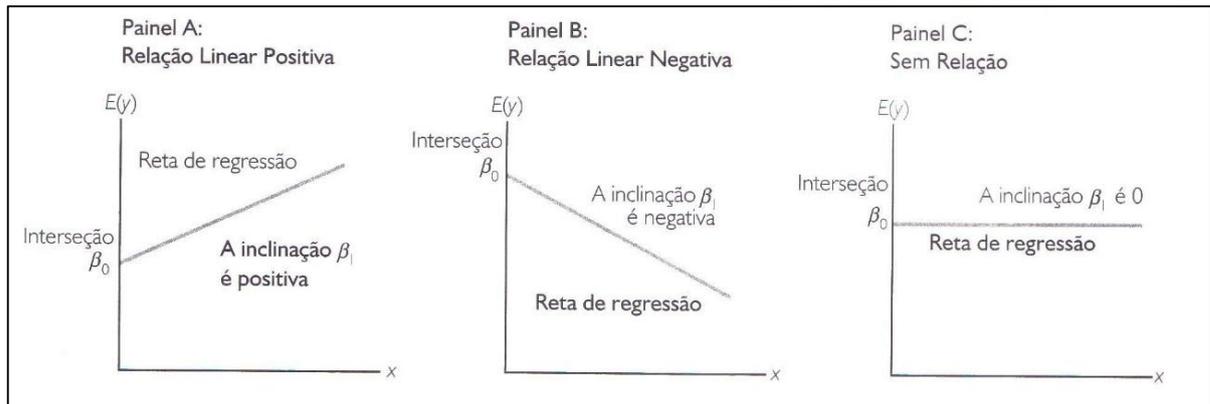
obviamente o xis da questão é que raramente conhecemos os custos dos dois tipos de erros. Assim, na econometria aplicada, em geral segue-se a prática de estabelecer o valor de α (alfa) em 1%, 5% ou no máximo 10% e escolher um teste estatístico que torne a probabilidade de cometer um erro Tipo II o menor possível. Como um menos a probabilidade de cometer um erro do Tipo II é conhecido como a *potência do teste*, esse procedimento equivale a maximizar a potência do teste.

(...) todos esses problemas da escolha de um valor de α (alfa) adequado podem ser evitados se usarmos o que é conhecido como o valor p do teste estatístico (GUJARATI, 2006, p. 111).

A operacionalização de um teste de hipótese, com o uso do SPSS, resume-se a três etapas: 1) escolher o nível de significância do teste (α); 2) observar o valor p, chamado de nível descritivo do teste (é o menor nível de significância para o qual o resultado observado na amostra é considerado significativo, ou seja, que se rejeita H_0 ; e, 3) tomar a seguinte decisão: se (α) < (valor p) não se rejeita H_0 , caso contrário rejeita-se e se adota uma hipótese alternativa (H_A). As hipóteses H_0 e H_A são consideradas mutuamente exclusivas. A adoção da hipótese H_A não implica que a mesma seja verdadeira, pois se pode cometer o erro tipo II, mas tem-se elementos estatísticos para não aceitar a hipótese nula (H_0).

Por fim, busca-se responder o que representa uma regressão simples ou bivariada. Faz-se uso do modelo de regressão, ao utilizar a inclinação da linha de tendência nos gráficos de dispersão, conforme a figura 6 a seguir, para estabelecer a força da associação entre as variáveis objetos do estudo. Para Doane e Seward (2008, p. 501), “quando propomos um modelo de regressão, temos um mecanismo de causa em mente, mas a relação de causa e efeito não é provada por uma regressão simples. Não deveríamos nos basear apenas em uma reta de equação ajustada”.

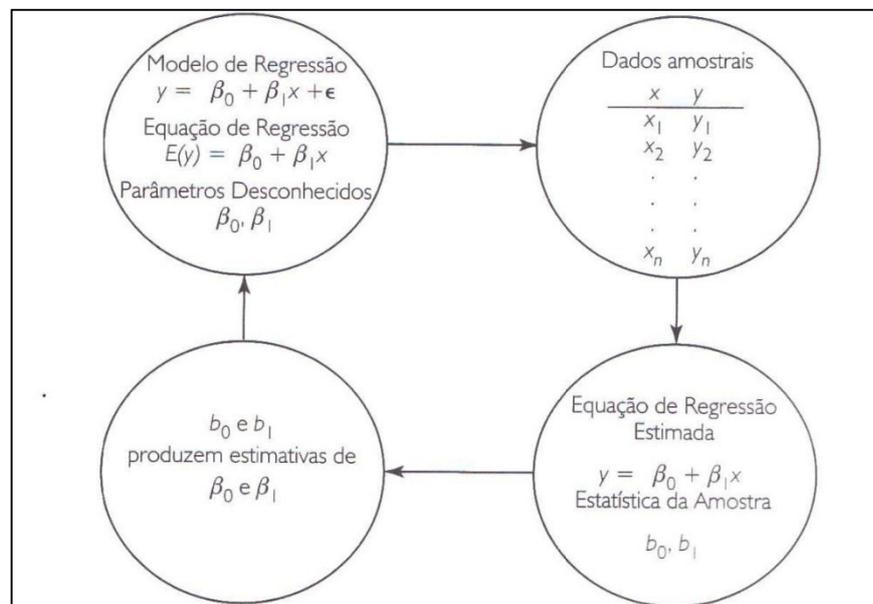
Figura 6 – Ajuste da reta de regressão.



FONTE: Anderson, Sweeney e Williams (2007, p. 430).

A regressão simples é uma ferramenta de análise da relação entre duas variáveis determinando o quanto das variações, na variável Y, são explicadas por variação, na variável X, bem como determinando o sentido e a força dessa relação. O fluxograma da aplicação do modelo de Regressão encontra-se na figura 7(sete). O modelo de regressão simples não consegue determinar causa e efeito. A teoria que está sendo testada aponta para relação de causa e efeito, e o modelo pode aceitar ou refutar no seguinte sentido: não temos provas estatísticas significantes para aceitar ou refutar tal hipótese; desta forma, aceitando ou refutando a hipótese alternativa dela derivada, porém sem nunca, dessa decisão, aceitar ou refutar um resultado como a verdade absoluta e, sim, como um resultado probabilístico com grandes chances de estarem certos.

Figura 7 – Fluxograma do modelo de Regressão.



FONTE: Anderson, Sweeney e Williams (2007, p. 430).

Para Babbie (1999, p. 409-412),

o modelo de regressão linear tem importante usos descritivos. A linha de regressão mostra graficamente a associação entre X e Y, e a equação de regressão é uma forma eficiente de resumir esta associação. O modelo de regressão tem também valor inferencial. Na medida em que a equação de regressão descreve corretamente a associação geral entre as duas variáveis, pode ser usada para prever outros conjuntos de valores.

Análise de regressão é uma técnica para estabelecer a equação de regressão representando a linha geométrica que mais se aproxima da distribuição de pontos. Esta equação é valiosa tanto descritiva quanto inferencialmente. Primeiro, a equação de regressão faz uma descrição matemática da relação entre as variáveis. Segundo, a equação de regressão permite inferir os valores de Y quando temos os valores de X.

O modelo de regressão linear admite uma relação linear, quadrática, logarítmica, polinomial, potencial, exponencial etc., figura 8 (oito). Isso porque o modelo deve apresentar uma forma linear nos parâmetros e não nas variáveis. Um exemplo de forma linear nos parâmetros e nas variáveis é: $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i$, os betas são os parâmetros de uma reta, β_0 = intercepto da reta (mesmo com $X=0$, $Y=\beta_0$), o β_1 = coeficiente angular ou inclinação da reta (uma variação de uma unidade no valor de X provoca uma variação de β_1 no valor de Y). Um outro exemplo de modelo linear nos parâmetros mas não linear na variável X é o seguinte: $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i^2$, apesar de ter uma função quadrática na qual, graficamente, terá uma parábola.

Figura 8 – Formatos diversos para linhas de tendência em regressões bivariadas.



FONTE: Doane e Seward (2008, p. 501).

A equação da linha de tendência, que a planilha eletrônica Excell expõe nos gráficos, apresenta-se no formato $Y_i = \beta_1 X_i + \beta_0$, sendo importante para análise que se proceda o valor do β_1 estimado. Quanto mais inclinada uma reta, ou linha de tendência, maior é o valor modular de β_1 e maior é o impacto de variações de X sobre

Y. Dessa forma, procedem-se as análises da seguinte forma: 1) quanto maior o coeficiente angular β_1 para as linhas de tendência, maior é o impacto de uma variável sobre a outra, apesar de, neste primeiro momento, não se discutir a causa; 2) quanto maior o coeficiente de correlação, maior o ajustamento dos pontos da reta, o que significa que variações em X provocam variações em Y, mas com menor dispersão em torno da média de Y para um determinado valor de X_i . Os parâmetros da reta estimada são calculados pela forma de mínimos quadrados, de autoria de Adrien-Marie Legendre (1752-1833), matemático francês discípulo de Euler e Lagrange (O'CONNOR; ROBERTSON, 2015).

$$\beta_0 = \frac{\sum Y - \beta_1 \sum X}{n}$$

$$\beta_1 = \frac{n(\sum XY) - (\sum X \sum Y)}{n(\sum X^2) - (\sum X)^2}$$

Segundo Gujarati (2006, p. 34),

podemos dizer que a despesa de consumo de uma família individual, dado seu nível de renda, pode ser expressa como a soma de dois elementos: (1) $E(Y|X_i)$, que é simplesmente o gasto médio em consumo de todas as famílias com o mesmo nível de renda. Este componente é conhecido como elemento sistemático ou determinístico; e (2) u_i , que é o elemento aleatório ou não sistemático. Em breve, examinaremos a natureza do termo de distúrbio estocástico, mas, neste momento, suporemos que seja um substituto ou representante (proxy) de todas as variáveis omitidas ou negligenciadas que podem afetar Y, mas não foram (ou não puderam ser) incluídas no modelo de regressão.

Os processos de correlação e regressão são parecidos, para Dancey e Reidy (2006, p. 383),

a análise de correlação nos fornece uma medida que representa o quão próximo os pontos de dados estão agrupados em torno de uma linha (imaginária). Fornece uma medida de quanto y muda como resultado de x, e, portanto, não permite prever o escore de uma pessoa em y a partir de x. Como já mencionamos, a regressão linear permite fazer essa previsão, pois, em vez de uma linha imaginária, desenhamos (o computador desenha) uma linha real.

Com uma linha reta representando os dados, podemos ir além do que simplesmente dizer “quando x aumenta, y aumenta”. Na verdade, podemos afirmar que, “para cada unidade de mudança em x, y muda uma quantia específica”.

A eficiência do ajuste da equação de regressão estimada, representada graficamente pela linha de regressão ou linha de tendência ou linha de ajuste, é chamada de coeficiente de determinação e é designada por R^2 . Para Sincich (2009), se na relação entre duas variáveis X e Y , a melhor estimativa para Y é a média da amostra de Y , e se presume que X contribui com informação para a previsão de Y , usando-se o cálculo de quantos erros de previsão de Y foram reduzidos com base nas informações, o coeficiente de determinação representa a proporção da variabilidade total da amostra ao redor da média de Y , a qual é explicada pela relação linear entre Y e X . Na regressão linear bivariada o coeficiente de determinação representa o quadrado do coeficiente de correlação de Pearson (r).

A filosofia da reta de regressão, ou da linha de tendência, é atingir a menor soma dos erros ao quadrado encontrada entre o valor de Y na linha de tendência (Y calculado pela equação) e o valor real de Y no ponto, dado um determinado valor para X . Ao quadrado dado que, por ser uma linha média, a soma dos erros se anulam.

As etapas do teste de hipóteses, segundo Anderson, Sweeney e Williams (2000, p. 323), são:

Etapa 1. Desenvolver as hipóteses nula e alternativa.

Etapa 2. Especificar o nível de significância.

Etapa 3. Coletar os dados da amostra e calcular o valor da estatística de teste.

Critério do valor p

Etapa 4. Usar o valor da estatística de teste para calcular o valor p .

Etapa 5. Rejeitar H_0 se o valor $p \leq \alpha$.

Critério do valor crítico

Etapa 4. Usar o nível de significância para estabelecer o valor crítico e o valor de rejeição.

Etapa 5. Usar o valor da estatística de teste e a regra de rejeição para determinar se é oportuno rejeitar H_0 .

Exploram-se as premissas do modelo de análise de regressão no item 4.2.1 Premissas da Análise de Regressão, de quando se usam as estimativas dos coeficientes angulares e as estimativas dos intervalos de confiança calculados, com os devidos testes de hipóteses, para refutar ou aceitar teorias sobre os comportamentos das variáveis envolvidas.

2 DEFININDO E MENSURANDO DEMOCRACIA

A discussão realizada neste capítulo busca sistematizar elementos essenciais em torno do tema democracia e, por conseguinte, explicitar as mensurações sobre democracia utilizadas na tese em tela, assim como uma pincelada no conceito de governança.

Salienta-se, consoante palavras de Arrighi (2003, p. 13), que “a história continuamente desordena o quadro conceitual e as especulações teóricas com as quais nos empenhamos em compreender o passado e prognosticar o futuro do mundo em que vivemos”.

2.1 Controvérsias sobre o Tema Democracia

Na perspectiva de Sartori (1994), antes de conceituar ou definir o que é democracia, é plausível dizer o que ela não é, pois nessa perspectiva pode-se delimitar o seu início e término, assim como sua identidade. Por outro lado, Sartori (1994, p. 1) afirma que

democracia representa um sistema vinculado ao princípio de que ninguém pode se autoproclamar governante, ninguém pode assumir em seu próprio nome um poder irrevogável e ninguém detém “propriedade” sobre o poder.

Outrossim, tem-se a definição etimológica de que

o termo democracia provém do Grego e é composto pelas duas palavras demos = povo e kratein = reinar. É possível traduzir democracia literalmente, portanto, com os termos reinado popular ou reinado do povo. A democracia como forma de estado está em demarcação com a monarquia, aristocracia e ditadura. Talvez já ouviste uma vez a definição mais conhecida de democracia: “government of the people, by the people, for the people” (governo do povo, pelo povo, para o povo – Abraham Lincoln). Traduzido de maneira simplicista é possível dizer: o poder surge do povo, está a ser exercido pelo povo e no seu próprio interesse (BECKER & RAVELOSON, 2011, p. 5).

Por outro lado,

(...) Como vimos, para designar seus governos populares, os gregos inventaram o termo democracia. Os romanos tiraram do latim o nome de seu governo, a república, e mais tarde os italianos deram este nome para os governos populares de suas cidades-estado. Você poderia muito bem lembrar que democracia e república se referem a tipos fundamentalmente diferentes de sistemas constitucionais. Ou será que essas duas palavras refletem justamente as diferenças nas línguas de que vieram? A resposta correta foi toldada em 1787, num ensaio influente que James Madison escreveu para ganhar apoio à constituição norte-americana recentemente proposta. Um dos principais arquitetos dessa constituição e estadista excepcionalmente conhecedor da ciência política de seu tempo, Madison fazia uma distinção entre “uma democracia pura, que é uma sociedade consistindo num número pequeno de cidadãos, que se reúnem e administram o governo pessoalmente”, e uma “república, que é um governo em que há um sistema de representação”. Essa distinção não tinha base alguma na história anterior: nem em Roma nem em Veneza, por exemplo, havia um “sistema de representação”. Para falar a verdade, todas as primeiras repúblicas cabiam muito bem na definição de Madison para democracia. Além do mais, essas duas palavras foram usadas como sinônimos nos Estados Unidos durante o século XVI. A distinção de Madison também não é encontrada numa obra do conhecido filósofo político francês Montesquieu, a quem Madison admirava imensamente e, muitas vezes, elogiou. O próprio Madison, provavelmente, sabia que sua distinção não tinha nenhuma base histórica firme: assim, devemos concluir que ele a criou para desacreditar críticos que discutiam o fato de a constituição proposta não ser suficientemente “democrática”. Entretanto (a questão não está clara), talvez as palavras democracia e república (apesar de Madison) não designassem diferenças nos tipos de governo popular. Elas apenas refletiam, ao preço da confusão posterior, uma diferença entre o grego e o latim, as línguas de que se originaram... (DAHL, 2009, p. 27).

O século XVIII marca o início da democracia representativa, pois nesse período a sociedade se tornou complexa e, também, o aumento das dimensões territoriais dos estados dificultava o formato da democracia até este momento utilizada. Isso porque, seria muito difícil – ou impossível – reunir toda a população de um estado-nação a cada deliberação que tivesse que ser realizada. Por conseguinte, os poderes legislativo e executivo não são exercidos diretamente pelo povo, mas por representantes eleitos periodicamente para o cargo (MENDONÇA, 2004).

Pode-se identificar a democracia nas formas direta e indireta. Na forma direta, um imaginário político envolve as representações ideológicas para uma sociedade mais transparente, enquanto na democracia indireta o povo é que elege seus representantes e, tendo essa “soberania”, as instituições jurídicas e políticas criaram condições capazes de guardar esse direito, a Constituição Democrática.

Através de assembleias periodicamente eleitas, por governos escolhidos segundo o sufrágio universal, por períodos de tempo bem determinados, e por um jogo legalmente estabelecido entre os diferentes poderes da nação que os mantenham independentes uns dos outros e, ao mesmo tempo, numa relação de

equilíbrio, é que os processos democráticos acontecem e evoluem segundo as diferenciações vinculadas ao presente.

Ao separar-se dos demais cidadãos para dedicar-se completamente às tarefas da representação política, surgiram os partidos políticos; entretanto, a distinção entre a sociedade civil e o Estado não deve ser feita de forma rígida, já que os princípios democráticos implicam na participação de todos. O povo, bem organizado, pode equilibrar as organizações partidárias para que o “poder” não se concentre apenas nas mãos do Estado e a democracia representativa não se torne simplesmente formal, na medida em que o seu conjunto de leis não é mais reconhecido pelos cidadãos.

Por outro lado, autores como Rousseau (2002) refutam o regime democrático representativo. Rousseau afirma, ainda, que uma verdadeira democracia nunca existiu, e nunca chegaria a existir; mesmo que fosse todo o povo composto por deuses, estes se governariam democraticamente, contudo o homem não atingiria essa perfeição. Alguns autores modernos como, por exemplo Robert Dahl, propõem uma renomeação da terminologia para um termo mais significativo a conjuntura atual, ou seja, a poliarquia em substituição à democracia. Ressaltamos que poliarquia é o poder nas mãos de muitos e a citação abaixo explicita esse pensamento.

Por que Dahl escreve uma teoria da poliarquia, e não da democracia? Não cabe mais falar em democracia, posto que a palavra evoca o cenário grego original, de participação direta. As democracias contemporâneas são poliarquias, já que estruturadas por uma competição entre elites pelo poder político, por via eleitoral (PERISSINOTTO; FUKS, 2002, p.47).

As Poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente, mas incompletamente, democratizados, ou, em outros termos, as Poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 1997, p. 31).

Outrossim, o modelo da Poliarquia de Dahl pode ser enriquecido com o conceito de Democracia Consensual de Lijphart, à luz de Arthur Lewis ao decorrer sobre,

o fundamental pressuposto da democracia é o de que “todos os que se encontram abrangidos por uma decisão deverão ter possibilidade de participar no processo que lhe deu origem, quer diretamente, quer através dos seus representantes próprios”. Numa segunda acepção ela implica que “deverá prevalecer a vontade da maioria”. No entanto, se através deste entendimento concluirmos que os partidos vencedores deverão executar todas as resoluções do governo, não competindo aos vencidos senão uma

função crítica exterior à governação, então, acrescenta Lewis, devemos considerar as duas premissas incompatíveis:” Excluir os grupos perdedores do processo decisório constitui uma clara violação do pressuposto fundamental da democracia” (LIJPHART, 1989, p. 39-40).

A partir dos anos 80 o cenário político mundial passa por mudanças significativas, pois surge a “onda democratizante” que chega a vários países da América Latina, África e Ásia, emergindo, assim, um novo paradigma, ou seja, a palavra democracia. Esta é entendida, de acordo com Schumpeter (1963) apud Gugliano (2004, p. 260), como um processo para selecionar governos e considerar a democracia unicamente como a forma por meio da qual a população elege seus governantes através do método democrático, isto é, o voto.

Na atualidade, a democracia tende a ser unanimemente, pois há uma predisposição dos governos e das pessoas a serem democráticas. Ainda, tal unanimidade demonstra que o governo para ser considerado legítimo, e assim aceito, precisa representar o povo e os interesses desse povo. Por outro lado, um fator que também coopera para essa unanimidade é a controvérsia referente ao termo democracia (FERREIRA FILHO, 1998, p. 84).

A Democracia não é garantia automática de direitos civis, Estado de direito ou mesmo a proteção das minorias. Governos democraticamente eleitos podem ser geridos de forma altamente autoritária (ZAKARIA, 1997), por exemplo, nos dias atuais, temos na América Latina a Venezuela. Dahl (1956, p. 165) ressalta que “a democracia moderna tem dois eixos teóricos: o madisoniano e o populista”.

Por outro lado, Madison, ao defender a república sem tirania, enfatiza os insucessos gregos e romanos. Na sua visão, a democracia direta, em si, não era eticamente refutável, quase impossível, pela natureza humana sedenta por dominação. Contudo, a alternativa grega de escolher a liderança por meio da rotatividade, para resguardar a unicidade dos governados e governantes, incentivou, somente, a anarquia e a instabilidade.

Apesar de que o modelo de democracia proposto por Madison tente evitar a tirania, no seu âmago caminha a ser uma república oligárquica. Para começar, Madison coloca, com o mesmo peso, as ameaças originadas tanto nas maiorias, como das minorias. A história não tem exemplos de maiorias consolidadas que tenham permanecido detentoras do poder por períodos longos. A ameaça mais aguda da

maioria não passa de conjunturas de instabilidades políticas, raramente degenerando em anarquia política e nunca se transformando numa tirania sustentável.

Temos, por primeiro, que as tiranias que permaneceram mais tempo no poder foram impostas por minorias organizadas e conscientes dos seus interesses. Em segundo lugar, como a facção é uma entidade minoritária, que defende interesses particulares e procura o domínio sob o pretexto da tradição ou da ideologia, uma maioria de interesses gerais jamais se transformaria num agrupamento estável. E, por terceiro, a competição entre grupos não é condição necessária e insuficiente para coibir a tirania. Mesmo sociedades estruturadas em grupos minoritários não limitam a possibilidade de acordos serem feitos para comandar os poderes executivo, judiciário e legislativo.

Por conseguinte, faz-se necessária a assimilação do seguinte conceito, mesmo que a eleição democrática que representa a vontade da maioria, não seja sinônima de totalidade. Isso porque, mesmo sendo imensa essa parcela da população, ainda não é o conjunto total da mesma e, se existe uma maioria, deve, necessariamente, existir também uma minoria. Kelsen (2000, p. 30) afirma que ao renunciar à unanimidade a democracia “contenta-se com as decisões tomadas pela maioria, limitando-se a aproximar-se de seu ideal original”.

Todavia, Dahl (2009, p. 64) afirma que democracia garante a seu povo a liberdade individual mais significativa do que qualquer outra possibilidade que se apresente na atualidade,

além de todos os direitos, liberdades e oportunidades rigorosamente necessárias para um governo ser democrático, os cidadãos numa democracia, com certeza, gozam de uma série de liberdades ainda mais extensa. A convicção de que a democracia é desejável não existe isolada de outras convicções. Para a maioria das pessoas, é parte de um feixe de convicções, como a certeza de que a liberdade de expressão é desejável em si, por exemplo. No universo de valores ou bens, a democracia tem um lugar decisivo – mas não é o único bem. Como os outros direitos essenciais para um processo democrático, a livre expressão tem seu próprio valor, por contribuir para a autonomia moral, para o julgamento moral e para uma vida boa. A democracia não poderia existir mais, a menos que seus cidadãos conseguissem criar e sustentar uma cultura política de apoio, na verdade unir cultura geral de apoio a esses ideais e a essas práticas.

Por conseguinte, Dahl (2009, p. 71) esclarece o questionamento “países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos do que países com governos não- democráticos” pois,

até cerca de duzentos anos atrás, era comum os filósofos políticos pressuporem que a democracia era mais adequada a um povo parcimonioso: acreditava-se que a afluência fosse a marca das oligarquias e das monarquias – e não das democracias. Altos níveis de comércio internacional parecem predispor os países a relações pacíficas, independentemente de serem ou não democráticos, aristocracias, das oligarquias e das monarquias - e não das democracias. Não obstante, a experiência dos séculos XIX e XX demonstrou exatamente o contrário: as democracias eram ricas e, em relação a elas, em seu conjunto, os países não-democráticos eram pobres. A relação entre riqueza e democracia era especialmente impressionante na metade final do século XX. Em parte, a explicação poderá estar na afinidade entre a democracia representativa e uma economia de mercado – em que os mercados em geral não são rigorosamente regulados, os trabalhadores são livres para mudar de um lugar ou um emprego para outro, em que firmas de propriedade particular competem por vendas e por recursos, em que consumidores podem escolher bens e serviços de fornecedores rivais. Embora nem todos os países com economia de mercado fossem democráticos no final do século XX, todos os países com sistemas políticos democráticos também tinham economia de mercado. Nos últimos dois séculos, a economia de mercado produziu, em geral, mais riqueza que qualquer alternativa a ela. O velho conhecimento foi virado de cabeça para baixo: como todos os países democráticos modernos têm economias de mercado e um país com economia de mercado tem probabilidade de prosperar, um país democrático moderno também tem a probabilidade de ser um país rico. Caracteristicamente, as democracias possuem outras vantagens econômicas sobre a maioria dos sistemas não-democráticos. Os países democráticos promovem a educação de seu povo – e uma força de trabalho instruída é inovadora e leva ao desenvolvimento econômico. O governo da lei normalmente se sustenta melhor em países democráticos, os tribunais são mais independentes, os direitos de propriedade são mais seguros, os acordos contratuais são cumpridos com maior eficácia e é menos provável haver intervenção arbitrária do governo e dos políticos. Finalmente, as economias modernas dependem da comunicação; nos países democráticos, as barreiras para as comunicações são muito baixas – é mais fácil procurar e trocar informação e bem menos arriscado do que na maioria dos regimes não-democráticos. Resumindo: apesar de exceções notáveis dos dois lados, os países democráticos modernos em geral proporcionam um ambiente.

Expostos os conceitos básicos de democracia e suas controvérsias, e refletindo sobre as democracias atuais, percebem-se vários adjetivos da forma democrática de governo, por exemplo: “semidemocracia, democracia formal, democracia eleitoral, democracia parcial, democracia frágil, democracia iliberal, democracia virtual e muitas outras” (OTTAWAY, 2003, p. 7). Robert Dahl (2001) considera a grande expansão da democracia no século XX, no entanto, os números mostram que a grande maioria dos Estados no mundo possui regimes políticos não-democráticos.

No entanto, faz-se necessário, ainda, trazer as contribuições de Tocqueville (1979), uma vez que ele defende, com muita propriedade, a questão da Liberdade e Igualdade, o que, também é, falar de Democracia. Seus estudos dizem respeito a realidades concretas e abrangem desde a descrição de hábitos e costumes de um

povo e sua organização social, até a explicação de sua estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil. Sua questão central será sempre: o que fazer para que o desenvolvimento da igualdade irrefreável não seja inibidor da liberdade, podendo por isso vir a destruí-la? Como alguns de seus comentadores, tenderíamos também a concordar com a tese de que estaria antecipando a metodologia de Max Weber, ao tentar construir um “tipo ideal” de democracia.

A existência de seu processo igualitário, como se fosse uma lei necessária para se compreender a história da humanidade, é o eixo fundamental para se entender o significado de democracia para Tocqueville (1979). Para ele, cada país, cada nação terá seu próprio desenvolvimento democrático. Nessa diversidade de caminhos que as nações podem percorrer para a realização da democracia, o fator mais importante para defini-los é a ação política do seu povo.

Em suas explicações sobre o que definia como igualdade de condições, fica bem claro que está excluída a possibilidade de se compreender como tal apenas a igualdade econômica. É, no entanto, na igualdade cultural e política que está assentada a sua ideia de que, no desenvolvimento do processo democrático, um povo tornar-se-á cada vez mais homogêneo.

Assim sendo, democracia, para Tocqueville (1977), está sempre associada a um processo igualitário que não poderá ser sustado, desenvolvendo-se também diversamente em diferentes povos, conforme variações culturais. Porém, será, sobretudo, a ação política desse povo que irá definir se essa democracia será liberal ou tirânica.

Tocqueville (1977) vê no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos possíveis de acontecer: o primeiro seria o aparecimento de uma sociedade de massa, permitindo que se realizasse uma Tirania da Maioria; o segundo seria o surgimento de um Estado Autoritário-Despótico.

Tocqueville (1977) procura mostrar como podem ser evitadas as ameaças citadas acima contra o desenvolvimento da democracia. Se, por um lado, a atividade política dos cidadãos, aliás, a mais importante, pode impedir que tais fenômenos ocorram, por outro a existência e a manutenção de certas instituições podem dificultar bastante o surgimento de um Estado autoritário e mesmo de uma sociedade massificada.

Mas a existência de instituições que desenvolvam a descentralização administrativa ou que levem os cidadãos a se associarem para defender seus direitos obriga, de alguma forma, a maior participação por parte dos nacionais. Igualmente, a permanência de uma Constituição e de leis que possam garantir a manutenção das liberdades fundamentais ajuda a convivência do processo igualitário com a liberdade. É na ação política dos cidadãos que está posta a garantia de sua real existência na democracia.

A liberdade, para Tocqueville (1977), é extremamente frágil e, por isso mesmo, precisa ser querida, protegida e é mesmo necessário lutar por ela para que não se venha perdê-la. Isso porque o verdadeiro sustentáculo está posto na ação política dos cidadãos e na sua participação nos negócios públicos. O que pode, evidentemente, ser incentivado através da implantação de instituições tais como a descentralização e a organização de associações políticas que tenham como finalidade a defesa da cidadania, ou mesmo a existência de grandes partidos.

O grande drama Tocquevelliano é, portanto, buscar a solução sobre a questão da preservação da liberdade na igualdade. Pois, por um lado, o processo igualitário é inevitável e apresenta perigos constantes de ameaça à liberdade e, por outro, a liberdade, mesmo a que já tenha sido conquistada, é frágil e a qualquer momento pode ser destruída. Considerando-se, ainda, que a democracia, sobretudo a francesa, fosse construída preservando-se a liberdade.

Para Tocqueville (1977), as revoluções só acontecem naquelas nações em que os cidadãos não são capazes de conduzir o processo democrático com liberdade. Assim, defende-se o ensino livre, a liberdade de imprensa, a descentralização, a libertação dos escravos nas colônias etc. Também, combatem-se os vários socialismos que despontavam por vê-los como difusores de ideias políticas em que a preocupação com o igualitarismo está presente, mas não a defesa da liberdade. Sobretudo, porque ele via nas posições socialistas uma defesa do aumento do poder do Estado. Isso significa, para Tocqueville (1977), a criação de um Estado despótico, no qual a liberdade dos cidadãos desaparecerá.

Por derradeiro, Miguel (2005, p. 5), ao citar David Beetham na discussão das controvérsias e complexidade em relação ao termo democracia, afirma:

a democracia tornou-se o horizonte normativo da prática e do discurso político. Tamanho consenso esconde uma profunda divergência quanto ao sentido da democracia: como é comum em relação a palavras que se tornam

objeto de disputa política, os diferentes grupos empenhados em ostentar o rótulo promovem sua ressemantização, adequando seu significado aos interesses que defendem. Em suma, não apenas o significado da democracia é polêmico, como também convivemos com uma contradição patente entre seu sentido abstrato ou normativo mais corrente (o “governo do povo”) e as manifestações empíricas geralmente aceitas (os regimes eleitorais). David Beetham afirma que o conceito de democracia é incontestável: é uma forma de tomada de decisões públicas que concede ao povo o controle social. Resta, prossegue ele, a indefinição quanto às teorias da democracia, que discutem “quanto de democracia é desejável ou praticável, e como ela pode ser realizada numa forma institucional sustentável”. No entanto, sem uma teoria que o sustente, um conceito não passa de uma casca vazia. O fato é que toda a ideia de democracia é, hoje, controversa; e essa situação não deve ser vista como passageira ou contingente. É um efeito de seu valor nas disputas políticas contemporâneas.

Entretanto, não é objetivo desse trabalho tratá-las detalhadamente em toda a sua extensão. Outrossim, para efeito de compreensão analítica, Dahl (2012) apud Medeiros (2014, p. 4) afirma que

instituem duas dimensões teóricas para mensurar o quanto uma sociedade é democrática. Um eixo denominado liberalização, entendido como contestação pública e outro chamado inclusividade, pensado como participação. A partir deste esquema teórico, Dahl (2012), propõe três caminhos possíveis para a democracia plena a qual dá o nome de poliarquia. O caminho (I) parte de um regime que o autor chama de hegemonia fechada para uma oligarquia competitiva, no caminho (II), sai do mesmo ponto e chega a uma hegemonia inclusiva, no (III) segue de forma direta para a poliarquia. No construto de Robert Dahl (2012) o deslocamento de regimes de hegemonias fechadas para oligarquias competitivas ocorre quando o regime permite maior contestação pública. Quando há maior participação pode-se considerar que o regime está se tornando mais inclusivo, portanto, tomando a direção do que o autor considera o caminho II. Quando a mudança ocorre em direção à poliarquia, é possível perceber algum grau de democratização nesta sociedade.

Nesta perspectiva, Putnam (1996) verifica a relação entre cultura democrática e resultados políticos, pois quanto mais a cultura democrática ganha prestígio e se afirma como valor moral, mais aumenta a insatisfação relativa aos resultados oriundos dessas políticas. Por outro lado, chama a atenção para a crise social dentro do cenário de instabilidade e reforma do Estado, ou seja, os diagnósticos formais da crise de governabilidade, colocados por Anete Brito Leal Ivo, no VII Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002:

na base desses argumentos encontram-se responsabilidades sociais; intervenção autoritária do Estado na área econômica, subordinando a política social à crise fiscal de gastos sociais, ou seja, a tecnificação do social; transferência de responsabilidades para municípios, comunidades locais;

sociedade civil e parcerias entre o público e privado, focalização das políticas públicas; flexibilidade na operação do planejamento estratégico, agora orientado segundo a perspectiva pragmática e tática de confluência de oportunidades entre diferentes agentes e setores sociais; além da transição de uma perspectiva de desenvolvimento nacional para a formação de uma perspectiva de desenvolvimento auto-sustentável. Todas estas ações estratégicas e táticas, que significam conjuntamente novas modalidades de coordenação de atores sociais na construção de políticas, informam o que genericamente e de forma difusa, do ponto de vista dos atores sociais e governamentais, **tem sido denominado como governança** (grifo nosso) (IVO, 2002, p. 4).

Diniz (1995) ressalta que a base da definição geral de governança inicia a partir do pensamento de ações e reflexões colocadas, principalmente, pelo Banco Mundial, no sentido de garantir as condições para um Estado eficiente e eficaz, ou seja, focando não apenas nos resultados econômicos da ação do Estado, mas considerando uma visão mais global, analisando, também, as variáveis sociais e políticas da gestão pública.

Num segundo momento, com o fenômeno da globalização²¹ e considerando que o conceito não se restringe aos aspectos meramente administrativos e operacionais na gestão e na busca do Estado eficiente, impulsionou-se a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis, ou seja, governança é um termo de amplas acepções e de aplicabilidade em diversos campos do saber: governança corporativa (GRÜN, 2003); governança organizacional (FONTES FILHO, 2003); governança global (PIERIK, 2003); governança sem governo (ROSENAU, 2000); governança eletrônica (RUEDIGER, 2002); e, governança operacional (BRESSER-PEREIRA, 2004).

A inserção de novas visões dentro da gestão pública, à luz da governança, oportuniza melhoria da qualidade de vida. A governança deve perceber as potencialidades, dificuldades e necessidades dos locais, buscando recursos para solucionar seus problemas. E deve agir de modo transparente, igualitário, com responsabilidade e prestação de contas para conquistar novos integrantes.

Ressalta-se, porém, que o termo governança local²² – originado do inglês *local governance* – é uma noção genérica utilizada na década de 1990 pelas agências

²¹ Compreendido como um processo não exclusivamente econômico, mas que envolve aspectos sociais, culturais, políticos e pessoais, realocando as relações entre sociedade e Estado. Traz como consequência uma mudança no papel do Estado Nacional e suas relações no cenário internacional.

²² *Governance*, no português, corresponde a governo. No âmbito usado pelas pesquisas contemporâneas refere-se à capacidade e construção do poder de governar ou governar-se. E

internacionais para o “desenvolvimento”. Inspiradas na ideia de eficiência do processo de descentralização e eficácia, dos governos locais na Inglaterra, sugeriam mecanismos de intermediação entre a sociedade civil e o Estado, como alternativos à crise do Estado²³, com vistas a criar um Estado eficiente que contemplasse a construção do desenvolvimento autossustentável, por meio de estímulo à inovação, à participação social e à descentralização das políticas. Apresenta, portanto, um sentido de regulação social com vistas à governabilidade e aproximasse da perspectiva normativa de “bom governo”, no sentido de postular a geração de *best practices* mediante inovação, participação, eficácia, sustentabilidade e confiança, como condições para evitar práticas predatórias nos governos: clientelismo, familismo amoral, corrupção etc.

Nessa perspectiva de cenário, a mediação que relaciona atores públicos e privados na implantação e execução das políticas (conselhos, administração regionalizada, ONGs etc.) não pode estar desvinculada do processo histórico, assim como também das condições efetivas de estruturação das classes, no contexto de reestruturação produtiva e desmonte do Estado de bem estar, determinando limites e significados múltiplos ao padrão inter-relação e cooperação em relação a atores políticos, econômicos e sociais em sistemas de governança.

2.2 Mensurando a Democracia

O conceito de democracia não é compressível tão facilmente como se observou no item 2.1. É um dos conceitos mais obtusos das ciências sociais, tornando mais complexa a tarefa de mensurar a democracia. Para Dahl (2009), uma forma de medir o “desenvolvimento humano” seria comparar esse desenvolvimento entre os povos que vivem em regimes democráticos e não-democráticos; contudo, essa empreitada é complicadíssima. Isso porque, mesmo existindo evidências, Robert A. Dahl prefere considerar apenas uma afirmação altamente plausível, embora não comprovada de que “é consternador que até esta tardia data nós ainda estejamos

distingue-se de governabilidade, como grau de sustentação geral e de capacidade decisória e administrativa a partir do jogo democrático.

²³ Entendida como crise de governabilidade.

lutando a respeito de como conceituar e medir a democracia” (DAHL *apud* MUNCK; SNYDER, 2007, p. 145 *apud* PETERLEVITZ 2011, p. 16).

Como variáveis proxys para o construto democracia, formas de quantificar e medir os diversos níveis de democracia nos países do mundo, utilizaremos o Índice de Democracia (ID) da revista inglesa *The Economist*, Voz e Responsabilidade (VR), em inglês *Voice e Accountability* do Banco Mundial, a média dos Indicadores Mundiais de Governança designado por WGI, em inglês *Worldwide Governance Indicators* também do Banco Mundial, salientando que Voz e Responsabilidade participa desta média, e, por último, o Liberdade no Mundo, em inglês *Freedom in the World*, calculado pela Freedom House, uma ONG sediada em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos.

O teste de normalidade sobre os indicadores de democracia foram realizados pelo Teste Kolmogorov-Smirnov, em que os dados observados foram supostos pertencentes a uma distribuição normal com nível de significância α (alfa) igual a 0,05. O quadro 5, a seguir, diretamente reproduzido do pacote estatístico IBM SPSS Statistics, mostra a rejeição da hipótese nula (H_0) da normalidade para o índice Freedom in the World, dados de 2013 (FREEDOM, 2014). A importância da aplicação do teste de normalidade envolve a possibilidade da aplicação de medidas estatísticas paramétricas que dispõem de maior precisão.

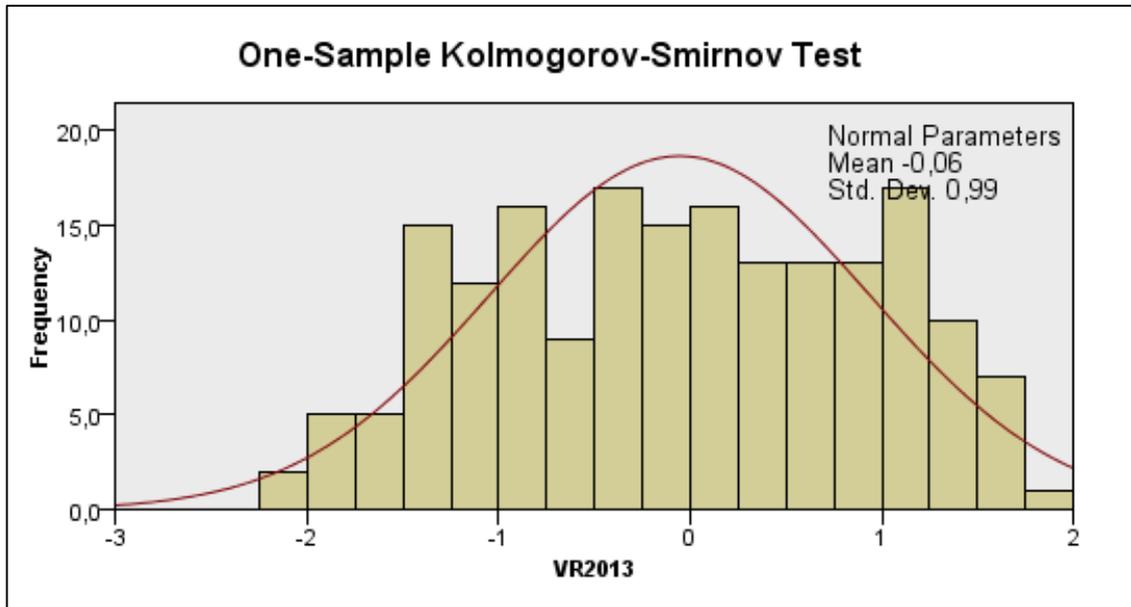
Quadro 5 – Teste de hipótese de Normalidade - Kolmogorov-Smirnov - medidas de democracia.

Hypothesis Test Summary				
	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The distribution of VR2013 is normal with mean -0,08 and standard deviation 0,99.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,220	Retain the null hypothesis.
2	The distribution of ID2013 is normal with mean 5,54 and standard deviation 2,20.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,170	Retain the null hypothesis.
3	The distribution of FH2013 is normal with mean 3,36 and standard deviation 1,96.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,002	Reject the null hypothesis.
4	The distribution of G2013 is normal with mean -0,05 and standard deviation 0,91.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,220	Retain the null hypothesis.
Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.				

FONTE: Elaboração própria no IBM SPSS Statistics.

O gráfico 4 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para Voz e Responsabilidade, do Banco Mundial, onde a aplicação do teste não conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p=0,220$.

Gráfico 4 – Normalidade para Voz e responsabilidade do Banco Mundial.

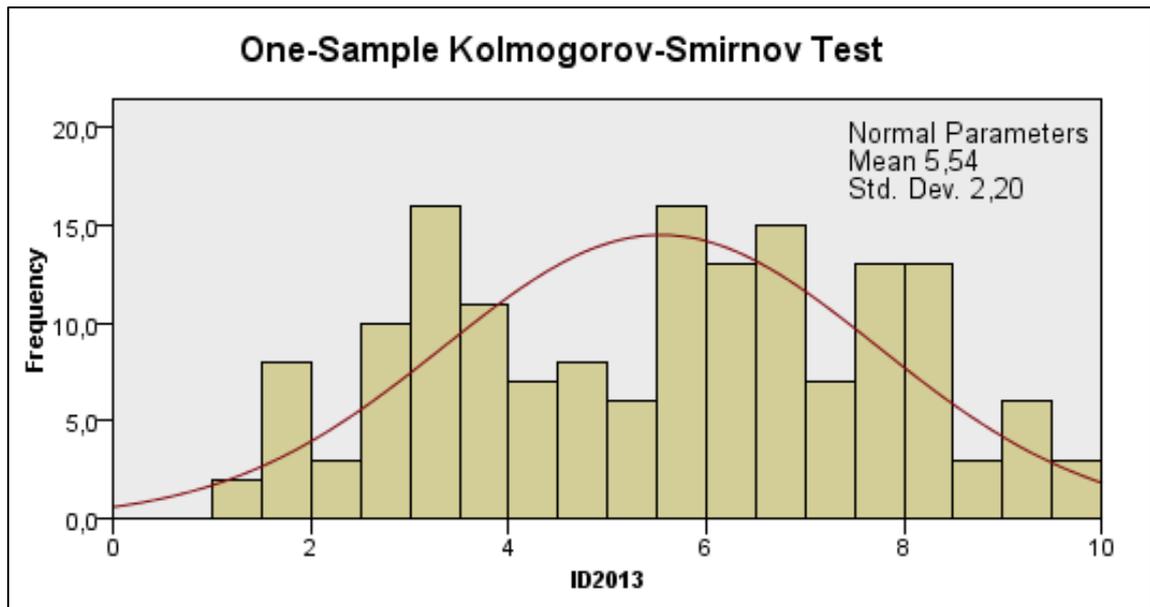


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste não conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$.

O gráfico 5 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para o Índice de Democracia, da The Economist, onde a aplicação do teste não conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p=0,170$.

Gráfico 5 – Normalidade para o Índice de Democracia da The Economist.

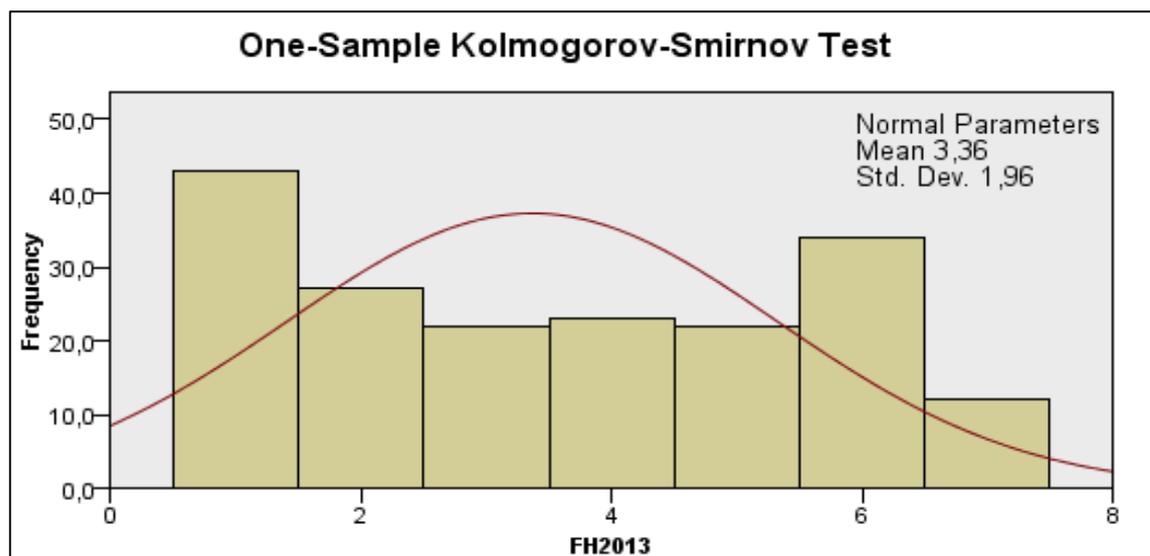


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$.

O gráfico 6 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para o indicador Freedom in the World, da Freedom House, onde a aplicação do teste conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p = 0,002$.

Gráfico 6 – Normalidade para Freedom in the World da Freedom House.

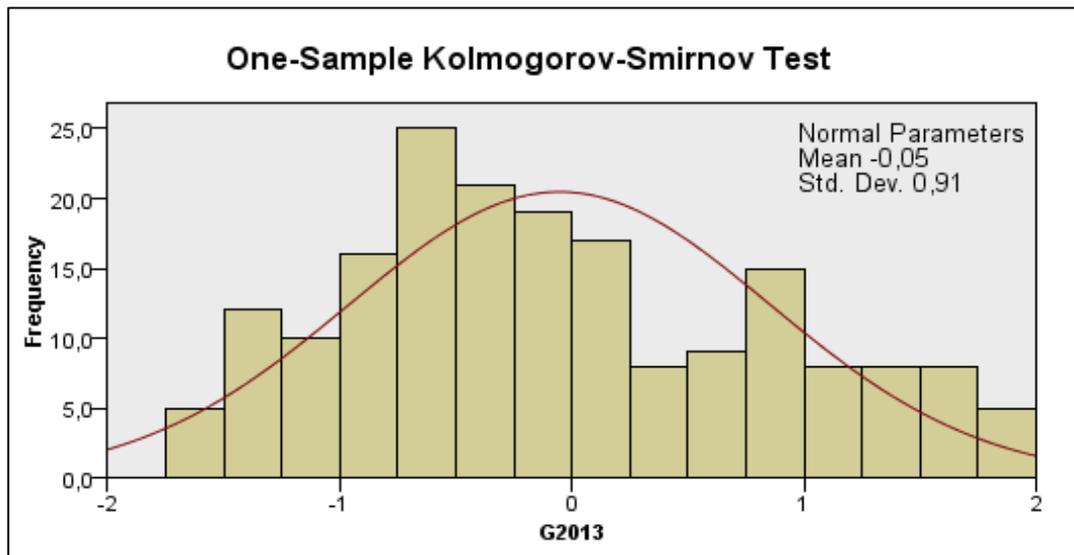


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$.

O gráfico 7 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para a média dos Indicadores de Governança WGI, do Banco Mundial, onde a aplicação do teste não conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p=0,220$.

Gráfico 7 – Normalidade para a média dos Indicadores de Governança WGI do Banco Mundial.

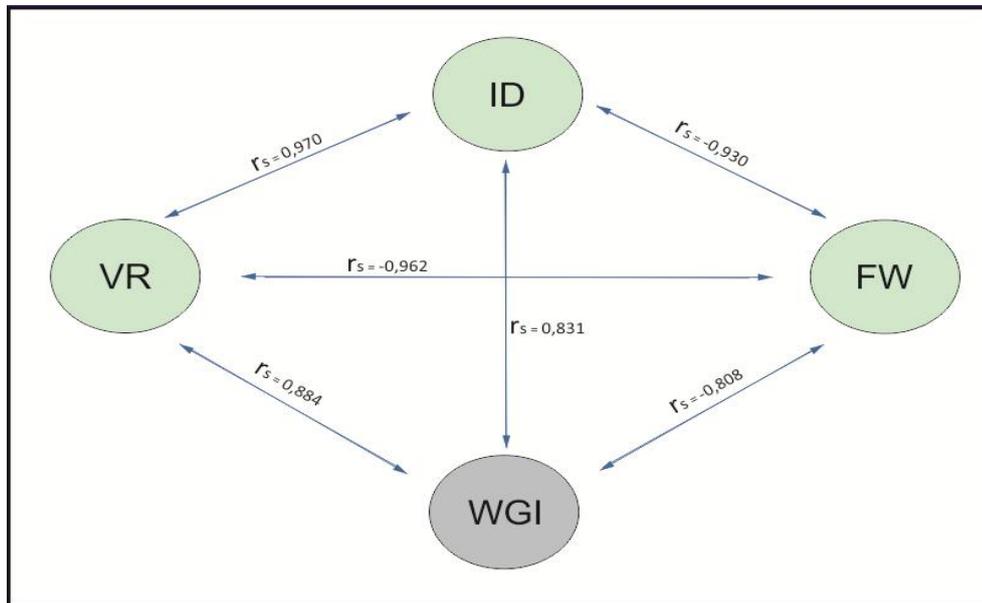


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste não conseguiu rejeitar a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$.

Na figura 9 a seguir, apresentam-se os coeficientes de correlação de Spiderman, um teste não-paramétrico, já que a variável da Freedom in the Word teve rejeição da hipótese nula de normalidade no teste de Kolmogorov-Smirnov. Adotando-se um mesmo padrão de comparação, o mesmo teste é mostrado nas demais correlações das variáveis de democracia. Percebe-se, desta forma, elevados coeficientes de correlação e associações fortes, o que é esperado para medidas variadas do mesmo construto.

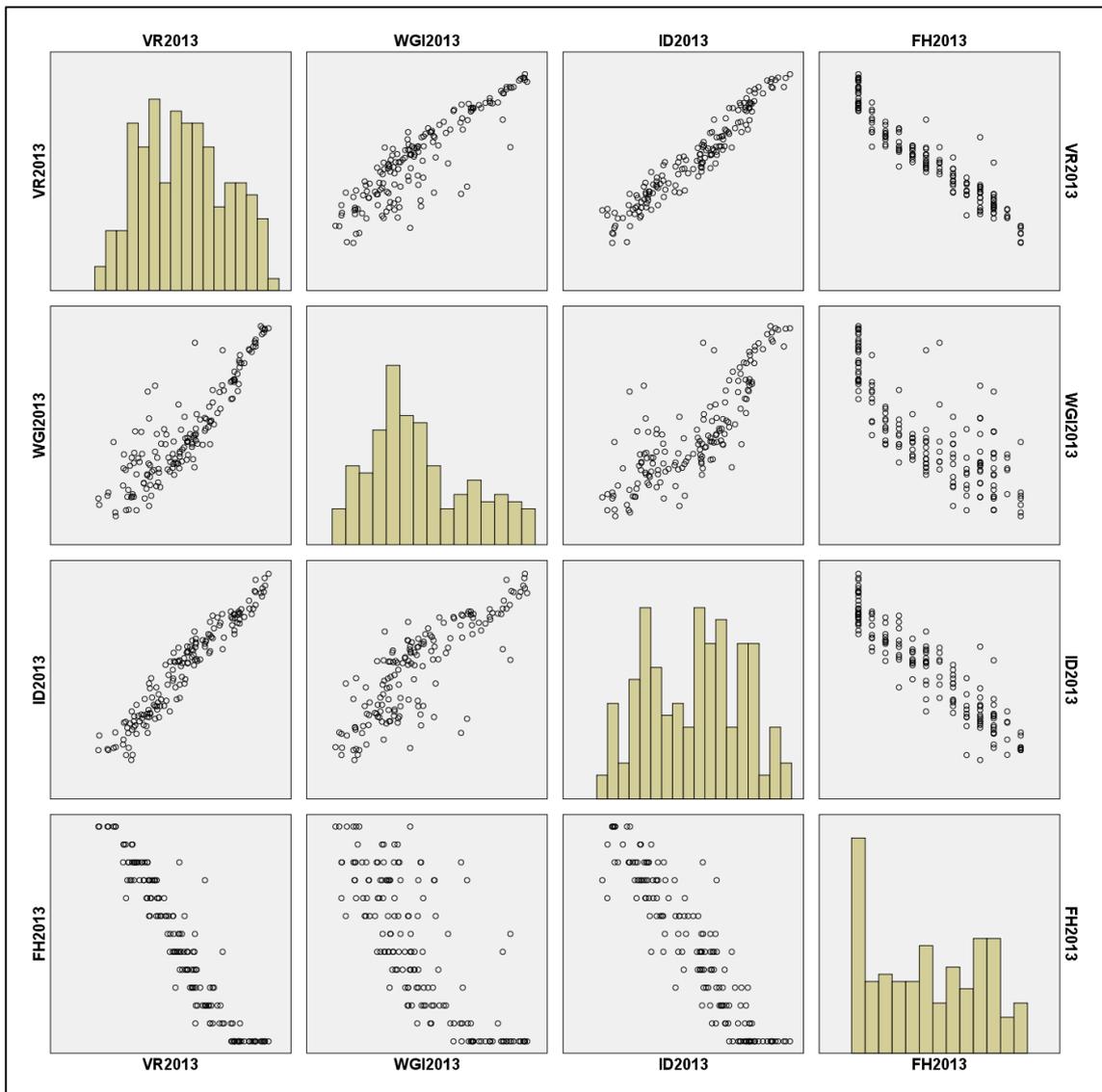
Figura 9 – Correlação de Spiderman para os Índices de Democracia e Governança, 2013.



FONTE: Elaboração própria.

A figura 10, a seguir, expõe a Matriz de Diagramas de Dispersão dos indicadores de democracia elaborada no software SPSS. No eixo diagonal da esquerda em cima, para direita em baixo, a figura mostra os histogramas das variáveis estudadas. Os seis gráficos acima da diagonal são repetidos abaixo da diagonal, com mudança nos eixos X e Y. Os diagramas de dispersão constituem uma representação gráfica do ajuste das variáveis medidas na sua forma numérica pelos coeficientes de correlação. Pode-se, assim, observar os melhores ajustes entre as variáveis de democracia (VR2013, ID2013, FH2013) e ajustes elevados, porém menores, quando correlacionados à variável de governança (WGI).

Figura 10 – Matriz de Diagramas de Dispersão dos Indicadores de Democracia.



FONTE: Elaboração própria no pacote estatístico SPSS.

Nos itens a seguir deste capítulo, analisaremos a metodologia de cada um desses índices e alguns dos seus resultados.

2.2.1 Índice de Democracia (ID) da Revista Inglesa *The Economist*

O Índice de Democracia é um índice compilado pela revista *The Economist* para examinar o estado da democracia em 167 países, a partir de cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política. Os países são classificados em

“democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos”, até aqui todos considerados democracias, e regimes “autoritários” considerados ditatoriais.

De acordo com o Índice de Democracia de 2011, a Noruega obteve a maior nota (9,80) enquanto a Coreia do Norte é a última colocada, em 167º lugar com a nota (1,08). No grupo mais seletivo das democracias plenas estão 25 países, sendo que o mais democrático é a Noruega, seguida por Islândia, Dinamarca, Suécia, Nova Zelândia e Austrália. Há 37 países classificados como “regimes híbridos” e 52 como “regimes autoritários”.

No relatório de 2011, quando comparado com os resultados do relatório de 2010, o Brasil subiu do 47º para o 45º lugar com uma pontuação que se manteve em 7,12. Na classificação do Índice, o Brasil está inserido no rol dos países com uma democracia imperfeita – 53 países pertencem a esse grupo, o que representa 31,7% da população mundial.

Analisando os cinco critérios que a *The Economist* avalia nos países (processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis), verificamos que no critério "processo eleitoral e pluralismo" e "liberdades civis", as notas do Brasil de 9,58 e 9,12, respectivamente, foram semelhantes às de países classificados como "democracias plenas", como Suécia, Áustria e Alemanha. No critério "funcionamento do governo", o Brasil foi classificado com a nota 7,5, igual a dos Estados Unidos, o 19º colocado. Entretanto, o país teve notas muito ruins em critérios que dependem mais da sociedade civil do que do Estado. A nota do Brasil em "participação política" foi 5, inferior a de países como Bangladesh e Etiópia, que estão em classificações piores. Por fim, em "cultura política" o índice do Brasil foi de 4,38, menor que a de vários países considerados como "regimes autoritários", como Bahrein e Guiné Equatorial. No mesmo grupo das democracias falhas, acima do Brasil, estão França, Portugal e Itália, países da Europa ocidental; além de nações como Botsuana (33º lugar), Trinidad e Tobago (43º lugar) e Jamaica (44º lugar).

O relatório da *The Economist* não traz detalhes por país, mas analisa os continentes. Na maioria dos países, eleições livres e justas são reconhecidas como bem estabelecidas. Mudanças em atitudes públicas em muitos temas, em alguns países, podem conduzir à democracia, porém a alta concentração de poder, as desigualdades sociais e econômicas e a crescente insegurança e violência põem em risco a sustentabilidade das democracias em vários países, a exemplo do que ocorre

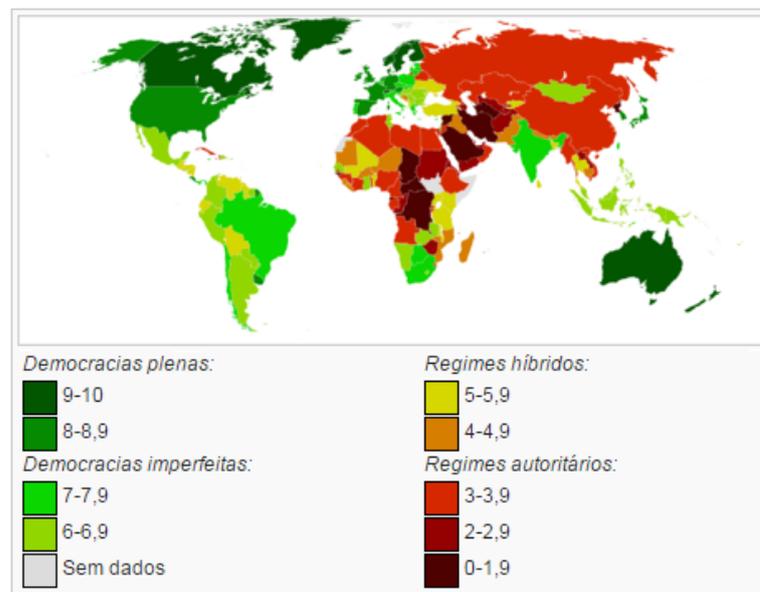
na América Latina. A tabela 1 expõe os dados do Índice da Democracia por região, nos anos de 2006, 2008, 2010 e 2011, anos em que foram calculados os índices, e a devida classificação recebida. Cabe salientar a América Latina e Caribe com a sua classificação de democracia imperfeita e a estabilidade do índice no período de cinco anos (2006/2011) para todas as regiões do mundo.

Tabela 1 – O Índice de Democracia por região e classificação (2006, 2008, 2010 e 2011).

Região	Índice de Democracia				Classificação
	2006	2008	2010	2011	
América Anglo-Saxônica	8.64	8.64	8.63	8.59	Democracia plena
Europa Ocidental	8.60	8.61	8.45	8.40	Democracia plena
América Latina e Caribe	6.37	6.43	6.37	6.35	Democracia imperfeita
Leste Europeu	5.76	5.67	5.55	5.50	Regime híbrido
Ásia e Austrália	5.44	5.58	5.53	5.51	Regime híbrido
África Subsaariana	4.24	4.28	4.23	4.32	Regime híbrido
Oriente Médio e Norte da África	3.53	3.54	3.43	3.62	Regime autoritário
Total	5.52	5.55	5.46	5.49	-

Fonte: The Economist Intelligence Unit - Democracy index 2011.

Mapa 1 – Índice de Democracia no Mundo (2011).



Fonte: Wikimedia Commons (The Economist).

2.2.2 Freedom in the World da Freedom House

Freedom in the World, um dos índices de liberdade da Freedom House, avalia 195 países e 14 territórios medindo o nível das liberdades civis e dos direitos políticos de cada país, em uma escala que vai de 1 (mais livre) a 7 (menos livre). A Freedom House calcula, ainda, um índice de liberdade na imprensa e um índice de liberdade na internet. Os resultados da Freedom in the World, neste trabalho algumas vezes citados como Freedom House, são publicados anualmente desde 1972 e são bastante utilizados por pesquisadores políticos como uma medida do nível de democracia de um país.

Como acontece com todo índice, existe discordância sobre a neutralidade das suas medições. Muitas das críticas foram levantadas sobre as medições dos direitos humanos e a ênfase sobre as liberdades civis, que ao exercício da liberdade. Adam Przeworski (2003) cita o exemplo dos Estados Unidos (EUA) onde os cidadãos são livres para votarem, porém boa parte não exerce esse direito nas eleições presidenciais. No relatório “Freedom in the World 2010. Methodology” há um rebatimento às críticas do viés ideológico:

Freedom House does not maintain a culture-bound view of freedom. The methodology of the survey is grounded in basic standards of political rights and civil liberties, derived in large measure from relevant portions of the Universal Declaration of Human Rights. These standards apply to all countries and territories, irrespective of geographical location, ethnic or religious composition, or level of economic development. (FREEDOM, 2010, p. 1).

A pesquisa Freedom mede a liberdade em duas categorias: os direitos políticos e as liberdades civis. Os direitos políticos são divididos em três subcategorias: processo eleitoral, pluralismo político e participação, e funcionamento do governo. As liberdades civis, no Freedom, são divididas em quatro subcategorias: liberdade de expressão e de crença, liberdade de associação e dos direitos de organização, Estado de Direito e de autonomia pessoal, e direitos individuais.

Para cada país é atribuída uma classificação numérica de 1 (mais livre) a 7 (menos livre) para ambas as categorias, direitos políticos e liberdades civis. As classificações são determinadas por um total de pontos que vai até 100 (cem), obtidos na soma dos pontos das questões. Sendo 10 (dez) questões de direitos políticos e 15 (quinze) questões de liberdades civis. Cada questão recebe de 0 (zero) a 4 (quatro)

pontos, sendo 0 (zero) o menor grau e 4 (quatro) o maior grau de liberdade. Por uma regra de três inversa, transforma a classificação de 1 (um), o maior grau de liberdade, até 7 (sete) o menor grau de liberdade para cada categoria. A média das avaliações dos direitos políticos e das liberdades civis determina a classificação geral: livre (1,0 a 2,5), parcialmente livre (3,0 a 5,0) ou não livre (5,5 a 7,0).

Os resultados são obtidos depois de várias análises e avaliações por uma equipe de consultores da casa e de especialistas e estudiosos regionais, que determinam a pontuação para as questões do quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Categoria, subcategorias e questões do Freedom in the World.

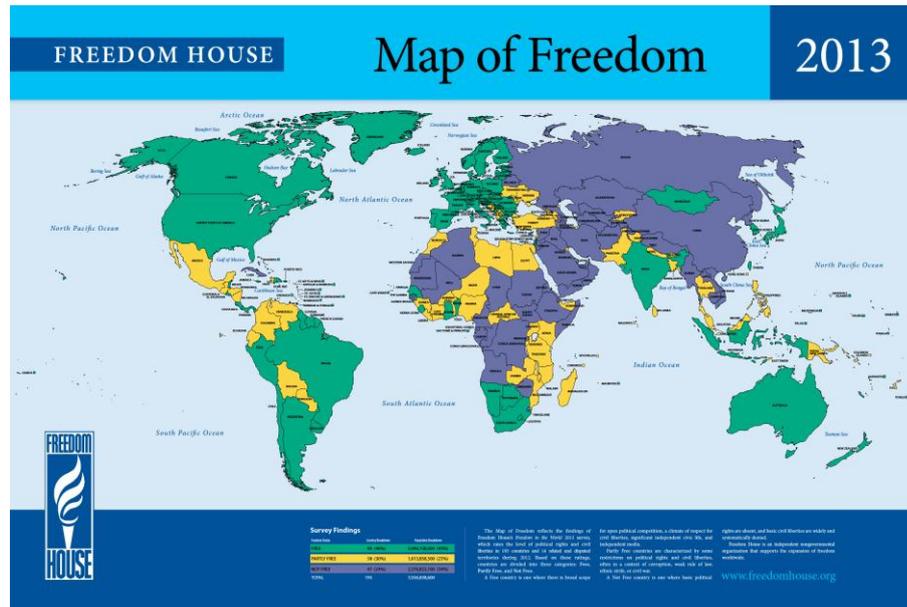
CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	QUESTÕES
Direitos Políticos	Processo Eleitoral	1. O chefe de governo ou outra autoridade nacional é eleito por livre e justas eleições? 2. Os representantes legislativos nacionais são eleitos através de eleições livres e justas? 3. As leis eleitorais representam um quadro justo?
	Pluralismo e Participação Política	1. As pessoas têm o direito de se organizar em diferentes partidos políticos ou em outros grupos políticos concorrentes de sua própria escolha, e é o sistema aberto para a ascensão e queda destes partidos ou grupos rivais? 2. Existe uma votação significativa da oposição e uma possibilidade realista para a oposição aumentar o seu apoio ou ganhar poder através de eleições? 3. São as escolhas políticas do povo livre da dominação pelos militares, potências estrangeiras, partidos totalitários, hierarquias religiosas, oligarquias econômicas, ou qualquer outro grupo poderoso? 4. Grupos culturais, étnicos, religiosos, ou outros minoritários têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?
	Funcionamento do Governo	1. O chefe de governo é eleito livremente e os representantes legislativos nacionais determinam as políticas do governo? 2. O governo é livre de corrupção generalizada? 3. É o governo o responsável pelo eleitorado durante as eleições, e faz essa operação com abertura e transparência?
Liberdades Civis	Liberdade de Expressão e Crença	1. Existem meios de comunicação livres e independentes e outras formas de expressão cultural? (<i>Nota: em casos que os meios de comunicação são controlados pelo Estado, mas oferecem pontos de vista pluralista, a pesquisa dá o crédito do sistema.</i>) 2. As instituições e comunidades religiosas são livres para praticarem a fé deles e se expressarem em público e privado? 3. Existe liberdade acadêmica, e o sistema educacional é livre de extensa doutrinação política? 4. Existe aberta e livre discussão privada?
	Direitos de Associação e Organização	1. Existe liberdade de reunião, demonstração e discussão pública aberta? 2. Existe liberdade para organizações não-governamentais? (<i>Nota: isto inclui organizações cívicas, grupos de interesse, fundações, etc.</i>) 3. Existem sindicatos livres e organizações camponesas ou equivalentes, e existe negociação coletiva eficaz? Existem profissionais livres e outras organizações privadas?

	Estado de Direito	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existe um sistema judiciário independente? 2. O Estado de Direito prevalece em questões civis e penais? A polícia está sob controle civil direto? 3. Existe proteção contra terror político, prisão injustificada, exílio, ou tortura, se por grupos que apoiam ou se opõem ao sistema? Existe liberdade de guerra e revolta? 4. Leis, políticas e práticas garantem a igualdade de tratamento dos vários segmentos da população?
	Autonomia Pessoal e Direitos Individuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os cidadãos gozam de liberdade de viagem ou escolha de residência, emprego, ou instituição de ensino superior? 2. Os cidadãos têm o direito à própria propriedade e estabelecer empresas privadas? A atividade empresarial privada é indevidamente influenciada por funcionários do governo, as forças de segurança, partidos/organizações políticas, ou crime organizado? 3. Existem liberdades sociais pessoais, incluindo a igualdade de gênero, a escolha de parceiros de casamento, e tamanho da família? 4. Existe igualdade de oportunidades e a ausência de exploração econômica?

FONTE: Elaboração própria a partir do Relatório Freedom in the World (2013): Democratic Breakthroughs in the Balance.

O mapa 2 mostra na área verde os países que foram classificados, para o ano 2012, como livres, na área laranja como parcialmente livres e na área azul como não livres. Segundo o mapa, um país livre é aquele em que existe um amplo espaço para a competição política aberta, um clima de respeito pelas liberdades civis, uma vida cívica significativamente independente e mídia independente. Os países parcialmente livres são caracterizados por algumas restrições aos direitos políticos e às liberdades civis, muitas vezes em um contexto de corrupção, Estado de Direito fraco, conflitos étnicos ou guerra civil. Já um país não livre é aquele em que os direitos políticos básicos estão ausentes e as liberdades civis básicas são ampla e sistematicamente negadas. Na América do Sul, com exceção para Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Paraguai considerados parcialmente livres, todos os demais foram considerados livres para o ano 2012.

Mapa 2 – Liberdade no Mundo (Freedom in the World) – 2013, dados 2012.



FONTE: Freedom House 2013, dados de 2012.

2.2.3 Worldwide Governance Indicators do Banco Mundial

Os Indicadores Mundiais de Governança correspondem às seis dimensões de governança medidas pelo Banco Mundial na busca de garantir as condições para um Estado eficiente. Os indicadores, medidos para 215 países no período 1996-2013, são os seguintes:

Voz e Responsabilidade (Voice and Accountability);

Estabilidade Política e Ausência de Violência (Political Stability and Absence of Violence/Terrorism);

Eficácia Governamental (Government Effectiveness);

Qualidade Regulatória (Regulatory Quality);

Estado de Direito (Rule of Law); e,

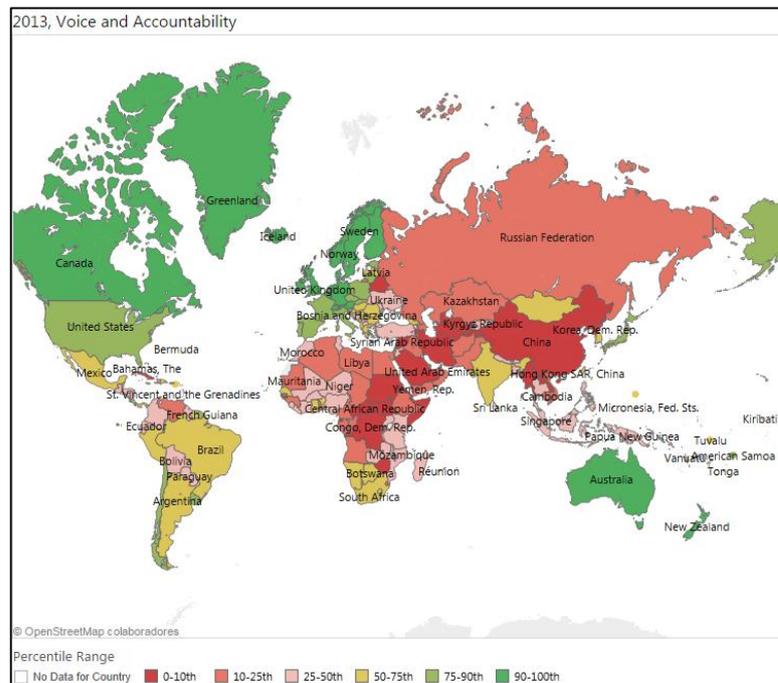
Controle da Corrupção (Control of Corruption).

O indicador Voz e Responsabilidade é utilizado, neste trabalho, como uma das variáveis de democracia, da mesma forma que se constitui em uma variável proxy para o construto democracia nos relatórios de desenvolvimento humano do PNUD. Utiliza-se neste trabalho, também, a média das seis dimensões como variável de governança, sendo a mesma um avanço da construção democrática de um país. Voz

e Responsabilidade, em inglês *Voice and Accountability*, é uma das dimensões de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WG) e captura as percepções da medida que os cidadãos de um país são capazes de participar na seleção de seu governo, bem como na liberdade de expressão, liberdade de associação e uma mídia livre.

As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador de Voz e Responsabilidade encontra-se no anexo – *Voice and Accountability*. O mapa 3 mostra a distribuição dos países em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto mais democrático maior pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil acima da mediana.

Mapa 3 – Países por pontuação do Índice Voz e Responsabilidade – 2013.

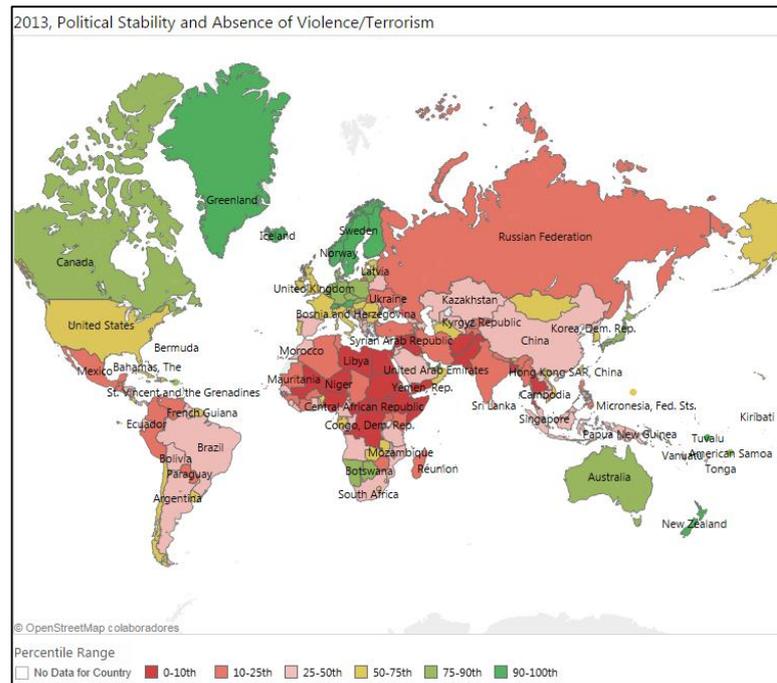


FONTE: WGI (2015).

Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo, em inglês *Political Stability and Absence of Violence/Terrorism*, é a segunda das dimensões de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WGI). O indicador de Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo captura as percepções do risco de instabilidade política e/ou violência politicamente motivada, incluindo o terrorismo. As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador da Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo encontra-se no anexo – *Political Stability and Absence of Violence/Terrorism*. O mapa 4 mostra a

distribuição dos países, em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto maior a estabilidade política e a ausência de violência e terrorismo maior a pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil abaixo da mediana.

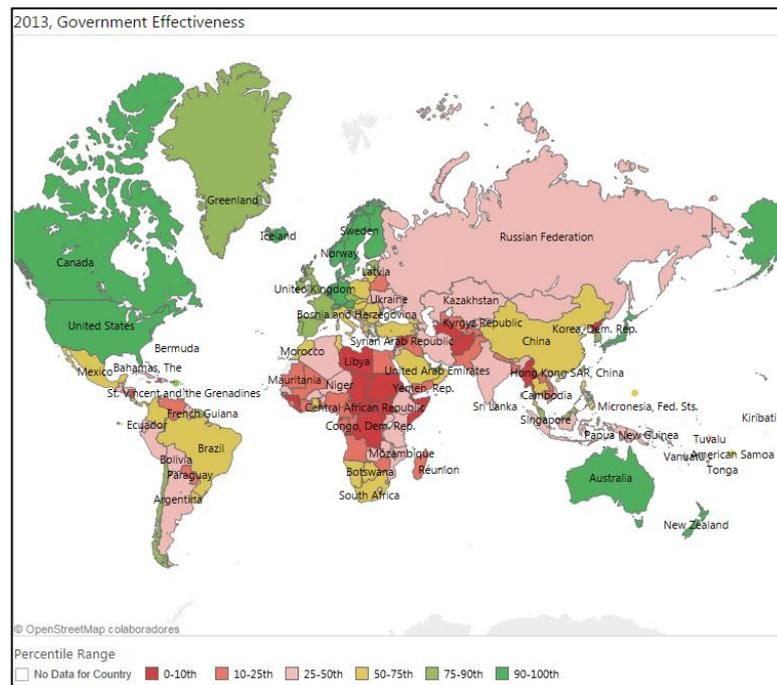
Mapa 4 – Países por pontuação do Índice de Estabilidade Política e Ausência de Violência e Terrorismo – 2013.



FONTE: WGI (2015).

A terceira dimensão de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WGI) é a Eficácia Governamental, em inglês *Government Effectiveness*. O indicador de Eficácia Governamental captura as percepções da qualidade dos serviços públicos e do seu grau de independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas, e a credibilidade do compromisso do governo de tais políticas. As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador da Eficácia Governamental encontra-se no anexo – Government Effectiveness. O mapa 5 mostra a distribuição dos países, em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto maior a percepção da eficácia governamental maior a pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil acima da mediana.

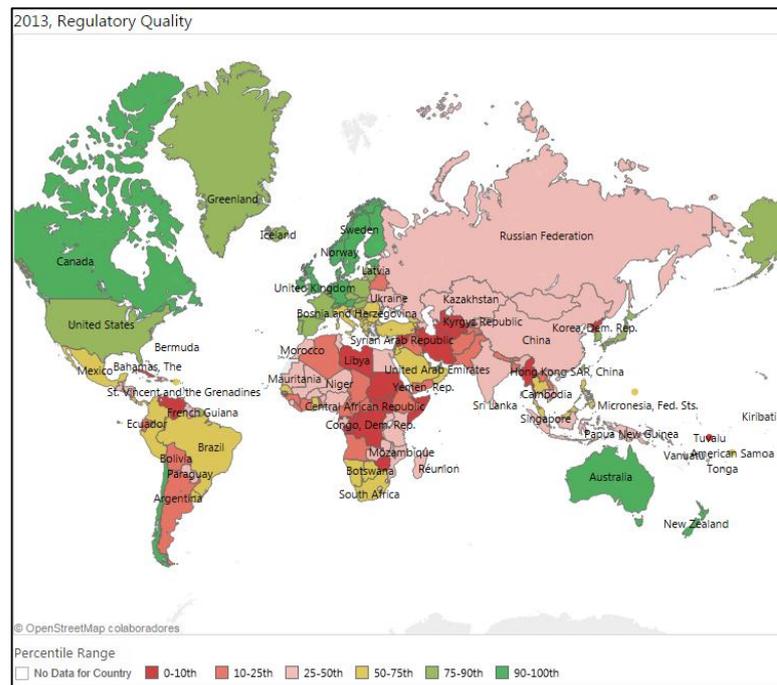
Mapa 5 – Países por pontuação do Índice de Eficácia do Governo – 2013.



FONTE: WGI (2015).

A quarta dimensão de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WGI) é a Qualidade Regulatória, em inglês *Regulatory Quality*. O indicador de Qualidade Regulatória captura as percepções da capacidade do governo para formular e implementar políticas e normas sólidas que habilitem e promovam o desenvolvimento do setor privado. As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador da Qualidade Regulatória encontra-se no anexo – Regulatory Quality. O mapa 6 mostra a distribuição dos países, em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto maior a percepção da capacidade do governo de implementar normas sólidas maior a pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil acima da mediana.

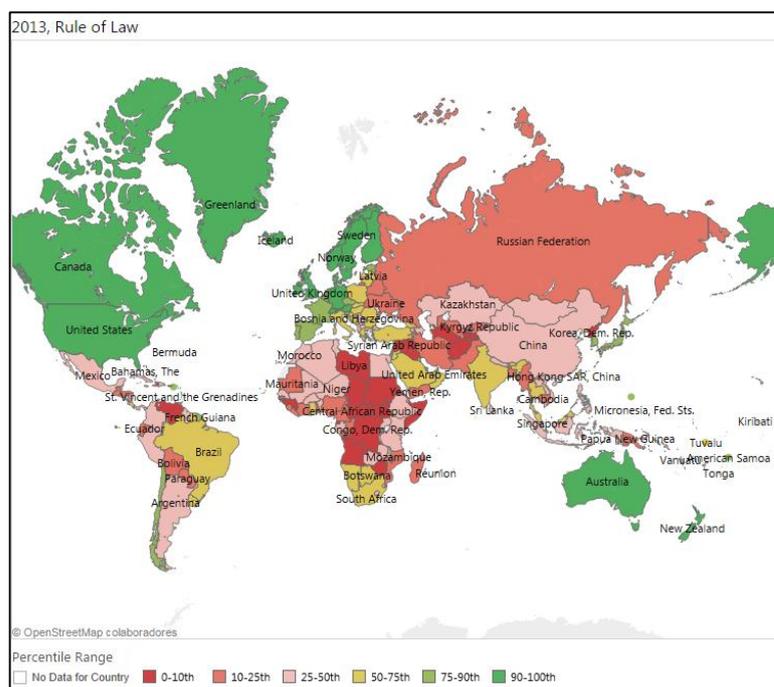
Mapa 6 – Países por pontuação do Índice de Qualidade Regulatória – 2013.



FONTE: WGI (2015).

Estado de Direito, em inglês *Rule of Law*, é a quinta das dimensões de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WGI). O indicador de Estado de Direito captura as percepções da medida em que os agentes têm confiança e respeito às regras da sociedade e, em particular, à qualidade da execução de contratos, direitos de propriedade, à polícia e aos tribunais, bem como à probabilidade de crime e violência. As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador de Estado de Direito encontram-se no anexo – Rule of Law. O mapa 7 mostra a distribuição dos países, em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto maior a percepção do estado de direito maior a pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil acima da mediana.

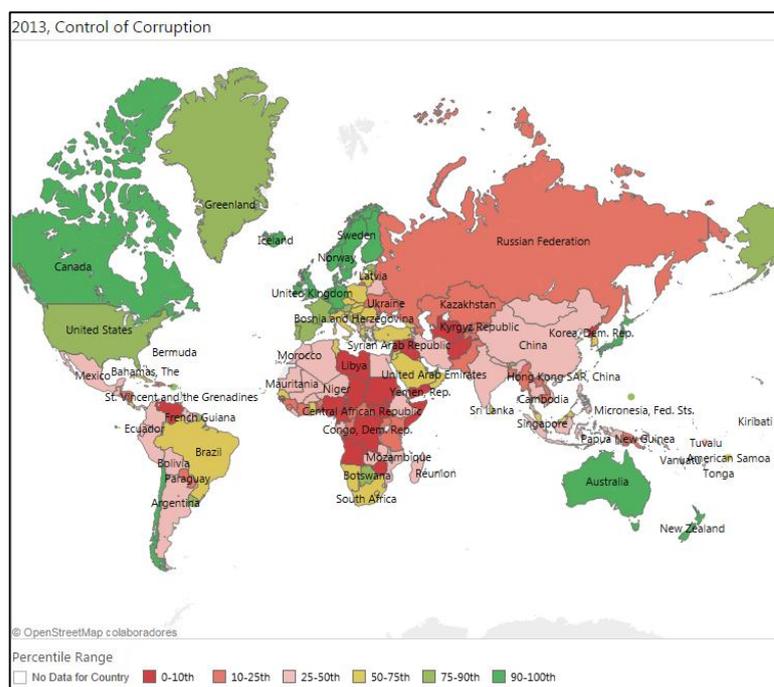
Mapa 7 – Países por pontuação do Índice de Estado de Direito – 2013.



FONTE: WGI (2015).

Por fim, o Controle da Corrupção, em inglês *Control of Corruption*, corresponde à sexta dimensão de governança dos Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (WGI) e captura as percepções da extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto as formas insignificantes e de corrupção, como a captura do Estado por elites e interesses privados. As variáveis utilizadas na codificação da variável complexa do indicador do Controle da Corrupção encontram-se no anexo – Control of Corruption. O mapa 8 mostra a distribuição dos países, em uma pontuação que vai de 0 (zero) a 100 (cem), quanto maior o controle da corrupção maior a pontuação. O Brasil apresenta-se, nesta medida, no primeiro quartil acima da mediana.

Mapa 8 – Países por pontuação do Índice de Controle da Corrupção – 2013.



FONTE: WGI (2015).

São três os passos para calcular os indicadores das dimensões acima citados. O primeiro passo corresponde a atribuição de dados de fontes diversas para as seis dimensões dos indicadores. Cabe salientar que nem todas as fontes de dados abrangem todos os países. Assim, fontes diversas são utilizadas na busca por alcançar uma medida satisfatória para cada país. O segundo passo corresponde ao redimensionamento preliminar dos dados para uma escala de 0 (zero) a 1 (um). É calculado, dessa forma, o quociente entre a diferença da medida de um país menos a medida mínima alcançada por um país qualquer, naquele determinado ano, com a diferença do valor máximo alcançado por um país qualquer, e o valor mínimo também alcançado por um país qualquer para aquele determinado ano.

O terceiro passo para alcançar a medida final do indicador de um país é construído usando a ferramenta estatística conhecida como Modelo de Componentes não Observados (UCM), o qual constrói uma medida ponderada dos indicadores individuais para cada fonte de dados. O UCM é usado para fazer os dados escalonados de 0 (zero) a 1 (um) comparáveis entre fontes e, em seguida, com a construção de uma média ponderada dos dados de cada fonte para cada país. As estimativas resultantes de governança são uma média ponderada dos dados de cada fonte, com os pesos que refletem o padrão de correlação entre fontes de dados,

atribuindo maior peso às fontes de dados que tendem a ser mais fortemente correlacionadas. Embora esta ponderação melhore a precisão estatística dos indicadores agregados, normalmente não afeta muito no ranking dos países sobre os indicadores agregados. As medidas compostas de governação geradas pelo UCM estão em unidades de uma distribuição normal padrão, com média 0 (zero) e desvio padrão 1 (um), e ocorrem em um intervalo aproximado de -2.5 a 2.5, com valores mais altos correspondendo a uma melhor governação.

Cada uma das medidas das seis dimensões dos indicadores de governança corresponde à média dos dados das fontes utilizadas. Podemos observar o exemplo do Brasil, no ano de 2013, na tabela 2 a seguir, para o indicador Voice and Accountability um total de 17 (dezesete) fontes de dados, uma contagem padronizada de 0,37 resultando num percentil de 58,77 com erro padrão de 0,11. A margem de erro reflete o número de fontes que oferece dados para um país e a precisão dessas fontes. Para o indicador Political Stability, temos 9 fontes de dados para o Brasil, no ano de 2013, com uma contagem padronizada de -0,28 o que coloca o Brasil num rank percentil de 36,97 com erro padrão de 0,22.

No indicador Government Effectiveness, na mesma tabela, observam-se 11 fontes de dados para o Brasil, no ano de 2013, com uma contagem padronizada de -0,08 o que coloca o Brasil num rank percentil de 51,20 com erro padrão de 0,18. Nota-se, ainda, que no indicador Regulatory Quality, temos 11 fontes de dados para o Brasil, no ano de 2013, com uma contagem padronizada de 0,07 o que coloca o Brasil num rank percentil de 54,55 com erro padrão de 0,17. Para o indicador Rule of Law, o Brasil apresenta-se em 17 fontes de dados para no ano de 2013, com uma contagem padronizada de -0,12 numa posição percentil de 52,13 com erro padrão de 0,13. E, por fim, no indicador Control of Corruption, temos 15 fontes de dados para o Brasil, no ano de 2013, com uma contagem padronizada de -0,12 numa posição percentil de 55,02 com erro padrão de 0,14.

Tabela 2 – Indicadores de Governança do Banco Mundial para o Brasil – 2013.

Worldwide Governance Indicators						
Indicator	Country	Year	Number of Sources	Governance Score (-2.5 to +2.5)	Percentile Rank (0 to 100)	Standard Error
Voice and Accountability	Brazil	2013	17	0.37	58.77	0.11
Political Stability and Absen..	Brazil	2013	9	-0.28	36.97	0.22
Government Effectiveness	Brazil	2013	11	-0.08	51.20	0.18
Regulatory Quality	Brazil	2013	11	0.07	54.55	0.17
Rule of Law	Brazil	2013	17	-0.12	52.13	0.13
Control of Corruption	Brazil	2013	15	-0.12	55.02	0.14

FONTE: WGI (2015).

O gráfico 8 de barras, a seguir, expõe a posição do Brasil num rank percentil no ano de 2013. Nas barras apresentadas para cada dimensão observamos o intervalo com 90% de confiança para medida, em uma linha escura sobre a barra da medida do indicador, construído a partir dos erros padrão citados na tabela anterior.

Gráfico 8 – Indicadores de Governança do Banco Mundial para o Brasil – 2013.



FONTE: WGI (2015).

Em síntese, este capítulo apresentou um histórico resumido da origem da democracia e algumas formas de mensurar a mesma, assim como mostrou um pouco do conceito e dos indicadores de governança. Ressalta-se que os indicadores da

governança vão além dos contemplados na mensuração da democracia. No capítulo seguinte vamos verificar a definição e mensuração do Desenvolvimento.

3 DEFININDO E MENSURANDO DESENVOLVIMENTO

Este capítulo traz uma retrospectiva da definição de desenvolvimento, expondo as controvérsias sobre o tema desenvolvimento, discutindo algumas formas de mensurar o desenvolvimento, analisando a medida do PIB *per capita* na paridade do poder de compra (PPC) e, finalmente, apresentando a composição do IDH e sua aplicação como medida de desenvolvimento.

No início da sistematização da economia como ciência, o desenvolvimento de uma nação estava intimamente relacionado com a acumulação de capital físico. Atualmente, a acumulação de capital financeiro e intelectual, infraestrutura adequada e melhoria das condições de vida da população é que são os fatores preponderantes para o desenvolvimento de uma nação. Para Oliveira (2002, p. 37)

a busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento. Esta visão está mudando lentamente, mas deixou graves danos para a humanidade.

Descreve-se, a seguir, como ocorre a evolução do conceito desenvolvimento.

3.1 Controvérsias sobre o Tema Desenvolvimento

Na idade média não se pensava na ideia de desenvolvimento, nem mesmo de satisfação das necessidades básicas de uma população pobre. As formas conceptivas de apreensão da pobreza, enquanto fenômeno social, durante séculos de pensamento ocidental circunscreveram às doutrinas da dependência dos pobres. Em um resumo da ideologia predominante no período da idade média, Mill (1983, p. 256) se refere a visão dos pobres nas doutrinas da dependência:

a relação entre ricos e pobres... deve ser autoritária somente em parte, pois deve ser amiga, moral e afetuosa: de um lado, portanto, tutela carinhosa, e de outro, deferência respeitosa e imbuída de gratidão. Os ricos devem fazer as vezes de pais dos pobres, guiando-os e refreando-os como filhos... Quem deve elaborar a moral e a religião para os pobres são os superiores, os quais

devem cuidar que estas lhas sejam adequadamente ensinadas, e devem fazer tudo o que é necessário para garantir que os pobres, em troca de seu trabalho e de sua dedicação afetuosa, sejam adequadamente alimentados, vestidos, tenham moradia apropriada, sejam edificados espiritualmente, e se distraiam com divertimentos puros.

Durante o período que vai do século XVI aos dias de hoje, o desenvolvimento econômico sofreu algumas transformações teóricas e ideológicas, reflexos das mudanças políticas e sociais por que passou a humanidade durante todo esse período.

O debate que tem início no século XVII analisa a riqueza e o subdesenvolvimento das nações. No pacto colonial derivado do pensamento mercantilista está a origem do subdesenvolvimento. O fator da riqueza nacional estava, segundo os mercantilistas, no afluxo de metais preciosos. A riqueza nacional era traduzida na riqueza do soberano. Segundo Souza (1997, p. 15), “raramente havia preocupação com a melhoria das condições de vida do conjunto da população”.

Para os pensadores econômicos desse período, os grandes estoques de metais preciosos constituíam a própria expressão da riqueza nacional. Para alcançar o crescimento econômico, o Estado deveria intervir e propiciar todos os mecanismos necessários à acumulação metalista através da expansão do comércio internacional, com o aumento das exportações e redução das importações (SOUZA, 2007).

Objetivando aumentar o saldo da balança comercial, as metrópoles estabeleceram um pacto colonial com suas colônias. Por esse pacto, era garantido o privilégio exclusivo à metrópole sobre o comércio externo de suas colônias. O comércio interno foi relegado a um segundo plano e, através da proteção agrícola, os preços internos de alimentos e matérias-primas se mantiveram elevados, bem como o custo de vida e os salários de mercado.

É importante ressaltar que o sistema mercantilista tinha sua coerência interna. A preocupação em expandir as exportações contribuía em reduzir os estoques de mercadorias e elevar o nível da renda e do emprego. Por outro lado, a circulação de moeda contribuía para a redução da taxa de juros e, com isso, estimulava o nível do investimento e o crescimento econômico (SOUZA, 2007).

Posteriormente ao mercantilismo surgem as escolas fisiocrata e clássica com objetivos no crescimento e na distribuição. Entre os fisiocratas cabe destacar, além de François Quesnay, Anne Robert Jacques Turgot (1727–1781) *apud* Souza (1997) com a obra “Reflexões sobre a formação e a distribuição das riquezas”. Para os

economistas fisiocratas a riqueza é gerada na agricultura por meio do fator terra, e o aumento dos investimentos na agricultura eleva a produtividade agrícola e impulsiona o crescimento do resto da economia.

Os fisiocratas, ao contrário dos mercantilistas, defendiam uma conduta liberal por parte do Estado e acreditavam que a produção agrícola era o principal componente do crescimento de uma nação. A terra, ou a natureza, são os únicos elementos que possuíam capacidade de produzir algo novo; as demais atividades, como a indústria e o comércio, embora necessárias, não faziam mais que transformar ou transportar os produtos da terra.

Segundo eles, existia uma lei natural que regulava a ordem econômica e qualquer intervenção dos governos criava obstáculos à ação dos agentes econômicos. O Estado deveria assumir o papel exclusivo de guardião da propriedade e garantir a liberdade econômica. Descobriram, também, que existe uma circulação de renda entre as três classes sociais da época: os produtores (agricultores) e os proprietários de terra (nobreza e clero) que compram produtos e serviços das "classes estéreis" (demais cidadãos), que por sua vez compram produtos agrícolas (SOUZA, 2007).

A despesa do consumidor, segundo os fisiocratas, é a variável determinante da renda. O aumento do consumo mantém o nível de preços dos produtos agrícolas elevado, estimulando a acumulação de capital e expandindo a oferta. Para manter o nível de demanda com preços elevados é necessária a supressão de todas as taxas em substituição por um imposto único que incida sobre a propriedade. Justifica-se essa política, pela tese dos fisiocratas, de que não há sentido em tributar atividades que não geram excedentes de valor sobre seu custo de produção.

Segundo Souza (2007, p. 56), "a produtividade natural da terra ainda poderia contribuir mais com o desenvolvimento econômico, com uso intensivo de capital, o que aumentaria o crescimento da agricultura". Para aumentar o nível geral de renda, os fisiocratas defendiam, ainda, a conservação de uma importante atividade manufatureira e da contenção de gastos em bens de luxo para não desequilibrar a demanda por produtos agrícolas.

O precursor da Escola Clássica foi Adam Smith (1723-1790). Em seu livro "A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas", Smith (1985) destacou o trabalho produtivo como elemento fundamental na formação da riqueza nacional. Para o fundador da moderna economia, o homem, movido pelo desejo do

lucro, passaria a produzir mais, o que traria benefícios para a comunidade. Os principais expoentes da Escola Clássica, além de Adam Smith, foram David Ricardo, John Stuart Mill, Thomas Robert Malthus e Jean-Baptiste Say (MONTORO FILHO, 2001).

Com o trabalho de Adam Smith emerge a preocupação com o aumento da renda média do conjunto da população: “nenhuma sociedade, cuja a maior parte de seus membros são pobres e miseráveis, pode ser próspera e feliz”. No entanto, esta preocupação resulta de uma análise que tem por principal objetivo a riqueza do Estado Nacional, a qual é gerada pelo fator trabalho.

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste, sempre, na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. (SMITH, 1985, p. 35).

O enfoque dos estudos dos clássicos passa a ser o crescimento econômico. Para Adam Smith, a riqueza das nações crescerá em função da acumulação de capital, do estoque inicial de meios de produção, da produtividade marginal do capital e do meio institucional, ou seja, a valorização do trabalho e dos negócios com leis adequadas à livre iniciativa.

As principais características do enfoque dos economistas clássicos podem ser resumidas em: mercado livre, livre concorrência, iniciativa individual, desregulamentação e divisão internacional do trabalho. Desta forma, os economistas clássicos eram contra a intervenção do Estado na economia e favoráveis a ideia de que o equilíbrio econômico nascia espontaneamente por meio da livre concorrência.

Ao Estado cabia, dentre outras funções: preservação da justiça, defesa nacional e a complementação da iniciativa privada, através de ações em que esta não queira atuar. O objetivo primordial do agente econômico é o lucro e, diante disso, tal regime só pode ocorrer nas democracias, onde a liberdade individual é mais ampla (ARAÚJO, 1988).

Souza (2007, p. 123) enfatiza, ainda, que

no modelo clássico de crescimento, a mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas. A grande questão do desenvolvimento é conciliar crescimento com distribuição. Muitas vezes, questões de eficácia conflitam com questões de equidade.

Para os autores clássicos, o desenvolvimento econômico vem do desejo de lucro, que faz com que todos trabalhem mais. A divisão do trabalho gera especialização que, por sua vez, gera o aumento da produção e redução de custos – lei das vantagens comparativas. A economia em escala gera redução de custos, aumenta o consumo, o que aumenta a produção e o nível de emprego com custos menores e bem-estar para o povo.

Para Adam Smith, o desenvolvimento ocorria com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e a elevação da renda média do conjunto da população, acarretando, no longo prazo, numa redistribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e arrendatários.

Em resumo, o fator de desenvolvimento era o trabalho produtivo. O trabalho podia ser produtivo fora da agricultura, ou seja, o que importava era a produtividade em termos de valor e não em termos físicos. Assim, a indústria tinha seu papel primordial no desenvolvimento econômico, pela formação do excedente a ser vendido.

David Ricardo (1772-1823), principal discípulo de Adam Smith, via o problema do desenvolvimento econômico como sendo a incapacidade da agricultura em produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores, o que gerava a elevação nos salários nominais (ARAÚJO, 1988).

Através de sua teoria da renda da terra, demonstrou que à medida que a população cresce, ocupam-se terras cada vez piores, aumentando os custos na margem de cultivo, enquanto expande-se a renda da terra apropriada pelos proprietários (SOUZA, 2008).

Com relação a renda da terra, Ricardo (1982, p. 70) ainda enfatizava que

o aumento da renda da terra decorre sempre do aumento da riqueza de um país e da dificuldade de produzir alimentos para uma população crescente. É um sintoma, nunca uma causa de riqueza, pois esta frequentemente cresce com maior rapidez, enquanto a renda permanece estacionária ou mesmo decresce. A renda cresce mais rapidamente quando as terras disponíveis se empobrecem em capacidade produtiva. A riqueza aumenta mais depressa nos países em que a terra disponível é mais fértil, onde as importações sofrem menos restrições, onde, graças aos aperfeiçoamentos na agricultura, a produção pode ser multiplicada sem qualquer aumento na quantidade proporcional de trabalho; onde, conseqüentemente, o progresso da renda é lento.

A visão de Malthus quanto ao desenvolvimento econômico justifica-se através da teoria da população, a qual afirma que a população aumenta em proporções geométricas ao passo que a produção de alimentos cresce a taxas aritméticas. São

estímulos ao crescimento da população: ajuda financeira da Igreja, casamentos precoces e ausência de controle de natalidade. Para Malthus, as crises resultavam do subconsumo da população pela redução gradual dos salários reais (SOUZA, 2008).

Cabe aqui registrar o abandono da doutrina da dependência dos pobres. Segundo Romão (1993, p. 12):

a responsabilidade dos ricos para com os pobres torna-se contraditória para uma classe social que está preocupada em legitimar sua emergência como classe dirigente e necessita de uma crescente força de trabalho, disciplinada e capaz de responder adequadamente aos incentivos monetários.

Para Romão (1993), é Malthus quem fundamenta o abandono da doutrina da dependência dos pobres.

Quase tudo o que tem sido feito até agora pelo pobre... tem tendido... a ocultar-lhe a verdadeira causa da sua pobreza. Quando o salário de um trabalhador dá escassamente para sustentar dois filhos, o homem se casa e tem cinco ou seis... acusa ser o seu salário insuficiente para manter uma família. Acusa a sua paróquia pelo tardio cumprimento... da obrigação de socorrê-lo. Acusa de avareza os ricos... tacha de parciais e injustas as instituições sociais... acusa à Providência... a última pessoa a quem pensaria acusar seria precisamente a si mesmo, em quem recai na realidade a principal culpa... (ROMÃO, 1993, p. 12-13).

Seguindo as análises de Smith e de Ricardo, Stuart Mill fez a síntese clássica. Em sua visão, o desenvolvimento econômico se faz pela melhoria dos padrões de vida, com redução da taxa de natalidade e aumento da taxa de acumulação de capital. O crescimento econômico se manterá através de adoção de inovações tecnológicas capazes de poupar trabalho e terra. Ele recomenda a distribuição de terras entre as famílias pobres e o incentivo e assistência à emigração. Assim, aumentariam os salários reais e reduziriam as rendas dos proprietários de terras (SOUZA, 2008).

Na concepção Marxista do desenvolvimento o enfoque do crescimento econômico não se altera. No entanto, Marx vislumbra uma análise humana ao perceber que o processo de crescimento capitalista se dá com desemprego crescente da mão-de-obra e concentração da renda e da riqueza. A deterioração do poder de compra da classe dos trabalhadores, associada à ampliação dos meios de produção, leva a autodestruição do sistema capitalista, surgindo, assim, um novo sistema, onde os meios de produção são então socializados.

Para Karl Marx (1818-1883), o capitalista obtém lucros por ser o proprietário do capital. O capital proporciona lucros que, por sua vez, proporcionam mais capital (acumulação de capital). Uma vez realizada a acumulação inicial de capital, a ânsia de acumular mais capital tornou-se a força motriz do sistema capitalista (ARAÚJO, 1988).

Todo o sistema estava voltado para a ampliação do valor, mas a característica fundamental e distintiva do sistema era a forma pela qual o excedente é criado e apropriado: a mais-valia, termo utilizado por Marx para designar o processo pelo qual o trabalhador recebe um salário menor do que aquilo que realmente produziu para a empresa, e é constituído de lucros líquidos, juros e renda da terra (ARAÚJO, 1988).

A evolução e crescimento são fenômenos de desequilíbrio, uma vez que o progresso técnico traz desequilíbrios e modificações nas relações de produção. Além disso, as contradições do capitalismo, que levariam à queda da taxa de lucro (devido ao emprego de menos trabalho em relação ao capital aplicado), à medida que a acumulação avança, daria origem a uma revolução que criaria um novo sistema, o qual chamou de "socialismo".

No processo de crescimento econômico, a evolução tecnológica gera crescimento maior de capital constante (que é o valor dos meios de produção) em relação ao variável (que é o valor da força de trabalho), aumentando assim o contingente de desempregados, o que pressionaria os salários para baixo. Em suma, a acumulação de capital (que determina o ritmo do crescimento) cria premissas materiais para a derrubada posterior do próprio capitalismo.

Os marxistas populistas defendem que a ampliação dos mercados externos é a condição indispensável para a continuidade da acumulação capitalista, pois o capitalismo produz o que a própria população interna pode consumir. Além disso, o crescimento econômico tenderia a ficar limitado pelo crescimento mais lento da demanda dos trabalhadores, e tudo o que fosse produzido deveria ser consumido.

Para Marx, o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflito distributivo. Já para os clássicos, o problema da distribuição está entre os capitalistas arrendatários e os proprietários de terras. Não obstante aos argumentos de Marx, o grande problema em se aplicar uma economia planificada reside na excessiva burocracia estatal, gerando rigidez no sistema econômico e entretendo o desenvolvimento (SOUZA, 2007).

Joseph Loïs Schumpeter (1883-1950) foi o precursor da teoria do desenvolvimento capitalista e deu importante contribuição ao estudo dos ciclos econômicos. Para ele, o dinamismo da economia está relacionado à ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados.

Schumpeter distinguiu crescimento econômico de desenvolvimento econômico. Quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica. As causas e explicações do desenvolvimento devem ser procuradas nos fatos distintos dos descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1988).

O desenvolvimento, então, é marcado pelo surgimento de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário, passando da produção rotineira para a existência de lucro. No fluxo circular, não havendo inovação, não há a necessidade de crédito, nem do empresário inovador. Assim, os lucros são normais e os preços se aproximam da concorrência perfeita (SOUZA, 2007).

Afirmava que o desenvolvimento era impulsionado pelo progresso técnico, mas, diferentemente dos neoclássicos, não era uniforme no tempo, pois alternava períodos de prosperidade e de depressão. Para ele, sua teoria de desenvolvimento é um modo de tratar a “mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1988, p. 47). O crescimento econômico não se reduz de maneira uniforme no tempo e se acelera com o surgimento de novos produtos e novos processos de produção.

A concepção do desenvolvimento envolvendo não só o crescimento econômico, mas também a melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia acontece a partir do século XX, a partir da Grande Depressão dos anos trinta, quando o grande drama social do desemprego ganhou evidência.

A partir da Grande Depressão, quando surge a Contabilidade Nacional, o enfoque do desenvolvimento passa a incorporar não apenas o crescimento econômico e a acumulação da riqueza do Estado Nacional. Surge, nessa época, a preocupação com a melhoria do padrão de vida da população. Não bastava ao Estado Nacional

apresentar um grande Produto Nacional Bruto se a este estava atrelada uma população pobre e/ou infeliz com a qualidade de vida a qual estava submetida.

O produto *per capita* generaliza-se como indicador de desenvolvimento e como parâmetro referencial de qualidade de vida. A principal crítica ao produto *per capita* é que, sendo este uma medida de tendência central, nada esclarece sobre a dispersão envolvida. O produto *per capita* não esclarece a situação de um país com alto índice de concentração de renda.

O produto *per capita* associado a indicadores de educação e longevidade, passariam a ser analisados conjuntamente refletindo uma nova concepção para o desenvolvimento. As experiências dos povos, quando confrontadas entre si, não se mostravam completa com apenas a avaliação da riqueza acumulada pelo Estado Nacional ou as taxas de crescimento do seu produto.

Cabem destacar, a partir desta mudança de paradigma, o enfoque keynesiano, o enfoque da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e o enfoque dos neoliberais.

O economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) concentrou seus estudos na abordagem macroeconômica do pleno emprego, nos fatores do crescimento do investimento e nos seus impactos sobre a renda e emprego. Sua análise é predominantemente de curto prazo, embora em vários capítulos de seu livro “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” são apresentadas considerações de longo prazo.

Keynes propôs os seguintes princípios básicos para que houvesse o crescimento de uma economia: os investimentos deveriam ser maiores que a poupança; deveria haver uma política de juros baixos, o que estimularia os investimentos, e não a poupança; os governos deveriam realizar programas de obras públicas, a fim de gerar empregos e fazer a economia voltar a crescer, se for o caso. Ele criticou os postulados da economia clássica, combatendo, particularmente, a Lei de Say.

Para Souza (2007, p. 108),

a crise da década de 1930 deu um golpe formidável no dogma ortodoxo representado pela lei de Say, surgindo a nova economia, tendo Keynes como seu expoente máximo. O *laissez faire* dos clássicos deu lugar a uma ação mais efetiva do Estado no direcionamento da economia. O objetivo primordial dessa intervenção foi reduzir o desemprego, elevando a produção em direção ao nível do pleno emprego.

Caberia ao Estado a função básica de regular a economia, reduzindo o desemprego, suavizando as flutuações econômicas e complementando a iniciativa privada no que tange à realização do investimento, evitando a estagnação ao longo prazo.

Como a análise de Keynes, por ser de curto prazo, não descreve explicitamente a trajetória da economia em longo prazo, como a teoria do desenvolvimento econômico exige, foram necessárias adaptações de sua teoria pelos "keynesianistas" Harrod, Domar e Kaldor. Os modelos de Harrod e Domar mostram que os investimentos precisam crescer a uma taxa constante, período após período, para que haja realmente o crescimento econômico com pleno emprego.

A Cepal, integrada por economistas latino-americanos e criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como expoente o argentino Raul Prebisch, procurou diagnosticar os problemas de cada país com o objetivo de detectar os obstáculos ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 2007).

Os economistas da Cepal pregavam que os países subdesenvolvidos deveriam se industrializar e não permanecerem como agro-exportadores, e importar bens manufaturados para o consumo interno. Essa posição era contrária à teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo, pois estas diziam para o país se especializar em um produto que se demonstrasse mais competitivo; portanto, a América Latina ficaria como produtora de alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria manufaturados. A criação da Cepal objetivava, também, à realização de estudos visando ao desenvolvimento dessa região.

Prebisch (1901-1986), então presidente do Banco Central da Argentina, afirmou que deveria ocorrer o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos com a incorporação de tecnologia das importações. Ele percebeu, ainda, a grande deterioração dos termos de troca entre os produtos agrícolas então exportados e os manufaturados que eram importados. Não haveria outra alternativa para o desenvolvimento dos países periféricos senão industrializar-se e procurar diversificar os mercados externos (SOUZA, 2007).

A industrialização ocorreria mediante a substituição de importações. Para a América Latina, Prebisch preconizava a reforma agrária como instrumento de aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, diminuição do consumo de

supérfluos, incentivo ao ingresso de capitais externos, maior participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infra-estrutura (SOUZA, 2007).

Para a Cepal, a reforma agrária era pré-condição necessária ao progresso rural e agrícola. Além disso, tentava explicar o porquê do subdesenvolvimento dos países periféricos, que derivava de fatores externos, da sua dependência dos países centrais, que geraria a deterioração dos termos de troca, bem como de internos, que decorriam da concentração fundiária, do reduzido tamanho do mercado interno e da elevada taxa de crescimento demográfico.

Entre os desenvolvimentistas do setor privado brasileiro, que também faziam oposição às ideias neoliberais, estavam Roberto Simonsen, Nuno Figueiredo e João Paulo de Almeida Magalhães. Para eles, a industrialização constituía a condição indispensável ao desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos como o Brasil: vinculavam-se a Keynes e a Raul Prebisch e defendiam a substituição de importações, o protecionismo e a existência de crédito abundante e barato.

Entre os desenvolvimentistas cepalinos da corrente não-nacionalista ligada ao setor público está Roberto Campos, que defendia a industrialização com ampla participação do capital estrangeiro e com planejamento parcial, além de políticas de estabilização. O Estado não deveria ocupar os espaços onde a iniciativa privada pudesse atuar com uma maior eficiência.

O termo neoliberalismo surgiu logo após o crash de 1929 e a II Guerra Mundial. O termo "neo" deriva após estes acontecimentos, pois sofreu influência do keynesianismo, havendo uma maior aceitação de medidas anticíclicas praticadas pelos governos. Assim, a partir de então, os economistas passaram a admitir intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado.

Os neoliberais no Brasil, cujo expoente máximo foi Eugênio Gudim (1886-1986), foram opositores das ideias da Cepal, pois para eles o crescimento econômico deveria ocorrer com base em uma economia estabilizada. Além disso, deveria fundamentar-se no aumento de produtividade e não em políticas expansionistas.

Enquanto os cepalinos propunham desenvolvimento e industrialização baseados na substituição de importações, por meio de intensa participação estatal, crédito abundante e planejamento econômico, os neoliberais propunham políticas não inflacionárias e que visassem ao aumento de produtividade, estímulo às exportações, ampla liberdade ao capital estrangeiro e a uma participação mínima do Estado no controle da economia.

A corrente neoliberal tem nomes destacados no Brasil, como Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel Carvalho. Eles tinham como projeto econômico básico o crescimento com equilíbrio das contas públicas, com o livre mercado. Em suma, para eles, o crescimento só pode ser efetuado após o saneamento da economia, sob pena de provocar desequilíbrios ainda maiores e abortar a própria expansão econômica futura.

Souza (1993) *apud* Oliveira (2002, p. 40)

aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar. Já na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

O debate sobre o conceito de desenvolvimento abre-se para inclusão de variáveis que vão além do crescimento econômico ou do PIB *per capita* na visão de vários autores, a exemplo de Scatolin (1989) *apud* Oliveira (2002, p. 38): “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam”. Para Vasconcellos e Garcia (1998) *apud* Oliveira (2002, p. 38):

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

Para Oliveira (2002, p. 40), “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. Scatolin (1989) *apud* Oliveira (2002, p. 40) destaca que

essa visão começou a ser difundida, no final da década de 1940, pelos economistas estruturalistas (ligados à CEPAL), que passaram a encarar o desenvolvimento de maneira bem distinta do crescimento. “Enquanto este era

entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social”.

Cabe salientar, portanto, que, segundo Moura e Sauer (2009, p. 115),

até 1960, o termo desenvolvimento humano não fazia parte da esfera pública. Em seu lugar era mais empregada a noção de progresso material, ou de crescimento econômico. Grosso modo, a sociedade galgaria melhorias em seu padrão de vida mediante o desenvolvimento econômico e aumento do fluxo monetário entre os cidadãos.

Veiga (2003) *apud* Moura e Sauer (2009, p.115) afirma que “para tal paradigma de desenvolvimento social, o PIB *per capita* dos países era uma medida apropriada para mensurar seus níveis de qualidade de vida”. Ainda, segundo Guimarães e Jannuzzi (2004) *apud* Moura e Sauer (2009, p. 115):

os níveis crescentes de desemprego nos países desenvolvidos a partir da década de 1960, e o descompasso entre crescimento econômico e outras variáveis do bem estar social – como os níveis educacionais, de saúde e infraestrutura urbana – colocaram em questão a eficiência do medida PIB per capita para mensuração da qualidade de vida, abrindo espaço para novas abordagens de mensuração mais apropriadas aos aspectos multidimensionais do problema.

Ainda sobre o descompasso que passa a ocorrer entre o crescimento do PIB *per capita* e a qualidade de vida das pessoas no período relatado acima, Pochman, Blanes e Amorin (2005) *apud* Moura e Sauer (2009, p. 117) esclarecem que

na mesma época acumulam-se casos de países que mantinham um bom desempenho econômico por alguns anos consecutivos, mas não obtinham melhoras nas condições de vida de sua população como um todo. Países como Brasil e Argentina, por exemplo, cresciam a taxas superiores a 10% ao ano na década de 1970, mas sofriam o decréscimo do poder de compra de sua população e de seu nível de condições de vida, enquanto aumentavam os níveis de desemprego e pobreza.

O ambiente de insatisfação é relatado por Jannuzzi (2004) *apud* Moura e Sauer (2009, p. 117) a seguir:

nesse ambiente de insatisfação com o PIB como indicador de desenvolvimento social, diversos pesquisadores e organismos internacionais passaram a buscar novos indicadores substitutos. Dentre esses pesquisadores e instituições, nos anos 1960 o Instituto de pesquisa e desenvolvimento das Nações Unidas (UNRISD) foi um dos mais importantes organismos a influenciar na definição e instrumentalização dos chamados

indicadores de segunda geração (de caráter predominante composto), que mais tarde viriam se chamar indicadores sociais sintéticos.

Na década de noventa, o salto na busca da qualidade de vida se torna ainda maior. As pessoas passam a serem reconhecidas como sendo os meios e o fim em si do desenvolvimento. A preocupação com o desenvolvimento humano passa a ocupar o centro do debate. A questão não é mais: quanto um Estado está produzindo? A questão agora é: como a população de um Estado está se saindo?

Cada vez mais, o debate sobre o desenvolvimento caminha no sentido de buscar outros indicadores que possam dar conta destas mudanças. O conceito de desenvolvimento sustentável passa a simbolizar esta mudança, desde uma perspectiva econômica e industrial do desenvolvimento, para pensá-lo em termos sócio-ambientais. Para Thomas et al. (2001, p. 2-3),

o desenvolvimento diz respeito ao povo e seu bem-estar, o que envolve a habilidade para delinear suas vidas. De acordo com isso, o desenvolvimento deve ser, inclusive, das gerações futuras e da terra que irão herdar. Deve-se comprometer as pessoas, pois sem a participação delas nenhuma estratégia pode ter resultado duradouro. Esta noção de desenvolvimento como bem-estar significa que medidas de desenvolvimento devem incluir não apenas taxas de crescimento, mas a dispersão, a composição e a sustentabilidade daquele crescimento... Em uma avaliação ideal do desenvolvimento, o progresso deveria ser medido pelos avanços humanos e ambientais, antes de considerar indicadores intermediários, tal como o PIB.

Estas novas concepções são herdeiras do pensamento de Amartya Sen, pensador que influenciou fortemente a mudança do conceito de desenvolvimento e os seus indicadores, tanto no meio acadêmico quanto nas agências de cooperação internacionais. Sen (2000) trata o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Adota um enfoque normativo que vê a justiça em termos de liberdades individuais e que implica em alterações profundas na sua compreensão e nos modos e meios de promovê-lo. Assim sendo, assume-se uma posição política clara de promover a remoção das privações de liberdade que podem afligir os membros da sociedade.

Para Oliveira (2002, p. 39),

desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

A análise do desenvolvimento apresentada por Sen (2000) considera as liberdades dos indivíduos – liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora – os elementos constitutivos básicos, tratando-as a partir da expansão das “capacidades” (*capabilities*) das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Ele conclui que essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Assim, a expansão das liberdades individuais é valorizada tanto em termos da pessoa quanto dos resultados que pode gerar, sendo ambas as dimensões consideradas cruciais para a avaliação do desenvolvimento da sociedade.

Quatro componentes essenciais são tratados pela PNUD no paradigma do desenvolvimento humano: equidade, caráter sustentável, produtividade e “empoderamento”. O componente da equidade trata da igualdade de oportunidade para todas as pessoas na sociedade. Entre estas oportunidades, destaca-se uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente, além da igualdade de oportunidades, a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

O componente do caráter sustentável estabelece a transmissão da igualdade de oportunidades de uma geração para a próxima. O componente da produtividade e do “empoderamento” ressalta o caráter da participação e do beneficiamento das pessoas no processo de desenvolvimento. Aos beneficiários do desenvolvimento, não pode ser subtraída a oportunidade da participação no planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento humano.

O paradigma do desenvolvimento humano sustentável busca cobrir todos os aspectos do desenvolvimento, seja crescimento econômico ou comércio internacional, sejam déficits orçamentários ou política fiscal, investimento, tecnologia, meio ambiente, serviços sociais básicos ou redes de segurança para os pobres. A

oportunidade das pessoas de exercerem o direito de escolha e o enriquecimento das suas vidas está no centro do paradigma.

Salienta-se, por fim, que o debate entre os conceitos ainda não acabou. Para Scatolin (1989) *apud* Oliveira (2002, p. 39),

poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

3.2 Mensurando o Desenvolvimento

Neste subitem do capítulo, descrevem-se alguns passos na construção de índices de desenvolvimento a exemplo do Índice do PIB *per capita*, na Paridade do Poder de Compra (PPC), elaborado pelo autor na mesma metodologia do Índice do RNB *per capita* do IDH, já que nos interessa comparar os resultados entre países, juntamente com o IDH, usados, neste trabalho, para testar a hipótese de associação entre democracia e desenvolvimento.

O teste de normalidade sobre os indicadores de desenvolvimento foram realizados pelo Teste Kolmogorov-Smirnov onde os dados observados foram supostos pertencentes a uma distribuição normal com nível de significância α (alfa) igual a 0,05. O quadro 7, diretamente reproduzido do pacote estatístico IBM SPSS Statistics, rejeita a hipótese nula (H_0) da normalidade para o PIB *per capita* na PPC.

Quadro 7 – Teste de hipótese de Normalidade - Kolmogorov-Smirnov, para os indicadores de desenvolvimento.

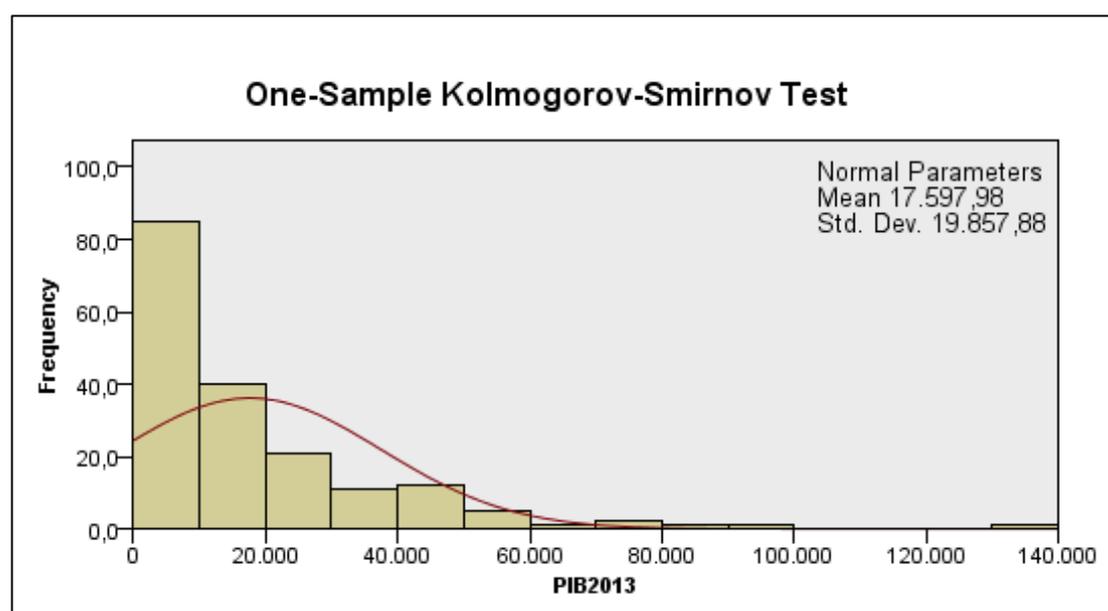
Hypothesis Test Summary				
	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The distribution of IDH2013 is normal with mean 0,68 and standard deviation 0,16.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,077	Retain the null hypothesis.
2	The distribution of IPIB2013 is normal with mean 0,51 and standard deviation 0,23.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,388	Retain the null hypothesis.
3	The distribution of PIB2013 is normal with mean 17.597,98 and standard deviation 19.857,88.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.

Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.

FONTE: Elaboração própria no IBM SPSS Statistics versão 22.

O gráfico 9 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para o PIB *per capita* PPC do Banco Mundial onde a aplicação do teste rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p=0,000$.

Gráfico 9 – Normalidade para o PIB *per capita* PPC do Banco Mundial.

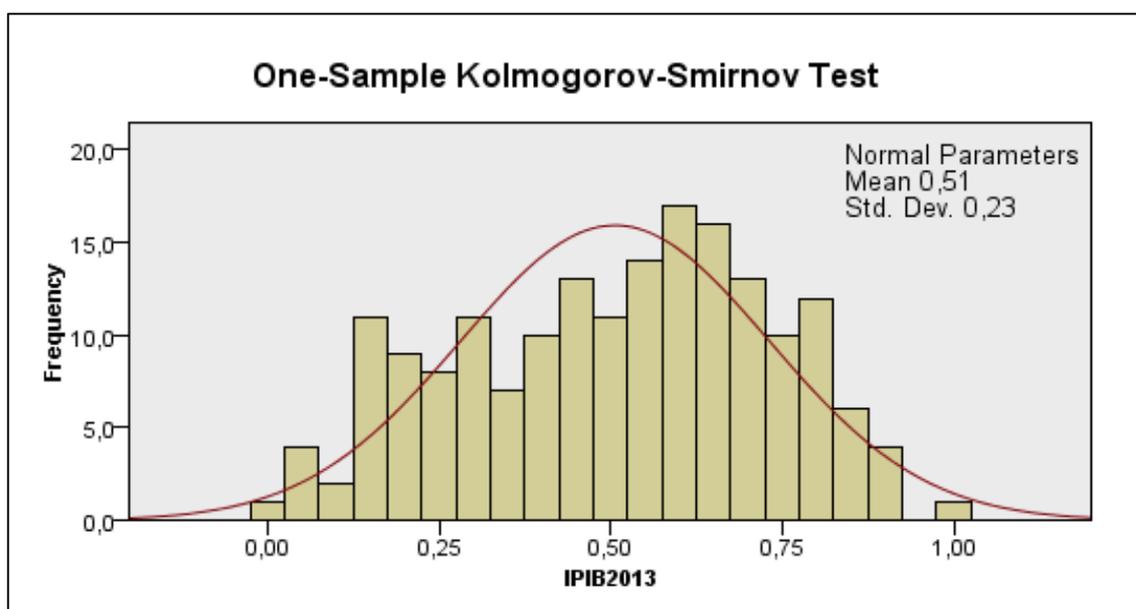


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$.

O gráfico 10 retrata a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov para o indicador Índice do PIB *per capita* PPC, salientando que o mesmo foi criado para este trabalho utilizando a metodologia aplicada à Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* na PPC do RDH-2014 do PNUD para a dimensão de um padrão de vida digno, onde a aplicação do teste não rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,05$, com valor $p=0,388$.

Gráfico 10 – Normalidade para Índice do PIB *per capita* PPC.

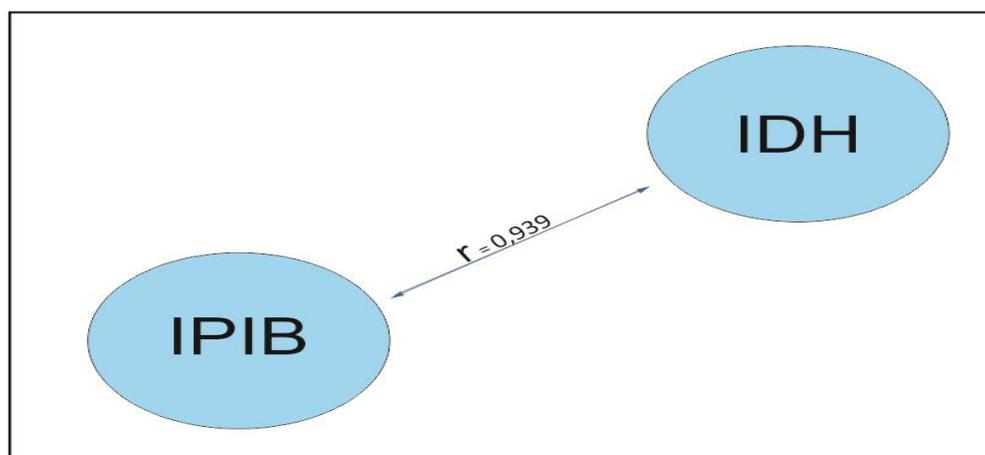


FONTE: Elaboração própria.

Obs.: O teste não rejeita a hipótese nula de normalidade para $\alpha=0,01$.

Apresenta-se, na figura 11 a seguir, o coeficiente de correlação de Pearson (o subitem 1.4 do primeiro capítulo observa-se a explicação do modelo estatístico de correlação utilizado) com resultado de $r=0,934$ e valor p de 0,000, o que nos permite visualizar a existência de uma elevada associação entre as variáveis utilizadas para mensurar o desenvolvimento, o Índice do PIB *per capita* PPC e o IDH. Assim, se estamos medindo o mesmo construto, independente dos formatos dos medidores e conceitos utilizados, os dados nas diversas medidas devem apresentar uma elevada associação, como já foi observado com os índices de democracia do parágrafo anterior.

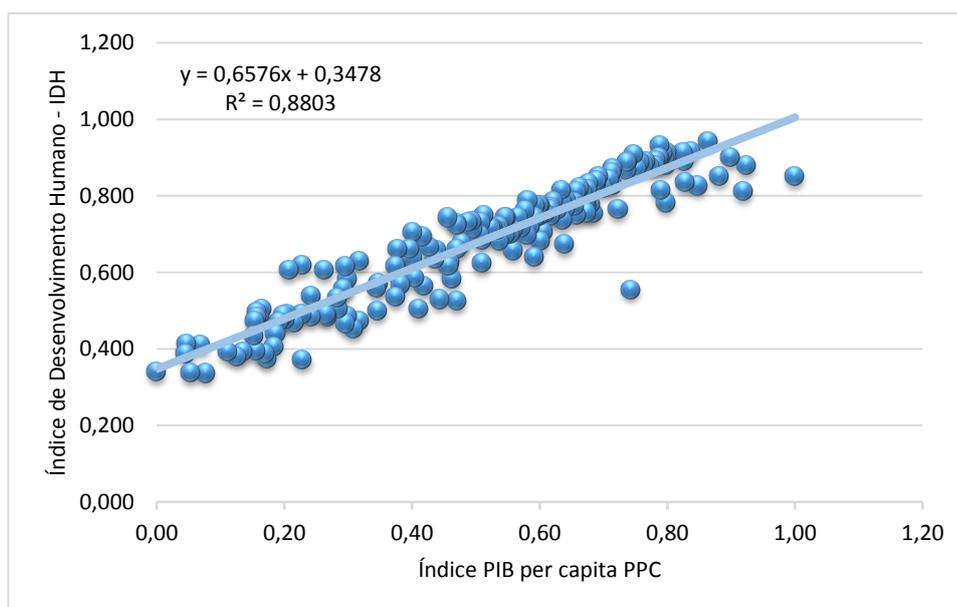
Figura 11 – Correlação de Pearson para os Índices do PIB *per capita* (PPC) e o IDH 2013.



FONTE: Elaboração própria.

De antemão, podemos antecipar que o uso do coeficiente de correlação de Pearson deve-se ao uso de variáveis, do gráfico 11 a seguir, com níveis de medição escalar, e sobre as quais foram testadas a hipótese de normalidade das mesmas, onde os resultados apresentados no teste de Kolmogorov-Smirnov não rejeitam a hipótese nula de normalidade para os índices, porém rejeitam para a distribuição dos dados do PIB *per capita* PPC, da tabela 7 em apêndice.

Gráfico 11 – Diagrama de Dispersão Índice do PIB *per capita* PPC versus IDH.



FONTE: Elaboração própria.

3.2.1 A Medida do PIB per capita na Paridade do Poder de Compra (PPC)

Para Mankiw (2007, p. 500), “a economia nada mais é do que um conjunto de muitas famílias e muitas empresas que interagem em muitos mercados”, a exemplo do mercado de bens e serviços e do mercado de fatores de produção apresentados na figura 12. Ainda, consoante Mankiw (2007), para julgar a situação econômica de uma pessoa, olhamos primeiramente para a sua renda. Usamos essa mesma lógica para avaliar a situação econômica de um país, e a variável de medida da renda é conhecida por Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a variável de medida do bem-estar econômico de uma sociedade. Complementada com outras variáveis sociais, como expectativa de vida, taxa de alfetização, etc., utiliza-se para avaliar o desenvolvimento de um país, como foi relatado na descrição do item anterior.

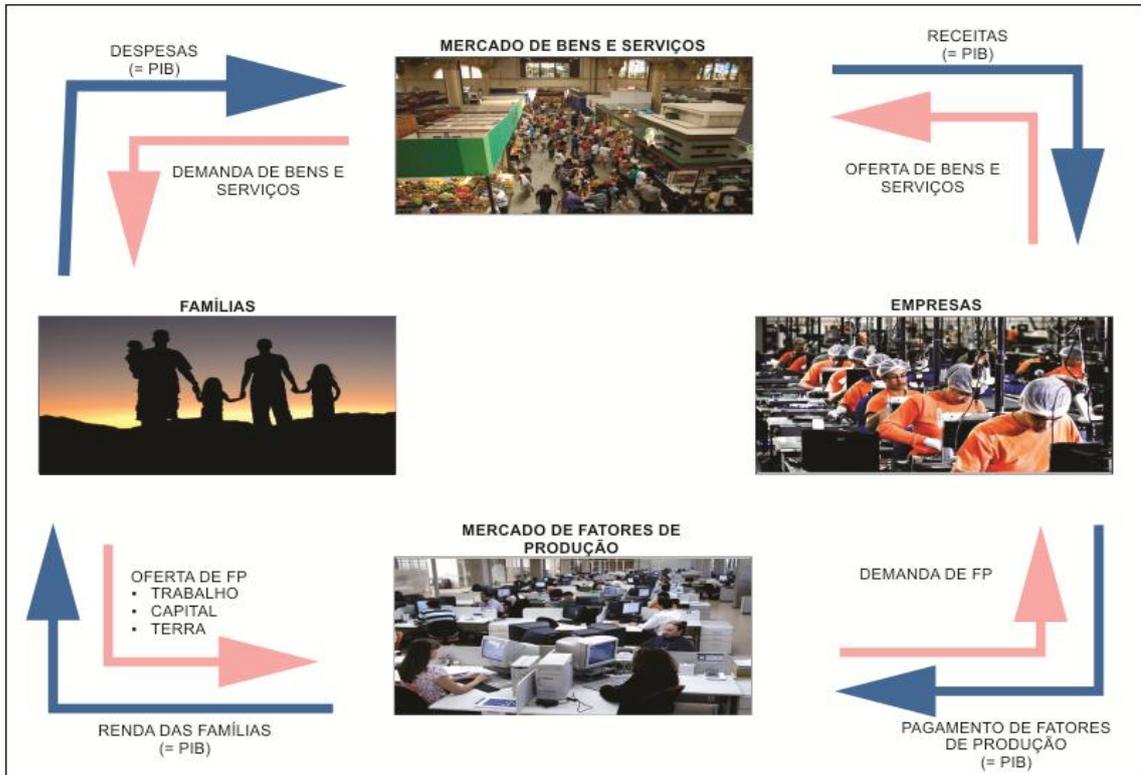
Mankiw (2007, p. 500) ressalta que

o PIB mede duas coisas ao mesmo tempo: a renda total de todas as pessoas de economia e a despesa total com os bens e serviços produzidos na economia. A razão pela qual o PIB consegue medir tanto a renda total quanto a despesa total é que, na verdade, tanto a renda quanto a despesa são a mesma coisa. Para a economia como um todo, a renda deve ser igual a despesa.

Por que isso é verdadeiro? A renda de uma economia é igual à despesa porque cada transação envolve duas partes: um comprador e um vendedor. Cada dólar de despesa de algum comprador corresponde a um dólar de renda para um vendedor.

A figura 12 mostra que se pode chegar ao mesmo resultado para o PIB de duas formas diferentes. A primeira, contabilizando as receitas das transações entre as empresas no mercado de bens e serviços (o profissional liberal vendendo serviços e gerando receitas é visto como uma empresa). Como toda receita é resultante de uma despesa das famílias, a figura mostra receita = PIB e despesa = PIB. A segunda forma é contabilizando todos os pagamentos dos fatores de produção no mercado de fatores de produção que, neste caso, determinará a renda dos fatores de produção que pertencem às famílias. Salários correspondem a remuneração do fator trabalho, aluguéis correspondem a remuneração da terra, juros correspondem a remuneração do capital de crédito, lucros correspondem a remuneração do capital físico e dividendos correspondem a remuneração das ações.

Figura 12 – Diagrama de Fluxo Circular.



FONTE: Adaptado de Mankiw (2007).

A figura 12 mostra, nas setas externas e que seguem no sentido horário, o fluxo monetário registrado e, nas setas internas, o fluxo real de bens, serviços, trabalho, capital, terra etc. Pode-se, pois, afirmar que o produto corresponde a renda, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a Renda Interna Bruta (RIB). Cabe salientar, também, que o PIB é calculado ou medido para um certo período de tempo, normalmente um ano ou um trimestre. Para Mankiw (ANO, p. 503-504),

quando o governo divulga o PIB de um trimestre, geralmente apresenta o PIB “a taxa anual”, ou anualizado. Isso significa que o valor relatado do PIB é o montante de renda e despesa durante o trimestre multiplicado por 4. O governo usa essa convenção para facilitar a comparação entre os valores trimestrais e anuais do PIB.

Além disso, quando o governo divulga o PIB trimestral, apresenta os dados depois de terem sido modificados por um procedimento estatístico chamado ajustamento sazonal. Os dados não-ajustados normalmente mostram com clareza que a economia produz mais bens e serviços em algumas épocas do ano do que em outras (como você pode imaginar, dezembro, com as compras de fim de ano, é um dos pontos alto). Quando monitoram as condições da economia, economistas e legisladores frequentemente preferem olhar além dessas variações sazonais. Assim, os estatísticos do governo ajustam os dados trimestrais de maneira a excluir o ciclo sazonal. Os dados sobre o PIB divulgados nos noticiários são sempre ajustados sazonalmente.

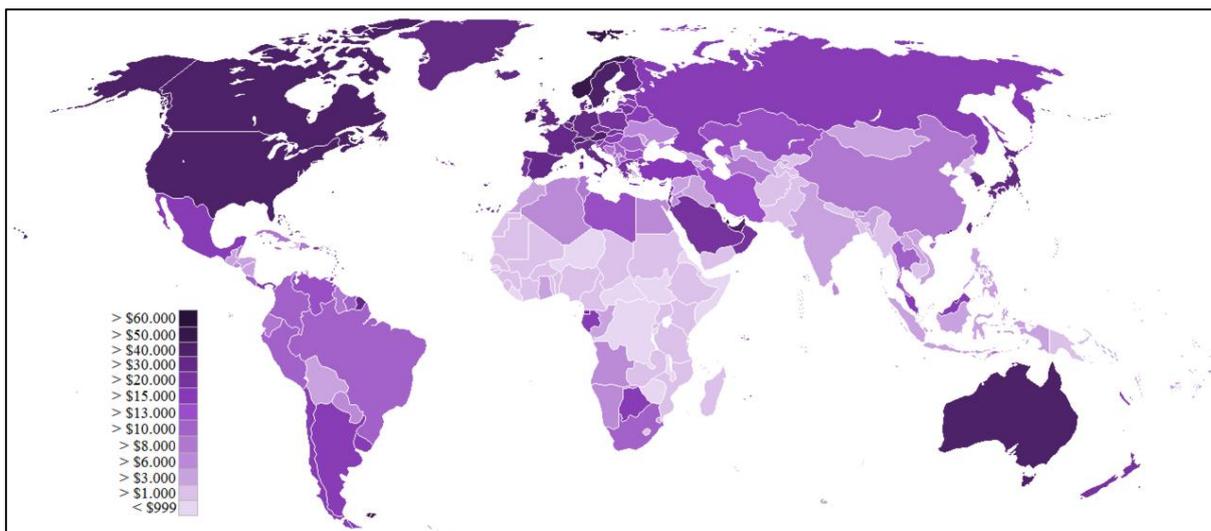
Ressalta-se que o exemplo da figura anteriormente apresentada não inclui o Governo, com suas receitas e despesas, nem o setor externo com as exportações e importações. Aos economistas, geralmente, interessa o estudo do PIB por diversos tipos de despesas criando a identidade e não igualdade, já que é verdadeira a qualquer propósito, em que o PIB é igual ao consumo, despesas das famílias em bens e serviços, mais o investimento, que corresponde aos gastos com bens para produzir mais bens e serviços – aplicação presente visando retorno no futuro – mais gastos do governo que incluem suas despesas em bens e serviços tanto a nível municipal, estadual e federal, mais as exportações líquidas que correspondem as exportações menos as importações.

Nas comparações do PIB em períodos diferentes, deve-se observar o seu valor real do valor nominal. O valor real reflete as quantidades produzidas por uma economia independente da inflação ocorrida entre os períodos. O seu valor nominal reflete as quantidades produzidas, como os preços dos bens e serviços. Ao deflacionar, colocam-se os PIB de períodos diferentes a preço de um só período.

Quando se comparam os diversos PIB's dos países estudados, temos que também levar em consideração a taxa de câmbio entre as moedas. Os valores do PIB e da Renda Nacional Bruta que são utilizados neste trabalho corrigem os seus valores monetários das diferenças cambiais pelo método da Paridade do Poder de Compra (PPC). A Paridade do Poder de Compra permite comparar os diversos PIB's enquanto pode-se comprar em termos internacionais, os bens e serviços nos diversos mercados dos diversos países, já que a moeda comum não permite descrever, com precisão, as diferenças em prosperidade material, renda, preços e câmbio.

Tem-se, a seguir, o mapa 9 do PIB *per capita* (PPC preços de 2011) que tiveram suas fontes na Wikimedia Commons (CIA World Factbook), fonte de imagens livres da Internet, e que reflete na intensidade do colorido de cada país o nível do PIB *per capita*, quanto mais forte a cor maior o PIB *per capita* (PPP). Os níveis das cores estão com o intervalo dos índices abaixo e a esquerda do mapa.

Mapa 9 – PIB *per capita* 2013 (PPC preços constante de 2011).



FONTE: Wikimedia Commons (CIA World Factbook).

O mapa 10 expõe os países com PIB *per capita* (PPC) acima da média mundial e os países abaixo da média mundial de 10.700 dólares para o ano de 2013, com PPC a preços constantes de 2011, com dados do Fundo Monetário Internacional. Os países abaixo da média mundial concentram-se na África, no oeste da América do Sul, no sul da Índia e na China, incluídos. Cabem destacar os pontos acima da média mundial em Taiwan, Hong Kong e Macau, encrostados na China continental. Para os dados do Banco Mundial de 2013, Macau (antiga colônia portuguesa) apresenta o maior PIB *per capita* na PPC no valor de \$142.599 dólares, o Catar com \$136.727, EUA com \$53.042 e o Brasil com \$15.037 dólares.

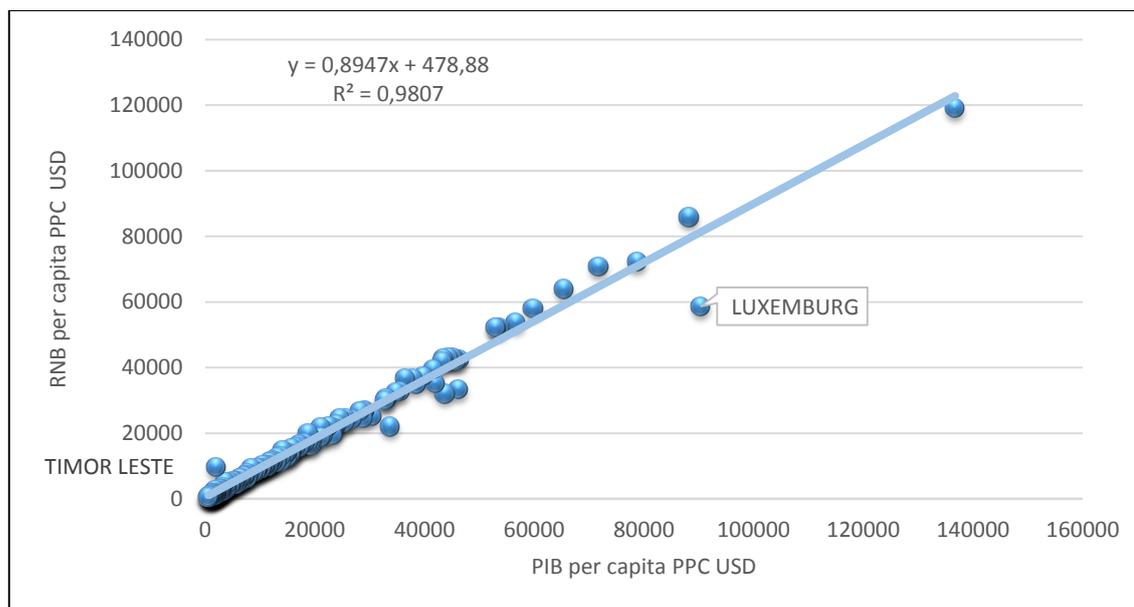
Mapa 10 – PIB *per capita* 2013 (PPC preços constantes de 2011).



FONTE: Wikimedia Commons (Fundo Monetário Internacional).

As agências que realizam levantamento de dados e calculam o PIB e o PIB *per capita* na Paridade do Poder de Compra são: o Banco Mundial (World Bank em seus World Development Indicators), a Central Intelligence Agency (CIA em The World Factbook) e o Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund).

Já salientamos que o PIB pode ser calculado pela renda dos fatores de produção, porém o PNUD utilizou o seu valor nacional. O PIB representa o valor de mercado de todos os bens e serviços finais, produzidos em um país em um dado período de tempo. Ou seja, a riqueza produzida dentro dos limites territoriais de um país que independem da natureza (nacional, estrangeira) da propriedade dos fatores envolvidos no esforço produtivo. O Produto Nacional Bruto (PNB), ou a Renda Nacional Bruta (RNB), representa a medida para a contribuição para a obtenção dos valores adicionados (país e externo) de responsabilidade apenas de fatores de produção pertencente a residentes no país. Desta forma, verificamos que países desenvolvidos possuem fatores de produção em países em desenvolvimento, empresas multinacionais que remetem renda para o país de origem e, com isso, o RNB ou PNB é superior à Renda Interna Bruta (RIB) ou ao PIB, conforme o gráfico 12.

Gráfico 12 – PIB *per capita* PPC (USD) versus RNB *per capita* PPC (USD).

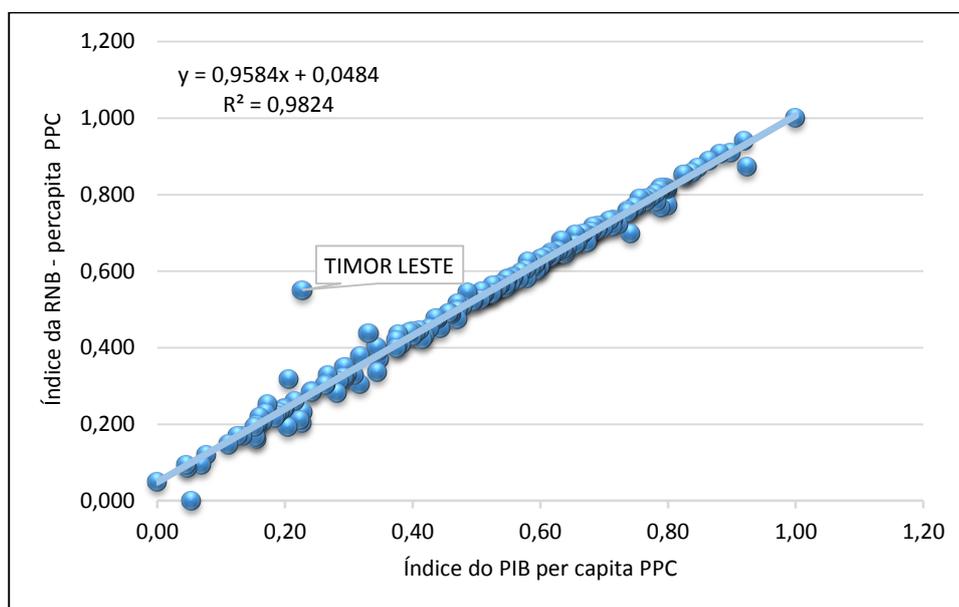
FONTE: Elaboração própria.

Utilizaremos, neste trabalho, o Índice do PIB *per capita* (PPC) para o ano de 2013, com fonte para o PIB *per capita* PPC no Banco Mundial. O cálculo do índice será de forma análoga ao procedimento do Índice do PIB para compor o IDH, com a ressalva que no IDH, para o ano de 2013, o Programa das Nações Unidas utilizou a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* na PPC. Para o cálculo do Índice do PIB *per capita* PPC, ou IPIB para o ano de 2013, utilizamos o limite máximo para o PIB *per capita* na PPC do Catar²⁴ de U\$136.727, pois é considerado um país apesar de Macau²⁵ apresentar valor superior para o PIB *per capita* na PPC de U\$142.599. Para o limite inferior do cálculo do índice utilizamos o PIB *per capita* na PPC da República Centro Africana de U\$ 604, conforme apresentado no gráfico 13 que segue.

²⁴ Catar, ou Qatar, é um país árabe, conhecido oficialmente como um emirado do Oriente Médio, ocupando a pequena Península do Catar na costa nordeste da Península Arábica. Faz fronteira com a Arábia Saudita ao sul, e o Golfo Pérsico envolve o resto do país.

²⁵ Macau é uma das regiões administrativas especiais da República Popular da China desde 20 de dezembro de 1999, sendo a outra Hong Kong.

Gráfico 13 – Índice do PIB *per capita* PPC (USD) versus Índice da RNB *per capita* PPC (USD).



FONTE: Elaboração própria.

3.2.2 A Medida do IDH

A segunda medida de desenvolvimento que utilizamos neste trabalho é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dada a dificuldade operacional de mensuração para o paradigma do desenvolvimento humano, o PNUD propõe o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que restringe a medida ao acesso a uma vida prolongada e saudável, à educação e aos recursos necessários para uma vida decente.

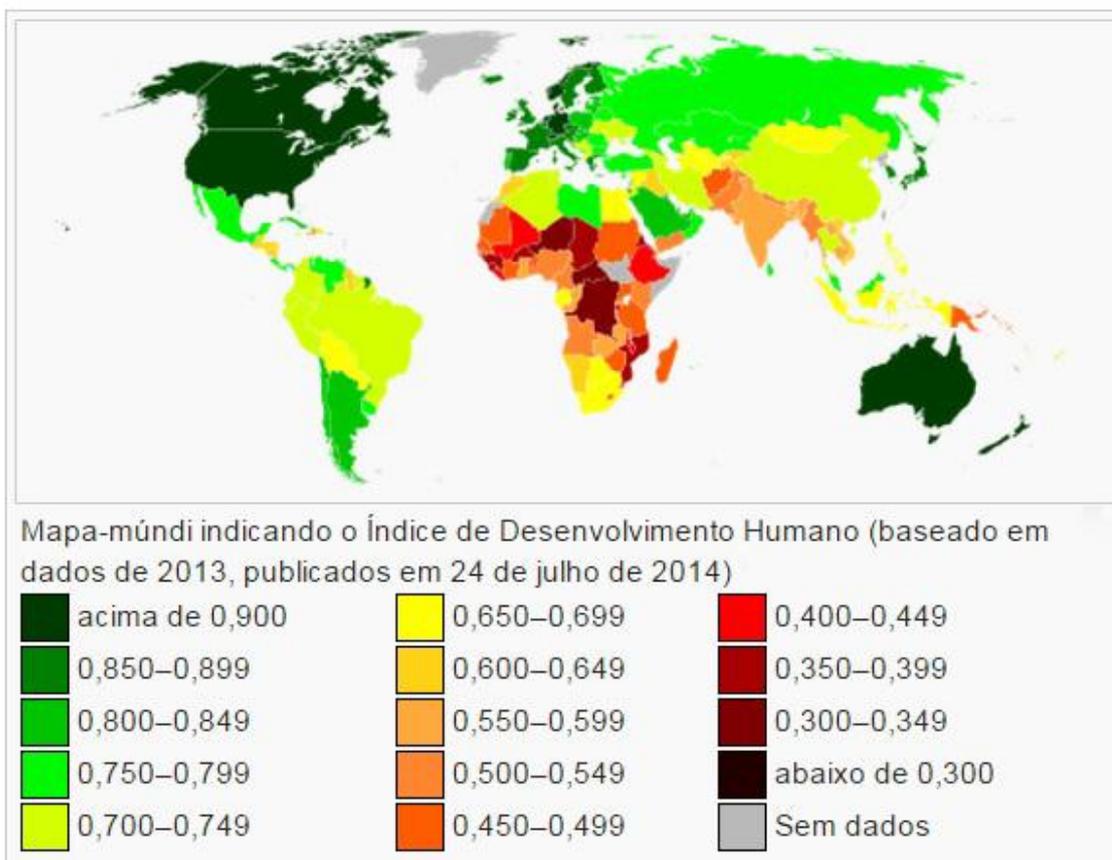
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a mais conhecida medida de desenvolvimento humano, foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, da Organização das Nações Unidas (ONU) – o primeiro relatório da série – com a participação do prêmio Nobel em Economia Amartya Sen. O propósito maior deste índice é o de verificar o grau de desenvolvimento de um país ao utilizar novos indicadores de desenvolvimento de forma multidimensional, para além da renda, como: esperança de vida; média de anos de escolaridade, anos de escolaridade esperados e a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* na paridade do Poder de Compra (PPC).

Neste sentido, cabe destacar o ceticismo do Amartya Sen, descrito no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, *apud* Moura e Sauer (2009, p. 118):

devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbud ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo – apenas um número –, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humana, (...) mas, após a primeira hesitação, Mahbud convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbud entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbud conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.

O mapa 11 expõe o IDH distribuído pelos países no mundo, para o ano de 2013.

Mapa 11 – Índice de Desenvolvimento Humano no Mundo (2013).



Fonte: Wikimedia Commons (PNUD).

A seguir descreveremos a metodologia do IDH, a qual utiliza três dimensões para sua mensuração. A primeira refere-se a uma vida longa e saudável e é captada pelo indicador da esperança de vida à nascença. A segunda é a dimensão do conhecimento, sendo mensurada pela média de anos de escolaridade de um país e os anos de escolaridade esperados. A terceira dimensão visa aferir a renda das pessoas em seu próprio país e é utilizado o indicador da RNB *per capita* ajustado para diferenças no custo de vida de cada país, sendo o resultado expresso em PPC\$ (dólar da paridade do poder de compra).

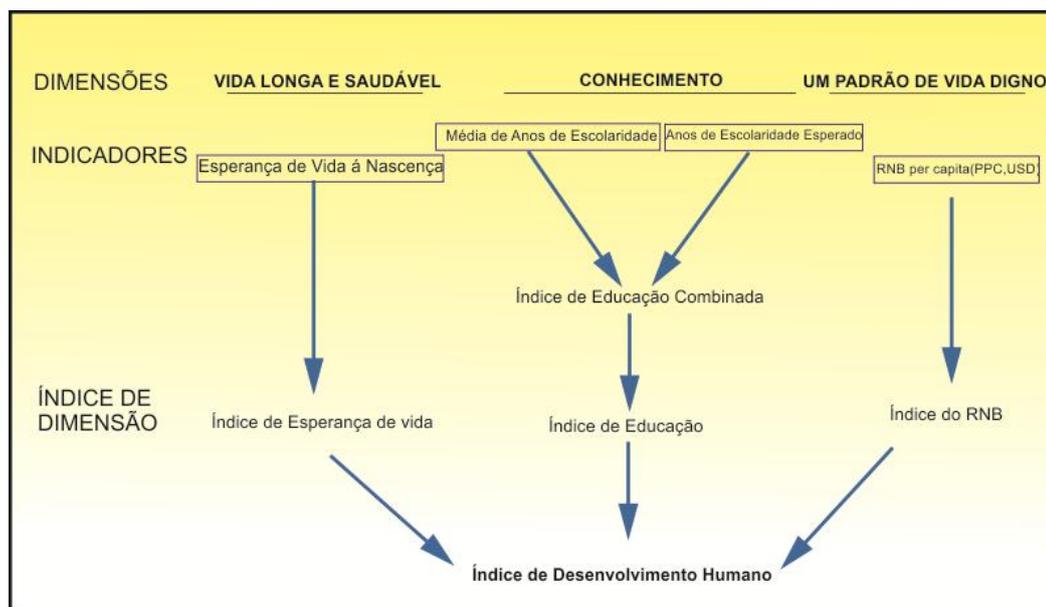
A esperança de vida à nascença representa o número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idade, à data do nascimento, permanecessem iguais ao longo da sua vida. A média de anos de escolaridade representa o número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível. Já os anos de escolaridade esperados representam os números de anos de escolaridade que uma criança, em idade de entrada na escola, pode esperar receber se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idade persistirem ao longo da sua vida. As definições das variáveis acima encontram-se disponíveis nos RDH's do PNUD a partir de 2010.

Segundo Moura e Sauer (2009, p. 119):

o IDH apresenta uma metodologia de construção que tenta transformar um conceito amplo e subjetivo da realidade social (desenvolvimento humano) em uma medida numérica unidimensional para propósitos analíticos de resumo da realidade social. Para atingir esse objetivo são seguidas cinco etapas básicas: (1) definição teórica do conceito subjetivo que se pretende mensurar; (2) definição de dimensões representativas do conceito em pauta; (3) escolha das variáveis primárias; (4) escolha da fórmula de padronização dessas variáveis no cálculo de sub-índices; e (5) aglutinação dos sub-índices no resultado final do indicador.

Como mostra a figura 13, o IDH baseia-se em quatro indicadores, agrupados em três dimensões.

Figura 13 – Diagrama de construção do IDH.



Fonte: Adaptado do RDH/PNUD (2011).

Após estabelecer os indicadores para cada dimensão é preciso transformá-los em índices cujos valores variem entre zero e um, de forma que valores mais elevados indiquem melhores condições de vida e vice versa. Para que isso ocorra, é necessário identificar o pior e o melhor valor possível de cada indicador. Os valores máximos são fixados nos valores máximos realmente observados dos indicadores dos países, na série cronológica de 1980-2011. Para os valores mínimos são usados valores de subsistência ou “zeros naturais”. Desta forma, são estabelecidos os valores mínimos e máximos que são chamados de balizas, para cada indicador. O quadro 8 apresenta as balizas utilizadas para o cálculo do IDH dos países, no RDH/PNUD de 2011.

Quadro 8 – Limites para os indicadores usados no cálculo do IDH.

INDICADOR	VALOR MÁXIMO	VALOR MÍNIMO
Esperança de vida à nascença (anos)	83,4 (Japão, 2011)	20
Média de anos de escolaridade	13,1 (República Checa, 2005)	0
Anos de escolaridade esperados	18,0 Limitado	0
Índice de educação combinado	0,951 (Nova Zelândia, 2010)	0
RNB <i>per capita</i> (PPC em USD* de 2008)	107.721 (Qatar, 2011)	100

FONTE: RDH/PNUD (2011).

*USD = Dólar americano.

Para que os indicadores possam ser combinados em um índice único, é necessário transformá-los em índices, inicialmente por indicador. É efetuado o cálculo da medida de índice para cada indicador na fórmula a seguir demonstrada:

$$I_{ij} = \frac{X_{ij} - \min X_i}{\max X_i - \min X_i}, \text{ onde } X_{ij} \text{ corresponde ao indicador } i \text{ para o país } j.$$

Sendo I_{ij} a medida do índice para o indicador i do país j , e X_{ij} correspondendo a medida do indicador i para o país j . $\max X_i$ corresponde ao valor máximo balizado para o indicador i , e $\min X_i$ o valor mínimo balizado para o indicador i . Calcula-se, em seguida, a média geométrica dos índices dos indicadores por país, obtendo-se, finalmente, o IDH do país. Salientamos que na dimensão conhecimento, como utilizamos dois indicadores, necessitamos calcular de antemão um índice de educação combinado pela média geométrica entre as duas medidas e, por fim, padronizar a medida utilizando as balizas retratadas no quadro 8 para este índice prévio.

Observamos, portanto, que o IDH varia entre zero e um. Um país que no ano de 2010 apresente 83,4 anos para esperança de vida ao nascer, 13,1 anos na sua média de anos de escolaridade, 18 de anos de escolaridade esperados, que apresente valor para média geométrica dos indicadores do índice de educação combinado igual ou superior a 0,978, e que apresente RNB *per capita* na PPC igual a 107.721 USD, resultaria no cálculo da média geométrica dos índices das dimensões utilizadas num valor igual a 1 (um) para o IDH. O outro extremo acontece para um país que, no ano de 2010, apresente 20 anos para esperança de vida ao nascer, 0 (zero) anos na sua média de anos de escolaridade, 0 (zero) anos de escolaridade esperados, e que, portanto, apresentará valor para o índice de educação combinado igual a 0 (zero), e apresente RNB *per capita* na PPC igual a 100 USD, resultaria no cálculo da média geométrica dos índices das dimensões utilizadas num valor igual a 0 (zero) para o IDH.

As médias geométricas atualmente utilizadas em substituição às médias aritméticas, no cálculo do IDH, buscam demonstrar que já não existe uma substituíbilidade perfeita entre as dimensões. Caso um país cresça razoavelmente bem em uma das dimensões, os valores das dimensões que ficaram estáveis ou que apresentaram baixo crescimento, puxarão a média para próximo dos índices dessas dimensões, de forma que um fraco desempenho em qualquer das dimensões impedirá

o sucesso relevante da política adotada. Segundo o RDH (2010, p. 225), “é assim enfrentada uma das sérias críticas à fórmula de agregação linear, que permitia a substituição perfeita entre as dimensões do índice”.

A dimensão saúde do IDH (ter uma vida longa e saudável) é pré-condição para que as pessoas tenham a oportunidade de desenvolverem suas potencialidades. O indicador da dimensão saúde, a esperança de vida à nascença (EVN), é a relação entre o total da população mais a diferença entre o total de nascimentos e o total de mortes. Mostra o número médio de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade no tempo de seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da vida. A dimensão saúde é transformada no Índice da Esperança de Vida, ou longevidade (IL), pela forma a seguir:

$$IL = \frac{EVN - 0}{83,4 - 0}$$

A dimensão do nível de conhecimentos utiliza o indicador da média de anos de escolaridade e os anos de escolaridade esperados para um país, ou seja, os anos de escolaridade que se espera que uma criança receba se as taxas de matrícula permanecerem iguais. Para se obter o índice da educação, primeiramente, é calculado o índice da média de anos de escolaridade e o índice dos anos de escolaridade esperados. Para isso, seguem as fórmulas a seguir, conforme as balizas utilizadas para média dos anos de estudo (MAE) e o valor de anos de escolaridade esperados (AEE):

$$IMAE = \frac{MAE - 0}{13,1 - 0}$$

$$IAEE = \frac{AEE - 0}{18 - 0}$$

Depois de encontrados os índices dos indicadores da MAE (IMAE) e da AEE (IAEE), estes índices são combinados pela média geométrica dos seus resultados para se obter o índice de educação combinado (IEC), como segue:

$$IEC = \sqrt[2]{(IMAE \times IAEE)}$$

Assim, após o cálculo da variável IEC normalizamos a mesma utilizando a fórmula a seguir e encontrando o Índice do Conhecimento (IC):

$$IC = \frac{IEC - 0}{0,978 - 0}$$

O rendimento entra no IDH como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano, não refletidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O índice da renda é calculado utilizando a RNB *per capita* ajustada pela Paridade do Poder de Compra (PPC), para assegurar que um dólar PPC seja suficiente para adquirir a mesma quantidade de mercadoria em todos os mercados ou países.

Além de ser corrigido a dólares PPC, é também logaritmado para permitir que o indicador de renda apreenda melhor os ganhos no padrão de vida devido a um aumento da renda das pessoas. Isto se deve ao fato da contribuição da renda ao desenvolvimento humano estar sujeita a rendimentos decrescentes. Assim, o bem-estar auferido com um aumento de \$200,00 na renda de uma pessoa que tem rendimento de \$400,00 é maior que aquele que tem rendimento de \$20.000,00. Para Romão (1993, p. 186),

o PIB *per capita* foi corrigido para exprimir a paridade do poder de compra da moeda, de sorte a permitir maior aproximação ao real poder aquisitivo da unidade monetária de cada país. Ademais, como os indivíduos não necessitam de recursos financeiros em excesso para assegurar um padrão de vida decente, uma forma de levar esse aspecto em consideração foi logaritmar o PIB *per capita* real, posto que tal expediente reduza, relativamente, o efeito dos produtos ou rendas elevados (ao mesmo tempo em que amplia o efeito dos produtos ou rendas baixos) sobre a formação do IDH, o que dota esse indicador de uma propriedade adicional importante, que é o de refletir rendimentos decrescentes na transformação da renda em satisfação das necessidades humanas básicas.

$$IR = \frac{\ln (VRN \text{ do país}) - \log (\text{Valor Mínimo})}{\log (\text{Valor Máximo}) - \log (\text{Valor Mínimo})}$$

Depois de calculados os índices de cada dimensão, para encontrar o IDH, basta submeter a uma média geométrica aos três índices anteriormente encontrados: Índice da Longevidade (IL), Índice do Conhecimento (IC) e Índice da Renda (IR).

$$\text{IDH} = \sqrt[3]{(\text{IL} \times \text{IC} \times \text{IR})}$$

Todos os países incluídos no IDH são classificados segundo seus progressos no desenvolvimento humano, em um dos quatro grupos: desenvolvimento humano muito elevado (IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano alto (IDH entre 0,700 e 0,699), desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,699) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500). O mapa 12 expõe os países de acordo com a classificação anteriormente descrita.

Mapa 12 – Índice de Desenvolvimento Humano no Mundo (2013).



Fonte: Wikimedia Commons (PNUD).

A aplicação metodológica e os resultados do valor do IDH são divulgados nos RDH's e publicados pelo PNUD desde 1990. A metodologia de cálculo aplicada para obter o valor do IDH de cada país vem sofrendo alterações desde sua criação, algumas dessas alterações são abordados a seguir.

Em 1990, os indicadores utilizados para avaliar as dimensões do IDH eram: a esperança de vida à nascença (anos), a taxa de alfabetização de adultos (%) e o PIB *per capita* (US\$ PPC). Para constituir os valores das balizas utilizadas de 1990 a 1993

foram observados os valores máximos e mínimos obtidos nos países para cada indicador. Em 1990, no ano de seu lançamento, através do RDH, os valores das balizas eram os seguintes:

- a) Para a esperança de vida ao nascer o valor máximo era de 78 anos, observado no Japão, e o valor mínimo era de 42 anos, observados no Afeganistão, Etiópia e Serra Leoa;
- b) Para a taxa de alfabetização de adultos, seguindo a mesma metodologia dos valores, eram 100% para o valor máximo e 12% para o valor mínimo de cada indicador; e,
- c) Para o indicador PIB *per capita* (US\$ PCC), o valor mínimo utilizado era de 220 USD e o valor máximo de 4.861 USD.

A alteração ocorrida no ano de 1991 foi na dimensão educação, em que além da taxa de alfabetização de adultos medida em porcentagem, passou-se a avaliar, também, o número médio de anos de escolaridade da população adulta. Devido às alterações metodológicas ocorrida em 1991, com o acréscimo de mais um indicador na dimensão educação - a média de anos de escolaridade – cuja ponderação foi de 1/3 para a taxa de alfabetização de adultos e 2/3 para o novo indicador. Com valores máximo e mínimo, para a média de anos de escolaridade, de quinze e zero, respectivamente. O valor máximo da renda também foi alterado, adquirindo um valor de 5.070 USD.

Em 1994, as alterações ocorreram na fonte de dados do PIB *per capita* que passou a ser obtida através do Banco Mundial, e os valores balizadores passaram a ser obtidos de acordo com os cálculos metodológicos do Banco Mundial. Em 1994, mudanças nos valores balizadores foram todos alterados: para a esperança de vida à nascença (anos), o valor máximo ficou em 85 e o mínimo em 25; a taxa de alfabetização de adultos, em porcentagem, obteve valor máximo de 100 e o mínimo de 0; a média de anos de escolaridade ficou com valores de 15 e 0, para os valores máximos e mínimos, respectivamente; e, para a dimensão renda, o PIB *per capita* (US\$ PPC) obteve valor máximo de 40.000 e o mínimo de 200.

Já no ano de 1995 as alterações metodológicas ocorreram, mais uma vez, na dimensão educação, onde o número médio de anos de escolaridade da população adulta foi substituído pela taxa de escolarização bruta do primeiro, segundo e terceiro

graus, em porcentagens, mantendo a ponderação anterior, destacando que o resultado obtido não é mais em anos, mas em porcentagem. A figura 14 mostra o diagrama de construção do IDH que vigorou de 1995 a 2009. Em 1995, a baliza que sofreu alterações foi do valor mínimo para a dimensão renda, que passou a ser 100 USD.

Figura 14 – Diagrama de construção do IDH, adotado a partir de 1995.



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano (2006).

Em 1998, o IDH foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975, com dados obtidos nos centros de informações especializadas de cada país – no Brasil foi possível calcular a partir do primeiro Censo realizado em 1975. A cada alteração na metodologia e nas balizas utilizadas são atualizadas as tabelas divulgadas nos RDH's para os anos anteriores.

Em 1999, as fontes de dados para as dimensões saúde e educação passaram a ser coletados na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Quanto à dimensão renda, os dados da paridade do poder de compra continuaram a ser atualizados pelo Banco Mundial, porém passou-se a utilizar o método do logaritmo para corrigir o valor do bem-estar obtido pelo acréscimo de renda nos diferentes níveis de desenvolvimento.

O método do logaritmo ocorreu em 1999, uma contribuição do Dr. Amartya Sen, que aperfeiçoou a metodologia de cálculo do IDH ao preservar o princípio de que a contribuição da renda para o desenvolvimento humano apresenta rendimentos decrescentes, ou seja, quando a renda dobra, não necessariamente dobra o bem-estar. Assim, o cálculo da renda através do método do logaritmo é eficaz no sentido

de que um aumento da renda dos mais pobres proporciona uma maior satisfação do que um aumento do mesmo valor para os mais ricos. Logo, pelo método do logaritmo, os países com baixa renda *per capita* precisam obter uma pequena elevação nos seus rendimentos para conseguir um acréscimo em seu IDH renda, e os países com elevada renda *per capita* precisam de uma grande elevação nos rendimentos para conseguir um acréscimo em seu IDH renda.

Em 2006, ocorreu novamente uma mudança na dimensão educação, a qual passou a incluir, na taxa de escolarização bruta combinada dos três níveis de ensino, os números dos programas de educação de jovens e adultos. As mudanças que ocorreram em 2010 estão descritas no modelo apresentado anteriormente, e que vigora no seu aspecto geral com modificações parciais nas balizas e fonte dos dados.

Ressaltamos, ainda, que a fonte dos dados atualmente utilizada é o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DAESNU) para os dados da esperança de vida à nascença. Barro e Lee – Educational Attainment Dataset – uma ONG que realiza levantamentos de dados educacionais com metodologia reconhecida como de alta qualidade, dispendo de estimativas completas para 146 países no período 1950-2010, disponibiliza os dados da média de anos de escolaridade. Os dados de anos de escolaridade esperados são do Instituto de Estatística da UNESCO e, por fim, os dados da RNB *per capita* na PPC são do Banco Mundial.

A seguir, buscaremos demonstrar o exemplo do cálculo do IDH de 2013 para o Brasil. Faremos o cálculo do IDH para o Brasil usando o passo-a-passo de construção do índice:

1º Passo – Definição teórica do conceito subjetivo a mensurar – Desenvolvimento Humano = processo de alargamento das escolhas dos indivíduos. As mais cruciais consistem em viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e gozar um nível de vida decente.

2º Passo – Escolha das dimensões representativas do conceito em pauta. Nesse momento, entre o segundo e o terceiro passos, transitamos pela área de maiores críticas aos índices, pois essa escolha é subjetiva do pesquisador e, mesmo sendo justificada, mas não deixa de ser subjetiva. Para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as dimensões estabelecidas são: longevidade, conhecimento e nível de vida digno. Cabe salientar que a dimensão “um nível de vida digno” busca

incorporar todas as demais dimensões que o conceito traduz, com exceção da longevidade e conhecimento. A não inclusão de outras dimensões que o paradigma do desenvolvimento humano requer como: a segurança, a liberdade de decisão sobre a escolha dos seus dirigentes – democracia, etc. é justificada, entre outros argumentos, pelo acesso aos dados nos países num padrão equivalente.

3º Passo – Escolha dos indicadores. Para a dimensão longevidade é utilizada a esperança de vida à nascença (anos). O Brasil, em 2011, apresentou valor de 73,5 para esta variável. Para média dos anos de escolaridade, o Brasil, em 2011, apresentou o resultado de 7,2. Para os anos de escolaridade esperados, o Brasil apresentou o seguinte resultado: 13,8. A RNB *per capita* PPC do Brasil, em 2011, foi de 10.162 (PPC em USD).

4º Passo – Aplicação dos indicadores do Brasil, nas fórmulas de padronização e aglutinação em sub-índices:

$$\text{Índice de esperança de vida} = \text{IEVN} = \frac{73,5-20}{83,4-20} = 0,844$$

$$\text{Índice da média de anos de escolaridade} = \text{IMAE} = \frac{7,2-0}{13,1-0} = 0,550$$

$$\text{Índice de anos de escolaridade esperados} = \text{IAEE} = \frac{13,8-0}{18-0} = 0,767$$

$$\text{Índice de educação combinada} = \text{IEC} = \sqrt[2]{(0,550 \times 0,767)} = 0,649$$

$$\text{Índice do conhecimento} = \text{IC} = \frac{0,649-0}{0,978-0} = 0,664$$

$$\text{Índice da renda} = \text{IR} = \frac{\ln 10162 - \ln 100}{\ln 107721 - \ln 100} = 0,662$$

5º Passo – Aglutinação dos sub-índices no resultado final da variável pela aplicação da média geométrica.

$$\text{Índice de Desenvolvimento Humano} = \text{IDH} = \sqrt[3]{(0,844 \times 0,664 \times 0,662)} = 0,718$$

O valor IDH calculado para o Brasil de 0,718, no ano de 2011, deixou o país na categoria de desenvolvimento elevado, ou país de elevado desenvolvimento.

Cabe, por fim, ressaltar que no item 3.2.1 desta tese utilizou-se, para a medida de desenvolvimento, o Índice do PIB *per capita* na paridade do poder de compra (PPC). Calculado pelo autor, especificamente para esta tese, utilizando-se dos dados do Banco Mundial em USD na PPC, com os limites já definidos no item citado. Foi estabelecida uma padronização com o maior e o menor PIB *per capita* apresentados em lista do Banco Mundial, em dados reais para o ano de 2013, e aplicou-se o logaritmo neperiano sobre os valores.

4 ASSOCIAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Este capítulo analisa os resultados empíricos de associação entre democracia e desenvolvimento, de forma a responder os objetivos da pesquisa em tela, assim como testa a hipótese sugerida pela mesma. No decorrer deste capítulo examina-se, também, a relação de causa e efeito entre as variáveis acima descritas, realizando a verificação empírica das teorias relativas ao tema. Outrossim, ao examinar e proceder verificação empírica das teorias, evidenciamos a Teoria da Modernização, onde a democracia é examinada como efeito do desenvolvimento socioeconômico e, em seguida, a Premissa do Empoderamento, para explicar a inversão de dependência, em que o desenvolvimento passa a ser dependente e a democracia independente, destacando-se a democracia como catalizadora do desenvolvimento com vistas a enfatizar a validade dessa premissa para os países mais democráticos.

A questão da existência de uma associação entre democracia e desenvolvimento, e se a mesma aponta para um resultado robusto no sentido que, independente da medida utilizada, tanto para a democracia como para o desenvolvimento, a direção encontrada é a mesma para ambas (seguem na mesma direção de que, quando aumenta a democracia aumenta o desenvolvimento, ou quando aumenta o desenvolvimento aumenta a democracia). Ainda, se as mesmas resistem a um teste da hipótese nula ($H_0: \beta_1=0$), sobre o resultado encontrado para o coeficiente de correlação, determinando se a associação é estatisticamente significativa para um nível de significância α (alfa)=0,01, teste bivariado, será trabalhada na primeira parte deste capítulo.

Complementamos cada resultado encontrado com uma análise da força do ajustamento, caso exista, observando se temos uma fraca, forte ou muito forte correlação entre as variáveis. Por fim, avaliamos o impacto dessa correlação analisando o coeficiente angular da reta de tendência ou o β_1 da regressão simples (usamos o SPSS), testando novamente a hipótese nula do mesmo ser igual a 0 (zero). Cabe salientar, então, que neste primeiro momento a força do impacto não nos diz nada sobre causa e efeito, ou seja, se é o desenvolvimento que induz à democracia ou se é a democracia que alavanca o desenvolvimento.

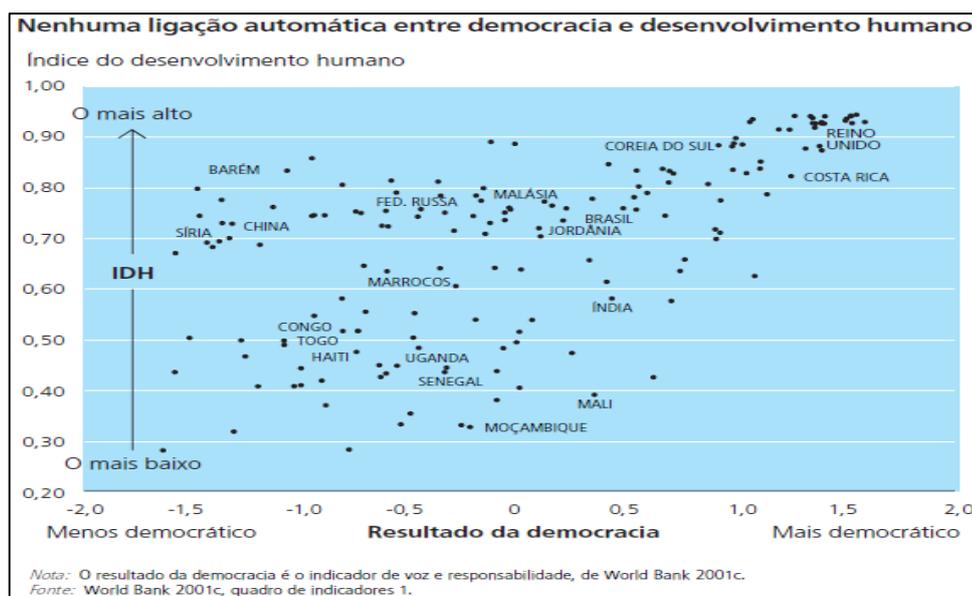
4.1 Direção, Força e Impacto da Associação

O gráfico 14, a seguir, mostra a avaliação do RDH/PNUD (2002) da ligação entre democracia e desenvolvimento humano, frisando não perceber nenhuma ligação automática entre essas duas variáveis. Os dados são do IDH de 2002 e do Índice de Voz e Responsabilidade (2001), do Banco Mundial. O relatório observa o diagrama de dispersão e destaca o comentário em negrito. Nenhum modelo estatístico numérico é utilizado, porém reconhece no RDH/PNUD (2002, p. 61), depois de citar vários pontos dispersos do gráfico:

a lição acolher é a que a democracia não é um luxo para os países em desenvolvimento. Pelo contrário, a democracia possui um valor intrínseco para o desenvolvimento humano, porque tem ligações fortes com as liberdades políticas e civis e porque pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Mas, estas ligações não são automáticas e reforçá-las é o desafio da governação democrática – fazendo com que as instituições democráticas sirvam o desenvolvimento humano.

A democracia e o desenvolvimento humano têm algo mais em comum. Ambos são mais uma viagem do que um destino – mais uma promessa do que uma competição. As sociedades podem ser mais ou menos democráticas, tal como as pessoas podem fazer opções mais amplas ou mais restritas para levarem a vida que apreciam. Mas não há um ponto final definido. Nenhuma sociedade jamais é completamente democrática ou plenamente desenvolvida. O que importa é caminhar em frente e não recuar.

Gráfico 14 – Democracia (2001) versus Desenvolvimento Humano (2002).



FONTE: RDH/PNUD (2002, p. 60).

Os dados selecionados nesta tese são de 2013. Vamos, inicialmente, utilizar o Voz e Responsabilidade do Banco Mundial, o mesmo índice utilizado acima para

democracia, contra o Índice do PIB *per capita* PPC e, depois, contra o IDH. Em uma visão gráfica, percebemos gráficos muitos parecidos com o anterior do PNUD, sendo Voz e Responsabilidade contra o Índice do PIB *per capita* PPC, o resultado mais próximo do gráfico do PNUD.

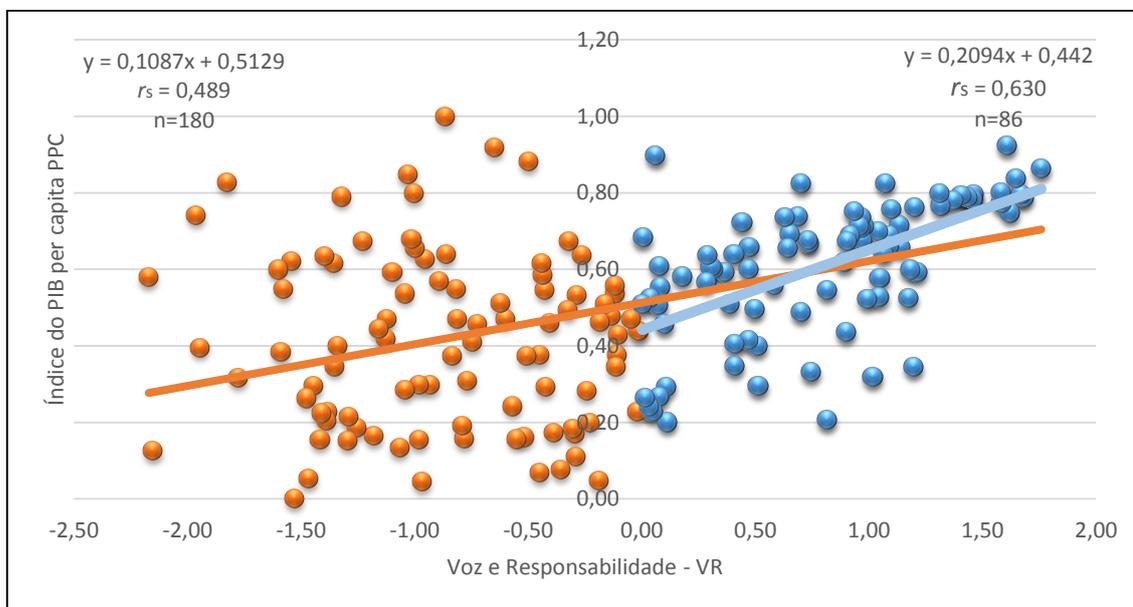
Como já chamamos a atenção, a visão de um gráfico 2D não permite conclusões concretas sobre a associação e, desta forma, o Coeficiente de Correlação de Spearman, junto com a linha de tendência, é mais conclusivo.

No gráfico 15, a equação à esquerda com coeficiente angular $\beta_1 = 0,1087$ e $r_s = 0,489$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=180$). Podemos, então, afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (Índice do PIB *per capita* PPC), isto é, quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,489$, é considerada uma correlação positiva moderada e uma correlação positiva forte, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência, ou seu coeficiente angular, $\beta_1 = 0,1087$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade, que segue uma distribuição normal de média zero e desvio padrão igual a 1 (um), variando normalmente entre -2,5 a 2,5, com grau de confiança de 90%, provocando uma variação, no mesmo sentido, de 0,1087 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, no gráfico 15, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,2094$ e $r_s = 0,630$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=86$) para valores de Voz e Responsabilidade igual ou acima da média, ou seja, para os países mais democráticos. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,630$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,2094$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,2094 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um), quase dobrando o valor do impacto do resultado anterior, quando comparado o valor do coeficiente calculado

para todos os países. A análise do resultado apresentado, para os países mais democráticos, encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 15 – Voz e Responsabilidade contra Índice do PIB *per capita* PPC.



FONTE: Elaboração própria.

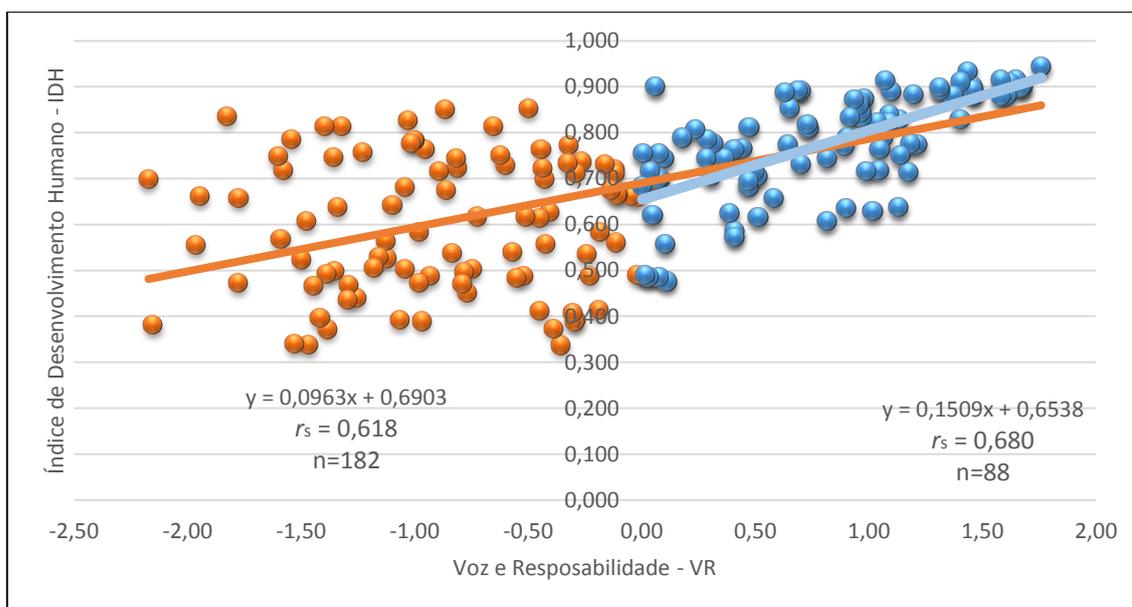
Para os dados de 2013, vamos utilizar o índice de Voz e Responsabilidade do Banco Mundial, o mesmo índice utilizado acima para democracia, agora contra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os índices são os mesmos do RDH/PNUD (2002), com a diferença de datas para os dados. Numa visão gráfica, percebemos resultado gráfico muito parecido com o do RDH/PNUD (2002).

No gráfico 16, a seguir, a equação à esquerda com o coeficiente angular $\beta_1 = 0,0963$ e $r_s = 0,618$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=182$). Podemos afirmar, neste sentido, que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (IDH), quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,618$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,0963$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade, que segue uma distribuição normal de média zero e desvio padrão igual a 1 (um), variando

normalmente entre -2,5 a 2,5, com grau de confiança de 90%, provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,0963 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, do gráfico 16, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,1509$ e $r_s = 0,680$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=88$) para valores de Voz e Responsabilidade igual e acima da média, ou seja, para os países mais democráticos. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,630$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,1509$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,1509 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um), mais que uma vez e meia o resultado do impacto anterior quando consideramos todos os países. A análise do resultado apresentado para os países mais democráticos encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 16 – Voz e Responsabilidade contra o IDH.

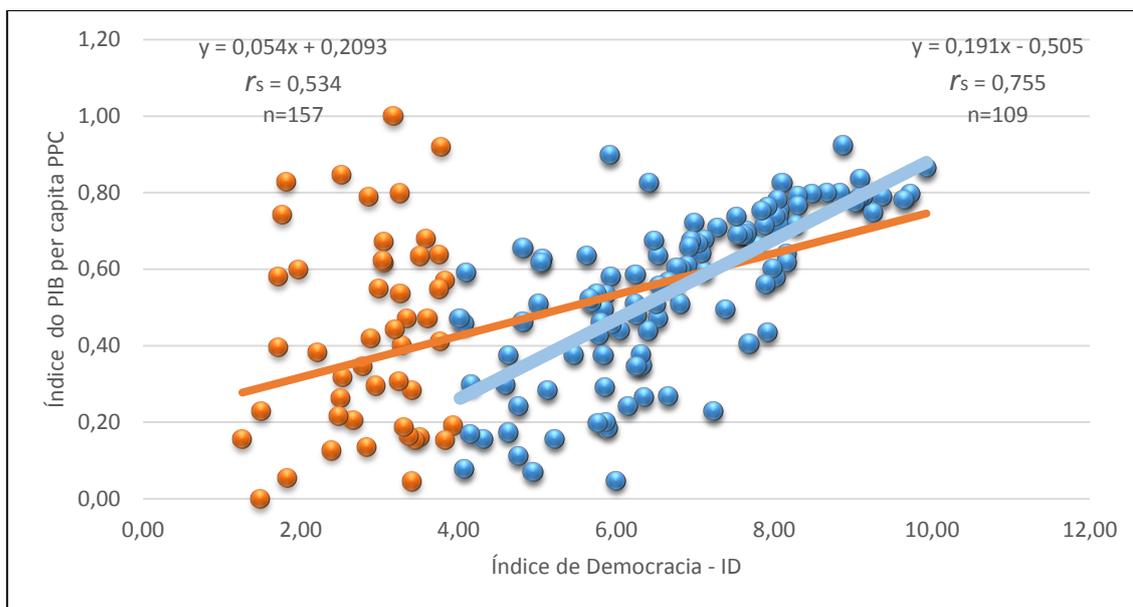


FONTE: Elaboração própria.

Vamos, agora, utilizar o Índice de Democracia da revista inglesa *The Economist*, contra o Índice do PIB *per capita* PPC, dados do Banco Mundial. Em uma visão gráfica, percebemos um gráfico muito parecido com o do RDH/PNUD (2002).

No gráfico 17, a seguir, a equação à esquerda com coeficiente angular $\beta_1 = 0,0540$ e $r_s = 0,534$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=157$). Podemos afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (Índice do PIB *per capita* PPC), quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,534$, está entre uma correlação positiva moderada e positiva forte, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,054$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Índice de Democracia, que varia de 0 (zero) a 10 (dez), quanto maior o valor mais democrático o país, provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,054 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, do gráfico 17, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,191$ e $r_s = 0,755$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=109$) para valores de Índice de Democracia superiores a 4 (quatro), valor para qual a mudança na inclinação da linha de tendência é mais acentuada, ou seja, para os 109 países com maiores valores para o Índice de Democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,755$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,191$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Índice de Democracia provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,191 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um), três vezes e meia o valor do impacto para todos os países. A análise do resultado apresentado para os países mais democráticos encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 17 – Índice de Democracia contra o Índice do PIB *per capita* PPC.

FONTE: Elaboração própria.

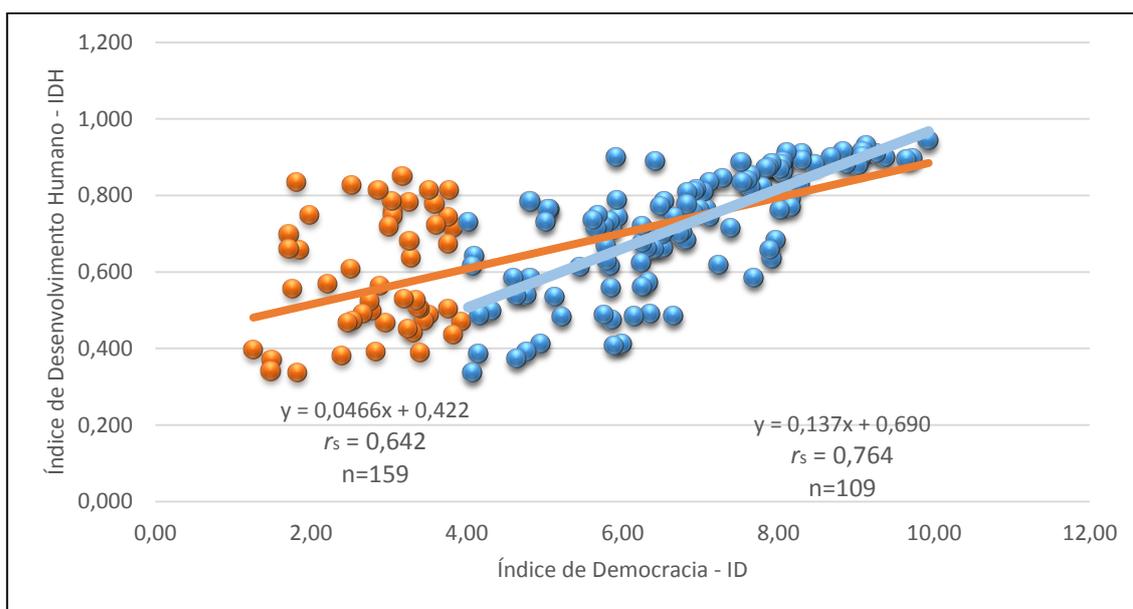
Utilizando o Índice de Democracia da revista inglesa *The Economist*, contra o IDH, novamente a visão gráfica nos mostra um gráfico muito parecido com o do RDH/PNUD (2002).

No gráfico 18, a seguir, a equação à esquerda com coeficiente angular $\beta_1 = 0,0466$ e $r_s = 0,642$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=159$). Podemos afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (IDH), quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,642$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,0466$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Índice de Democracia, que varia de 0 (zero) a 10 (dez), quanto maior o valor mais democrático o país, provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,0466 no IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, do mesmo gráfico 18, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,137$ e $r_s = 0,764$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=68$) para valores do Índice de Democracia superiores a 4 (quatro), valor para qual a mudança na inclinação da linha de tendência é mais acentuada, ou seja, para os 68

países com maiores valores para o Índice de Democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,764$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,137$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Índice de Democracia provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,137 no IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um), aumentando o valor do impacto em quase o triplo quando considerados todos os países. A análise do resultado apresentado para os países mais democráticos encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 18 – Índice de Democracia contra o IDH.



FONTE: Elaboração própria.

Vamos, agora, utilizar o Freedom in the World da ONG americana *Freedom House*, contra o Índice do PIB *per capita* PPC, dados do Banco Mundial. Desta vez, os gráficos não são nada parecidos com o do RDH/PNUD (2002). A metodologia de cálculo do Freedom é muito diversa da metodologia dos índices anteriormente tratados, sendo que os indicadores de Voz e Responsabilidade e a média dos indicadores de Governança do Banco Mundial utilizam o *Freedom House* e o Índice de Democracia da *The Economist*, na estimativa dos indicadores acima citados.

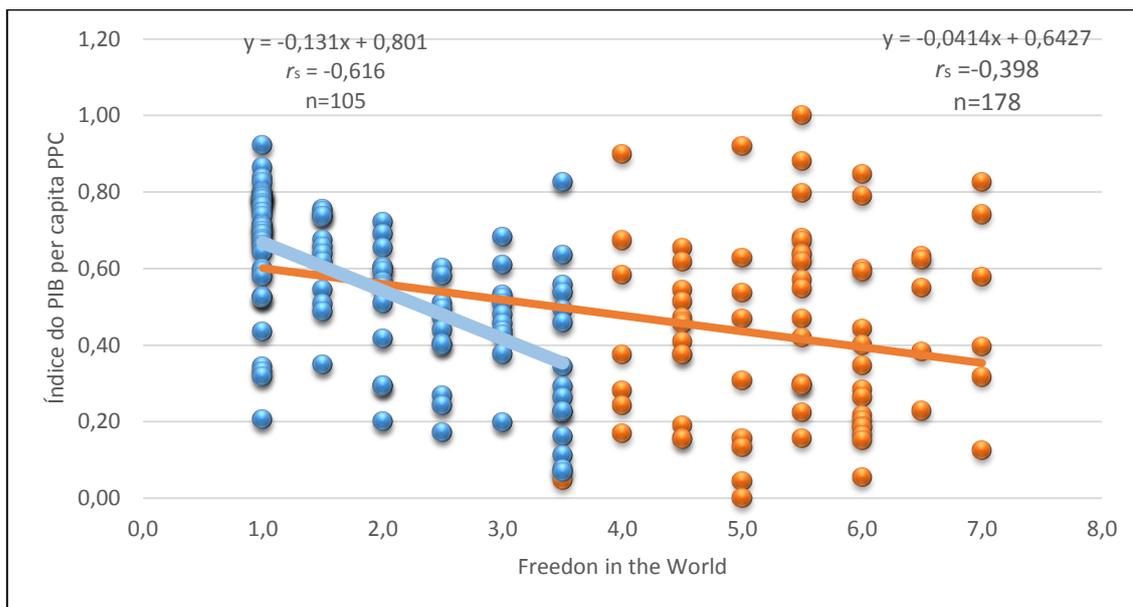
Uma primeira mudança percebida, visualmente, são as linhas de tendência decrescentes. Isto se deve a forma de apresentação das medidas do Freedom, as quais variam de 1 (um) a 7 (sete), em que, para as medidas com valores menores, mais democrático o país se apresenta. Outra mudança é a distribuição dos pontos no gráfico que, à primeira vista, não guardam qualquer associação. Chamamos atenção, novamente, que a visão de um gráfico 2D não permite conclusões concretas sobre a associação e, desta forma, o Coeficiente de Correlação de Spearman, junto com a linha de tendência, é mais conclusivo.

No gráfico 19, a equação à direita, com coeficiente angular $\beta_1 = -0,0414$ e $r_s = -0,398$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=178$). Podemos afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (Índice do PIB *per capita* PPC), já que o Índice do PIB *per capita* PPC caminha em sentido contrário à medida do Freedom, quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = -0,398$, está entre uma correlação negativa moderada e negativa forte, segundo Levin, Fox e Forde (2012), com a medida do Freedom, o que implica uma correlação entre positiva moderada e positiva forte com a democracia. E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = -0,0414$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Freedom House, que varia de 1 (um) a 7 (sete), quanto menor o valor mais democrático o país, provoca uma variação, em sentido contrário à medida do Freedom, de $-0,0414$ no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à esquerda, do mesmo gráfico 19, com coeficiente angular $\beta_1 = -0,131$ e $r_s = -0,616$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=105$) para valores de Freedom House abaixo ou igual a 3,5 (três vírgula cinco), valor para qual a mudança na inclinação da linha de tendência é mais acentuada, ou seja, para os 105 países com menores valores para o Freedom. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = -0,616$, está entre uma correlação negativa moderada e uma correlação negativa forte, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu

coeficiente angular $\beta_1 = -0,131$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Freedom provoca uma variação, no sentido contrário, de -0,131 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um), mais que triplicando o valor do impacto quando consideramos todos os países. A análise do resultado apresentado para os países mais democráticos encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 19 – Freedom in the World contra o Índice do PIB *per capita* PPC.



FONTE: Elaboração própria.

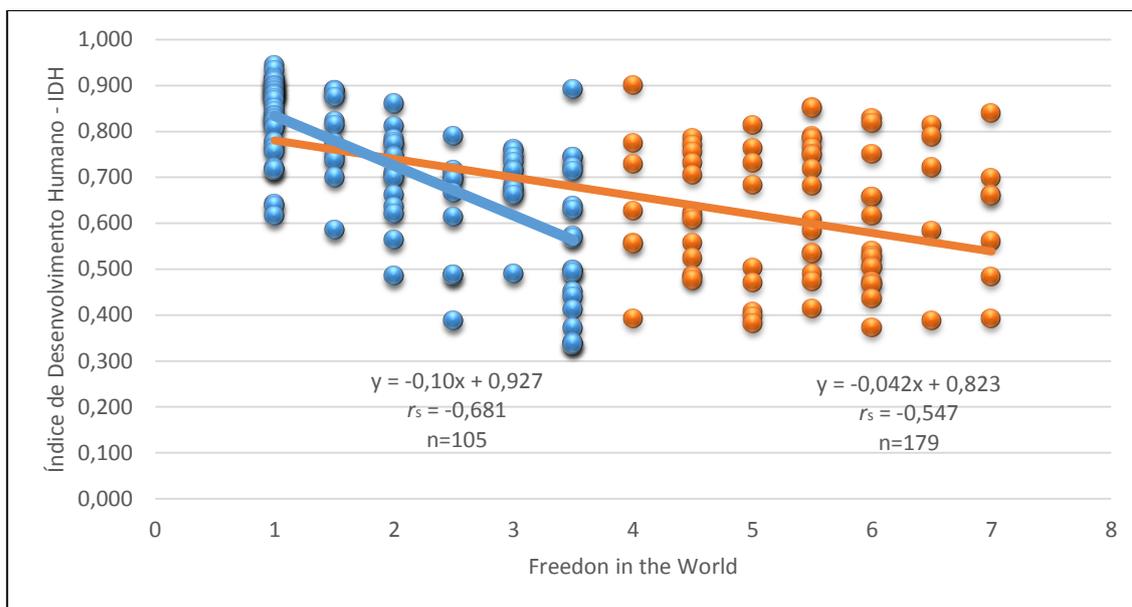
Ao utilizar o Freedom in the World, da ONG americana *Freedom House*, contra o IDH, dados PNUD (2002), as linhas de tendência são visualmente parecidas com as linhas de tendência do gráfico anterior, assim como a distribuição dos pontos no diagrama de dispersão. As linhas de tendência são decrescentes. O que já foi salientado e se deve à forma de apresentação das medidas do Freedom, no qual variam de 1 (um) a 7 (sete), em que, para as medidas com valores menores, mais democrático o país se apresenta.

No gráfico 20, a equação à direita, com coeficiente angular $\beta_1 = -0,042$ e $r_s = -0,547$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=179$). Podemos afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (IDH), já que o Índice do PIB *per capita* PPC caminha em sentido contrário à medida do Freedom, quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca

probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = -0,547$, está entre uma correlação negativa forte e negativa perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012), com a medida do Freedom, o que implica uma correlação entre positiva moderada e positiva forte com a democracia. E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = -0,042$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Freedom House, que varia de 1 (um) a 7 (sete), quanto menor o valor mais democrático o país, provoca uma variação, em sentido contrário, à medida do Freedom de $-0,042$ no IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à esquerda, do gráfico 20, com coeficiente angular $\beta_1 = -0,10$ e $r_s = -0,681$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=105$) para valores de Freedom House abaixo ou igual a 3,5 (três vírgula cinco), valor para qual a mudança na inclinação da linha de tendência é mais acentuada, ou seja, para os 105 países com menores valores para o Freedom e, portanto, mais democráticos. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = -0,681$, está entre uma correlação negativa moderada e uma correlação negativa forte, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = -0,10$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador do Freedom provoca uma variação, no sentido oposto, de $-0,10$ no Índice do IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um), mais que duas vezes o valor do impacto, quando consideramos todos os países. A análise do resultado apresentado para os países mais democráticos encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 20 – Freedom in the World contra o IDH.



FONTE: Elaboração própria.

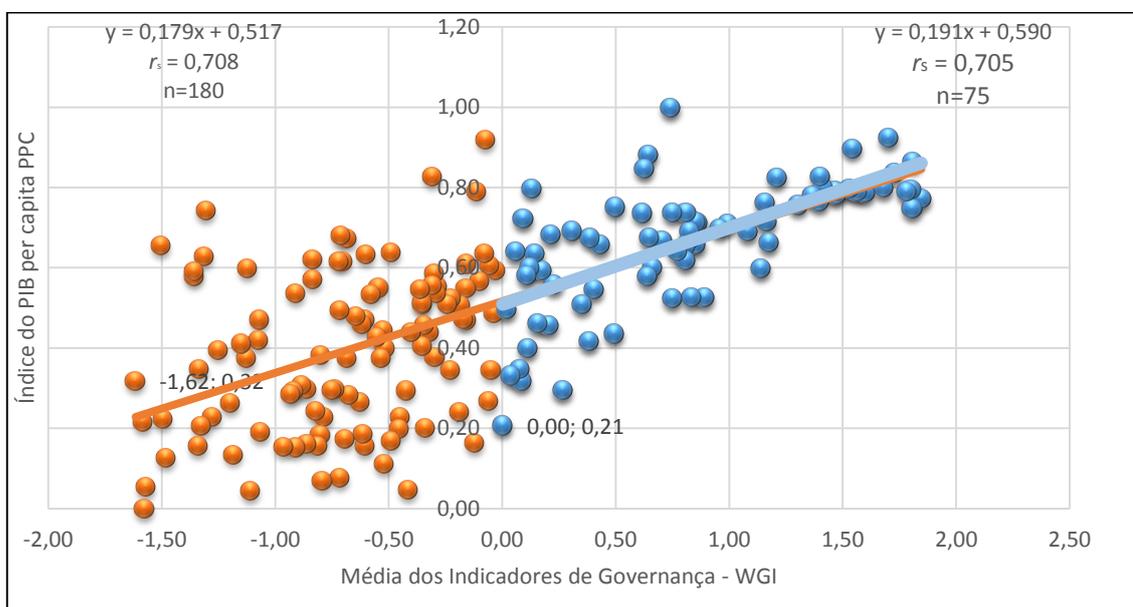
Vamos explorar a Média dos Indicadores de Governança – WGI, do Banco Mundial, com os dados de 2013. Novamente, os diagramas de dispersão apresentam-se parecidos com os gráficos apresentados pelo RDH/PNUD (2002).

No gráfico 21, a equação à esquerda, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,179$ e $r_s = 0,708$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=180$). Podemos afirmar que democracia caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (Índice do PIB *per capita* PPC), quanto mais democracia mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais democracia. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,708$, é considerado uma correlação positiva forte a uma correlação positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,179$. Uma variação de 1 (uma) unidade na Média dos Indicadores de Governança – WGI, que segue uma distribuição normal de média zero e desvio padrão igual a 1 (um), variando normalmente entre -2,5 a 2,5, com grau de confiança de 90%, provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,179 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, do gráfico 21, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,191$ e $r_s = 0,705$, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=75$) para

valores da Média dos Indicadores de Governança – WGI maiores ou iguais a zero, ou seja, para os países mais democráticos. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,705$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,191$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,191 no Índice do PIB *per capita* PPC, que varia de 0 (zero) a 1 (um), praticamente não alterando o impacto da Média dos Indicadores de Governança (WGI), no desenvolvimento, para os países que apresentam elevados indicadores de Governança quando comparados à média de todos os países. A análise do resultado apresentado para os países de mais alta Média dos Indicadores de Governança encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 21 – Governança contra o Índice do PIB *per capita* PPC.



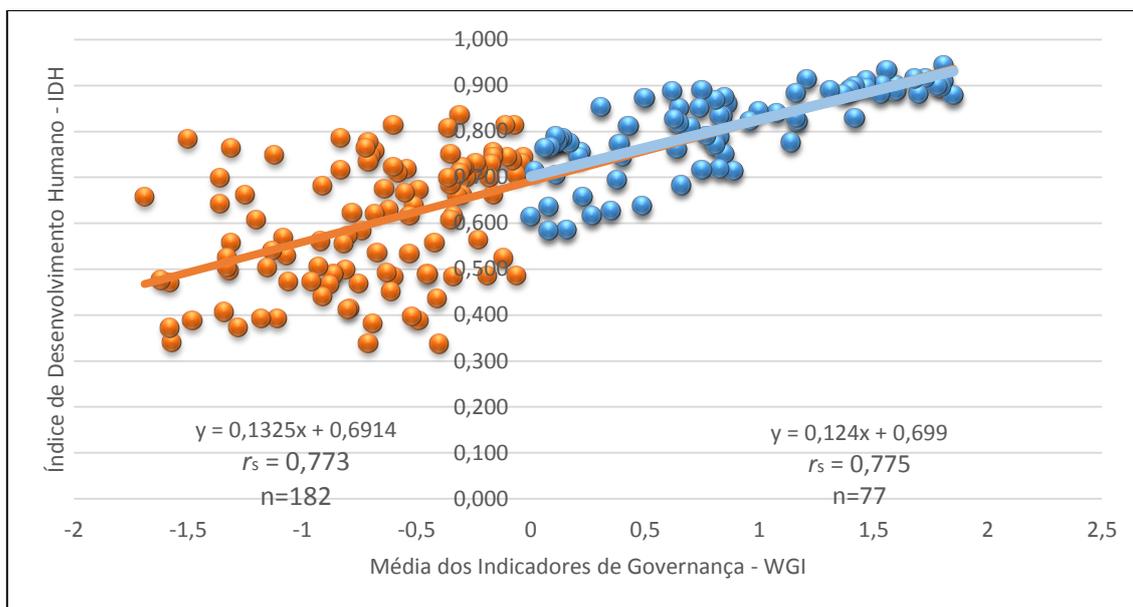
FONTE: Elaboração própria.

Finalizando, no gráfico 22, a equação à esquerda, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,1325$ e $r_s = 0,773$, foi estimada com todos os pontos do gráfico ($n=182$). Podemos afirmar que a Média dos Indicadores de Governança caminha no mesmo sentido do desenvolvimento (IDH), quanto mais governança mais desenvolvimento ou quanto mais desenvolvimento mais governança. O teste de hipótese quanto à nulidade do

valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,773$, é considerado uma correlação positiva forte a uma correlação positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,1325$. Uma variação de 1 (uma) unidade na Média dos Indicadores de Governança (WGI), que segue uma distribuição normal de média zero e desvio padrão igual a 1 (um), variando normalmente entre -2,5 a 2,5, com grau de confiança de 90%, provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,1325 no IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

Na linha de tendência da equação à direita, com coeficiente angular $\beta_1 = 0,124$ e $r_s = 0,775$, do mesmo gráfico 22, foi estimada com os pontos do gráfico ($n=88$) para valores da Média dos Indicadores de Governança (WGI) maiores ou iguais a zero, ou seja, para os países mais bem avaliados em termos de governança. O teste de hipótese quanto à nulidade do valor de r_s ($H_0: r_s = 0$, bicaudal) expõe um valor $p < 0,001$, o que permite rejeitar a hipótese nula (H_0) com muito pouca probabilidade de estar errado (erro tipo I). A força do ajuste, $r_s = 0,775$, está entre uma correlação positiva forte e positiva perfeita, segundo Levin, Fox e Forde (2012). E, por fim, o impacto do ajuste é dado pela inclinação da linha de tendência ou seu coeficiente angular $\beta_1 = 0,124$. Uma variação de 1 (uma) unidade no indicador de Voz e Responsabilidade provoca uma variação, no mesmo sentido, de 0,124 no IDH, que varia de 0 (zero) a 1 (um), praticamente não alterando o impacto da Média dos Indicadores de Governança, no desenvolvimento, quando comparado a todos os países. A análise do resultado apresentado para os países de mais alta Média dos Indicadores de Governança encontra-se no próximo item desse capítulo.

Gráfico 22 – Governança contra o IDH.



FONTE: Elaboração própria.

Vamos esclarecer, um pouco mais, a aplicação do modelo econométrico na estimação das equações das linhas de tendência dos gráficos anteriores. Faremos o exemplo do Índice de Democracia versus o IDH. Seguindo o procedimento de aplicação do modelo econométrico, iniciamos com a hipótese de que o Índice de Democracia é significativo para explicar variações no IDH. Escrevemos a função matemática (1) a seguir, indicando que o IDH é função do Índice de Democracia. Em seguida, estabelecemos que essa relação segue uma função linear na função (2) quando, então, o diagrama de dispersão do gráfico 18 ajuda nessa escolha. Criamos, posteriormente, o modelo econométrico, função (3), introduzindo o erro aleatório (ϵ); portanto, admitindo a possibilidade do erro e do acerto ocorrerem em termo probabilístico. Desta forma, admitiremos uma probabilidade, ao testarmos a nossa hipótese acima referida, de cometer o erro de afirmar que a democracia é explicativa para o Desenvolvimento Humano, portanto eficiente, conhecido na literatura como erro tipo I, ou nível de significância (α), no valor de 0,01. Neste caso, estaremos admitindo uma probabilidade de acerto, grau de confiança, no valor de 99%. A função (4), a seguir, expõe os resultados do modelo e segue o padrão de apresentação de uma regressão.

(1) $IDH = f(\text{Índice de Democracia})$

(2) $IDH = \beta_0 + \beta_1 \times \text{Índice de Democracia}$

(3) $IDH = \beta_0 + \beta_1 \times \text{Índice de Democracia} + \varepsilon$ onde, ε = erro aleatório

(4) $IDH = 0,422 + 0,0466 \times \text{Índice de Democracia}$ $F=100,250$ Valor- $p=1,476E-18$

d.p. (0,028) (0,005)

t 15,216 10,012

Valor- p 1,054E-32 1,476E-18 $R^2 = 0,390$ $r=0,624$ $n = 158$ observações

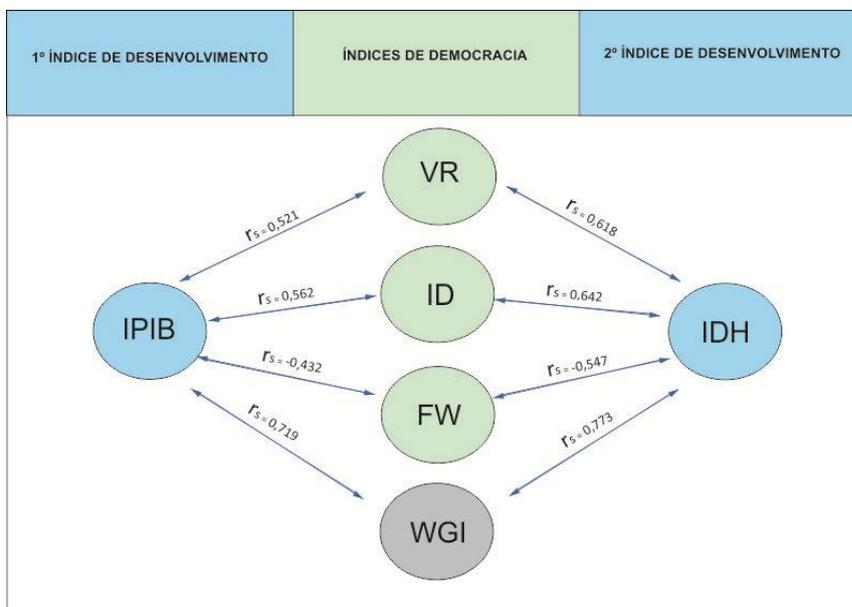
Analisando os resultados da função (4), verificamos que a variação de uma unidade no Índice de Democracia provoca a variação de 0,0466 no IDH. Dado que o IDH apresenta variação entre 0 (zero) e 1 (um) e o Índice de Democracia variação entre 0 (zero) e 10 (dez), o coeficiente de 0,0466 padronizado para desvios-padrões modifica-se para 0,624, valor que corresponde ao coeficiente de correlação de Pearson quando a regressão é bivariada. Est cálculo foi realizado com o uso do software IBM-SPSS Statistics (versão 22). O resultado padronizado para β_1 indica que uma variação de 1 (um) desvio-padrão no Índice de Democracia provoca a variação de 0,624 desvios-padrões no IDH. Salientamos, ainda, que não temos a resposta para quanto a democracia alavanca o desenvolvimento humano, pois usamos a regressão para apenas estimar a linha de tendência e não para discutir causa e efeito.

Seguindo a aplicação do modelo, testamos a hipótese do valor do coeficiente de β_1 ser igual a zero, respondendo a questão se 0,0466 é estatisticamente diferente de 0 (zero). O valor do teste t de student de 10,012 encontrado para o coeficiente β_1 com valor- p de 1,476E-18 menor que o nível de significância (α) de 0,01 nos possibilita rejeitar a hipótese de não haver influência da democracia no Desenvolvimento Humano. O valor de $F = 100,250$ com valor p de 1,476E-18 testa a hipótese de que, no conjunto, os coeficientes são iguais a 0 (zero). Como usamos apenas uma variável explicativa, o valor testa a hipótese do coeficiente β_1 , ser igual a zero; neste caso, essa hipótese é rejeitada o que nos permite afirmar que temos uma boa regressão.

Dos resultados ainda obtidos pela regressão, função (4) anteriormente apresentada, cabe analisar o R^2 ou coeficiente de determinação, cujo valor encontrado foi de 0,390. O coeficiente de determinação varia de 0 (zero) a 1 (um) e indica o quanto variações na variável independente, neste caso o Índice de Democracia, determinam variações na variável dependente, neste caso o IDH. Não se explora mais profundamente o R^2 , uma vez que não se concebe causa e efeito sem uma teoria. Resume-se, assim, que a análise da regressão foi calculada para todas as associações testadas, e os resultados para os testes de hipóteses chegaram às

mesmas conclusões: os coeficientes de correlações encontrados são diferentes de zero.

Figura 15 – Coeficientes de correlação democracia versus Desenvolvimento.



FONTE: Elaboração própria.

Quanto aos resultados, podemos afirmar que para os oito casos de verificação da associação entre as três variáveis de democracia mais uma variável de governança, contra as duas variáveis de desenvolvimento, todas apresentaram grau de associação (correlação) testadas como diferentes de zero para um nível de significância $\alpha=0,01$, nível de confiança 99% ($1-\alpha$). Destaca-se, desta forma, que todas apresentaram a direção da associação seguindo no mesmo sentido, ou seja, quando uma das variáveis sofre uma variação a outra variável acompanha no mesmo sentido, com exceção da variável de democracia Freedom in the World, que mede a democracia no sentido contrário ao aumento verificado no valor numérico do seu índice. Observamos, portanto, que quanto mais democracia mais desenvolvimento, ou vice versa.

Por outro lado, pode-se ampliar a análise do RDH (2002, p. 61) na qual, após observar o diagrama de dispersão entre democracia, Voz e Responsabilidade e o Índice de Desenvolvimento Humano (dados 2001 e 2002, respectivamente), afirma não perceber “nenhuma ligação automática entre democracia e desenvolvimento”. O que isso significa não é possível reconhecer ao ver o diagrama de dispersão, que ao impulsionar um país com democracia isso, automaticamente, resultará em

desenvolvimento, ou ao contrário, ao impulsionar um país com desenvolvimento isso resultará, automaticamente, em democracia. O relatório cita vários exemplos de países ao dividir o diagrama de dispersão em quatro quadrantes, nos diversos quadrantes do diagrama.

O que os modelos numéricos e gráficos nos apontam é que existe uma associação entre as duas variáveis, e essa associação pode ser considerada, no mínimo, moderada entre democracia e desenvolvimento. Sabemos que o caminho a percorrer entre o terceiro quadrante do gráfico 14 do PNUD, baixo nível de desenvolvimento com baixo nível de democracia, e o primeiro quadrante, de elevado nível de desenvolvimento e de democracia, acontece com sobressaltos. Os gráficos nos mostram que há uma gama de diversos países ocupando o segundo quadrante, de baixo nível de democracia e elevado nível de desenvolvimento. Se estivéssemos estudando o acompanhamento de todos esses países por períodos longos de tempo, isso seria melhor observado, porém a nossa análise é cross-section (análise transversal – um corte no tempo) e os modelos numéricos de associação nos apontam para os resultados que permitem rejeitar a hipótese de nulidade dessa associação.

Uma outra conclusão que podemos tirar dessa parte do estudo, dentro dos limites dos modelos estatísticos adotados e dados utilizados, é a força do ajuste, que aponta para um ajustamento dos pontos na linha de tendência, no mínimo, positiva moderada entre democracia e desenvolvimento, qualquer que seja o par de índices utilizados. Utilizamos o coeficiente de correlação de Spearman (r_s) e a classificação de Levin, Fox e Forde (2012). O valor do impacto, coeficiente angular da linha de tendência, todos testados como diferentes de zero, só faz sentido, neste estudo, quando comparamos o resultado para todos os países e o resultado para os países mais democráticos ou com maior nível de governança. A avaliação do impacto permite comparar o que realizaremos no próximo item dessa tese, testando teorias de causa e efeito.

4.2 Teorias Envolvidas e Verificação Empírica (Causa e Efeito)

Na imagem tradicional da ciência em que o interesse do pesquisador sobre um evento (Y) qualquer no mundo leva a criação de uma teoria e, a partir do teste de

algumas hipóteses, podemos refutar ou não a teoria, o método traduz-se, normalmente, em testar a associação da variável Y contra a variável X.

A teoria faz declarações ou hipóteses que são de natureza, principalmente, qualitativa. A matemática cria a expressão $Y=f(X)$ onde se lê Y é uma função de X, sem levar em conta se a teoria pode ser medida ou verificada empiricamente. A verificação empírica possibilitará aceitar ou não a teoria a partir de testes de hipóteses sobre o valor das estatísticas, parâmetros estimados de modelos econométricos, etc. Neste capítulo, busca-se enfatizar, seguindo a imagem tradicional da ciência, qual a teoria que temos e qual a verificação empírica alcançada, com base em estudos anteriores e nos cálculos de correlação e regressão das variáveis selecionadas, como representativas dos conceitos de democracia e desenvolvimento.

A relação entre desenvolvimento e democracia nunca foi completamente clara, já que argumentos e evidências são, frequentemente, levantados em direções contraditórias. A hipótese sustentada para a qual uma rápida modernização, teoria da modernização, pode levar a uma revolução das expectativas crescentes, colocaria o desenvolvimento econômico como condição de possibilidade de preservação da democracia política. Para Lipset (1967) *apud* Limongi (1997), a democracia estaria diretamente relacionada com o nível de desenvolvimento econômico, pois quanto mais próspera for a nação maiores são as probabilidades de que ela seja democrática.

Mas há pouco consenso nestes pontos – porque existem argumentos que defendem que a democracia é má para o crescimento. Veja o argumento de que os ditadores estão menos abertos à pressão de grupos, numa revisão da literatura entre democracia e crescimento econômico, com destaque em caixa de texto, no Relatório de Desenvolvimento Humano:

porque se espera uma relação positiva entre democracia e crescimento econômico e porque devem ter os países mais ricos maior probabilidade de serem democráticos? Alguns investigadores argumentam que as democracias garantem melhor os direitos de propriedade do que as não-democracias (ver, por exemplo, Clague e outros, 1996) e que a imposição dos direitos de propriedade e contratos, essencial para o investimento e o crescimento. As democracias também parecem ser melhores na gestão e consolidação de reformas econômicas, porque são melhores a ganhar o apoio de grupos que perdem com as reformas (Haggard, 1997).

Mas há pouco consenso nestes pontos – porque existem argumentos que defendem que a democracia é má para o crescimento. Veja-se o argumento de que os ditadores estão menos abertos à pressão de grupos de pressão com interesses próprios e, assim, são mais capazes, se o quiserem, de se concentrarem no bem-estar da nação.

Os estudos empíricos de democracia e crescimento são igualmente inconclusivos. Borner, Brunetti e Weder (1995) descobriram que 3 estudos empíricos identificavam uma associação positiva entre democracia e crescimento, 3 encontravam uma associação negativa e 10 não identificavam uma relação conclusiva.

Outra pesquisa também encontrou efeitos conflitantes. De acordo com Tavares e Wacziarg (2001), a democracia aumenta a acumulação de capital humano e diminui a desigualdade de rendimento, aumentando o crescimento – mas, também baixa a acumulação de capital físico e sobe o consumo público, diminuindo o crescimento. Uma descoberta espantosa: as taxas de fertilidades são significativamente mais baixas nas democracias, em todos os níveis de rendimento, e sobem e descem de acordo com a transição dos países entre ditaduras e democracias. Isto tem fortes implicações no bem-estar das mulheres. E, como Przeworski e outros (2000) descobriram, também significa que mesmo se a democracia não tem efeito no crescimento agregado do PIB, pode afetar o crescimento do PIB per capita.

Outra conclusão forte indica que enquanto o desempenho econômico das ditaduras varia de péssimo a excelente, as democracias tendem a agrupar-se no meio. Os países com crescimento mais rápido têm sido ditaduras, mas nenhuma democracia teve alguma vez um desempenho tão mau como o das piores ditaduras (Przeworski e outros, 2000). O mesmo é verdadeiro para a redução da pobreza (Varshney, 2002). Assim, a democracia parece prevenir os piores resultados, mesmo que não garanta os melhores.

O desenvolvimento econômico aumenta a possibilidade de um país ser democrático? A teoria da modernização defende que a conversão para a democracia é um resultado inevitável do desenvolvimento econômico, o que faz os países mais ricos terem maior probabilidade de transitarem para a democracia. Mas, as evidências não são nesse sentido: os países de rendimento médio têm tido maior probabilidade de mudar de ditaduras para democracias, do que os países pobres ou ricos, de acordo com Przeworski e outros (2000). Na América Latina, Landman (1999) observou que o nível de desenvolvimento econômico não tem um efeito significativo na taxa de mudança para a democracia, para nenhuma das sete medidas de democracia. A taxa de crescimento econômico tem, também, pouco impacto: as ditaduras podem cair durante períodos de expansão ou de contração.

Ainda assim, os países de rendimento elevado têm maior probabilidade de ser democráticos, quando outros fatores são tomados em consideração (Londregan e Poole, 1996; Barro, 1997). A explicação é que os regimes democráticos têm maior probabilidade de sobreviver nos países de rendimento elevado, embora não tenham maior probabilidade de emergir. Entre 1951 e 1990, nenhum dos 31 regimes democráticos com rendimentos per capita acima de 6.055 dólares (dólares em paridade do poder de compra, de 1985) caiu, enquanto 38 democracias pobres entraram em colapso (Przeworski e outros, 2000). Também há provas de que as reversões para o autoritarismos são prováveis em períodos de quebra da economia, mas não é claro, argumentam Londregan e Poole (1996), se o mau desempenho econômico provoca a queda de democracias ou se as democracias que estão prestes a cair exibem um mau desempenho. (RDH/PNUD, 2002, p. 56).

Com a finalidade de testar a relação de causa e efeito que envolve o conceito de democracia e desenvolvimento utiliza-se a análise de regressão para testar as funções de dependência entre as variáveis. Portanto, cabe mais alguns esclarecimentos metodológicos sobre o uso desse modelo de análise multivariada. O item 4.2.1, a seguir, explorará as premissas do modelo econométrico.

4.2.1 Premissas da Análise de Regressão

Utiliza-se na análise de regressão a escola clássica ou tradicional de como proceder na análise empírica das ciências sociais e comportamentais. O modelo econométrico tradicional segue as seguintes etapas, conforme Gujarati (2006, p. 2):

1. Exposição da teoria ou hipótese.
2. Especificação do modelo matemático da teoria.
3. Especificação do modelo estatístico ou econométrico.
4. Obtenção dos dados.
5. Estimção dos parâmetros do modelo econométrico.
6. Teste de Hipóteses.
7. Projeção ou previsão.
8. Uso do modelo com fins de controle ou de política.

Para as finalidades dessa tese, segue-se, na sequência deste capítulo, explorar os itens 1 (um) a 6 (seis) das etapas abordadas por Gujarati (2006), analisando a teoria da modernização e a proposta da teoria do empoderamento. Na primeira, a democracia como função do desenvolvimento e, na segunda, o desenvolvimento como função da democracia, respectivamente. Ressalta-se que apesar da análise de regressão lidar com dependência de uma variável com relação a outra (regressão com duas variáveis), segundo Gujarati (2006, p. 17):

no já citado exemplo do rendimento da lavoura, não há razão estatística para supor que a chuva não dependa do rendimento da lavoura. O fato de tratarmos o rendimento da lavoura como dependente (dentre outras coisas) da chuva, decorre de considerações não estatísticas: o senso comum sugere que a relação não pode ser invertida, pois não podemos controlar a pluviosidade por meio de uma variação no rendimento da lavoura... é preciso levar em conta que numa relação estatística por si própria não implica logicamente uma causalção. Para atribuir causalção, devemos lançar mão de considerações a priori ou teóricas.

O método de estimar os parâmetros da regressão (os betas estimados) ocorrerá pelo Mínimo Quadrado Ordinário (MQO), o qual apresenta algumas propriedades estatísticas atraentes que o torna um dos métodos de análise de regressão mais difundidos. Para Gujarati (2006), os estimadores do MQO, ou as fórmulas que são empregadas para estimar os coeficientes, têm as seguintes propriedades numéricas que podemos relatar:

1. Os estimadores de MQO são expressos unicamente em termos das observações dos dados amostrais;
2. São estimadores pontuais, proporcionando apenas um único valor (ponto) do parâmetro estimado;
3. Estimados os parâmetros, a linha de regressão amostral é facilmente obtida, com as seguintes propriedades:
 - a. Passa pelas médias amostrais de X e Y;
 - b. O valor médio do Y estimado é igual ao valor médio do Y observado;
 - c. O valor médio dos resíduos estimados, que corresponde a diferença entre o Y_i real e o Y_i estimado pela reta de regressão para determinado X_i , é igual a zero;
 - d. Os resíduos estimados não estão correlacionados ao Y_i previstos; e,
 - e. Os resíduos estimados não estão correlacionados ao X_i .

Até o momento, o nosso objetivo foi a estimativa do coeficiente angular β_1 e a interseção β_0 na construção das linhas de tendências dos gráficos anteriormente utilizados. Nosso objetivo, agora, passa a ser não só as estimativas dos coeficientes angulares β_1 , mas testar hipóteses sobre o mesmo, ou seja, tecer inferências relativas ao verdadeiro coeficiente angular da população de todos os países do mundo. A partir da nossa amostra, que já foi dita relativamente grande, estimam-se os coeficientes angulares existentes na reta de regressão populacional, isto é, de todos os países do mundo.

No primeiro conjunto de 8 (oito) regressões, em que se testa a teoria da modernização, ou seja, democracia como função do desenvolvimento, utiliza-se não só a forma funcional $Y=f(X)$, como também $Y=f(\ln(X))$ ou $\ln(Y)=f(X)$. A razão disto é que se precisa ser específico, ou adotam-se premissas sobre a maneira como X_i (variável independente) e os erros da estimativa de Y_i , e dos coeficientes estimados, foram criados ou gerados.

Dado um conjunto de modelos, alguns dos quais com formas análogas, quais são as diretrizes para a escolha de uma forma funcional? Certamente, devemos escolher uma forma que seja suficientemente flexível para *ajustar-se* aos dados. A escolha de uma forma funcional satisfatória contribui para preservar as hipóteses do modelo. Em outras palavras, o objetivo principal da escolha de uma forma funcional, ou de uma transformação de variáveis, é criar um modelo em que o erro aleatório tenha as seguintes propriedades:

1. $E(e_t) = 0$

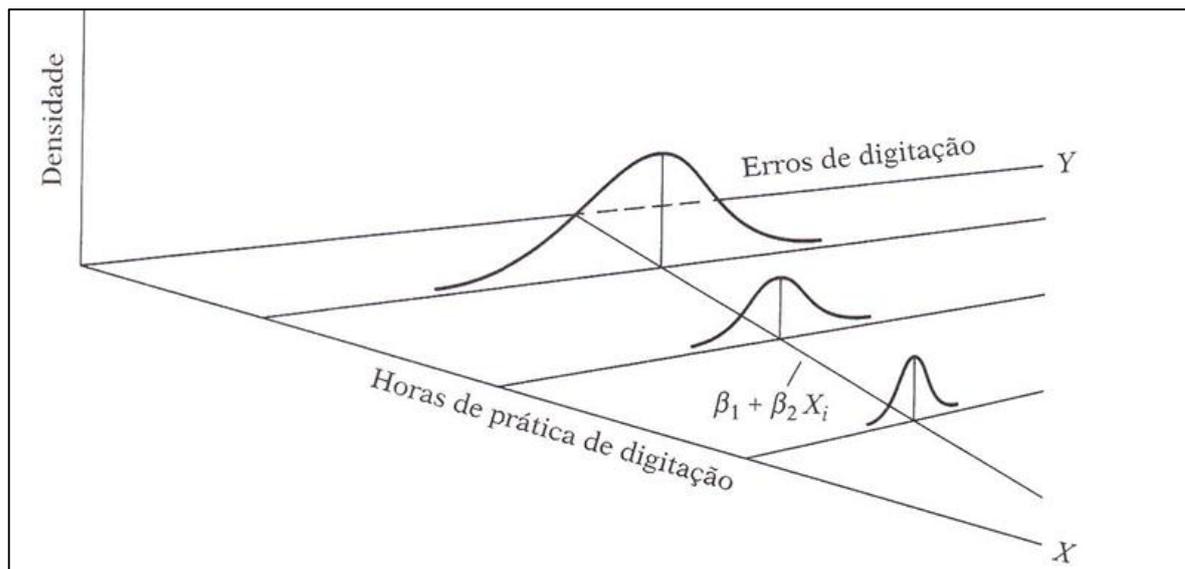
2. $\text{Var}(e_t) = \sigma^2$
3. $\text{Cov}(e_i, e_j) = 0$
4. $e_t \sim N(0, \sigma^2)$

Se essas hipóteses se verificam, então os estimadores de mínimos quadrados têm boas propriedades estatísticas e podemos utilizar os processos de inferência estatística apresentados (HILL; JUDGE; GRIFFITHS, 2010, p. 152).

Primeiramente, analisa-se a terceira propriedade ($\text{Cov}(e_i, e_j) = 0$), ou seja, a não existência de correlação entre os erros e_i e e_j com $i \neq j$, ou autocorrelação, e que pode ser definida como correlação entre integrantes de observações no tempo e no espaço. As observações no tempo ocorrem nas séries temporais, e no espaço com dados de corte transversal ou cross section (no caso deste trabalho). Os dados desta pesquisa são ordenados de forma aleatória, de modo que não há razão *a priori* para considerar que o termo de erro pertencente a um país seja correlacionado com o termo de erro de outro país.

A segunda propriedade, $\text{Var}(e_t) = \sigma^2$, diz respeito a homocedasticidade, isto é, homo (igual) cedasticidade (espalhamento), e a quebra da propriedade que é a heterocedasticidade, ou seja, hetero (diferente). A representação da heterocedasticidade pode ser retratada na figura 16, a seguir, utilizando o número de horas de prática de digitação relacionado ao número de erros de digitação. A linha de regressão expõe que, quanto mais horas de prática de digitação menos erros ocorrem na digitação, porém observa-se que a dispersão dos erros também diminuem conforme as horas de prática aumentam. Os estimadores dos MQO são lineares, não tendenciosos e consistentes, sendo portanto eficientes, isto é, tem a variância mínima na classe dos estimadores não tendenciosos se as premissas do modelo clássico, entre elas a homocedasticidade, forem respeitadas. Ocorre que, na presença da heterocedasticidade, os estimadores de MQO deixam de apresentar variância mínima na classe dos estimadores não tendenciosos e, portanto, deixam de ser o melhor estimador, ou eficiente.

Figura 16 – Representação da heterocedasticidade.



FONTE: Gujarati (2006, p. 314).

Gujarati (2006, p. 63-64) afirma que

dadas as premissas do modelo clássico de regressão linear as estimativas de mínimos quadrados possuem algumas propriedades ideais ou ótimas. Estas estão contidas no conhecido teorema de Gauss-Markov. No contexto da regressão, podemos provar que os estimadores de MQO são o melhor estimador linear não tendencioso. Essa é a essência do famoso teorema de Gauss-Markov, que afirma o seguinte: **Teorema de Gauss-Markov**, dadas as premissas do modelo clássico de regressão linear, os estimadores de mínimos quadrados da classe dos estimadores lineares não tendenciosos têm variância mínima, isto é, são o melhor estimador linear não tendencioso.

Usa-se, então, o teste geral de heterocedasticidade de White que não depende da premissa de normalidade, sendo de fácil implementação, onde está implícita a pressuposição de que a variância do erro e_i , σ_i , se relaciona funcionalmente aos regressores e a seus quadrados no caso da regressão simples. Nas tabelas seguintes, com os resultados das regressões, o valor p do Teste de White caso apresente-se menor que o nível de significância $\alpha=0,05$, rejeita-se a hipótese nula de homocedasticidade. A correção adotada, também conhecida como correção de White, possibilita estimativas, consoante Gujarati (2006, p. 336), “de tal modo que possam ser tiradas inferências estatísticas assintoticamente válidas (isto é, para grandes amostras) sobre os verdadeiros parâmetros”. Fez-se uso do software IpeaGEO Versão 2.0 para obter os erros-padrões com a correção da heterocedasticidade de White, conhecidos como erros-padrões robustos. Nas tabelas, os erros-padrões já

estão corrigidos quando o valor p for inferior a 0,05. Salientamos que a correção da heterocedasticidade de White mexe nos erros-padrões e, em consequência, no t calculado, implicando mudanças no intervalo de confiança dos betas estimados (o coeficiente não é alterado comparando com as estimativas do MQO).

Por fim, analisa-se a primeira e a quarta propriedade, $E(e_t) = 0$ e $e_t \sim N(0, \sigma^2)$. O teste utilizado com essa finalidade é o Kolmogorov Smirnov, já citado como um teste de ajuste a uma distribuição específica, no caso a distribuição normal. Quando o valor p do teste Kolmogorov Smirnov apresenta-se menor que 0,05, rejeitamos a hipótese nula de normalidade dos resíduos da regressão estimada. O procedimento adotado de correção corresponde a mudança da forma funcional satisfatória de forma a preservar as hipóteses do modelo. Neste caso, esse procedimento foi satisfatório nas quatro regressões em que foi rejeitada a hipótese de normalidade dos resíduos, como se vê no item a seguir.

Salienta-se, contudo, que apesar de não ser utilizado nesta tese, a não solução com a mudança na forma funcional implicaria alertar para a existência de outras variáveis independentes, explicativas das variações na variável dependente, que estariam afetando os erros. Caberia, portanto, teorizar sobre as mesmas e testá-las para a correção devida. Com esse arcabouço metodológico de teste sobre causa e efeito, exploram-se as teorias.

4.2.2 Teoria da Modernização

Inglehart e Welzel (2009), no livro “Modernização, Mudança Cultural e Democracia – a sequência do desenvolvimento humano”, revisitam a teoria da modernização agora sob o guarda-chuva mais amplo do desenvolvimento humano e, assim, reúnem desenvolvimento socioeconômico, mudança cultural e democratização.

as versões anteriores da teoria da modernização eram muito simplistas. O desenvolvimento socioeconômico produz um impacto poderoso no que as pessoas querem e fazem – como argumentou Karl Marx –, mas a herança cultural de uma sociedade continua a moldar suas crenças e motivações predominantes – segundo Max Weber. Ademais, a mudança sociocultural não é linear. A industrialização produz racionalização, secularização e burocratização, mas a ascensão da sociedade do conhecimento gera um

outro conjunto de mudanças que se move em uma nova direção, enfatizando cada vez mais a autonomia individual, a autoexpressão e a livre escolha. (...) mudanças coerentes estão ocorrendo em normas políticas, religiosas, sociais e sexuais em toda sociedade industrial avançada. Ele apresenta um modelo de mudança social que prevê como os sistemas de valor de determinadas sociedades evoluirão nas próximas décadas, e demonstra que os valores de massa desempenham um papel crucial no surgimento e florescimento de instituições democráticas (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 17).

O trabalho de Inglehart e Welzel (2009) apresenta uma teoria unificada da modernização, passando por uma mudança social e chegando à democratização.

um conjunto maciço de dados transnacionais mostra que (1) a modernização socioeconômica, (2) uma guinada cultural no sentido de uma crescente valorização da autoexpressão e (3) a democratização são todos componentes de um único processo subjacente – o desenvolvimento humano. O tema de base desse processo é a ampliação da escolha humana (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 18).

O quadro 9 trata do processo de desenvolvimento humano de Welzel (2002) *apud* Inglehart e Welzel (2009, p. 19), mostrando o caminho a seguir pelas sociedades na sequência do desenvolvimento humano.

Quadro 9 – Processos, componentes e contribuições ao desenvolvimento humano nas dimensões socioeconômica, cultural e institucional.

	Desenvolvimento humano		
	Dimensão socioeconômica	Dimensão cultural	Dimensão institucional
Processos que promovem o desenvolvimento humano	Modernização	Mudança de valores	Democratização
Componentes do desenvolvimento humano	Recursos socioeconômicos	Valores de autoexpressão	Liberdades civis e políticas
Contribuições ao desenvolvimento humano	Aumentar a capacidade das pessoas para agir conforme suas escolhas	Aumentar a prioridade das pessoas para agir conforme suas escolhas	Ampliar os direitos das pessoas para agir conforme suas escolhas
Tema subjacente	A ampliação da escolha humana (uma sociedade cada vez mais humanística)		

FONTE: Adptado de Welzel (2002) *apud* Inglehart e Welzel (2009, p. 19).

O quadro 9 relata o desenvolvimento humano ocorrendo a partir de processos que o promovem em três dimensões: dimensão socioeconômica, dimensão cultural e dimensão institucional. Na dimensão socioeconômica, o processo que o promove é a modernização, na dimensão cultural são as mudanças de valores, e na dimensão institucional a democratização.

As três dimensões atuam através dos componentes dos recursos socioeconômicos, dos valores de autoexpressão e das liberdades civis e políticas, respectivamente, e oferecem as seguintes contribuições: dimensão socioeconômica com a contribuição ao desenvolvimento humano de aumentar a capacidade das pessoas para agir conforme suas escolhas; dimensão cultural com a contribuição ao desenvolvimento humano de aumentar a prioridade das pessoas para agir conforme suas escolhas; e, a dimensão institucional com a contribuição de ampliar os direitos das pessoas para agir conforme suas escolhas.

Inglehart e Welzel (2009) também esclarecem que a direção primordialmente relatada da sequência do desenvolvimento humano, na qual a modernização produz valores de autoexpressão que são favoráveis ao surgimento e fortalecimento das instituições democráticas, pode acontecer na direção contrária e esclarecem a existência dessa possibilidade:

ameaças à sobrevivência dos indivíduos que resultam em maior ênfase nos valores de sobrevivência, os quais, por sua vez, conduzem a instituições autoritárias. A sequência, em qualquer de suas direções, tem como tema comum a ampliação ou a redução da autonomia e da escolha humanas. Em uma direção, ela propicia maior desenvolvimento e sociedades humanísticas; na direção contrária, gera retrocesso em direção à xenofobia e ao autoritarismo (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 21).

Paulo Peres, em Arguição de Qualificação do Projeto de Doutorado da Tese ora defendida, PPG de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, em email ao autor da tese discorre:

no caso dos índices de democracia, há três níveis de crítica: (1) técnico, mostrando os limites e as precariedades das premissas, da medida, dos dados, etc; (2) conceitual, mostrando que as definições de democracia são variadas e, geralmente, vagas, portanto, sem definição conceitual precisa, a própria operacionalização com sua medida ficam comprometidos; e (3) a suposição de que democracia e desenvolvimento sejam fenômenos associados de alguma forma, tanto no caso da democracia ser variável explicativa do desenvolvimento como no caso contrário, o desenvolvimento ser a variável explicativa da democracia. Na verdade, essa possível associação emergiu do debate travado na área de política comparada a partir

dos anos 1950 e se tornou muito importante nos anos 1960. Era parte das políticas de relações exteriores dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Autores da Ciência Política e da Economia se envolveram com esse problema, tentando dar subsídios às políticas de ajuda externa dos norte-americanos em relação ao terceiro mundo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico daqueles países e, assim, evitar o avanço do comunismo nas regiões da América Latina, África e Ásia. A maior preocupação era mesmo a América Latina, principalmente depois da revolução cubana. Os analistas e os funcionários de Departamento de Estado norte-americano supunham que o desenvolvimento econômico pudesse fazer os países do terceiro mundo transitar de sociedades tradicionais para sociedades modernas, o que significava a emergência do capitalismo e da democracia representativa. Assim, tais países poderiam ser pró-americanos e não pró-soviéticos. Nesse contexto, o modelo de democracia concebido como o ideal era o anglo-americano, assim como o ideal de modernização e desenvolvimento também. Portanto, o debate teórico e os índices, mesmo os atuais, fazem eco dessa evolução de análise comparada que tem início nos anos 1950 e que fazem parte da política externa norte-americana (PERES, 2013 p.1).

O surgimento da teoria da modernização ocorre na era do iluminismo, com a convicção da força no avanço tecnológico permitindo ao homem um controle sobre a natureza. Ainda segundo Inglehart e Welzel (2009), a versão mais influente dessa teoria foi apresentada por Marx (1818-1883) e concorria com a versão do Adam Smith (1723-1790), tendo Marx defendido uma versão pró-comunista e Smith, uma versão pró-capitalista. Ambos, porém, acreditavam na inovação tecnológica e suas consequências, com implicações difusas para as instituições culturais e políticas. Cabe ainda ressaltar, na análise de Inglehart e Welzel (2009, p. 37), o uso das versões concorrentes da teoria quando:

após a Segunda Guerra Mundial, quando as superpotências capitalistas e comunistas adotaram ideologias opostas como diretrizes para melhor caminho para a modernidade. Embora competissem acirradamente, essas duas ideologias estavam comprometidas com o crescimento econômico, o progresso social e a modernização, e ambas geraram uma participação em massa mais ampla na política (Moore, 1966). Ademais, ambos os lados acreditavam que as nações em desenvolvimento do Terceiro mundo seguiriam a trajetória comunista ou a trajetória capitalista para a modernização, e as duas superpotências lutavam para conquistá-las.

No pós-segunda guerra surgiu, no mundo ocidental, a versão da teoria da modernização onde o subdesenvolvimento era visto como consequência das características das economias tradicionais e culturais. Declarada morta, foi substituída pela teoria da dependência onde, para escapar do subdesenvolvimento – visto como uma exploração do capitalismo global – se faz necessário que os países adotem políticas de substituição de importações. No entanto, as estratégias de substituição

de importações falharam e a teoria da dependência desmoronou, retornando a credibilidade para a teoria ocidental da modernização. Vemos, pois, que

o rápido desenvolvimento do leste da Ásia e a subsequente democratização de Taiwan e da Coreia do Sul pareciam confirmar suas alegações básicas: a produção de bens de baixo custo para o mercado mundial desencadeia o crescimento econômico; reinvestir ganhos em capital humano qualifica a força de trabalho para produzir bens de alta tecnologia, cuja exportação gera retornos ainda maiores e amplia as classes médias urbanas educadas; e quando a classe média se torna suficientemente grande, não se pode mais resistir à sua pressão por democracia liberal (DIAMOND (1993); LIPSET; SCONG; TORRES (1993) *apud* INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 38-39).

O desenvolvimento socioeconômico, inicialmente, é posto como o princípio da modernização, dado que as condições existenciais das pessoas sobrepõem a qualquer outra preocupação de sobrevivência da espécie humana.

Ao diminuir a insegurança econômica... as pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes. Assim, sentem mais segurança existencial, o que gera um sentimento correspondente de autonomia (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.46-47).

Um resumo desse efeito pode ser observado no quadro 10 a seguir.

Quadro 10: Efeitos do Desenvolvimento socioeconômico nas escolhas humana.

Desenvolvimento sócio-econômico		
↓	↓	↓
Crescimento econômico e o estado de bem-estar social aumentam os recursos econômicos das pessoas.	Níveis crescentes de educação, a expansão da comunicação de massa e o trabalho cada vez mais intensivo em conhecimento ampliam os recursos intelectuais das pessoas.	A complexidade social crescente e a diversificação de interações humanas ampliam os recursos sociais das pessoas.
↓	↓	↓
As pessoas se tornam materialmente mais seguras.	As pessoas se tornam cognitivamente mais autônomas.	As pessoas se tornam socialmente mais independentes.
↓		
Menos restrições à escolha humana		
↓		
Mais autonomia humana.		

FONTE: Inglehart e Welzel (2009, p. 47).

A modernização, que molda as mudanças de valores e que amplia os direitos das pessoas para agirem conforme suas escolhas, passando a exigir liberdades civis e políticas que resulta no processo que promove o desenvolvimento humano na sua dimensão institucional (democratização), tem sua origem na convicção de que o avanço tecnológico e o desenvolvimento socioeconômico, inevitavelmente, produzem mudanças nos valores morais das pessoas.

A ideia de que inovações tecnológicas baseadas em pesquisas sistemáticas permitiriam ao ser humano superar as limitações que a natureza lhe impõe ganhou credibilidade – contestando o conceito predominante de que a liberdade e a realização humanas somente podem ser conquistadas após a morte. A ciência passou a fornecer uma fonte de inspiração que competia com a revelação divina, desafiando o monopólio intelectual da Igreja, que defendia ferrenhamente a sociedade feudal como uma ordem eterna imutável (LANDES (1998) *apud* INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 16).

A revolução digital promovida com o acesso à internet, assim como a revolução do uso da energia elétrica, são avanços tecnológicos que, juntamente com o desenvolvimento socioeconômico, promoveram mudanças de valores e culturais que se traduzem nas exigências de liberdades civis e políticas. Nos dias atuais, explode o uso da internet, penetrando em todas as camadas da sociedade, da mesma forma que a energia elétrica no passado. Um mundo de vantagens e facilidades. Informações, interatividade, negociações, notícias, relações pessoais dão um salto de rapidez e qualidade com um mundo menor, pois as distâncias e o tempo não são barreiras para a internet.

Para o teste da teoria da modernização, o Índice do PIB *per capita* PPC e o IDH serão testados contra os índices de democracia. Antes de correlacionar as variáveis de desenvolvimento como independentes e as variáveis de democracia como dependentes, busca-se testar a teoria da modernização observando o avanço tecnológico, correlacionando a variável símbolo do avanço tecnológico dos dias atuais: o percentual da população de um país com indivíduos usando a internet (ano 2012), dados do World Development Indicators 2014, do The World Bank, contra as variáveis de desenvolvimento: o Índice do PIB *per capita* PPC e o IDH. Esperam-se elevados níveis de associação, já que elevados níveis de democracia acontecem em países com mudanças de valores culturais resultantes de avanços tecnológicos de maior expressão no seio da população.

Um teste de normalidade, Kolmogorov-Smirnov, do percentual da população de um país com indivíduos usando a internet (ano 2012), rejeita-se a hipótese nula de normalidade da população original dos dados. Desta forma, justifica-se o uso do teste de Spearman para testar correlação, conforme apresentado no quadro 11.

Quadro 11 – Teste de hipótese de Normalidade – Kolmogorov-Smirnov – da medida de uso da internet.

Hypothesis Test Summary			
Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1 The distribution of INTERNET2012 is normal with mean 39,52 and standard deviation 29,08.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,006	Reject the null hypothesis.

Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.

FONTE: Elaboração própria a partir do Software SPSS.

Na matriz de correlação abaixo (tabela 3), elaborada no pacote estatístico SPSS, a correlação entre o uso da internet e o Índice do PIB *per capita* PPC é de 0,889, que é classificada como uma forte correlação na classificação de Levin, Fox e Forde (2012). A correlação entre o uso da internet e o IDH é de 0,922, o que também é considerada forte na classificação dos autores supracitados.

Tabela 3 – Matriz de Correlação do SPSS – Coeficiente de Spearman.

		INTERNET2012	IPIB2013	IDH2013	
Spearman's rho	INTERNET2012	Correlation Coefficient	1,000	,889**	,922**
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000
		N	183	178	180
	IPIB2013	Correlation Coefficient	,889**	1,000	,944**
		Sig. (2-tailed)	,000	.	,000
		N	178	180	176
	IDH2013	Correlation Coefficient	,922**	,944**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	.
		N	180	176	182

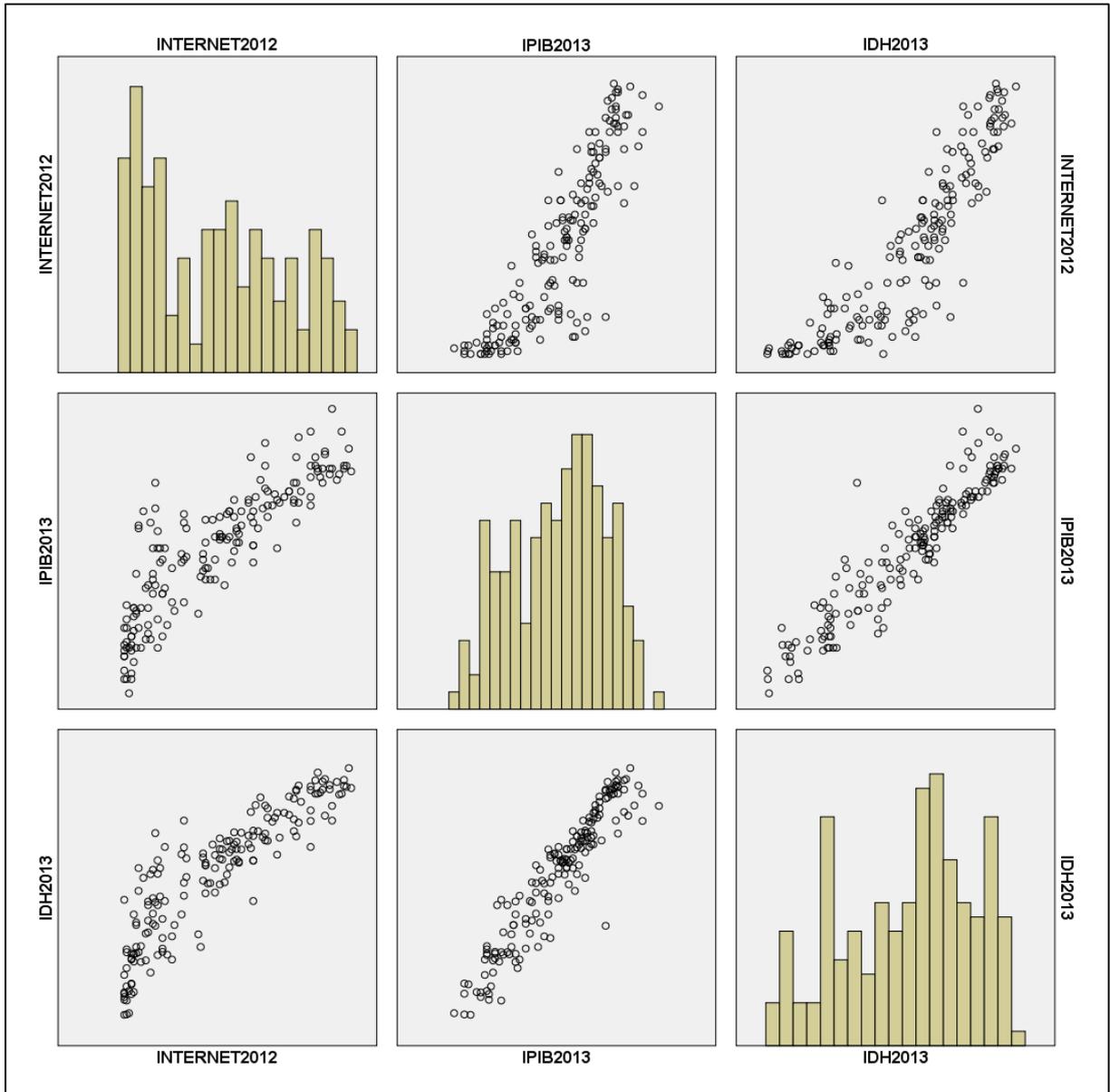
FONTE: Elaboração própria a partir do Software SPSS.

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

A matriz dos Diagramas de Dispersão mostra a distribuição dos pontos de dispersão entre as variáveis de modernização utilizadas neste trabalho. Os resultados desta análise permitem o uso das variáveis de desenvolvimento serem testadas contra

as variáveis de democracia, dessa forma testando a verificação empírica da teoria da modernização.

Figura 17 – Matriz dos Diagramas de Dispersão das Variáveis de Modernização.



FONTE: Elaboração própria no software SPSS.

A verificação empírica desenvolvida neste trabalho possibilita não rejeitar a teoria da modernização a partir dos testes de hipóteses sobre o valor dos coeficientes de correlação e dos parâmetros estimados das equações das linhas de tendência encontradas na combinação de todas as variáveis representativas da democracia e do desenvolvimento (item anterior deste trabalho). Todos os testes envolvidos apontam a possibilidade de rejeitar a hipótese da não existência de uma associação

entre democracia e desenvolvimento, com nível de confiança de 99% ($\alpha=0,01$). A possibilidade do erro tipo II é minimizada com um elevado tamanho de amostra (que se aproxima do tamanho da população, dados disponíveis na tabela 7 – apêndice desse trabalho).

Na tabela 4, denominada Verificação Empírica da Teoria da Modernização – Democracia como função do Desenvolvimento, temos 8 (oito) regressões com as variáveis de democracia como dependentes e as variáveis de desenvolvimento como independentes, dados de 2013. A regressão de ordem 1 (um) tem o índice Voz e Responsabilidade do Banco Mundial como variável dependente e o Índice do PIB *per capita* na PPC como variável independente. O coeficiente angular (β_1) estimado é de 2,056 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,000, o que rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,2977 é resultado da correção de White. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,092, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente angular β_1 , resultou num valor mínimo de 1,469 e um valor máximo de 2,6435. A regressão 1 (um) foi realizada com 180 observações e obteve um R^2 de 0,224, o que podemos afirmar que 22,4% das variações no índice Voz e Responsabilidade são explicadas por variações no Índice do PIB *per capita* na PPC. Assim, a verificação empírica confirma a teoria da modernização.

A regressão 2 (dois), da tabela 4, tem o índice Voz e Responsabilidade do Banco Mundial como variável dependente e o IDH do PNUD como variável independente. O coeficiente angular (β_1) estimado é de 3,821 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,084 o que não rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade, portanto o erro padrão de 0,3732 é resultado da aplicação do Mínimo Quadrado Ordinário (MQO).

Tabela 4 – Verificação Empírica da Teoria da Modernização – Democracia como função do Desenvolvimento.

REGRESSÃO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	β_1 - Coeficiente	Intervalo de confiança para β_1		Erro Padrão	t calculado	Valor p	R ²	N	Kolmogorov Smirnov - Valor p	Teste de White - Valor p
				Min.	Max.							
1	VR2013	IPIB2013	2,056	1,469	2,6435	0,2977	6,907	0,000	0,224	180	0,092	0,000
2	VR2013	IDH2013	3,821	3,085	4,557	0,3732	10,239	0,000	0,368	182	0,154	0,084
3	ID2013	LN(IPIB2013)	1,566	1,147	1,985	0,2533	6,183	0,000	0,208	156	0,086	0,000
4	ID2013	LN(IDH2013)	4,975	4,102	5,848	0,5279	9,424	0,000	0,361	159	0,060	0,186
5	LN(FH2013)	IPIB2013	-1,282	-1,631	-0,933	0,2110	-6,064	0,000	0,178	178	0,263	0,000
6	LN(FH2013)	IDH2013	-2,496	-2,875	-2,117	0,229	-10,907	0,000	0,328	179	0,210	0,000
7	WGI2013	IPIB2013	2,782	2,378	3,1856	0,2045	13,604	0,000	0,497	180	0,320	0,001
8	WGI2013	IDH2013	4,387	3,836	4,938	0,2790	15,726	0,000	0,578	182	0,522	0,147

FONTE: Elaboração própria. Cálculos no IBM SPSS Statistics versão 22 e IpeaGEO Versão 2.0.

Prosseguindo a análise da regressão 2 (dois), da tabela 4, o Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,154, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente β_1 , resultou num valor mínimo de 3,085 e um valor máximo de 4,557. A regressão 2 (dois) foi realizada com 182 observações e obteve um R^2 de 0,368, o que podemos afirmar que 36,8% das variações no índice Voz e Responsabilidade são explicadas por variações no IDH do PNUD. Desta forma, a verificação empírica confirma a teoria da modernização.

A regressão de ordem 3 (três) tem o Índice de Democracia da revista inglesa *The Economist* como variável dependente e o logaritmo neperiano do Índice do PIB *per capita* na PPC como variável independente. O coeficiente (β_1) estimado é de 1,566 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero, uma vez que neste caso o β_1 não representa um coeficiente angular pois não estamos estimando uma reta. Salientamos que no Teste de White, o valor p foi de 0,000, o que rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,2533 é resultado da correção de White. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,086, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos, após a correção do modelo funcional, e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente β_1 , resultou num valor mínimo de 1,147 e um valor máximo de 1,985. A regressão 3 (três) foi realizada com 156 observações e obteve um R^2 de 0,208, o que podemos afirmar que 20,8% das variações no Índice de Democracia são explicadas por variações no logaritmo neperiano do Índice do PIB *per capita* na PPC. Partindo pois da teoria, a verificação empírica confirma a teoria da modernização.

A regressão de ordem 4 (quatro) tem o Índice de Democracia da revista inglesa *The Economist* como variável dependente e o logaritmo neperiano do IDH como variável independente. O coeficiente (β_1) estimado é de 4,975 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero, uma vez que neste caso o β_1 não representa um coeficiente angular pois não estamos estimando uma reta. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,186, o que não rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,5279 é resultado da aplicação do MQO. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,060, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos, após a correção do modelo funcional, e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente β_1 , resultou num valor mínimo de 4,102 e um valor máximo de 5,848. A regressão 4 (quatro) foi

realizada com 159 observações e obteve um R^2 de 0,361, o que podemos afirmar que 36,1% das variações no Índice de Democracia são explicadas por variações no logaritmo neperiano do IDH. Novamente, partindo-se da teoria, a verificação empírica confirma a teoria da modernização.

A regressão de ordem 5 (cinco) tem o logaritmo neperiano do Freedom in the World da *Freedom House* como variável dependente e o Índice do PIB *per capita* na PPC como variável independente. O coeficiente (β_1) estimado é de 1,282 negativo, com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero, uma vez que neste caso o β_1 não representa um coeficiente angular pois não estamos estimando uma reta. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,000, o que rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,2110 é resultado da correção de White. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,263, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos, após a correção do modelo funcional, e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente β_1 , resultou num valor mínimo de 1,631, negativo, e um valor máximo de 0,933, negativo. A regressão 5 (cinco) foi realizada com 178 observações e obteve um R^2 de 0,178, o que podemos afirmar que 17,8% das variações no logaritmo neperiano do Freedom in the World são explicadas por variações no Índice do PIB *per capita* na PPC. Partindo pois da teoria, a verificação empírica confirma a teoria da modernização, já que no Freedom in the World quanto menor o valor do índice mais democrático é o país.

A regressão de ordem 6 (seis) tem o logaritmo neperiano do Freedom in the World da *Freedom House* como variável dependente e o IDH como variável independente. O coeficiente (β_1) estimado é de 2,496 negativo, com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero, uma vez que, neste caso, o β_1 não representa um coeficiente angular pois não estamos estimando uma reta. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,000, o que rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,229 é resultado da correção de White. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,210, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos, após a correção do modelo funcional, e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente β_1 , resultou num valor mínimo de 2,875, negativo, e um valor máximo de 2,117, negativo. A regressão 6 (seis) foi realizada com 179 observações e obteve um R^2 de 0,328, o que podemos afirmar que 32,8% das variações no logaritmo neperiano do Freedom in the

World são explicadas por variações no IDH. Assim sendo, a verificação empírica confirma a teoria da modernização, já que no Freedom in the World quanto menor o valor do índice mais democrático é o país.

A regressão de ordem 7 (sete) tem a Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial como variável dependente e o Índice do PIB *per capita* na PPC como variável independente. O coeficiente angular (β_1) estimado é de 2,782 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,001, o que rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,2045 é resultado da correção de White. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,320, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente angular β_1 , resultou num valor mínimo de 2,378 e um valor máximo de 3,1856. A regressão 7 (sete) foi realizada com 180 observações e obteve um R^2 de 0,497, o que podemos afirmar que 49,7% das variações da Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial são explicadas por variações no Índice do PIB *per capita* na PPC. A verificação empírica, portanto, confirma a teoria da modernização.

A regressão de ordem 8 (oito) tem a Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial como variável dependente e o IDH como variável independente. O coeficiente angular (β_1) estimado é de 4,387 com valor p de 0,000, rejeitando a hipótese nula do mesmo ser igual a zero. Salientamos que no Teste de White o valor p foi de 0,147, o que não rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade; portanto, o erro padrão de 0,2790 é resultado da aplicação do MQO. O Teste Kolmogorov-Smirnov, com valor p igual a 0,522, não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e resultou no $E(et) = 0$. O intervalo de confiança (95%) para o coeficiente angular β_1 , resultou num valor mínimo de 3,836 e um valor máximo de 4,938. A regressão 7 (sete) foi realizada com 182 observações e obteve um R^2 de 0,578, o que podemos afirmar que 57,8% das variações da Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial são explicadas por variações no IDH. Partindo pois da teoria, a verificação empírica confirma a teoria da modernização.

Pode-se, com os dados utilizados neste trabalho de três variáveis representando democracia e uma de governança contra duas variáveis de desenvolvimento, concluir por não haver elementos para refutar a teoria da modernização, sendo este um resultado robusto, independente dos índices utilizados. Salienta-se, ainda, que o impacto do desenvolvimento sobre a democracia é mais poderoso quando se utiliza

um índice de desenvolvimento mais complexo, que vá além do desenvolvimento econômico e seja ponderado com dimensões socioeconômicas como o IDH. Esta observação pode ser verificada pelo valor dos intervalos de confiança dos coeficientes e dos coeficientes de determinação (R^2) que são superiores sempre que utilizamos o IDH em troca do Índice do PIB *per capita* PPC.

No item 4.2.3, a seguir, invertem-se as variáveis de desenvolvimento para dependentes e as variáveis de democracia para dependentes e, desta forma, procede-se a verificação empírica da premissa do empoderamento.

4.2.3 Teoria do Empoderamento

A questão que se coloca para teste é se os dados desta tese são capazes de refutar uma nova teoria, testando a premissa do empoderamento. Na visão desta nova teoria, o desenvolvimento é função da democracia para os países mais democráticos. Discute-se, então, o que seja a Teoria do Empoderamento. Antes, faz-se premente ressaltar que a teoria corresponde à racionalidade das nossas observações e aponta para esta nova dependência, mesmo que restrita aos países com os maiores níveis de democracia. A coleta, descrição, análise e interpretação dos dados tem duas possibilidades: refutar a comprovação empírica da premissa e, conseqüentemente, da teoria do empoderamento, ou não refutá-la.

O título da introdução do livro “Estado, instituições e democracia: democracia”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é: “A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia”. A justificativa para tal volume é assim descrita:

a existência de um volume dedicado ao tema *democracia* em uma série de livros que discute *perspectivas para o desenvolvimento brasileiro* sugere uma aproximação até certo ponto original, tanto em nosso pensamento social quanto em nossa práxis política. A tarefa de construção de um projeto para o desenvolvimento de longo prazo, diante da qual o país mais uma vez se vê colocado, sempre teve foco em dois grandes temas: o crescimento econômico e a distribuição de renda. Os elementos políticos e institucionais que organizam as relações sociais e ajudam a promover um sentido comum de cidadania raramente tiveram espaço nessa agenda. A democracia, em particular, só pôde entrar em cena como “possível resultante” do desenvolvimento, na ótica da teoria da modernização ou como um de seus “pressupostos abstratos”, na visão mais recente de que, com a consolidação de instituições democráticas, já não se pode mais pensar o desenvolvimento nos mesmos termos e condições do período autoritário. Ao colocar a

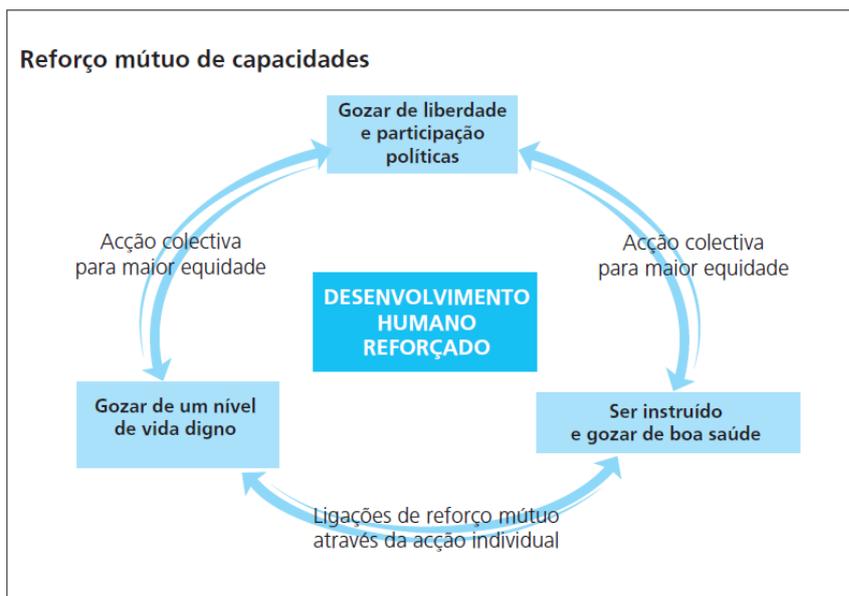
democracia no centro do debate sobre desenvolvimento, este volume abre possibilidades para reconsiderar essas relações e, no limite, *reconhecer na democracia um elemento catalisador do desenvolvimento* (IPEA, 2010, p. 17).

Ainda segundo o IPEA,

é bem verdade que, a partir da década de 1990, tem emergido um forte discurso em favor da aproximação entre democracia e desenvolvimento – algo que Santos (2007) observou intrigado, indagando como era possível que a democracia, antes considerada um “artigo de luxo”, acessível apenas a um conjunto restrito de experiências nacionais, houvesse se transformado em “pré-requisito” para a sobrevivência e o desenvolvimento de todos os países do globo. É bem verdade, ainda, que a emergência desse discurso teve o mérito de galvanizar expectativas por liberdades civis represadas ao longo de toda a ditadura e – com raras exceções, como em Honduras – de ajudar a garantir a permanência do regime democrático no Brasil e na América Latina. Nesse aspecto, nossa compreensão avança a passos mais lentos que o desejável. O enquadramento proporcionado pela teoria da modernização, que orientou os debates a partir de meados do século XX, já não responde mais aos desafios com os quais nos defrontamos. Ao mesmo tempo, ainda não dispomos de uma narrativa capaz de substituí-lo, quer no plano teórico, quer, sobretudo, no sociopolítico. Resta, portanto, a tarefa de construir alternativas (IPEA, 2010, p. 30-31).

Do RDH (2002), do PNUD, retiramos a figura 18 intitulada: reforço mútuo de capacidades. Observa-se nesta imagem, que a dimensão “gozar de liberdade e participação políticas” exerce e sofre influência numa ação coletiva para maior equidade com as dimensões “gozar de um nível de vida digno” e “ser instruído e gozar de boa saúde”. Pode-se vislumbrar aí um pouco dos nossos resultados quando os dados desse trabalho confirmam a associação existente entre democracia e desenvolvimento (visto além do crescimento econômico) numa interação de mão dupla. A figura, ainda, apresenta a existência de ligações de reforço mútuo através da ação individual entre as dimensões “gozar de um nível de vida digno” e “ser instruído e gozar de boa saúde”. Todo o conjunto desenrola-se ou envolve o paradigma do desenvolvimento humano, agora reforçado por essas ligações.

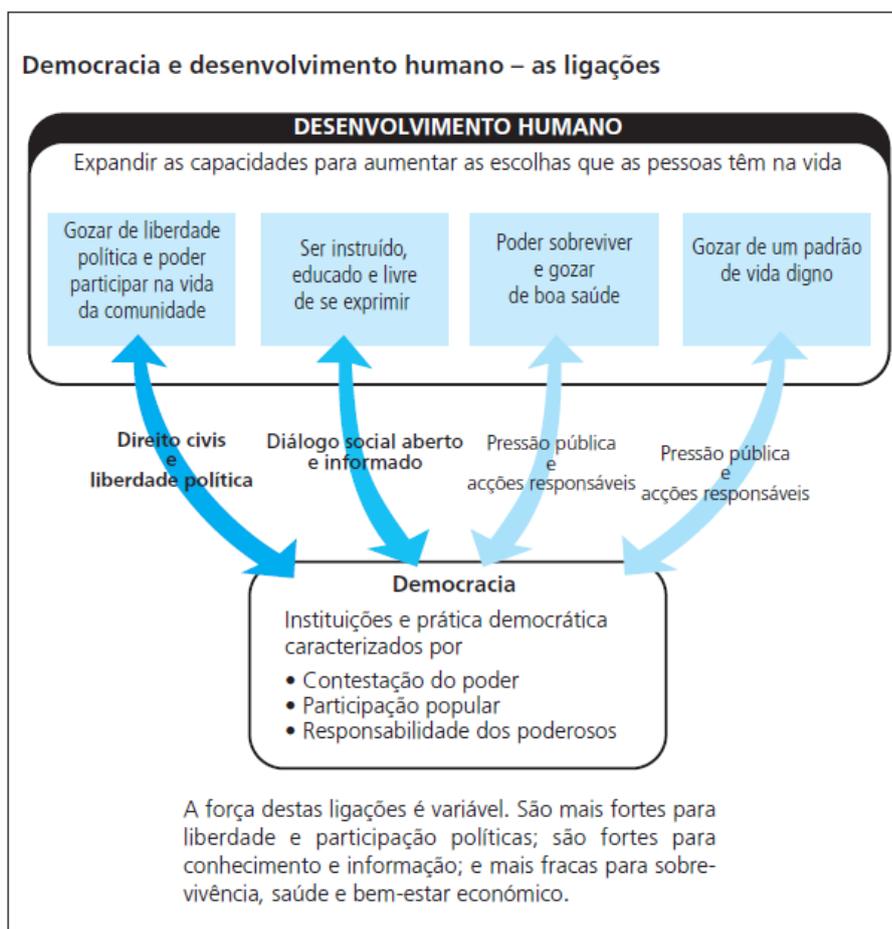
Figura 18 – Reforço mútuo de capacidades para o Desenvolvimento Humano.



FONTE: RDH (2002, p. 53).

A figura 19, também do RDH (2002) do PNUD, expõe, com clareza, as ligações existentes entre democracia e desenvolvimento humano. Nela se observa que o desenvolvimento humano, ao expandir as capacidades para aumentar as escolhas que as pessoas têm na vida, a exemplo: gozar de liberdade política e poder participar na vida da comunidade; ser instruído, educado e livre de se exprimir; poder sobreviver e gozar de boa saúde; e, gozar de um padrão de vida digno, interage num feedback com a democracia, a qual é representada por instituições e prática democráticas caracterizadas por: contestação do poder; participação popular; e, responsabilidade dos poderosos.

Figura 19 – As ligações entre a Democracia e o Desenvolvimento Humano, sentido e força.



FONTE: RDH (2002, p. 58).

Podemos verificar, ainda na figura anterior, que a interação entre gozar de liberdade política e poder participar na vida da comunidade interage com a democracia através dos direitos civis e liberdade política; ser instruído, educado e livre de se exprimir interage com a democracia via o diálogo social aberto e informado; poder sobreviver e gozar de boa saúde interage com a democracia via uma pressão pública e ações responsáveis; e, por último, gozar de um padrão de vida digno interage com a democracia também via pressão pública e ações responsáveis.

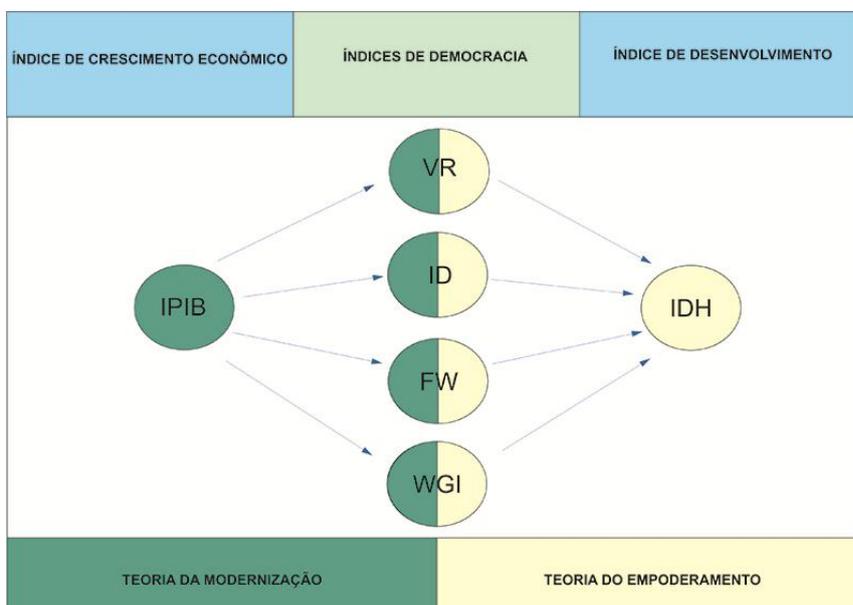
A figura anterior também esclarece em relação a força dessas interações, das escolhas que as pessoas têm na vida (desenvolvimento humano) com a democracia: muito forte, quando observamos as ligações entre gozar de liberdade política e poder participar na vida da comunidade; forte, com ser instruído, educado e livre de se exprimir; e, mais fraca, porém existente, com poder sobreviver e gozar de boa saúde e gozar de um padrão de vida digno.

Podemos, voltando aos resultados dos dados desse trabalho, com a compreensão de causa e efeito, primariamente levantadas como proposição nas abordagens do IPEA (2010, p. 32),

mais que nunca, portanto, vê-se que as soluções para o desenvolvimento devem conciliar múltiplas demandas da cidadania – dialogar com a “consciência das camadas populares”, para usar, mais uma vez, uma expressão de Vieira Pinto. E é a existência de um vigoroso arcabouço democrático que pode garantir, em primeiro lugar, que essas demandas possam ganhar expressão na cena política e, em segundo lugar, que a partir delas se possa construir uma nova síntese para o desenvolvimento – um projeto que seja não apenas programaticamente audacioso, mas também e, sobretudo, politicamente legítimo.

Esta nova visão nos direciona para analisar, à luz de uma nova teoria, aqui intitulada Teoria do Empoderamento, que a partir de uma determinada vivência democrática uma sociedade passa a experimentar uma relação de causa e efeito, em que a democracia passa a ser determinante para o desenvolvimento. Ou podemos dizer que o desenvolvimento é função da democracia, com a condição necessária de que o país tenha alcançado determinado nível de democracia. Esta função é probabilística, o que permite a existência do erro aleatório e torna a condição de restrição não suficiente. A figura 20 esclarece que a Teoria da Modernização não deixa de ter a sua validade, porém, a partir de um certo nível, a democracia passa a exercer um papel catalizador do desenvolvimento ou a democracia passa a alavancar o desenvolvimento.

Figura 20 – Teoria da Modernização e Teoria do Empoderamento.



FONTE: Elaboração própria.

Podem os dados desta tese corroborar esta teoria, a partir das restrições impostas nesse novo modelo? Vamos, então, retornar a análise dos gráficos 15 a 22. Para isso, utilizam-se as regressões da tabela 5 – Verificação Empírica da Teoria do Empoderamento, primeiramente usando todos os dados, sem a restrição de que o país tenha alcançado determinado nível de democracia. Na tabela 5 a seguir, as regressões seguintes recebem o número de ordem que vai da 1ª (um linha) à 8ª (oito linha). Salientamos, ainda, que os erros-padrões são todos corrigidos pela correção de White, uma vez que todos os valores p são inferiores a alfa (0,05). Com relação ao teste de normalidade dos resíduos, Kolmogorov-Smirnov, não houve necessidade de mudanças na forma funcional, pois todos os valores p apresentaram-se superiores a alfa 0,05. A forma funcional é, portanto, $Y = \beta_0 + \beta_1.X$, para todas as 8 (oito) regressões a seguir.

Pode-se pois, com os dados de três variáveis de democracia e uma de governança contra duas variáveis de desenvolvimento, concluir por não haver elementos para refutar a teoria do empoderamento, sem restrição, sendo este um resultado robusto, independente dos índices utilizados. As regressões da tabela abaixo não possibilitam verificar mudanças no impacto da democracia sobre o desenvolvimento, independente da medida de desenvolvimento utilizada (Índice do PIB *per capita* PPC ou IDH) e os intervalos de confiança para as estimativas dos coeficientes angulares (β_1) se sobrepõe quando, uma ou outra medida para o desenvolvimento, é utilizada.

Neste sentido, pode-se dizer que os dados dessa tese não refutam uma teoria do empoderamento independente de restrições quanto ao nível de democracia alcançada pelos países. Ressaltou-se diversas vezes neste trabalho que a teoria é criada no uso da razão, sem a comprovação empírica subjacente, uma vez que a comprovação empírica é um passo seguinte. Gujarati (2006, p. 17) comenta que “não há *razão estatística* para supor que a chuva não dependa do rendimento da lavoura”. Para esta tese, pode-se escrever não existir razão estatística para supor que o desenvolvimento não dependa da democracia. Ainda segundo Kendall e Stuart (1961) *apud* Gujarati (2006, p. 17), “nossas idéias de causação devem se originar fora da estatística, em última análise, de alguma teoria”.

Ressalta-se, contudo, que a teoria do empoderamento aqui levantada é que o desenvolvimento é função da democracia para os países com os mais elevados

níveis de democracia. A verificação empírica dar-se-á com o corte no nível de democracia para o qual é estabelecido o conjunto de países considerados com mais altos níveis de democracia, e compara-se o coeficiente angular para estes países com o coeficiente angular da regressão estimada com dados de todos os países. Aceita-se, desta maneira, a hipótese de que, para países com os mais altos níveis de democracia, a democracia passa a atuar como catalizadora do desenvolvimento, ou alavancadora, se o intervalo, com 95% de confiança para a estimativa do coeficiente angular (β_1) dos países com mais elevados níveis de democracia for superior ao intervalo da estimativa β_1 da regressão estimada de todos os países. Vamos comparar as estimativas citadas na tabela 5 com os resultados da tabela 6 a seguir.

Tabela 5 – Verificação Empírica da Teoria do Empoderamento – Desenvolvimento como função da Democracia.

REGRESSÃO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	β_1 – Coeficiente Angular	Intervalo de confiança para β_1		Erro Padrão	t calculado	Valor p	R^2	n	Kolmogorov-Smirnov - Valor p	Teste de White - Valor p
				Min.	Max.							
1`	IPIB2013	VR2013	0,109	0,079	0,1392	0,0153	7,098	0,000	0,224	180	0,391	0,000
2`	IDH2013	VR2013	0,096	0,078	0,1144	0,0093	10,387	0,000	0,368	182	0,209	0,000
3`	IPIB2013	ID2013	0,054	0,039	0,0686	0,0074	7,276	0,000	0,260	157	0,226	0,000
4`	IDH2013	ID2013	0,047	0,038	0,0559	0,0045	10,286	0,000	0,390	159	0,324	0,000
5`	IPIB2013	FH2013	-0,041	-0,057	-0,025	0,0083	-4,986	0,000	0,128	178	0,779	0,002
6`	IDH2013	FH2013	-0,042	-0,052	-0,032	0,0051	-8,076	0,000	0,266	179	0,459	0,001
7`	IPIB2013	WGI2013	0,179	0,155	0,2027	0,0120	14,956	0,000	0,497	180	0,353	0,000
8`	IDH2013	WGI2013	0,132	0,117	0,147	0,0076	17,292	0,000	0,578	182	0,329	0,000

FONTE: Elaboração própria. Cálculos no IBM SPSS Statistics versão 22 e IpeGEO Versão 2.0.

Tabela 6 – Verificação Empírica da Teoria do Empoderamento para os países mais democráticos ou de maiores níveis de governança – Desenvolvimento como função da Democracia.

REGRESSÃO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE	$\beta 1$ - Coeficiente Angular	Intervalo de confiança para $\beta 1$		Erro Padrão	t calculado	Valor p	R ²	N	Kolmogorov-Smirnov - Valor p	Teste de White - Valor p
				Min.	Max.							
1 ^o	IPIB2013	VR2013	0,21	0,149	0,2714	0,0309	6,769	0,000	0,353	86	0,056	0,059
2 ^o	IDH2013	VR2013	0,151	0,115	0,1874	0,0183	8,228	0,000	0,440	88	0,257	0,001
3 ^o	IPIB2013	ID2013	0,104	0,085	0,1234	0,0098	10,642	0,000	0,514	109	0,398	0,003
4 ^o	IDH2013	ID2013	0,078	0,064	0,0917	0,0069	11,249	0,000	0,542	109	0,325	0,001
5 ^o	IPIB2013	FH2013	-0,131	-0,169	-0,093	0,0191	-6,833	0,000	0,365	105	0,117	0,060
6 ^o	IDH2013	FH2013	-0,100	-0,122	-0,078	0,0111	-8,978	0,000	0,439	105	0,177	0,014
7 ^o	IPIB2013	WGI2013	0,191	0,143	0,2388	0,0240	7,937	0,000	0,463	75	0,653	0,003
8 ^o	IDH2013	WGI2013	0,124	0,098	0,150	0,0132	9,353	0,000	0,538	77	0,489	0,004

FONTE: Elaboração própria. Cálculos no IBM SPSS Statistics versão 22 e IpeaGEO Versão 2.0.

Quando os resultados apresentam valores que pertencem aos dois intervalos (todas as observações ou pós-restrição) não se pode confirmar a teoria do empoderamento, situação conhecida, vulgarmente, como empate técnico. Salientamos que, desta forma, estamos procedendo a um teste de hipótese explicitado pelos intervalos de confiança, ou numa abordagem do intervalo de confiança, das situações comparadas. Ou seja, rejeitamos a hipótese nula (H_0) de que os dois grupos (todos ou pós-restrição) apresentam coeficientes angulares, ou inclinação da linha de tendência β_1 , significativamente iguais, caso os intervalos de confiança se sobreponham, ou diferentes, quando os intervalos de confiança não se sobrepõem.

Inicialmente, analisa-se os resultados da regressão 1`` (um duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 1` (um linha) da tabela 5. Nessas regressões citadas, a variável dependente é o IPIB2013, isto é, o Índice do PIB *per capita* na PPC, contra a variável independente VR2013, Voz e Responsabilidade. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de -2,5 a +2,5, foi estabelecido nos países que receberam valor não negativo, o que corresponde a 90 países. No entanto, quatro deles não apresentavam o IPIB2013, restando, então, 86 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, voz e responsabilidade.

Salienta-se que na regressão 1`` e 1` o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, na regressão 1``, não rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, porém rejeita na regressão 1`, no qual deu-se a correção de White alterando o erro padrão da regressão. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 1` é de 0,079 – 0,1392 e da regressão 1`` é de 0,149 – 0,271. Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento aqui levantada. O gráfico 15 expõe a mudança do impacto relatado.

Analisa-se, em seguida, os resultados da regressão 2`` (dois duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 2` (dois uma linha) da tabela 5. Nessas regressões citadas, a variável dependente é o IDH2013, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano, contra a variável independente VR2013, Voz e Responsabilidade. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de -2,5 a +2,5, foi estabelecido nos países que receberam valor não negativo, o que

corresponde a 90 países. Contudo, dois deles não apresentavam o IDH2013, restando, assim, 88 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, voz e responsabilidade.

Salienta-se que na regressão 2^{``} e 2[`] o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, na regressão 2^{``} e 2[`], rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 2[`] é de 0,078 – 0,1144 e da regressão 2^{``} é de 0,115 – 0,1874. Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento. O gráfico 16 expõe a mudança do impacto relatado.

Analisa-se, na sequência, os resultados da regressão 3^{``} (três duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 3[`] (três uma linha) da tabela 5. Para essas regressões, a variável dependente é o IPIB2013, isto é, o Índice do PIB *per capita* na PPC, contra a variável independente ID2013, Índice de Democracia. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de 0 (zero) a 10 (dez), foi estabelecido nos países que receberam valores maiores ou iguais a 4 (quatro), o que corresponde a 110 países; porém, um deles não apresentava o IPIB2013, restando 109 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, Índice de Democracia, da *The Economist*.

Salienta-se que na regressão 3^{``} e 3[`] o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, tanto para a regressão 3^{``} e 3[`], rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 3[`] é de 0,039 – 0,0686 e da regressão 3^{``} é de 0,085 – 0,1234. Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento. O gráfico 17 expõe a mudança do impacto relatado.

Analisa-se, agora, os resultados da regressão 4^{``} (quatro duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 4[`] (quatro uma linha) da tabela 5. Nessas regressões citadas, a variável dependente é o IDH2013, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano, contra a variável independente ID2013, Índice de

Democracia. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de 0 (zero) a 10 (dez), foi estabelecido nos países que receberam valores maiores ou iguais a 4 (quatro), o que corresponde a 110 países. No entanto, um deles não apresentava o IDH2013, restando 109 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, Índice de Democracia, da *The Economist*.

Salienta-se que na regressão 4`` e 4` o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, na regressão 4`` e 4`, rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 4` é de 0,038 – 0,0559 e da regressão 4`` é de 0,064 – 0,0917. Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento. O gráfico 18 expõe a mudança do impacto relatado.

Em seguida, analisam-se os resultados da regressão 5`` (cinco duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 5` (cinco uma linha) da tabela 5. Para essas regressões, a variável dependente é o IPIB2013, isto é, o Índice do PIB *per capita* na PPC, contra a variável independente FH2013, Freedom in the World da *Freedom House*. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de 1 (um) a 7 (sete), foi estabelecido nos países que receberam valores menores ou iguais a 3,5 (três e meio), o que corresponde a 108 países. Contudo, três deles não apresentavam o IPIB2013, restando 105 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, Freedom in the World. Vale destacar, novamente, que no Freedom in the World, quanto mais baixo o seu valor mais democrático é o país.

Salienta-se que na regressão 5`` e 5` o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, para a regressão 5``, não rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, e na regressão 5` rejeita a hipótese de homocedasticidade e, desta forma, procede-se à correção de White alterando o erro padrão. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 5` é de (-0,057) – (-0,025) e da regressão 5`` é de (-0,169) – (-0,093). Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento. O gráfico 19 expõe a mudança do impacto relatado.

Na sequência, analisam-se os resultados da regressão 6`` (seis duas linha) da tabela 6, comparados aos resultados da regressão 6` (seis uma linha) da tabela 5. Nessas regressões citadas, a variável dependente é o IDH2013, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano, contra a variável independente FH2013, Freedom in the World da *Freedom House*. O corte para os países mais democráticos, dado que o índice varia de 1 (um) a 7 (sete), foi estabelecido nos países que receberam valores menores ou iguais a 3,5 (três e meio), o que corresponde a 108 países; porém, três deles não apresentavam o IDH2013, restando 105 países com os mais elevados índices para a medida de democracia, Freedom in the World. Recordar-se que para o Freedom in the World, quanto mais baixo o seu valor mais democrático é o país.

Salienta-se que na regressão 6`` e 6` o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, na regressão 6`` e 6`, rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 6` é de (-0,052) – (-0,032) e da regressão 6`` é de (-0,122) – (-0,078). Destaca-se que o impacto da democracia no desenvolvimento é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento. O gráfico 20 expõe a mudança do impacto relatado.

A análise das regressões 7`` (sete duas linha) contra 7` (sete uma linha) e das regressões 8`` (oito duas linha) contra 8` (oito uma linha) tem a finalidade de testar a variável de governabilidade que, na Média dos Indicadores de Governabilidade do Banco Mundial, vai além da democracia. Essa análise torna-se necessária pois pode responder se a governabilidade influencia mais fortemente o desenvolvimento do que a democracia e se, para os países de maiores níveis de governança, a governança impacta o desenvolvimento mais fortemente. Ou, o problema do desenvolvimento é um problema de democracia ou de governança?

Analisa-se, então, inicialmente as regressões 7`` (sete duas linha) da tabela 6 contra os resultados da regressão 7` (sete uma linha) da tabela 5. Para essas regressões, a variável dependente é o IPIB2013, isto é, o Índice do PIB *per capita* na PPC, contra a variável independente WGI2013, Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial. O corte para os países com maiores governança, dado que o índice varia de -2,5 a +2,5, foi estabelecido nos países que receberam valor não negativo, o que corresponde a 78 países. No entanto, três deles não

apresentavam o IPIB2013 e restaram 75 países com os mais elevados índices para a medida de governança.

Salienta-se que na regressão $7''$ e $7'$ o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, tanto para a regressão $7''$ e $7'$, rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão $7'$ é de 0,155 – 0,2027 e da regressão $7''$ é de 0,143 – 0,2388. Destaca-se que o impacto da governança no desenvolvimento não é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de governança. O gráfico 21 expõe a manutenção do impacto relatado.

Uma análise da governança sobre o desenvolvimento, mais profundamente, faz-se necessária. Ao observar as estimativas dos coeficientes angulares β_1 da regressão $7'$ da tabela 5, e comparar com todos os demais coeficientes angulares β_1 da regressões X' , verifica-se que o valor mínimo para o intervalo de confiança de β_1 da regressão $7'$ é superior ao valor máximo de todos os demais intervalos das regressões X' . Conclui-se, neste sentido, que a governança impacta o desenvolvimento mais fortemente, pois cabe salientar que na Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial está incluída a democracia com o Índice de Voz e Responsabilidade, colocando mais variáveis independentes num índice médio dessas variáveis. O resultado alcançado no parágrafo anterior aponta no sentido de que boa governança é eficaz, igualmente num governo autoritário como num governo democrático, porém a medida de governança que se utiliza neste trabalho não permite uma boa governança sem democracia. Este resultado corrobora a teoria do empoderamento, no sentido que boa governança, com democracia, traduz-se em maiores impactos sobre o desenvolvimento.

Procede-se, em seguida, à análise das regressões $8''$ (oito duas linha) da tabela 6 contra os resultados da regressão $8'$ (oito uma linha) da tabela 5. Para essas regressões, a variável dependente é o IDH2013, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, contra a variável independente WGI2013, Média dos Indicadores de Governança do Banco Mundial. O corte para os países com maiores governança, dado que o índice varia de -2,5 a +2,5, foi estabelecido nos países que receberam valor não negativo, o que corresponde a 78 países. Contudo, um deles não apresentava o IDH2013 e restaram 77 países com os mais elevados índices para a medida de governança.

Salienta-se que na regressão 8`` e 8` o teste Kolmogorov-Smirnov não rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos e o Teste de White, tanto para a regressão 8`` e 8`, rejeita a hipótese de homocedasticidade dos resíduos, procedendo-se à correção de White para alterar o erro padrão nas duas regressões. Por fim, verifica-se que o intervalo com 95% de confiança para o β_1 da regressão 8` é de 0,117 – 0,147 e da regressão 8`` é de 0,098 – 0,150. Destaca-se que o impacto da governança no desenvolvimento não é superior quando se utilizam os países de mais alto nível de governança. O gráfico 22 expõe a manutenção do impacto relatado.

Uma análise da governança sobre o desenvolvimento, ao observar as estimativas dos coeficientes angulares β_1 da regressão 8` da tabela 5, comparando com o coeficiente angular β_1 da regressão 7`, verifica-se que o valor máximo para o intervalo de confiança de β_1 da regressão 8` é inferior ao valor mínimo da regressão 7`. Conclui-se, neste sentido, que governança impacta o desenvolvimento mais fortemente, quando o mesmo é medido pelo Índice do PIB *per capita* PPC do que pelo IDH, isto é, impacta mais fortemente sobre um desenvolvimento que pondere mais a economia do que o social.

Em síntese, o desenvolvimento desse capítulo demonstra, neste item da tese, que a verificação empírica da Teoria da Modernização, onde avanço tecnológico e/ou desenvolvimento socioeconômico leva uma sociedade à democracia, é corroborada pelos dados da pesquisa em tela. Como também, a Teoria do Empoderamento, aqui levantada e verificada empiricamente, está correta no sentido que, a partir de um certo nível de democracia, a mesma alavanca ou exerce um poder catalizador sobre o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção exposta em diversos textos acadêmicos da necessidade de uma nova teoria que relacione a democracia ao desenvolvimento ensejou, neste trabalho, o imperativo de uma avaliação crítica na metodologia de formação de índices, especificamente no tocante à democracia e ao desenvolvimento. Sendo os índices uma medida numérica que abrange diversos questionamentos resultando em uma variável complexa, que envolve medidas nominais, ordinais, intervalares e no nível de mensuração da razão.

Este trabalho de tese realizou, no seu primeiro capítulo, uma avaliação crítica na metodologia de formação dos índices e nos modelos estatísticos de correlação paramétrica e não-paramétrica, e na racionalidade dos testes de hipótese, criando exemplos de índices e escalas para ressaltar suas diferenças e usos. Desta forma, consegue-se esclarecer o porquê da formação de índices e suas aplicações e limites nas análises de uma variável complexa. Explorou-se, ainda, o porquê das medições e, para tanto, buscou-se a visão tradicional da ciência, quando da necessidade da verificação empírica para refutar ou não as suas hipóteses e teorias, expondo os seus procedimentos e sua aplicação nas medições do comportamento social humano.

A revisão metodológica dos índices assinala para a força e as fraquezas envolvidas na medição de variáveis complexas. A força por denotar a possibilidade da medição de um construto científico e possibilitar, portanto, um embasamento empírico para testar uma teoria. As fraquezas, por verificar o uso inadequado e as interpretações errôneas que os dados permitem aos leigos.

As controvérsias do tema da democracia, seus conceitos ao longo do tempo e do espaço, permitiu explorar os índices de democracia atualmente mais utilizados nos principais trabalhos acadêmicos e institucionais, a nível mundial. Como formas de quantificar e medir os diversos níveis de democracia nos países do mundo, utilizou-se o Índice de Democracia (ID) da revista inglesa *The Economist*, Voz e Responsabilidade (VR), em inglês *Voice e Accountability*, do Banco Mundial, a Média dos Indicadores Mundiais de Governança (WGI), em inglês *Worldwide Governance Indicators*, também do Banco Mundial, salientando que Voz e Responsabilidade participa desta média e, por último, o Liberdade no Mundo, em inglês *Freedom in the*

World calculado pela *Freedom House*. Valores para o ano 2013, para todos os países que apresentam as medidas acima calculadas o que representa, aproximadamente, 186 países.

Da mesma forma, as controvérsias do tema do desenvolvimento permitiram explorar os índices de desenvolvimento atualmente utilizados nos principais trabalhos acadêmicos e institucionais, a nível mundial. Da perspectiva da acumulação de riqueza dos soberanos, das nações do século XVII onde não existia a preocupação com as condições e a qualidade de vida da população no seu conjunto, até os anos 1990 com o surgimento do paradigma do Desenvolvimento Humano, com concepções herdadas do pensamento de Amartya Sen, onde as liberdades dos indivíduos são consideradas, incluindo as liberdades políticas, econômicas, sociais e das garantias dos direitos humanos.

A teoria de Amartya Sen teve grande influência no meio acadêmico e, também, nas agências internacionais e o enfoque dado às liberdades humanas superou a identificação do desenvolvimento somente pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Ao caminhar por essas concepções, o trabalho, com metodologia análoga ao Índice da Renda Nacional Bruta (IRNB) utilizado pelo PNUD para compor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cria o Índice do Produto Interno Bruto (IPIB) *per capita*, na paridade do poder de compra (PPC), para compor um dos índices utilizados para testar a associação com os índices de democracia acima relatados. Utilizou-se, também, o próprio IDH por ser, atualmente, sem sombra de dúvidas, a medida de desenvolvimento mais utilizada para comparar o desenvolvimento entre as nações. O ano das medidas é 2013.

A cada etapa do estabelecimento das medidas adequadas à mensuração, tanto da democracia como do desenvolvimento, testou-se a correlação das medidas de um mesmo construto verificando elevados valores de associação que permitiram a conclusão de que os mesmos expõem o mesmo conceito. Desta maneira, quando correlacionados os diversos índices de democracia, ou de desenvolvimento, observaram-se elevados resultados que permitiram concluir tratar-se do mesmo conceito.

A hipótese da existência de uma associação robusta entre democracia e desenvolvimento, robusta no sentido que, independente da medição, tanto da democracia como do desenvolvimento, o sentido da associação entre esses conceitos é o mesmo, resultou na comprovação empírica de que democracia e desenvolvimento

seguem na mesma direção: quando aumenta a democracia, aumenta o desenvolvimento ou quando aumenta o desenvolvimento, aumenta a democracia. A hipótese foi comprovada pelos testes de hipóteses que rejeitaram, entre todos os pares, a hipótese nula de um índice de correlação igual a zero. Nos testes (t de student) foram utilizados um nível de significância α (alfa) = 0,01, teste bivariado.

Os resultados para a análise da força das correlações encontraram, para todos os pares de combinações entre os índices de democracia e os índices de desenvolvimento, entre moderados a perfeitos. Observando que os índices de democracia e governança, quando correlacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentaram valores mais elevados na força do ajustamento. Cabe salientar, ainda, que os resultados da Média dos Indicadores de Governança (WGI) do Banco Mundial, apresentaram ajustamentos com os índices de desenvolvimento maiores, quando comparados aos índices que medem apenas a democracia.

Ao examinar a relação de causa e efeito entre as variáveis acima descritas, realizando a verificação empírica, pelo modelo econométrico, das teorias relativas ao tema, analisamos as forças de impacto. A primeira das teorias que relaciona as variáveis complexas estudadas é a Teoria da Modernização, que molda as mudanças de valores e que amplia os direitos das pessoas para agir conforme suas escolhas e, em seguida, passam a exigir liberdades civis e políticas, resultando no processo que promove o desenvolvimento humano na sua dimensão institucional (democratização). A Teoria da Modernização tem sua origem na convicção de que o avanço tecnológico e o desenvolvimento socioeconômico, inevitavelmente, produzem mudanças nos valores morais das pessoas.

Os dados utilizados nesta tese não conseguem refutar a Teoria da Modernização, sendo um resultado robusto, independente dos índices utilizados (as três variáveis de democracia e uma de governança contra duas variáveis de desenvolvimento). Aceita-se, assim, a Teoria da Modernização salientando que o impacto do desenvolvimento sobre a democracia é mais poderoso quando se utiliza um índice de desenvolvimento mais complexo e que vai além do desenvolvimento econômico, bem como que seja ponderado com dimensões socioeconômicas como o IDH, ou seja, um índice de desenvolvimento que vai além do fator puramente econômico. Esta observação pode ser verificada pelo valor dos intervalos de confiança dos coeficientes e dos coeficientes de determinação (R^2) que são superiores sempre que utilizamos o IDH em troca do Índice do PIB *per capita* PPC.

A segunda das teorias examinadas corresponde a resposta a uma demanda por um modelo teórico que aponte para uma relação em que a variável dependente, neste caso o desenvolvimento, passe a ser afetada pela democracia, com a restrição de que tal comportamento só ocorre quando usamos os países mais democráticos. A teoria, aqui denominada Teoria do Empoderamento, enseja o paradigma do Desenvolvimento Humano de Amartya Sen que vê o desenvolvimento como liberdade. A liberdade de poder decidir a forma de enriquecimento, a qualidade de vida que se deseja e o desenvolvimento que se quer alcançar. Empoderamento, que no seu sentido mais explorado, significa dar ou ganhar poder. Governos democráticos impactando com maior força a direção do seu desenvolvimento e, desta forma, pondo a democracia no centro do debate sobre desenvolvimento, e reconhecendo na democracia um elemento alavancador do desenvolvimento.

Para realizar a verificação empírica da Teoria do Empoderamento, com a restrição de sua validade para os países mais democráticos, realizamos uma inversão na dependência, testando regressões bivariadas com o desenvolvimento como dependente e a democracia como dependente, inicialmente para todos os países, no ano de 2013. Verificamos, então, que os resultados testados com todas as variáveis envolvidas no estudo, não rejeitam a hipótese da democracia impactar o desenvolvimento. Ressaltamos, porém, que não temos uma Teoria do Empoderamento que tenha a sua validade para todos os países, mesmo os dados não podendo refutá-la, ou seja, não existe uma concepção teórica que aponte para essa teoria. O que temos, em suma, é uma demanda por uma nova teoria que relacione democracia a desenvolvimento, com democracia impactando o desenvolvimento sujeito a restrição de que a sua validade só ocorre para os países mais democráticos.

Para concluir a verificação empírica, calculamos regressões relacionando democracia a desenvolvimento, com o desenvolvimento como variável dependente e democracia como independente, apenas para os países mais democráticos. Verificamos uma mudança no impacto dos coeficientes β_1 das regressões simples calculadas (usando o software SPSS), quando comparados aos valores encontrados dos coeficientes para todos os países. Testamos as suas diferenças significativas, criando intervalos de confiança (95%) para os mesmos, e verificamos apresentarem-se com maior força de impacto, mantendo o sentido de mais democracia estar associado a mais desenvolvimento, independente do índice testado, com a exceção

da Média dos Indicadores de Governança, do Banco Mundial, nos testes contra as duas variáveis de desenvolvimento (Índice do PIB *per capita* na PPC e o IDH) que, estatisticamente, não muda a força do impacto. Ou seja, governança apresenta o mesmo impacto quando testamos a força do impacto com todos os países ou apenas com os países de maior governança, no sentido que a governança é boa para todos os países e seu impacto é o mesmo para qualquer grupo de países.

Resumindo, temos elementos empíricos que não refutam a Teoria da Modernização e temos elementos estatísticos significativos para não refutar a Teoria do Empoderamento, com a restrição de valer apenas para os países mais democráticos. Na Teoria da Modernização, desenvolvimento socioeconômico nos induz à democracia e, na Teoria do Empoderamento, a democracia exerce a função de catalizadora do desenvolvimento. Cremos ter dado, nesta tese, uma contribuição embrionária, pois ciência se constrói com tijolos, na formação de uma nova teoria, neste caso a Teoria do Empoderamento.

Por fim, por ter essa tese um caráter didático do uso da medição e seus problemas, a exemplo do uso dos números índices, na verificação empírica de teorias e suas hipóteses, reforçamos as suas conclusões nos seguintes pontos: a existência da medição de variáveis complexas como democracia e desenvolvimento adaptadas ao momento atual; a existência de uma associação entre democracia e desenvolvimento no sentido de que quando uma cresce, na sua medição, a outra também cresce; a impossibilidade de se refutar a Teoria da Modernização na qual desenvolvimento implica em democracia; e, a impossibilidade de se refutar a Teoria do Empoderamento na qual desenvolvimento implica em democracia, quando observados os países mais democráticos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ARAÚJO, Carlos R. Vieira. **História do Pensamento Econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

ARRIGHI, G. **Globalização e macrosociologia histórica**. Revista de Sociologia e Política 20:13-23. 2003.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BECKER, Paula. RAVELOSON, Jean-Almê A. **O quê é Democracia**. Luanda, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Democracy and Public Management Reform**. Oxford: Oxford University Press. 2004.

DAHL, Robert A. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press. 1956.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2001.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Ed. da UnB, 2009.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para Psicologia**: usando SPSS para Windows. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEFINICION ABC. Disponível em:
<<http://www.definicionabc.com/historia/fordismo.php#ixzz3SOTdnKPc>>. Acesso em 3
jan. 2015

DINIZ, Eli. **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado**: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos anos 90. In: Dados Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995. pp. 385-415.

DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. **Estatística Aplicada à Administração e à Economia**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ESTEVEVES, Mário; LOMBARDI, Álvaro. **Metodologia Científica e Tecnológica**. Disciplina Introdução à Engenharia. 1º Ano, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens. **Governança organizacional aplicada ao setor público**. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá: Oct. 2003. 16p.

FREEDOM. **Methodology Freedom in the World 2010**. Disponível em:
<https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2010/methodology#.VZCVyxtViko>.
Acesso em 09 fev. 2015.

FREEDOM. **Freedom in the World 2013**: Democratic Breakthroughs in the balance. Washington, D.C.:2013.

FREEDOM. **Freedom in the World 2014**: The Democratic Leadership Gap. Washington, D.C.:2014.

GRÜN, R. **Governança Corporativa**: atores e ações na construção de uma nova institucionalidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **A crise política como solução?** Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. São Paulo: n. 3, Jan-Jun. 2004.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. **Econometria**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2015. Disponível em: <<http://www.historiadaadministracao.com.br/jl/gurus/71-rentis-likert>>. Acesso em 5 fev. 2015.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

IPEA. Instituto de pesquisa Econômico Aplicada. **Estado, Instituições e Democracia**: democracia. Brasília: Ipea, 2010.

IVO, Anete Brito Leal. **Governabilidade e governança na América Latina**: teses e paradoxos. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LATINOBARÔMETRO, 2011. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em 12 jan. 2015.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

Lijphart, Arend. **As democracias contemporâneas**. Lisboa: Gradiva, 1989.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

MAISONNAVE, Fabiano. Analistas Defendem “Modelo Político Chinês”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1190563-analistas-defendem-modelo-politico-chines.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MEDEIROS, Ivanildo Bezerra de. **Democracia de volta ao básico, Aristóteles!** 2º Congresso Internacional da Associação Mexicana de Ciência Política (AMECIP). Toluca: 2014.

MENDONÇA, Valda de Souza. **Voto Livre e Espontâneo: exercício da cidadania consciente**. Florianópolis: OAB/SC, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. BIB, n.59, p.5-42. 2005.

MILL, J. S. **Princípios de Economia Política**. Coleção os Economistas. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

MONTORO FILHO, André Franco et al. **Manual de Economia: equipe de professores da USP**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MOURA, Fernando Alves de. SAUER, Leandro. **Reflexões sobre a Metodologia de Construção do IDH e suas Implicações Quantitativas**. Desafio: Revista de Economia e Administração. Campo Grande: v.10, n. 20, jan./abr., 2009. 15 p.

NASCIMENTO, João A. do; MELO, Ana C. O. de. **Guia Prático do SPSS**. João Pessoa; 19 p. Trabalho não publicado.

O'CONNOR, John J.; ROBERTSON, Edmund F. **The Mactutor History of Mathematics Archive**. Disponível em: <<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/index.html>>. Acesso em 09 mar. 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, mai./ago., 2002. 12 p.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. **Escalas de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert**. Administração On Line (rev. eletr.) Prática – Pesquisa – Ensino, São Paulo, v. 2, n. 2, abr./jun., 2001. Disponível em: www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm. Acesso em: 12 jan. 2015.

OTTAWAY, Marina. **Democracy Challenged**. The rise of Semi-authoritarianism. Washington, D.C.: 2003.

PARAGUASSU, Lisandra. Classe Média prefere Eficiência a Democracia. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,classe-media-prefere-eficiencia-a-democracia-,959573,0.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

PERES, Paulo S. **Re: Programa de Disciplina**. Mensagem recebida por <romanulbispo@hotmail.com> em 17 de junho de 2013.

PERISSINOTTO, R. M.; FUKS, M. **Democracia**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumorá, 2002.

PETERLEVITZ, Tiago. **Conceituando e Medindo a Democracia em Colômbia e Venezuela**. São Paulo: 2011. 187p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PIERIK, Roland. **Globalization and Global Governance**: A Conceptual Analysis. 2003. Hague Joint Conference. pp. 454-462.

PNUD. IPEA. **Desafios do desenvolvimento**. Edição 8, Jun. 2004.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. **Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado**. Lisboa: Mensagem, 2002. Disponível em:

<www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li-RDHGlobais>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. **A verdadeira riqueza das Nações**: vias para o desenvolvimento humano. New York: Colorcraft of Virgínia 2010. Disponível em: <www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li-RDHGlobais>. Acesso em 16 nov. 2014.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2011. **Sustentabilidade e Equidade**: um futuro melhor para todo. Washington D.C.: Communications Development, 2011. Disponível em: <www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li-RDHGlobais>. Acesso em 16 nov. 2014.

PONTES, Antonio Carlos Fonseca. **Ensino da correlação de postos no ensino médio**. Disponível em: <<http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/EnsinoCorrelacaoDePostos.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PRZEWORSKI, Adam. **States and Markets**: A primer in Political Economy. New York: Cambridge University Press. 2003. p. 236.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RICARDO, David. **Princípios de Economia, Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROMÃO, Maurício Costa. **Pobreza**: conceito e mensuração. Recife: Editora Universitária UFPE, 1993. 308 p.

ROSENAU, James N. **Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial**. in: Rosenau, James N. Czempiel, Ernest-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb. e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia** – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. *Organização & Sociedade*, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**: o debate contemporâneo. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. São Paulo: 2006. 80 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN JÚNIOR., N. John. **Estatística Não-paramétrica para Ciências do Comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre a sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Romina B. de Lucena de. **O Desenvolvimento Econômico da Venezuela, 1950/2006**. Porto Alegre: 2008. 161 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

THOMAS, Vinod et al. **A Qualidade do Crescimento**. São Paulo: UNESP, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. **Economic Development**. 10. ed. Harlow: Addison-Wesley, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Metódo de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WIKIMÉDIA COMMONS. **Mapa IDH**. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/00/UN_Human_Development_Report_2011.svg> Acesso em: 28 dez. 2012.

WGI, 2015. Disponível em: <info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports>. Acesso em 05 abr. 2015.

WIKIMÉDIA COMMONS. **Mapa Índice de Democracia**. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/87/Democracy_Index_2011_red_and_green.png> Acesso em: 28 dez. 2012.

WOLFOWITZ, J. **Annals of Mathematical Statistics**, XIII, p. 264. Londres: 1942.

ZAKARIA, F. **The Rise of Illiberal. Democracy.** *Foreign Affairs.* v.76, n.6, (November-December 1997), pp. 22-43.

APÊNDICE

Tabela 7 – Dados gerais, secundários, utilizados neste trabalho – 2013.

PAISTERRITORIO	VR2013	G2013	ID2013	FH2013	IDH2013	IPIB2013	IRBN2013	PIB2013	RBN2013
QATAR	-0,86	0,74	3,18	5,5	0,851	1,00	1,000	136727	119029
LUXEMBOURG	1,61	1,70	8,88	1,0	0,881	0,92	0,874	90410	58695
KUWAIT	-0,65	-0,07	3,78	5,0	0,814	0,92	0,941	88259	85820
SINGAPORE	0,06	1,54	5,92	4,0	0,901	0,90	0,911	78763	72371
BRUNEI DARUSSALAM	-0,50	0,65		5,5	0,852	0,88	0,907	71777	70883
NORWAY	1,76	1,81	9,93	1,0	0,944	0,86	0,889	65461	63909
UNITED ARAB EMIRATES	-1,03	0,63	2,52	6,0	0,827	0,85	0,872	59845	58068
SWITZERLAND	1,65	1,73	9,09	1,0	0,917	0,84	0,858	56565	53762
SAUDI ARABIA	-1,82	-0,31	1,82	7,0	0,836	0,83	0,852	53644	52109
HONG KONG SAR, CHINA	0,70	1,40	6,42	3,5	0,891	0,83	0,853	53216	52383
UNITED STATES	1,08	1,21	8,11	1,0	0,914	0,83	0,853	53042	52308
NETHERLANDS	1,58	1,68	8,84		0,915	0,80	0,815	46298	42397
IRELAND	1,31	1,42	8,68	1,0	0,899	0,80	0,773	46140	33414
OMAN	-1,00	0,13	3,26	5,5	0,783	0,80	0,815	45797	42191
AUSTRIA	1,46	1,53	8,48	1,0	0,881	0,80	0,818	45493	42930
SWEDEN	1,67	1,80	9,73	1,0	0,898	0,80	0,819	45148	43201
GERMANY	1,41	1,47	8,31	1,0	0,911	0,79	0,818	44469	43049
BAHRAIN	-1,32	-0,11	2,87	6,0	0,815	0,79	0,765	43715	32072
AUSTRALIA	1,44	1,56	9,13	1,0	0,933	0,79	0,812	43544	41524
DENMARK	1,68	1,78	9,38	1,0	0,900	0,79	0,817	43445	42880
CANADA	1,46	1,60	9,08	1,0	0,902	0,79	0,813	43247	41887
ICELAND	1,46	1,47	9,65	1,0	0,895	0,78	0,782	41939	35116
BELGIUM	1,37	1,37	8,05	1,0	0,881	0,78	0,803	41663	39471
FINLAND	1,58	1,85	9,03	1,0	0,879	0,77	0,793	39812	37366
UNITED KINGDOM	1,32	1,40	8,31	1,0	0,892	0,77	0,781	38452	35002
FRANCE	1,20	1,16	7,92	1,0	0,884	0,76	0,789	37872	36629

JAPAN	1,10	1,31	8,08	1,5	0,890	0,76	0,790	36449	36747
ITALY	0,93	0,50	7,85	1,5	0,872	0,75	0,769	35597	32669
NEW ZEALAND	1,62	1,81	9,26	1,0	0,910	0,75	0,768	34826	32569
EQUATORIAL GUINEA	-1,96	-1,31	1,77	7,0	0,556	0,74	0,698	33768	21972
KOREA, REP.	0,69	0,75	8,06	1,5	0,891	0,74	0,756	33140	30345
SPAIN	0,97	0,81	8,02	1,0	0,869	0,74	0,757	32925	30561
ISRAEL	0,63	0,62	7,53	1,5	0,888	0,74	0,753	32760	29966
TRINIDAD AND TOBAGO	0,44	0,09	6,99	2,0	0,766	0,72	0,723	30446	25325
MALTA	1,13	1,16	8,28	1,0	0,829	0,71	0,735	29133	27022
SLOVENIA	0,98	0,85	7,88	1,0	0,874	0,71	0,733	28996	26809
CZECH REPUBLIC	0,96	0,86	8,06	1,0	0,861	0,71	0,718	28770	24535
CYPRUS	0,97	1,00	7,29	1,0	0,845	0,71	0,733	28224	26771
PORTUGAL	1,04	0,96	7,65	1,0	0,822	0,70	0,715	26759	24130
GREECE	0,65	0,31	7,65	2,0	0,853	0,69	0,718	25705	24658
LITHUANIA	0,92	0,83	7,54	1,0	0,834	0,69	0,712	25467	23740
ESTONIA	1,09	1,08	7,61	1,0	0,840	0,69	0,709	25462	23387
SEYCHELLES	0,01	0,22		3,0	0,756	0,68	0,718	24587	24632
RUSSIAN FEDERATION	-1,01	-0,71	3,59	5,5	0,778	0,68	0,703	24114	22617
POLAND	0,97	0,84	7,12	1,0	0,834	0,68	0,694	23649	21487
HUNGARY	0,73	0,65	6,96	1,5	0,818	0,68	0,692	23482	21239
MALAYSIA	-0,32	0,39	6,49	4,0	0,773	0,67	0,697	23338	21824
BAHAMAS, THE	0,91	0,83		1,0	0,789	0,67	0,693	23264	21414
KAZAKHSTAN	-1,22	-0,68	3,06	5,5	0,757	0,67	0,676	23211	19441
LATVIA	0,74	0,70	7,05		0,810	0,67	0,700	22560	22186
CHILE	1,09	1,17	7,80	1,0	0,822	0,66	0,688	21911	20804
ST. KITTS AND NEVIS	1,14	0,85		1,0	0,750	0,66	0,682	21396	20150
CROATIA	0,47	0,43	6,93	1,5	0,812	0,66	0,672	21366	19025
LIBYA	-1,00	-1,50	4,82	4,5	0,784	0,65	0,695	21046	21666
ANTIGUA AND BARBUDA	0,65	0,81		2,0	0,774	0,65	0,670	21028	18800

URUGUAY	1,07	0,77	8,17	1,0	0,790	0,64	0,663	19594	18108
PANAMA	0,41	0,06	7,08	1,5	0,765	0,64	0,645	19416	16379
GABON	-0,86	-0,49	3,76	5,5	0,674	0,64	0,652	19264	16977
TURKEY	-0,26	-0,08	5,63	3,5	0,737	0,64	0,666	19020	18391
ROMANIA	0,29	0,14	6,54	5,5	0,785	0,64	0,656	18991	17433
CUBA	-1,40	-0,60	3,52	6,5	0,815	0,63	0,680	18796	19844
VENEZUELA, RB	-0,95	-1,31	5,07	5,0	0,764	0,63	0,653	18198	17067
BELARUS	-1,54	-0,83	3,04	6,5	0,786	0,62	0,646	17620	16403
MAURITIUS	0,89	0,81	8,17	1,5	0,771	0,62	0,650	17200	16777
LEBANON	-0,44	-0,72	5,05	4,5	0,765	0,62	0,644	17174	16263
AZERBAIJAN	-1,35	-0,70	3,06	5,5	0,747	0,62	0,638	17143	15725
MEXICO	0,08	-0,16	6,91	3,0	0,756	0,61	0,639	16463	15854
SURINAME	0,31	-0,06	6,77	2,0	0,705	0,61	0,631	16071	15113
BOTSWANA	0,47	0,66	7,98	2,5	0,683	0,60	0,627	15752	14792
BULGARIA	0,32	0,12	6,83	2,0	0,777	0,60	0,634	15732	15402
IRAN, ISLAMIC REP.	-1,60	-1,12	1,98	6,0	0,749	0,60	0,610	15590	13451
BARBADOS	1,18	1,14		1,0	0,776	0,60	0,612	15574	13604
PALAU	1,22	0,17		1,0	0,775	0,59	0,602	15096	12823
BRAZIL	0,37	-0,03	7,12	2,0	0,744	0,59	0,621	15037	14275
IRAQ	-1,10	-1,36	4,10	6,0	0,642	0,59	0,617	14951	14007
THAILAND	-0,43	-0,30	6,25	4,0	0,722	0,58	0,609	14394	13364
MONTENEGRO	0,18	0,11	5,94	2,5	0,789	0,58	0,626	14132	14710
TURKMENISTAN	-2,17	-1,36	1,72	7,0	0,698	0,58	0,583	14004	11533
COSTA RICA	1,05	0,64	8,03	1,0	0,763	0,58	0,604	13876	13012
ALGERIA	-0,89	-0,83	3,83	5,5	0,717	0,57	0,598	13320	12555
SERBIA	0,29	-0,10	6,67	2,0	0,745	0,57	0,579	13020	11301
SOUTH AFRICA	0,58	0,23	7,90	2,0	0,658	0,56	0,586	12507	11788
COLOMBIA	-0,12	-0,31	6,55	3,5	0,711	0,56	0,582	12424	11527
DOMINICAN REPUBLIC	0,08	-0,28	6,74	2,0	0,700	0,55	0,572	12186	10844

CHINA	-1,58	-0,54	3,00	6,5	0,719	0,55	0,582	11907	11477
JORDAN	-0,82	-0,16	3,76	5,5	0,745	0,55	0,579	11785	11337
MALDIVES	-0,43	-0,36		4,5	0,698	0,55	0,558	11657	10074
GRENADA	0,82	0,40		1,5	0,744	0,55	0,563	11645	10339
TUNISIA	-0,11	-0,29	5,76	3,5	0,721	0,54	0,565	11124	10440
EGYPT, ARAB REP.	-1,04	-0,91	3,27	5,0	0,682	0,54	0,564	11089	10400
ECUADOR	-0,29	-0,58	5,87	3,0	0,711	0,53	0,557	10890	9998
ST. VINCENT AND THE GRENADINES	1,05	0,83		1,0	0,719	0,53	0,563	10491	10339
ST. LUCIA	1,18	0,89		1,0	0,714	0,53	0,543	10488	9251
ALBANIA	0,04	-0,23	5,67	3,0	0,716	0,52	0,543	10374	9225
DOMINICA	0,99	0,75		1,0	0,717	0,52	0,543	10343	9235
SRI LANKA	-0,62	-0,35	5,69	4,5	0,750	0,51	0,543	9738	9250
NAMIBIA	0,39	0,35	6,24	2,0	0,624	0,51	0,542	9583	9185
INDONESIA	0,00	-0,35	6,82	2,5	0,684	0,51	0,538	9561	8970
BOSNIA AND HERZEGOVINA	-0,16	-0,24	5,02	3,0	0,731	0,51	0,547	9536	9431
MONGOLIA	0,07	-0,18	6,51	1,5	0,698	0,51	0,527	9435	8466
JAMAICA	0,50	0,02	7,39	2,5	0,715	0,50	0,521	8892	8170
UKRAINE	-0,33	-0,71	5,84	3,5	0,734	0,49	0,522	8790	8215
BELIZE	0,70	-0,04		1,5	0,732	0,49	0,545	8487	9364
PARAGUAY	-0,13	-0,64	6,26	3,0	0,676	0,48	0,507	8093	7580
ARMENIA	-0,60	-0,17	4,02	4,5	0,730	0,47	0,516	7776	7952
EL SALVADOR	-0,05	-0,16	6,53	2,5	0,662	0,47	0,499	7764	7240
FIJI	-0,81	-0,60	3,61	5,0	0,724	0,47	0,499	7750	7214
ANGOLA	-1,12	-1,07	3,35	5,5	0,526	0,47	0,475	7736	6323
BHUTAN	-0,18	0,16	4,82	4,5	0,584	0,46	0,487	7405	6775
GUATEMALA	-0,40	-0,62	5,81	3,5	0,628	0,46	0,490	7297	6866
MOROCCO	-0,72	-0,34	4,07	4,5	0,617	0,46	0,491	7198	6905
GEORGIA	0,10	0,21	5,95	3,0	0,744	0,46	0,490	7176	6890
SWAZILAND	-1,16	-0,53	3,20	6,0	0,530	0,44	0,451	6685	5536

GUYANA	-0,01	-0,40	6,05	2,5		0,44	0,476	6546	6341
PHILIPPINES	-0,01	-0,32	6,41	3,0	0,660	0,44	0,477	6536	6381
CAPE VERDE	0,90	0,49	7,92	1,0	0,636	0,44	0,476	6416	6365
BOLIVIA	-0,10	-0,55	5,79	3,0	0,667	0,43	0,452	6131	5552
CONGO, REP.	-1,12	-1,08	2,89	5,5	0,564	0,42	0,430	5868	4909
SAMOA	0,47	0,38		2,0	0,694	0,42	0,422	5769	4708
NIGERIA	-0,74	-1,15	3,77	4,5	0,504	0,41	0,445	5602	5353
INDIA	0,41	-0,35	7,69	2,5	0,586	0,40	0,438	5412	5150
TONGA	0,51	0,11		2,5	0,705	0,40	0,444	5304	5316
VIETNAM	-1,34	-0,51	3,29	6,0	0,638	0,40	0,429	5294	4892
UZBEKISTAN	-1,94	-1,25	1,72	7,0	0,661	0,40	0,441	5168	5227
LAO PDR	-1,59	-0,80	2,21	6,5	0,569	0,38	0,408	4822	4351
MOLDOVA	-0,11	-0,30	6,32	3,0	0,663	0,38	0,435	4670	5041
NICARAGUA	-0,45	-0,53	5,46	4,5	0,614	0,38	0,405	4643	4266
PAKISTAN	-0,83	-1,13	4,64	4,5	0,537	0,37	0,420	4602	4652
HONDURAS	-0,51	-0,68	5,84	4,0	0,617	0,37	0,399	4593	4138
GHANA	0,41	0,08	6,33	1,5	0,573	0,35	0,371	3992	3532
YEMEN, REP.	-1,35	-1,33	2,79	6,0	0,500	0,35	0,391	3959	3945
ZAMBIA	-0,11	-0,23	6,26	3,5	0,561	0,35	0,336	3925	2898
MARSHALL ISLANDS	1,20	-0,05		1,0		0,34	0,402	3901	4206
TUVALU	0,74	0,04		1,0		0,33	0,438	3645	5151
MICRONESIA, FED. STS.	1,02	0,08		1,0	0,630	0,32	0,377	3395	3662
SUDAN	-1,78	-1,62	2,54	7,0	0,473	0,32	0,304	3373	2428
CÔTE D'IVOIRE	-0,77	-0,88	3,25	5,0	0,452	0,31	0,328	3210	2774
MAURITANIA	-0,93	-0,86	4,17	5,5	0,487	0,30	0,341	3043	2988
CAMBODIA	-0,98	-0,74	4,60	5,5	0,584	0,30	0,330	3041	2805
DJIBOUTI	-1,44	-0,75	2,96	5,5	0,467	0,30	0,348	2999	3109
VANUATU	0,51	0,27		2,0	0,616	0,30	0,320	2991	2652
SÃO TOMÉ AND PRINCIPE	0,11	-0,42		2,0	0,558	0,29	0,348	2971	3111

BANGLADESH	-0,42	-0,92	5,86	3,5	0,558	0,29	0,324	2948	2713
CAMEROON	-1,04	-0,93	3,41	6,0	0,504	0,28	0,313	2830	2557
KENYA	-0,24	-0,67	5,13	4,0	0,535	0,28	0,283	2795	2158
LESOTHO	0,08	-0,06	6,66	2,5	0,486	0,27	0,329	2576	2798
PAPUA NEW GUINEA	0,02	-0,63	6,36	3,5	0,491	0,26	0,306	2539	2453
TAJIKISTAN	-1,48	-1,20	2,51	6,0	0,607	0,26	0,304	2512	2424
NEPAL	-0,57	-0,82	4,77	4,0	0,540	0,24	0,286	2245	2194
SENEGAL	0,03	-0,19	6,15	2,5	0,485	0,24	0,284	2242	2169
CHAD	-1,38	-1,28	1,50	6,5	0,372	0,23	0,232	2089	1622
TIMOR-LESTE	0,05	-0,78	7,24	3,5	0,620	0,23	0,551	2076	9674
SOLOMON ISLANDS	-0,02	-0,45		3,5	0,491	0,23	0,203	2069	1385
SOUTH SUDAN	-1,41	-1,49		5,5		0,22	0,212	2030	1450
AFGHANISTAN	-1,29	-1,58	2,48	6,0	0,468	0,22	0,260	1946	1904
KIRIBATI	0,82	0,00		1,0	0,607	0,21	0,319	1856	2645
ZIMBABWE	-1,39	-1,32	2,67	6,0	0,492	0,20	0,193	1832	1307
BENIN	0,12	-0,34	5,87	2,0	0,476	0,20	0,243	1791	1726
TANZANIA	-0,23	-0,45	5,77	3,0	0,488	0,20	0,240	1775	1702
HAITI	-0,79	-1,06	3,94	4,5	0,471	0,19	0,233	1703	1636
GAMBIA, THE	-1,25	-0,61	3,31	6,0	0,441	0,19	0,224	1661	1557
MALI	-0,30	-0,80	5,90	6,0	0,407	0,18	0,218	1642	1499
SIERRA LEONE	-0,39	-0,69	4,64	2,5	0,374	0,17	0,252	1544	1815
BURKINA FASO	-0,29	-0,49	4,15	4,0	0,388	0,17	0,229	1514	1602
RWANDA	-1,18	-0,12	3,38	6,0	0,506	0,16	0,206	1474	1403
COMOROS	-0,52	-0,86	3,52	3,5	0,488	0,16	0,218	1446	1505
MADAGASCAR	-0,78	-0,81	4,32	5,0	0,498	0,16	0,197	1414	1333
UGANDA	-0,55	-0,60	5,22	4,5	0,484	0,16	0,197	1413	1335
GUINEA-BISSAU	-1,41	-1,34	1,26	5,5	0,396	0,16	0,161	1407	1090
TOGO	-0,98	-0,96	3,45	4,5	0,473	0,15	0,167	1391	1129
ETHIOPIA	-1,29	-0,91	3,83	6,0	0,435	0,15	0,193	1380	1303

GUINEA	-1,06	-1,18	2,84	5,0	0,392	0,13	0,169	1253	1142
ERITREA	-2,15	-1,48	2,40	7,0	0,381	0,13	0,170	1196	1147
MOZAMBIQUE	-0,29	-0,52	4,77	3,5	0,393	0,11	0,147	1105	1011
NIGER	-0,36	-0,71	4,08	3,5	0,337	0,08	0,121	916	873
LIBERIA	-0,45	-0,79	4,95	3,5	0,412	0,07	0,094	878	752
CONGO, DEM. REP.	-1,47	-1,57	1,83	6,0	0,338	0,05	0,000	809	444
MALAWI	-0,19	-0,41	6,00	3,5	0,414	0,05	0,085	780	715
BURUNDI	-0,97	-1,11	3,41	5,0	0,389	0,05	0,094	772	749
CENTRAL AFRICAN REPUBLIC	-1,53	-1,58	1,49	5,0	0,341	0,00	0,050	604	588
SYRIAN ARAB REPUBLIC	-1,77	-1,69	1,86	7,0	0,658		0,459		5771
MYANMAR	-1,50	-1,33	2,76	5,5	0,524		0,393		3998
LIECHTENSTEIN	1,46	1,60		1,0	0,889		0,944		87085
FRENCH GUIANA	1,13	1,00			0,638				
ARGENTINA	0,24	-0,36	6,84	2,0	0,808		0,655		17297
ANDORRA	1,40	1,42		1,0	0,830		0,808		40597

ANEXOS

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO LATINOBARÔMETRO 2011

LATINOBARÓMETRO 2011

P1ST. En términos generales, ¿diría Ud. que está satisfecho con su vida? ¿Diría Ud. que está...? **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

Muy satisfecho 1
Bastante satisfecho 2
No muy satisfecho 3
Para nada satisfecho 4 _____
NS/NR 0 **NO LEER**

P2ST. En su opinión, ¿Cuál considera Ud. que es el

problema más importante en el país? **(ANOTE TEXTUAL LO**

QUE DIGAN; SÓLO UNA RESPUESTA)

Ninguno..97 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

P3ST.A ¿Cómo calificaría en general la situación

económica actual del país? Diría Ud. que es... **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P3ST.A)

P3ST.B ¿Y

cómo calificaría la situación política del país? Diría

Ud. que es... **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE**

UNA SOLA EN

P3ST.B)

P3ST.A P3ST.B

Muy buena 1 1
Buena 2 2
Regular 3 3
Mala 4 4
Muy mala 5 5 _____
No sabe 8 8 **NO LEER**
No responde 0 0

P4ST. ¿Considera Ud. que la situación económica actual

del país está mucho mejor, un poco mejor, igual, un

poco peor, o mucho peor que hace doce meses? **(ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Mucho mejor 1
Un poco mejor 2
Igual 3
Un poco peor 4
Mucho peor 5 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P5STICC1.A. ¿Y en los próximos doce meses cree Ud.

que, en general, la situación económica del país será

mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o

mucho peor que ahora? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA**

SOLA EN P5STICC1.A).P5NICC2.B ¿Cómo cree que será la

situación económica del país dentro de tres años? **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN

P5NICC2.B)

P5STICC1.A P5NICC2.B

Mucho mejor 1 1
Un poco mejor 2 2
Igual 3 3
Un poco peor 4 4
Mucho peor 5 5 _____
No sabe 8 8 **NO LEER**
No responde 0 0

P6ST. ¿Cómo calificaría en general su situación

económica actual y la de su familia? Diría Ud. que

es... **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Muy buena 1
Buena 2
Regular 3
Mala 4
Muy mala 5 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P7STICC3. ¿Considera Ud. que su situación económica y

la de su familia está mucho mejor, un poco mejor,

igual, un poco peor, o mucho peor que hace doce meses?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Mucho mejor 1
Un poco mejor 2
Igual 3
Un poco peor 4
Mucho peor 5 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P8STICC4. ¿Y en los próximos doce meses, cree que su

situación económica y la de su familia será mucho

mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o mucho

peor que la que tiene hoy? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE**

UNA SOLA).

Mucho mejor 1
Un poco mejor 2
Igual 3
Un poco peor 4
Mucho peor 5 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P9NICC9. Hablando del total de ingresos de su familia

¿cree Ud. que en los próximos 12 meses estos

aumentarán, disminuirán o se mantendrán igual? **(ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Aumentarán 1
Disminuirán 2
Se mantendrán igual 3
No sabe o no responde 0 **NO LEER**

P10ST. ¿Diría Ud. que este país...? **(LEA ALTERNATIVAS**

Y MARQUE UNA SOLA)

Está progresando 1
Está estancado 2
Está en retroceso 3 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P11ST. (MOSTRAR TARJETA 1) Imagínese una escala de 10

peldaños, en que en el "1" se ubican las personas más

pobres y en el "10" se ubican las personas "más

ricas", ¿dónde se ubicaría Ud.? **(MUESTRE ESCALA,**

ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P11ST.A)

¿Dónde se

ubicarían sus padres? **(MUESTRE ESCALA, ESPERE**

RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P11ST.B) ¿Y dónde

que se encontrarán sus hijos? **(MUESTRE ESCALA, ESPERE**

RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P11ST.C)

1-10 NS NR/NA

P11ST.A Personal 98 00

P11ST.B Padres 98 00

P11ST.C Hijos 98 00

P12ST. ¿Cuán justa cree Ud. que es la distribución del

ingreso en (país)? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

- Muy justa 1
- Justa 2
- Injusta 3
- Muy injusta 4
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

CONTINUAMOS CON LA DEMOCRACIA

P13ST. ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más

de acuerdo? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno 1

En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático. 2

A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático .. 3

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P14ST.A En general, ¿diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia

en (país)? **(MARQUE UNA SOLA EN P14ST.A)**

P14ST.B ¿Y con el funcionamiento de la economía? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P14ST.B)**

- P14ST.A P14ST.B**
- DEMOCRACIA ECONOMÍA**
- Muy satisfecho 1 1
- Más bien satisfecho 2 2
- No muy satisfecho 3 3
- Nada satisfecho 4 4
- No sabe 8 8 **NO LEER**
- No responde 0 0

P15N ¿Cree Ud. Que la democracia en (país) ha...? **(LEA**

- ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**
- Mejorado 1
- Se ha mantenido igual 2
- Empeorado 3
- No sabe 8

NO LEER
No responde 0

P16ST. (MOSTRAR TARJETA 2) ¿Está Ud. muy de acuerdo

(1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en

desacuerdo (4) con las siguientes afirmaciones? **(LEA**

CADA AFIRMACIÓN Y MARQUE UNA RESPUESTA PARA CADA UNA)

MA DA ED MD NS/NR
P16ST.A La democracia puede tener problemas, pero es el mejor sistema de gobierno 1 2
3 4 0

P16ST.B Que los presidentes de la República puedan ser reelegidos 1 2
3 4 0

P16ST.C El sistema judicial castiga a los culpables sin importar quienes son 1 2
3 4 0

P16N.D No es bueno para la democracia que las personas se salten el procedimiento regular para hacer trámites 1 2
3 4 0

P16ST.E Pagar "coima" a un funcionario público si ésta es la única manera de obtener las cosas 1 2
3 4 0

P16N.F Los países de América Latina necesitan una institución que los represente, sin la participación de EEUU 1 2
3 4 0

P17N (MOSTRAR TARJETA 3) ¿Qué cree Ud. que le falta a la democracia en su país o la democracia en su país está bien cómo está? **(MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE)**

- Está bien cómo está 1
- Falta consolidar los partidos políticos 2
- Falta garantizar justicia social 3
- Falta participación ciudadana 4
- Falta reducir corrupción 5
- Falta aumentar la transparencia del Estado .. 6
- No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

2
P18ST. ¿Apoyaría Ud. a un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático si las cosas se ponen muy difíciles, o no apoyaría Ud. en ninguna circunstancia un gobierno militar? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

Apoyaría a un gobierno militar en reemplazo del gobierno democrático, si las cosas se ponen muy difíciles 1

En ninguna circunstancia apoyaría a un gobierno militar 2

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P19ST. En términos generales ¿diría usted que (país) está gobernado por unos cuantos grupos poderosos en su propio beneficio, o que está gobernado para el bien de todo el pueblo? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**
Grupos poderosos en su propio beneficio 1

Para el bien de todo el pueblo 2 _____
 NS/NR 0
NO LEER
P20ST. (MOSTRAR TARJETA 4) Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...? **(LEA CADA ÍTEM Y MARQUE**

UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO) MUCHA ALGO POCA NINGUNA NS NR
P20ST.A El gobierno 1 2 3 4 8 0
P20ST.B Los bancos 1 2 3 4 8 0
P20ST.C La policía 1 2 3 4 8 0
P20ST.D Los diarios 1 2 3 4 8 0
P20ST.E La televisión 1 2 3 4 8 0
P20ST.F Las radios 1 2 3 4 8 0
P20ST.G Los sindicatos 1 2 3 4 8 0
P20ST.H La empresa privada 1 2 3 4 8 0

P21ST. (MOSTRAR TARJETA 5) ¿Cuáles de las siguientes cosas cree Ud. que una persona no puede dejar de hacer si quiere ser considerado ciudadano?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE TODAS LAS QUE LE MENCIONE)
 Votar 1
 Pagar impuestos 2
 Obedecer todas las leyes siempre 3
 Participar en organizaciones sociales 4
 Participar en organizaciones políticas 5
 Elegir productos medioambientalmente responsables 6
 Ayudar a los (nacionales) que están peor que uno 7
 Cumplir con el servicio militar 8 _____
 No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P22ST. (MOSTRAR TARJETA 4) Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas de la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha (1), algo (2), poca (3) o ninguna (4) confianza en...? **(LEA CADA ÍTEM Y MARQUE**

UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO) MUCHA ALGO POCA NINGUNA NS NR
P22ST.A El Congreso Nacional/Parlamento 1 2 3 4 8 0
P22ST.B El Poder Judicial . 1 2 3 4 8 0
P22ST.C Los partidos políticos 1 2 3 4 8 0
P22ST.D Fuerzas Armadas. .. 1 2 3 4 8 0
P22ST.E La administración pública 1 2 3 4 8 0
P22ST.F Los Municipios/ gobierno local 1 2 3 4 8 0
P22ST.G La Iglesia 1 2 3 4 8 0

P22ST.H El Estado 1 2 3 4 8 0

P23ST. Hay gente que dice que sin Congreso Nacional no puede haber democracia, mientras que hay otra gente que dice que la democracia puede funcionar sin Congreso Nacional. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**
 Sin Congreso Nacional no puede haber democracia 1
 La democracia puede funcionar sin Congreso Nacional 2 _____
 No sabe 8 **NO LEER**
 No responde 0

P24ST. Hay gente que dice que sin partidos políticos no puede haber democracia, mientras que hay otra gente que dice que la democracia puede funcionar sin partidos. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**
 Sin partidos políticos no puede haber democracia 1
 La democracia puede funcionar sin partidos .. 2 _____
 No sabe 8 **NO LEER**
 No responde 0

P25ST. Hablando en general, ¿Diría Ud. que se puede confiar en la mayoría de las personas o que uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**
 Se puede confiar en la mayoría de las personas.....1
 Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás.....2 _____
 NS/NR.....

..0 NO LEER
AHORA LE PREGUNTAREMOS POR LA EDUCACIÓN
P26NE.A (MOSTRAR TARJETA 6) En una escala de 1 a 10, en donde 1 es "muy mal" y 10 es "muy bien", ¿cómo calificaría Ud. la calidad de la educación pública en (país)? **(MARQUE UNA SOLA EN P26NE.A Y SIGA)**
P26NE.B Usando la misma escala, ¿la educación privada? **(MARQUE UNA SOLA EN P26NE.B).** **P26NE.C** ¿Cómo diría que funciona la educación pública pre escolar? **(MARQUE UNA SOLA EN P26NE.C)** **P26NE.D** ¿La educación pública

primaria? (MARQUE UNA SOLA EN P26NE.D)

P26NE.E ¿Y la

educación pública secundaria? (MARQUE UNA SOLA EN

P26NE.E) P26NE.F ¿Y la educación pública técnico

profesional? (MARQUE UNA SOLA EN P26NE.F)

1-10

NS NR

P26NE.A Educación pública

98 00

P26NE.B Educación privada

98 00

P26NE.C

La educación pública pre escolar

(4/5 años).

98 00

P26NE.D La educación pública primaria

98 00

P26NE.E La educación pública secundaria

98 00

P26NE.F

La educación pública técnico

profesional

98 00

P27NE.A. En general, ¿cree Ud. que la

educación

pública en (su país) es mejor, igual o peor que hace

diez años? (MARQUE UNA SOLA EN P27NE.A)

P27NE.B ¿Y la

educación universitaria? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE

UNA SOLA EN P27NE.B)

Ed Pública Universidades

P27NE.A P27NE.B

Mejor 1 1

Igual 2 2

Peor 3 3

No sabe 8 8 **NO LEER**

No responde 0 0

P28NE. ¿Cree Ud. que de aquí a los próximos

10 años la

educación pública en su país mejorará,

seguirá igual o

empeorará? (MARQUE UNA SOLA)

Mejorará 1

Seguirá igual 2

Empeorará 3

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P29NE. (MUESTRE TARJETA 7) Entre las

siguientes

medidas que se podrían adoptar para mejorar

la

educación, seleccione las 3 que le parezcan

más

importantes (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE

TRES)

Mejorar las instalaciones

..... 1

Disminuir el número de alumnos por grupo

.... 2

Dar más importancia a exámenes de

evaluación 3

Aumentar la enseñanza de lenguas

extranjeras 4

Mejorar el salario del profesorado

..... 5

Mejorar la formación del profesorado

..... 6

Reforzar las medidas de seguridad

..... 7

Incorporar las nuevas tecnologías

..... 8

Aumentar la participación de las familias

.. 9

Evaluar el desempeño de los docentes

..... 10

Aumentar las horas de clase

..... 11

No sabe

..... 98 **NO**

LEER

No responde

..... 00

P30NE.A Independientemente de cómo es el sistema

educativo de (país), ¿quién cree usted que debe pagar

la educación preescolar? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE

UNA SOLA EN P30NE.A) **P30NE.B** ¿Y la educación

primaria

y secundaria? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE

UNA SOLA EN

P30NE.B). P30NE.C ¿Y la educación

Universitaria? (LEA

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P30NE.C)

P30NE.A P30NE.B P30NE.C

El Estado 1 1 1

Más el Estado que la familia 2 2 2

Más la familia que el Estado 3 3 3

La familia 4 4 4

Ambos por igual 5 5 5 **NO LEER**

No sabe 8 8 8

No responde 0 0 0

P31NE. (MUESTRE TARJETA 2) ¿Está Ud. muy de acuerdo

(1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o

muy en

desacuerdo (4) con las siguientes

afirmaciones? (LEA

CADA AFIRMACIÓN Y MARQUE UNA ALTERNATIVA) **MA DA ED MD NS/NR**

P31NE.A Las escuelas de oficio o

formación profesional permiten

acceder a un buen trabajo 1 2 3 4

0

P31NE.B La formación universitaria

permite acceder a un buen trabajo . 1 2 3 4

0

P32N. ¿Hay algún joven (menor de 30 años) en

su

familia que no estudie ni trabaje? (LEA

ALTERNATIVAS Y

MARQUE UNA SOLA)

Sí 1

No 2

No sabe 8

NO LEER

No responde 0

3

P33NE.A Comparado con hace cinco años atrás

¿cree Ud.

que el sistema educativo de su país ofrece

más, menos

o iguales oportunidades a todos los

sectores sociales?

(MARQUE UNA SOLA. SI SEÑALA MENOS, PASAR A

P33NE.B. SI

SEÑALA CUALQUIER OTRA, PASAR A P34NE).

Más 1

Menos 2

Iguals 3

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

SI CONTESTA 2 EN P33NE.A

P33NE.B (MUESTRE TARJETA 8) ¿A cuáles de

estos

grupos cree que favorece menos el sistema educativo de su país? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE HASTA TRES)**

- Hombres 1
- Mujeres 2
- Indígenas 3
- Blancos 4
- Mestizos 5
- Afrodescendientes 6
- De clase alta 7
- De clase media 8
- De clase baja 9
- De áreas rurales 10
- De áreas urbanas 11
- De (la Capital del país). 12
- (Nacionales) 13
- Inmigrantes 14
- No sabe 98 **NO LEER**
- No responde 00
- No aplica 99

P34NE. Existen universidades públicas y otras privadas ¿cuál de éstas diría Ud. que proporciona a sus

alumnos? **(LEA CADA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA RESPUESTA PARA CADA UNA)**

Pública Privada Igual NS/NR

P34NE.A Una mayor dotación de recursos incluyendo el profesorado 1 2 3 0

P34NE.B Una enseñanza más adaptada al mundo laboral ... 1 2 3 0

P34NE.C Títulos más Prestigiosos 1 2 3 0

P35NIA. Para cada una de las siguientes frases, pensando en particular sobre los profesores de

educación pública en (país), dígame si considera que estos son muy buenos, buenos, malos o muy malos **(LEA**

CADA ÍTEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MB B M MM NS NR

P35NIA.A El conocimiento de los profesores sobre los temas que enseñan 1 2 3 4 8 0

P35NIA.B La frecuencia con que están en las aulas 1 2 3 4 8 0

P35NIA.C Su capacidad de enseñar a los estudiantes 1 2 3 4 8 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS SOBRE POLÍTICA NACIONAL

P36ST. ¿Ud. aprueba o no aprueba la gestión del gobierno que encabeza el presidente (nombre) ...?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Aprueba 1
No aprueba 2 _____

NS/NR 0 **NO LEER**

P37ST. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar? Hay gente que dice que la política es tan complicada que con frecuencia la gente como uno no puede entender lo que pasa. Otros opinan que la

política no es tan complicada y se puede entender lo que pasa **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

La política es tan complicada que no se entiende 1

La política no es tan complicada y se entiende 2 _____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P38ST. Si este domingo hubiera elecciones, ¿Por qué partido votaría Ud.?(**ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN**)

Vota Nulo/blanco..95 No vota/ninguno....96 **NO LEER**

No inscrito..97 No sabe..98 No responde..00

P39ST.A ¿Hay algún partido político hacia el cual se sienta usted más cercano que hacia el resto de los

partidos? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA ALTERNATIVA)**

Sí 1

No 2 _____

No sabe o No responde 0 **NO LEER**

SI CONTESTA 1 EN P39ST.A

P39STM.B ¿Cuán partidario es Ud. de ese partido político, diría que es muy partidario, algo partidario o no muy partidario?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA ALTERNATIVA)

Muy partidario 1

Algo partidario 2

No muy partidario 3 _____

No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P40ST ¿Cree Ud. que el sector político que Ud. apoya tiene iguales oportunidades de llegar al poder que los demás, o cree que no tiene las mismas oportunidades?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA ALTERNATIVA)

Tiene las mismas oportunidades.....1

No tiene las mismas oportunidades.....2 _____

NS/NR.....0 **NO LEER**

P41ST. (MOSTRAR TARJETA 9) ¿Hasta qué punto las siguientes libertades, derechos, oportunidades y seguridades están garantizadas en (país)?

(LEA CADA ÍTEM Y ANOTE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO) (ROTAR)

Completamente garantizadas 1

Algo garantizadas 2

Poco garantizadas 3

Para nada garantizadas 4

NS/NR 0 **NO LEER**
P41ST.A Libertad para participar en política
P41ST.B Libertad para elegir mi oficio/profesión
P41ST.C Protección del medio ambiente
P41ST.D Protección de la propiedad privada
P41ST.E Justa distribución de la riqueza
P41ST.F Igualdad entre hombres y mujeres
P41ST.G Igualdad de oportunidades sin importar el origen de cada cual
P41ST.H Libertad de expresión siempre y en todas partes
P41ST.I Libertad de profesar cualquier religión
P41ST.J Protección contra el crimen
P41ST.K Seguridad social
P41ST.L Solidaridad con los pobres y los necesitados

P41ST.M Oportunidades de conseguir trabajo
AHORA LE PREGUNTAREMOS POR TEMAS INTERNACIONALES

P42ST. ¿Qué país de América Latina cree Ud. que es nuestro mejor amigo? **(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN. REGISTRE SOLO UNO)**

Otros...96 Ninguno...97 NS/NR..00 **NO LEER**
P43ST. ¿Cuál es el país de América Latina que tiene más liderazgo en la región? **(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN)**

Otros.96 Ninguno.97 No sabe.98 No responde.00 **NO LEER**

P44ST/N (MOSTRAR TARJETA 10) Me gustaría conocer su opinión sobre los siguientes países y potencias que le voy a leer ¿Tiene Ud. una muy buena (1), buena(2), mala(3) o muy mala(4) opinión sobre?**(LEA CADA PAÍS Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)**
MB B M MM NS NR

- P44ST.A** EEUU, Estados Unidos 1 2 3 4 8 0
- P44ST.B** Unión Europea 1 2 3 4 8 0
- P44ST.C** China 1 2 3 4 8 0
- P44ST.D** España 1 2 3 4 8 0
- P44ST.E** Canadá 1 2 3 4 8 0
- P44ST.F** Cuba 1 2 3 4 8 0
- P44ST.G** Venezuela 1 2 3 4 8 0
- P44N.H** Irán 1 2 3 4 8 0
- P44N.I** Israel 1 2 3 4 8 0

P45ST (MOSTRAR TARJETA 11) ¿Y cómo calificaría Ud. las relaciones entre (país) y Estados Unidos? ¿Diría Ud. que son....? **(MARQUE UNA SOLA EN P45ST.A)**

P45ST.B ¿Y entre (país) y la Unión Europea? ¿Diría que son...?**(MARQUE UNA SOLA EN P45ST.B)** **P45ST.C** ¿Y entre (país) y España? ¿Diría que son...?**(MARQUE UNA SOLA EN**

P45ST.C) **P45ST.A P45ST.B P45ST.C**
UNIÓN

- EE.UU. EUROPEA ESPAÑA**
- Muy buenas 1 1 1
 - Más bien buenas 2 2 2
 - Más bien malas 3 3 3
 - Muy malas 4 4 4
 - No sabe 8 8 8 **NO LEER**
 - No responde 0 0 0

P46NIA.A ¿Hasta qué punto piensa Ud. que Estados Unidos ayuda a la economía por medio de comercio e inversiones en (país)? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P46NIA.A)** **P46NIA.B** ¿Y que Estados Unidos provee ayuda humanitaria en (país)? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P46NIA.B)**
MUCHO ALGO POCO NADA NS/NR

P46NIA.A Ayuda a la economía por medio de comercio e inversiones .. 1 2 3 4 0
P46NIA.B Provee ayuda humanitaria 1 2 3 4 0
4

P47NIA.A ¿Hasta qué punto piensa Ud. que China ayuda a la economía por medio de comercio e inversiones en (país)? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN**

P47NIA.A) **P47NIA.B** ¿Y que China provee ayuda humanitaria en (país)? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P47NIA.B)**
MUCHO ALGO POCO NADA NS/NR

P47NIA.A Ayuda a la economía por medio de comercio e inversiones ...1 2 3 4 0
P47NIA.B Provee ayuda humanitaria1 2 3 4 0

P48NIA. (MUESTRE TARJETA 12) Pensando en los países que están en esta lista, ¿A qué país le gustaría que (país) se pareciera más? Piense en su conjunto: su estilo de vida, valores, costumbres, situación económica, política, etc. **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

- España 1
- China 2
- Estados Unidos 3
- Brasil 4
- Francia 5
- Venezuela 6
- Otro 7 **NO LEER**
- (País) 8
- No sabe 9
- No responde 0

P49ST. (MOSTRAR TARJETA 13) Con una escala de 1 a 10, le pedimos evaluar cuán democrático es (país). El "1" quiere decir que "(país) no es democrático" y el "10" quiere decir que "(país) es totalmente democrático" ¿Dónde pondría Ud. a (país)?**(ANOTE UNA RESPUESTA EN P49ST.A)** ¿Y a EEUU? **(ANOTE UNA RESPUESTA**

RESPUESTA

EN P49ST.B) ¿Y a Venezuela? (ANOTE UNA RESPUESTA EN

P49ST.C) ¿Y a Cuba? (ANOTE UNA RESPUESTA EN P49ST.D) ¿Y

a España? (ANOTE UNA RESPUESTA EN P49ST.E) ¿Y Canadá?

(ANOTE UNA RESPUESTA EN P49ST.F) NO ES

DEMOCRÁTICO TOTALMENTE DEMOCRÁTICO

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

No aplica..99 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

P49ST.A (país) _____

P49ST.B EEUU _____

P49ST.C Venezuela _____

P49ST.D Cuba _____

P49ST.E España _____

P49ST.F Canadá _____

P50ST. (MOSTRAR TARJETA 14) De la lista de instituciones que están en la tarjeta dígame

(mencione) todas las que conoce y póngale nota de 1 a

10, siendo 1 muy malo y 10 muy bueno

(MARQUE SI CONOCE

O NO CONOCE Y MARQUE LA NOTA A LOS QUE CONOCE)

P50.A P50.B

CONOCE NO CONOCE NOTA NA

P50ST.A FMI Fondo

Monetario Internacional 1 0 ____ 99

P50ST.B Banco Mundial 1 0 ____ 99

P50ST.C ONU Naciones Unidas .. 1 0 ____ 99

P50ST.D OEA, Organización de Estados Americanos 1 0 ____ 99

P50ST.E BID, Banco Interamericano de Desarrollo . 1 0 ____ 99

P50ST.F CAF, Corporación Andina De Fomento 1 0 ____ 99

P51N ¿Quiénes deberían asumir el costo de las políticas para evitar mayor deterioro del medio ambiente? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Cada cual en la medida que contamina 1

Todos por igual 2

Nadie, porque no hay deterioro del medio ambiente 3

NS/NR 0

NO LEER

P52ST.A ¿Cuánto cree Ud. que el cambio climático global afecta a su país? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE**

UNA EN P52ST.A) P52ST.B ¿Y cuánto lo afecta a Ud. y a

su familia? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA EN**

P52ST.B) P52ST.A P52ST.B

Mucho..... 1 1

Algo 2 2

Poco 3 3

Nada 4 4

NS/NR 0 0 **NO LEER**

P53ST ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más

de acuerdo? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Se debería dar prioridad al desarrollo de la economía aunque signifique dañar el medio ambiente

..... 1

Se debería dar prioridad a la protección del medio ambiente, aunque signifique que el

desarrollo de la economía sea más lento 2

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P54ST. (MOSTRAR TARJETA 15) A continuación le nombraré

una serie de líderes y presidentes. Quiero que los

evalúe en una escala de 0 a 10, en la que "0"

significa que su valoración es "muy mala" y "10" que

es "muy buena". ¿O no los conoce suficiente para

opinar? **(LEA CADA NOMBRE, Y ANOTE EN EL CASILLERO EL**

NUMERO QUE RESPONDAN) NO 0-10 CONOCE NS NR

P54ST.1 Juan Manuel Santos 96 98 99

P54ST.2 José Mujica 96 98 99

P54ST.3 Fidel Castro 96 98 99

P54ST.4 Dilma Rouseff 96 98 99

P54ST.5 Hugo Chávez 96 98 99

P54ST.6 Sebastián Piñera 96 98 99

P54ST.7 Evo Morales 96 98 99

P54ST.8 Cristina Fernández

de Kirchner

96 98 99

P54ST.9 Ollanta Humala 96 98 99

P54ST.10 Barack Obama 96 98 99

P54ST.11 Felipe Calderón 96 98 99

P54ST.12 Rey Juan Carlos 96 98 99

P54ST.13 José Luis

Rodríguez Zapatero

96 98 99

P54ST.14 Rafael Correa 96 98 99

P54ST.15 Fernando Lugo 96 98 99

P54ST.16 Daniel Ortega 96 98 99

P54ST.17 Laura Chinchilla 96 98 99

P54ST.18 Mauricio Funes 96 98 99

AHORA LE PREGUNTAREMOS SOBRE EL (NACIONAL) Y EL ESTADO

P55N (MUESTRE TARJETA 16) Por lo que Ud. sabe o ha

oído, de la lista en la tarjeta ¿cuál diría Ud. que es

mejor en su país? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

La educación 1

La salud 2

La justicia 3

La política económica 4

La política social 5

La política de seguridad 6

La defensa del país 7

Ninguno 8 **NO LEER**
 No sabe 9
 No responde 0
P56N. (MOSTRAR TARJETA 17) ¿Cuáles de las siguientes políticas públicas lo han beneficiado a Ud. y a su familia, mejorando su situación? (**MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE**)
 La política de Salud 1
 La política de Educación 2
 La política de Vivienda 3
 La política de Justicia 4
 La política contra la delincuencia 5
 La política contra la drogadicción 6
 La política contra el narcotráfico 7
 La política contra la corrupción 8
 Ninguna 9 **NO LEER**
 No sabe 98
 No responde 00
P57N.A ¿Cuánto ha hecho el Estado por usted y su familia en los últimos 3 años? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P57N.A**) **P57N.B.** ¿Y cuánto ha hecho por el desarrollo del país? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P57N.B**)
P57N.A P57N.B
 Mucho 1 1
 Algo 2 2
 Poco 3 3
 Nada 4 4
 No sabe 8 8 **NO LEER**
 No responde 0 0
P58N.A ¿En qué medida cree Ud. que el Estado puede resolver el problema de la delincuencia, el Estado puede resolver...? (**LEA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA SOLA EN P58N.A**) **P58N.B** ¿Y el problema del narcotráfico? (**LEA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA SOLA EN P58N.B**) **P58N.C** ¿Y el problema de la corrupción? (**LEA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA SOLA EN P58N.C**) **P58N.D** ¿Y el problema de la pobreza? (**LEA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA SOLA EN P58N.D**)
P58N.A P58N.B P58N.C P58N.D
 Todo el problema 1 1 1 1
 Gran parte del problema 2 2 2 2
 Una pequeña parte del problema 3 3 3 3
 El Estado no puede resolver

el problema 4 4 4 4
 No sabe 8 8 8 8 **NO LEER**
 No responde 0 0 0 0
5
P59N.A (MUESTRE TARJETA 18) En una escala de 1 a 10, en donde 1 es "nada eficiente" y 10 es "totalmente eficiente", dígame ¿qué tan eficiente es el Estado?
(MARQUE UNA RESPUESTA Y SIGA) P59N.B ¿Y los funcionarios públicos? (ESPERE RESPUESTA Y SIGA)
P59N.C ¿Y los trámites que hacen los ciudadanos en el Estado? (**ESPERE RESPUESTA**)
1-10 NS NR
P59N.A El estado 98 00
P59N.B Funcionarios públicos 98 00
P59N.C Los trámites que hacen los ciudadanos en el Estado 98 00
P60N. Por lo que Ud. sabe o ha oído, en una escala de 1 a 100, donde "1" es "nada transparente" y "100" es "completamente transparente", ¿Qué tan transparente considera Ud. que es el Estado de (país)? (**ANOTE NÚMERO DEL 1 AL 100**)
NO LEER No sabe...998 No responde....000
P61ST. (MOSTRAR TARJETA 19) ¿Diría Ud. que los (nacionalidad)...? (**LEA CADA ÍTEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO**)
MUCHO BASTANTE POCO NADA NS/NR
P61ST.A Cumplen las leyes 1 2 3 4 0
P61ST.B Son exigentes de sus derechos 1 2 3 4 0
P61ST.C Son conscientes de sus obligaciones y deberes ... 1 2 3 4 0
P62N (MOSTRAR TARJETA 20) ¿Cuáles de los siguientes grupos cree Ud. que cumple menos con las leyes?
(MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE)
 Los ricos 1
 La clase media 2
 Los pobres 3
 Las mujeres 4
 Los jubilados 5
 Las empresas 6
 Los políticos 7
 Los millonarios 8
 Los medios de comunicación 9
 Las autoridades 10
 Los parlamentarios 11
 Los estudiantes 12
 Los sacerdotes 13

Los empleados 14
Los funcionarios públicos 15
No sabe 98

LEER

No responde 00

P63ST ¿Se describiría Ud. como parte de un grupo que es discriminado en (país) o no? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Si.....1 No.....2 NS/NR.....0 NO LEER

P64ST/N Imagínese que el total de (nacionalidad) son 100. ¿Cuántos de esos 100 cree Ud. que son discriminados o no hay nadie discriminado? (ANOTE UN

NUMERO ENTRE 0 Y 100 EN P64ST.A) P64N.B ¿y cuántos de esos 100 son discriminados por su raza? (ANOTE UN NÚMERO ENTRE 0 Y 100 EN P64ST.B)

P64ST.A _____ NO LEER No hay nadie...998 NS/NR...999

P64N.B _____ NO LEER No hay nadie...998 NS/NR...999

P65ST. ¿Cree Ud. que el Estado tiene los medios para resolver los problemas de nuestra sociedad o cree Ud. que el Estado no tiene los medios para resolverlos? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Tiene los medios 1
No tiene los medios 2
No sabe o No responde 0 NO LEER

P66ST (MOSTRAR TARJETA 21) ¿Diría Ud. que se encuentra muy satisfecho(1), más bien satisfecho(2), no muy satisfecho(3) o nada satisfecho(4), con la manera como funcionan... (LEA CADA ITEM Y MARQUE UNA

ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MS MBS NMS NS NS/NR

P66ST.A Los hospitales públicos 1 2 3 4 0
P66ST.B La educación pública ... 1 2 3 4 0
P66ST.C La policía 1 2 3 4 0
P66ST.D El sistema judicial 1 2 3 4 0
P66ST.E El lugar donde saca el documento de identidad 1 2 3 4 0

P67ST. (MOSTRAR TARJETA 22) ¿Diría Ud. que se encuentra muy satisfecho(1), más bien satisfecho(2), no muy satisfecho(3) o nada satisfecho(4), con... (ITEM)

o no cuenta Ud. con estos servicios donde vive (9)?

(LEA CADA ITEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MS MBS NMS NS NC NS/NR

P67ST.A La disponibilidad de áreas verdes y espacios públicos en su municipio 1 2 3 4 9 0
P67ST.B Los servicios municipales en general 1 2 3 4 9 0
P67ST.C Los caminos y la

pavimentación 1 2 3 4 9 0

P67ST.D El transporte público 1 2 3 4 9 0

P67ST.E La recolección de basura 1 2 3 4 9 0

P67ST.F El alcantarillado ... 1 2 3 4 9 0

P68ST. Los servicios públicos estatales que se han privatizado (de agua, luz etc). Tomando en cuenta el precio y la calidad ¿está Ud. hoy día mucho más satisfecho, más satisfecho, menos satisfecho o mucho menos satisfecho con los servicios privatizados? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Mucho más satisfecho 1
Más satisfecho 2
Menos satisfecho 3
Mucho menos satisfecho 4
No sabe 8 NO LEER

No aplicable 9
No responde 0

P69ST/N. (MOSTRAR TARJETA 2) Está Ud. muy de acuerdo(1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con cada una de las frases que le voy a leer (LEA CADA AFIRMACIÓN Y MARQUE UNA

ALTERNATIVA PARA CADA UNA) MA A ED MD NS NR NA

P69ST.A La empresa privada es indispensable para el desarrollo del país 1 2 3 4 8 0

P69ST.B La economía de mercado es el único sistema con el que (país) puede llegar a ser desarrollado..... 1 2 3 4 8 0

P69ST.C Las privatizaciones de las empresas estatales han sido beneficiosas para el país 1 2 3 4 8 0 9

P69N.D Las empresas (nacionalidad) que han invertido en otros países de América Latina, ayudan a la integración de la región 1 2 3 4 8 0

P69N.E Los (nacionales) que trabajan y estudian en el extranjero contribuyen al desarrollo del país 1 2 3 4 8 0

P70ST/N. ¿Cuántos días en la semana pasada miró Ud.

las noticias políticas en televisión abierta? (ESPERE RESPUESTA, ANOTE EL NUMERO DE DIAS EN P70ST.A) (LEA CADA UNA Y MARQUE UNA RESPUESTA. DÍAS NIN NS NR

P70ST.A. Cuántos días miró noticias políticas en televisión abierta

96 98 00
P70ST.B. Cuántos días leyó
noticia políticas en un Diario
/periódico

96 98 00
P70ST.C. Cuántos días escucho
Ud. noticias políticas en la
radio

96 98 00
P70ST.D. Cuántos días leyó Ud.
noticias políticas en Internet

96 98 00
P70N.E Cuántos días miró Ud.
noticias políticas en TV por
Cable

96 98 00
P70N.F Cuántos días conversó
Ud. sobre noticias políticas
con amigos, familia, medios
informales

96 98 00
P70N.G Cuántos días leyó Ud.
noticias políticas por Redes
sociales

96 98 00
P71ST. (MOSTRAR TARJETA 23) En una escala de
1 a 10,
donde 1 es "para nada justificable" y 10 es
"totalmente justificable", ¿cuán
justificable cree Ud.
que es evadir impuestos? (ANOTE RESPUESTA
EN P71ST.A)
¿Y simular estar enfermo para no ir a
trabajar? (ANOTE
RESPUESTA EN P71ST.B) ¿Y comprar algo que
sabía que
era robado? (ANOTE RESPUESTA EN P71ST.C) ¿Y
comprar
algo que sabía que era pirata? (ANOTE
RESPUESTA EN
P71N.D)
PARA NADA
JUSTIFICABLE
TOTALMENTE
JUSTIFICABLE
01 02 03 04 05 06 07 08 09 10
No sabe...98 No responde...00 NO LEER
P71ST.A Evadir impuestos

P71ST.B Simular estar enfermo
para no ir a trabajar

P71ST.C Comprar algo que sabía
que era robado

P71N.D Comprar algo que sabía que era
pirata

P72ST. (MOSTRAR TARJETA 24) Por lo que Ud.
sabe o ha
oído, en una escala de 1 a 100, donde "1"
es "ninguno"

y "100" es "todos", ¿Cuántos son los
(nacionalidad)
que teniendo que pagar impuestos, los pagan
debidamente? (ANOTE UN NÚMERO DEL 1 AL 100)

NO LEER No sabe..998 No
responde....000

P73ST. Considerando todo, ¿cree Ud. que los
niveles de
impuestos que se pagan en (país) son muy
altos, altos,
bajos o muy bajos, o están bien como están?

(ESPERE
RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Muy altos 1
Altos 2
Bajos 3
Muy bajos 4
Están bien como están 5
No sabe 8 NO LEER
No responde 0

6
P74ST. En general respecto de los impuestos,
¿tiene
Ud. confianza en que el dinero de los
impuestos será
bien gastado por el Estado?

- Sí 1
No 2
NS/NR 0 NO LEER

P75N. En su opinión, ¿las noticias exageran
la
violencia que está sucediendo en (país), o
lo que
dicen las noticias se quedan cortas con la
realidad?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA)

- Exageran
..... 1
Se quedan cortas
..... 2
No sabe
..... 8 NO
LEER

No responde 0
P76ST. (MOSTRAR TARJETA 25) En política se
habla
normalmente de "izquierda" y "derecha". En
una escala
dónde "0" es la "izquierda" y "10" la
"derecha",
¿dónde se ubicaría Ud.? (ESPERE RESPUESTA
Y MARQUE UNA
SOLA)

IZQUIERDA DERECHA
00 01 02 03 04 05 06 07 08 09 10
Ninguno...97 No sabe...98 No responde...99
NO LEER

AHORA LE PREGUNTAREMOS POR SEGURIDAD
CIUDADANA
P77ST ¿Cómo calificaría la seguridad
ciudadana en el
país? Diría Ud. que es... (LEA ALTERNATIVAS
Y MARQUE
UNA SOLA RESPUESTA)

- Muy buena
..... 1
Buena
..... 2
Regular
..... 3
Mala
..... 4
Muy mala
..... 5

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P78ST. ¿Cuán frecuentemente se preocupa Ud. de que pueda llegar a ser víctima de un delito con violencia?

(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

- Todo o casi todo el tiempo 1
Algunas veces 2
Ocasionalmente 3
Nunca 4

NS/NR 0

NO LEER

P79ST. (MOSTRAR TARJETA 26) ¿Cree Ud. que la delincuencia ha aumentado mucho o poco, ha permanecido igual o ha disminuido poco o mucho en los últimos doce meses?

(ESPERE Y MARQUE UNA SOLA ALTERNATIVA)

- Aumentado mucho 1
Aumentado poco 2
Permanecido igual 3
Disminuido poco 4
Disminuido mucho 5
No sabe 8 **NO LEER**

P80ST.A ¿Ha sido Ud. (1) o algún pariente (2) asaltado, agredido, o víctima de un delito en los últimos doce meses? **(ESPERE RESPUESTA, SI DICE SI PREGUNTAR ¿UD.UN PARIENTE O AMBOS? MARQUE UNA SOLA EN P80ST.A)**

UD.PAR.AMB NO NS NR

P80ST.A Asaltado/ agredido/ víctima de delito 1 2 3 4 8 0

P80N.B (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 o 3 EN P80ST.A) ¿Fue un delito con violencia o sin violencia? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

- Con violencia 1
Sin violencia 2
No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0
No aplica 9

P80ST.C Después de cometido este hecho, ¿a quién recurrieron? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

- A la policía 1
A las autoridades judiciales 2
A la seguridad privada 3
Otros 4
A nadie 5
No recuerda 6
No responde 0 **NO LEER**

No aplica 9
P80ST.D ¿Ha sabido Ud. de algún amigo o pariente que haya consumido drogas en los últimos doce meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN P80ST.D)**

P80ST.E ¿Ha sabido Ud., de alguien que haya participado en una compra o venta de drogas en los últimos doce meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN P80ST.E)**

P80ST.F ¿Ha sabido Ud., o algún pariente de algún acto de corrupción en los últimos doce meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN P80ST.F)**

SI NO NS NR

P80ST.D Consumo de drogas 1 2 8 0

P80ST.E Narcotráfico (compra)/ venta de drogas 1 2 8 0

P80ST.F Acto de corrupción 1 2 8 0

P81ST. ¿Cuánto cree Ud. que se ha progresado en reducir la corrupción en las instituciones del Estado en estos últimos 2 años? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Mucho 1

Algo 2

Poco 3

Nada 4

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P82N ¿Usted o algún miembro de su hogar tiene un arma de fuego? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Sí 1

No 2

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P83N. (MOSTRAR TARJETA 2) Está Ud. muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con cada una de las medidas para combatir el consumo de drogas y narcotráfico **(LEA CADA FRASE Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNA)**

MA DA ED MDA NS/NR

P83N.A Legalizar el consumo . 1 2 3 4 0

P83N.B Cooperar más con EEUU 1 2 3 4 0

P83N.C Cooperar más entre los países de la región 1 2 3 4 0

P83N.D Mayor cooperación de los países consumidores 1 2 3 4 0

P84ST En general, ¿puede Ud. decir que vivir en (país) es cada día más seguro, igual de seguro o más inseguro? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Más seguro 1

Igual de seguro 2

Más inseguro 3

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P85ST. ¿Cómo se siente en el barrio donde vive? (LEA

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

Muy seguro 1
 Medianamente seguro 2
 Un poco inseguro 3
 Muy inseguro 4
 No sabe 8

NO LEER

No responde 0

P86N. ¿Cuál es el delito organizado que se comete con más frecuencia en (país)? (ANOTE TEXTUAL LO QUE LE

DIGAN)

Ninguno...97 NS/NR..00 **NO LEER**

SOCIODEMOGRÁFICAS

S1NICC7. Cambiando de tema ¿Cuánto cree Ud. que subirán los precios de las cosas dentro de los

próximos 12 meses? (LEA ALTERNATIVAS Y

MARQUE UNA SOLA)

Mucho 1
 Bastante 2
 Poco 3
 Nada 4
 No sabe o no responde 0 **NO LEER**

S2NICC8. Y en cuanto al nivel de desempleo dentro de

los próximos 12 meses, ¿cree Ud. que habrá más

desempleo, aproximadamente el mismo o menos

desempleo que en la actualidad? (ESPERE RESPUESTA Y

MARQUE UNA SOLA)

Habrá mayor nivel de desempleo 1
 Habrá el mismo nivel 2
 Habrá menor nivel de desempleo 3

No sabe o no responde 0 **NO LEER**

S3NICC10. Ahora imaginemos la siguiente

situación. Si un familiar suyo dispusiera de algún dinero para depositar o colocar en un banco, ¿Ud., que le

recomendaría? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

Lo coloque o deposite en moneda nacional ... 1
 Lo coloque o deposite en moneda extranjera . 2
 No sabe o no responde 0 **NO LEER**

..... 0 **NO LEER**

S4NICC11. Y dónde le diría que lo coloque:

¿en el país

o en el extranjero? (ESPERE RESPUESTA Y

MARQUE UNA SOLA)

En el país 1
 En el extranjero 2

No sabe o no responde 0 **NO LEER**

S5NICC5.A ¿Cree que éste es un buen momento para

realizar compras como por ejemplo electrodomésticos?

(SI ES NECESARIO, ACLARAR QUE ES EN GENERAL, NO

SITUACIÓN PERSONAL) (ESPERE RESPUESTA Y ANOTE EN

S5NICC5.A Y SIGA). S5NICC6.B ¿Cree que es un buen

momento para realizar compras más importantes como

autos, o para comprar una casa? (ACLARAR QUE ES EN GENERAL, ANOTE UNA RESPUESTA EN S5NICC6.B). S5NICC5.A S5NICC6.B

Sí 1 1

No 2 2

NS/NR 0 0 **NO LEER**

7

S6A Ha tenido Ud. y su familia dificultades en los

últimos 12 meses para pagar las cuentas de agua,

luz/electricidad? (ESPERE RESPUESTA, MARQUE UNA SOLA EN

S6A Y SIGA)S6B ¿Y se ha quedado sin dinero

para comprar

la comida?(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN S6B)

SI NO NS/NR

S6A. Agua, Luz/Electricidad .. 1 2 0

S6B. Comida 1 2 0

S7N. En los últimos doce meses, ¿cuán seguido usted o

su familia no han tenido suficiente comida para

alimentarse?

Nunca 1

Rara vez 2

Algunas veces 3

Seguido 4

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

S8. ¿Cómo cubre generalmente usted sus gastos de

salud? (ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA SOLA)

(NOTA:

ADAPTAR SEGÚN CADA PAÍS)

Seguro Privado 1

Seguro Público 2

Ambos 3

No tiene Seguro 4

NS/NR 0 **NO LEER**

S9. ¿Cuán preocupado diría Ud. que está de quedar sin

trabajo o de estar desempleado durante los próximos

doce meses o no tiene Ud. trabajo? (LEA ALTERNATIVAS Y

MARQUE UNA SOLA)

Muy preocupado..... 1

Preocupado..... 2

Poco preocupado..... 3

No está preocupado.. 4

No tiene trabajo.....5 (CESANTES,

ESTUDIANTES,

DUEÑAS DE CASA, JUBILADOS)

NS/NR..... 0 **NO LEER**

S10ICC12. El salario o sueldo que Ud.

percibe y el total del ingreso familiar, ¿Le permite cubrir

satisfactoriamente sus necesidades? ¿En cuál de estas

situaciones se encuentra Ud.?(LEA

ALTERNATIVAS Y

MARQUE UNA SOLA)

Les alcanza bien, pueden

ahorrar.....1

Les alcanza justo, sin grandes

dificultades..2

No les alcanza, tienen

dificultades.....3

No les alcanza, tienen grandes dificultades..4 _____

No sabe.....8

NO

No responde.....0

LEER

S11.A ¿Cuál es su idioma materno? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN S11.A) S11.B (PARA SER CONTESTADA**

POR EL ENCUESTADOR) Idioma en que fue aplicado este

cuestionario **S11.A S11.B**

Idioma materno Idioma aplicación

Español 1 1

Portugués 2 2

Lengua autóctona/Indígena 3 3

Otra 4 4

S12NE Por favor, dígame si Ud. se ubica en alguna de

estas condiciones (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE TODAS LAS**

QUE MENCIONE).

MENCIONA NO MENCIONA

S12NE.A Está cursando algún

Nivel del sistema educativo 1 0

S12NE.B Es docente o funcionario de alguna institución educativa 1 0

S12NE.C Tiene hijos cursando algún nivel del sistema educativo 1 0

S13NE. ¿En qué tipo de establecimiento cursó Ud. su

educación secundaria, público o privado?

(**ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Público 1

Privado 2

No tiene estudios de secundaria 3 **NO LEER**

NS/NR 0

S14. La gente algunas veces se describe a sí misma

como perteneciendo a una clase social. Ud. se describiría como perteneciendo a la

clase... (**LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

Alta 1

Media Alta 2

Media 3

Media Baja 4

Baja 5

No sabe 8 **NO**

LEER

No responde 0

S15. ¿Cuál es su estado civil? (**LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

1 2 3 0

Casado/

Conviviente

Soltero Separado/Divorciado/

Viudo

NS/NR

S16. Sexo del entrevistado (**SOLO ANOTAR NO**

PREGUNTAR)

Masculino.....1 Femenino.....2

S17. ¿Cuál es su edad?

(**ANOTE EL NÚMERO DE AÑOS CUMPLIDOS)**

S18. ¿Cuál es su religión? (**ESPERE**

RESPUESTA Y ANOTE

LO QUE LE DIGAN)

Ninguna...97 No sabe...98 No responde...00

NO LEER

SI CONTESTA QUE TIENE UNA RELIGION

S18.A. ¿Y cómo se considera Ud.?(**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Muy practicante.....1

Practicante.....2

No muy practicante...3

No practicante.....4 _____

No sabe.....8 **NO LEER**

No responde.....0

No aplicable.....9 (**SIN RELIGIÓN)**

S19. ¿Es Ud. en la casa el que más

contribuye al

ingreso familiar? ¿Es Ud. el jefe de

familia? (**ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Sí.....1 (**ES JEFE DE FAMILIA)**

No.....2

SI NO ES JEFE DE FAMILIA NO OLVIDAR APLICAR EDUCACIÓN

Y OCUPACIÓN DE JEFE DE FAMILIA:

S29;S30;S31A;S31B;S33

S20. ¿A qué edad terminó Ud. su educación (educación

de tiempo completo)?(**ANOTE TEXTUAL EL**

NÚMERO QUE LE

DIGAN)

No estudió...96 Está estudiando... 97 **NO**

LEER

No sabe/no recuerda...98 No responde...00

S21. ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último

año cursado?(**ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO**

QUE LE DIGAN

Y PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué,

instituto de

qué..., etc.?(**ANOTAR AÑO)**

S22. Y sus padres, ¿qué estudios han

realizado? (**ANOTE**

TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...) ¿Escuela

técnica de

qué, instituto de qué..., etc.?(**ANOTAR**

AÑO)(CODIFICAR

SEGÚN PADRE QUE TENGA MAYOR NIVEL

EDUCACIONAL)

NOTA: EN S21 Y S22 SE REQUIERE ANOTAR AÑOS

DE ESTUDIO

EJ: 1º AÑO DE INSTITUTO SUPERIOR, 3º AÑO

ARQUITECTURA

NO SIRVE COLOCAR EJ: ARQUITECTURA/ INSTITUTO

SUPERIOR

S23A. ¿Cuál es su situación ocupacional

actual?(**LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA RESPUESTA. SIGA

LAS FLECHAS

PARA SEGUIR PREGUNTANDO)

Independiente/cuenta propia...1 **PASE A S24**

Asalariado en emp. pública...2 **PASE A S24**

Asalariado en emp. privada...3 **PASE A S24**

Temporalmente no trabaja.....4 **PASE A S23B**

Retirado/pensionado.....5 **PASE A S23B**

No trabaja/ responsable

de las compras

y el cuidado de la casa.....6 **PASE A S25**

Estudiante.....7 **PASE A S25**

S23B. (PARA LOS QUE CONTESTAN 4 O 5 EN S23A)

¿Cuál era su situación ocupacional

anteriormente? (**ANOTE TEXTUAL LO QUE LE**

DIGAN Y

MARQUE BAJO "PAS" LO QUE CORRESPONDA)

S24. (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 O 3 EN S23A)

¿Qué tipo de trabajo hace Ud.?(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y MARQUE BAJO "ACT" LO QUE CORRESPONDA, DE ACUERDO A SI ES TRABAJADOR DEPENDIENTE O INDEPENDIENTE)

- S24 S23B "A".INDEPENDIENTE-CUENTA PROPIA ACT. PAS. .Profesional (doctor, abogado, contador, arquitecto).....1 1 .Dueño de negocio.....2 2 .Agricultor/Pescador.....3 3 .Trabajador por cuenta propia, ambulante.....4 4 "B". ASALARIADO, EMPLEADO .Profesional.....5 5 .Alto ejecutivo (Gerente, Director)...6 6 .Ejecutivo de mando medio7 7 .Otro empleado.....8 8 .No aplicable.....9 9

S25. ¿Es Ud. ciudadano (nacionalidad)? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

1 2 0 Si No NO/NR

S26. ¿Ud. y su familia han pensado en la posibilidad concreta de ir a vivir a otro país? (ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

1 2 0 Si No NS/NR

S27. ¿A qué raza se considera perteneciente Ud.?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Asiático(a) 1 Negro(a) 2 Indígena 3 Mestizo(a) 4 Mulato(a) 5 Blanco(a) 6 Otra raza 7 No sabe 8 NO LEER No responde 0

8 S28. ¿Ud. o algún miembro de su hogar posee alguno de los siguientes bienes?(LEA CADA UNO DE LOS BIENES Y MARQUE UNA RESPUESTA PARA CADA UNO)

- SI NO NR A. Una vivienda donde los padres tienen una habitación distinta de los hijos .. 1 2 0 B. Heladera/ refrigerador 1 2 0 C. Casa propia 1 2 0 D. Computador/a 1 2 0 E. Lavarropas/Lavadora 1 2 0 F. Teléfono red fija 1 2 0 G. Teléfono celular/móvil 1 2 0 H. Auto 1 2 0 I. Agua potable (cañerías, entubada) .. 1 2 0 J. Agua caliente de cañería 1 2 0 K. Alcantarillado/Cloacas 1 2 0 L. Baño con ducha 1 2 0

PREGUNTAS APLICADAS SÓLO SI EL ENTREVISTADO NO ES EL JEFE DE FAMILIA (CUANDO ENTREVISTADO NO ES QUIEN CONTRIBUYE MÁS AL INGRESO EN EL HOGAR).

S29. ¿A qué edad terminó su educación el Jefe de familia (educación de tiempo completo)?(ANOTE TEXTUAL EL NÚMERO QUE LE DIGAN) No estudió.... 96 Está estudiando... 97 NO LEER

No sabe/recuerda..98 No responde..00 No aplicable..99

S30. Y el jefe de la familia, ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado? (ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...)

¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.?(ANOTAR AÑO)

No estudió...96 No sabe/ No recuerda...98 NO LEER

No Aplicable..99

NOTA: En S30 SE REQUIERE ANOTAR AÑOS DE ESTUDIO EJ:

1º AÑO DE INSTITUTO SUPERIOR, 3º AÑO ARQUITECTURA

NO SIRVE COLOCAR EJ: ARQUITECTURA/ INSTITUTO SUPERIOR

S31A. ¿Cuál es la situación ocupacional del Jefe de

Familia? (LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA RESPUESTA.

SIGA LAS FLECHAS PARA SEGUIR PREGUNTANDO)

Independiente/cuenta propia1 PASE A S32

Asalariado en emp. pública.....2 PASE A S32

Asalariado en emp. privada.....3 PASE A S32

Temporalmente no trabaja.....4 PASE A S31B

Retirado/pensionado.....5 PASE A S31B

No trabaja/ responsable de las compras y el cuidado de la casa....6 PASE A S33

Estudiante.....7 PASE A S33

No aplicable.....9

S31B. (PARA LOS QUE CONTESTAN 4 O 5 EN S31A)

¿Cuál era la situación ocupacional del jefe de familia

anteriormente? (ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y

MARQUE BAJO "PAS" LO QUE CORRESPONDA) S32. (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 O 3 EN S31A)

¿Qué tipo de trabajo hace el Jefe de familia?

(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y MARQUE BAJO "ACT" LO QUE CORRESPONDA DE ACUERDO A SI ES TRABAJADOR DEPENDIENTE O INDEPENDIENTE)

S32 S31B "A".INDEPENDIENTE-CUENTA PROPIA ACT. PAS.

- .Profesional (doctor, abogado, contador, arquitecto).....1 1 .Dueño de negocio.....2 2 .Agricultor/Pescador.....3 3 .Trabajador por cuenta propia, ambulante.....4 4

"B". ASALARIADO, EMPLEADO
 .Profesional.....5 5
 .Alto ejecutivo (Gerente, Director)...6 6
 .Ejecutivo de mando medio7 7
 .Otro empleado.....8 8
 .No aplicable.....9 9
 .No responde/sin dato.....0 0

A TODOS

S33ST ¿Alguna vez en su vida ha usado Ud. correo electrónico o se ha conectado a Internet?

(LEA

ALTERNATIVAS, MARQUE UNA SOLA Y SIGA)

Sí, todos los días.....1 **PASE A S33ST.A Y S33ST.B**

Sí, ocasionalmente.....2 **PASE A S33ST.A Y S33ST.B**

Sí, casi nunca.....3 **PASE A S33ST.A Y S33ST.B**

No, nunca.....4 **PASE A S34**

NS/NR.....0 **PASE A S34**

S33ST.A. (SÓLO PARA QUIENES USAN INTERNET)

Independientemente del lugar donde accede a Internet, ¿Para qué lo usa Ud.?(LEA

ALTERNATIVAS

Y MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE)

Para usar el correo electrónico/
 e-mail/ Messenger 1
 Para buscar información 2
 Para entretenerse 3
 Para trabajar 4
 Para estudiar 5
 Hacer trámites 6
 Hacer compras 7
 Otro 8

NO LEER

NS/NR 0

No Aplicable 9

S33ST.B (MOSTRAR TARJETA 27) ¿Usa Ud. alguno de

los siguientes servicios de redes sociales si es

que Ud. usa alguno? **(MARQUE TODOS LOS QUE MENCIONE)**

Facebook 01 Hi5 06
 MySpace 02 Windows Live Space ... 07
 Youtube 03 Sonico 08
 Orkut 04 Friendster 09
 Twitter 05

Otro 96 No usa 97 No Responde 00

No aplicable 99

S34. APRECIACION DEL NIVEL SOCIOECONOMICO DEL

ENTREVISTADO. Tomar como punto de referencia: CALIDAD

DE LA VIVIENDA, CALIDAD DE AMUEBLADO Y APARIENCIA

GENERAL DEL ENTREVISTADO.

Muy bueno..... 1 Malo..... 4

Bueno..... 2 Muy malo..... 5

Regular..... 3

PARA SER CONTESTADA POR ENCUESTADOR

Q1. ¿Los entrevistados encontraron alguna de las preguntas ofensivas, íntimas o indiscretas

para ser respondidas? **(ANOTE LAS QUE RECUERDE)**

P _____ P _____ P _____ P _____ P _____

Q2. ¿Qué sección de las preguntas fueron para

Ud. incómodas o difíciles de preguntar?

(ANOTE

LAS QUE RECUERDE)

P _____ P _____ P _____ P _____ P _____

CODIFIQUE. SI NO

A. Preg. económicas.....1 0

B. Preg. políticas.....1 0

C. Preg. sobre democracia.....1 0

D. Preg. Relaciones internacionales.1 0

E. Preg. Sociodemográficas.....1 0

Q3. Pensando en la entrevista en general, ¿Cómo encontraron los entrevistados la duración de la entrevista?

Muy

larga.....1

Un poco

larga.....2

No hubo reacción en cuanto a la duración....3

SOLO PARA CODIFICAR. NO MARQUE CODIGOS

RESUMEN EDUCACION

REEDUC 1

REEDUC 2

REEDUC 3

RESUMEN EDAD

REEDAD

DECLARO QUE ESTA ENTREVISTA ESTÁ REALIZADA DE ACUERDO

A LAS INSTRUCCIONES DE LA MUESTRA ENTREGADA Y SON AUTÉNTICAS

OBSERVACIONES VOLUNTARIAS ADICIONALES

FIRMA DEL SUPERVISOR

ANEXO 2

Voice and Accountability

Voice and accountability captures perceptions of the extent to which a country's citizens are able to participate in selecting their government, as well as freedom of expression, freedom of association, and a free media. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Representative Sources

EIU	Democracy Index Vested interests Accountability of Public Officials Human Rights Freedom of association
FRH	Political Rights (FRW) Civil Liberties (FRW) Press Freedom Index (FRP) Media (FNT) Civil Society (FNT) Electoral Process (FNT)
GCS	Transparency of government policymaking Freedom of the Press Favoritism in Decisions of Government Officials Effectiveness of Law-Making Body
GWP	Confidence in honesty of elections
HUM	Restrictions on domestic and foreign travel (CIRI) Freedom of political participation (CIRI) Imprisonments because of ethnicity, race, or political, religious beliefs (CIRI) Freedom of Speech (CIRI)
IPD	Freedom of elections at national level Are electoral processes flawed? Do the representative Institutions (e.g. parliament) operate in accordance with the formal rules in force (e.g. Constitution)? Freedom of the Press (freedom of access to information, protection of journalists, etc.) Freedom of Association Freedom of assembly, demonstration Respect for the rights and freedoms of minorities (ethnic, religious, linguistic, immigrants...) Is the report produced by the IMF under Article IV published? Reliability of State budget (completeness, credibility, performance...) Reliability of State accounts (completeness, audit, review law...) Reliability of State-owned firms' accounts Reliability of basic economic and financial statistics (e.g. national accounts, price indices, foreign trade, currency and credit, etc.). Reliability of State-owned banks' accounts Is the State economic policy (e.g. budgetary, fiscal, etc.)... communicated? Is the State economic policy (e.g. budgetary, fiscal, etc.)... publicly debated? Degree of transparency in public procurement Freedom to leave the country (i.e. passports, exit visas, etc.) Freedom of entry for foreigners (excluding citizens of countries under agreements on free movement, e.g. Schengen Area, etc.) Freedom of movement for nationals around the world Genuine Media Pluralism Freedom of access, navigation and publishing on Internet
PRS	Military in politics Democratic accountability
RSF	Press Freedom Index
WMO	Institutional permanence: An assessment of how mature and well-established the political system is. It is also an assessment of how far political opposition operates within the system or attempts to undermine it from outside.

Representativeness: How well the population and organised interests can make their voices heard in the political system. Provided representation is handled fairly and effectively, it will ensure greater stability and better designed policies.

Non-representative Sources

AFR	How much do you trust the parliament? Overall, how satisfied are you with the way democracy works in your country? Free and fair elections
BTI	Political Participation (SI) Stability of Democratic Institutions (SI) Political and Social Integration (SI)
CCR	Civil Liberties Accountability and public voice
GII	Civil Society Organizations Media Public Access to Information Voting & Citizen Participation Election Integrity Political Financing Elections Public Management Access to Information and Openness Rights
IFD	Policy and legal framework for rural organizations Dialogue between government and rural organizations
IRP	Africa Electoral index
LBO	Satisfaction with democracy Trust in Parliament
MSI	Media Sustainability Index
OBI	Open Budget Index
VAB	Trust in parliament Satisfaction with democracy
WCY	Transparency of government policy
WJP	Factor 1: Limited Government Powers Factor 4: Fundamental Rights Factor 5: Open Government

Code Data Source Name

ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey

PRS Political Risk Services International Country Risk Guide
RSF Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR US State Department Trafficking in People report
VAB Vanderbilt University Americas Barometer
WCY Institute for Management and Development World
WJP World Justice Project Rule of Law Index
WMO Global Insight Business Conditions and Risk Indicators

ANEXO 3

Political Stability and Absence of Violence/Terrorism

Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood of political instability and/or politically- motivated violence, including terrorism. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Representative Sources

EIU	Orderly transfers Armed conflict Violent demonstrations Social Unrest International tensions / terrorist threat
GCS	Cost of Terrorism
HUM	Frequency of political killings (CIRI) Frequency of disappearances (CIRI) Frequency of tortures (CIRI) Political terror scale (PTS)
IJT	Security Risk Rating
IPD	Intensity of internal conflicts: ethnic, religious or regional Intensity of violent activities...of underground political organizations Intensity of social conflicts (excluding conflicts relating to land)
PRS	Government stability Internal conflict External conflict Ethnic tensions
WMO	<i>Civil unrest</i> How widespread political unrest is, and how great a threat it poses to investors. Demonstrations in themselves may not be cause for concern, but they will cause major disruption if they escalate into severe violence. At the extreme, this factor would amount to civil war.

Terrorism Whether the country suffers from a sustained terrorist threat, and from how many sources. The degree of localisation of the threat is assessed, and whether the active groups are likely to target or affect businesses.

Non-representative Sources

WCY	The risk of political instability is very high
WJP	Factor 3.2: Civil conflict is effectively limited (Order and Security)

Code	Data Source Name
ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition Report
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media Sustainability Index
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey
PRS	Political Risk Services International Country Risk Guide

RSF	Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR	US State Department Trafficking in People report
VAB	Vanderbilt University Americas Barometer
WCY	Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook
WJP	World Justice Project Rule of Law Index
WMO	Global Insight Business Conditions and Risk Indicators

ANEXO 4

Government Effectiveness

Government effectiveness captures perceptions of the quality of public services, the quality of the civil service and the degree of its independence from political pressures, the quality of policy formulation and implementation, and the credibility of the government's commitment to such policies. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Code	Concept Measured
Representative Sources	
EIU	Quality of bureaucracy / institutional effectiveness Excessive bureaucracy / red tape
GCS	Infrastructure Quality of primary education
GWP	Satisfaction with public transportation system Satisfaction with roads and highways Satisfaction with education system
IPD	Coverage area: public school Coverage area: basic health services Coverage area: drinking water and sanitation Coverage area: electricity grid Coverage area: transport infrastructure Coverage area: maintenance and waste disposal
PRS	Bureaucratic quality
WMO	<i>Bureaucracy</i> : An assessment of the quality of the country's bureaucracy. The better the bureaucracy the quicker decisions are made and the more easily foreign investors can go about their business.
<i>Policy consistency and forward planning</i> How confident businesses can be of the continuity of economic policy stance - whether a change of government will entail major policy disruption, and whether the current government has pursued a coherent strategy. This factor also looks at the extent to which policy-making is far-sighted, or conversely aimed at short-term economic advantage.	
Non-representative Sources	
ADB	Quality of public administration Quality of budgetary and financial management Efficiency of revenue mobilization
AFR	Government handling of public services Health Education
ASD	Quality of public administration Efficiency of revenue mobilization Quality of budgetary & financial management
BPS	How problematic are telecommunications for the growth of your business ? How problematic is electricity for the growth of your business? How problematic is transportation for the growth of your business?
BTI	Consensus Building (MI) Governance Capability (MI) Resource Efficiency (MI)
GII	Civil Service Integrity Public Management Business Environment & Infrastructure Welfare Health and Education
IFD	Allocation & management of public resources for rural development
LBO	Trust in Government
PIA	Quality of public administration Quality of budgetary and financial management Efficiency of revenue mobilization
WCY	Government economic policies do not adapt quickly to changes in the economy The public service is not independent from political interference Government decisions are not effectively implemented Bureaucracy hinders business activity The distribution infrastructure of goods and services is generally inefficient Policy direction is not consistente

Data Source Name

ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition Report
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media Sustainability Index
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey
PRS	Political Risk Services International Country Risk Guide
RSF	Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR	US State Department Trafficking in People report
VAB	Vanderbilt University Americas Barometer
WCY	Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook
WJP	World Justice Project Rule of Law Index
WMO	Global Insight Business Conditions and Risk Indicators

ANEXO 5

Regulatory Quality

Regulatory quality captures perceptions of the ability of the government to formulate and implement sound policies and regulations that permit and promote private sector development. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Code	Concept Measured
Representative Sources	
EIU	Unfair competitive practices Price controls Discriminatory tariffs Excessive protections Discriminatory taxes
GCS	Burden of government regulations Extent and effect of taxation Prevalence of Trade Barriers Intensity of Local Competition Ease of starting a new business
	Effectiveness of anti-trust policy Stringency of environmental regulations
HER	Investment Freedom Financial Freedom
IPD	Ease of starting a business governed by local law? Ease of setting up a subsidiary for a foreign firm? Share of administered prices Does the State subsidize commodity prices (i.e. food and other essential goods, excluding oil)? Does the State subsidize the price of petrol at the pumps? Importance, de facto, of barriers to entry for new competitors in markets for goods and services (excluding the financial sector and beyond the narrow constraints of the market)... related to the administration (red tape etc.) Importance, de facto, of barriers to entry for new competitors in markets for goods and services (excluding finance and beyond the narrow constraints of the market)... related to the practices of already established competitors Efficiency of competition regulation in the market sector (excluding financial sector)
PRS	Investment profile
WMO	Tax Effectiveness How efficient the country's tax collection system is. The rules may be clear and transparent, but are they enforced consistently? This factor looks at the relative effectiveness too of corporate and personal, indirect and direct taxation. Legislation An assessment of whether the necessary business laws are in place, and whether there any outstanding gaps. This includes the extent to which the country's legislation is compatible with, and respected by, other countries' legal systems.
Non-representative Sources	
ADB	Trade policy Business regulatory environment
ASD	Trade policy Business regulatory environment
BPS	How problematic are labor regulations for the growth of your business? How problematic are tax regulations for the growth of your business? How problematic are customs and trade regulations for the growth of your business?
BTI	Organization of the Market and Competition
EBR	Price liberalisation Trade & foreign exchange system Competition policy
IFD	Enabling conditions for rural financial services development Investment climate for rural businesses Access to agricultural input and product markets
PIA	Business regulatory environment Trade policy
WCY	Protectionism in the country negatively affects the conduct of business Competition legislation in your country does not prevent unfair competition Price controls affect pricing of products in most industries Access to capital markets (foreign and domestic) is easily available Ease of doing business is not a competitive advantage for your country Financial institutions' transparency is not widely developed in your country Customs' authorities do not facilitate the efficient transit of goods The legal framework is detrimental to your country's competitiveness Foreign investors are free to acquire control in domestic companies Public sector contracts are sufficiently open to foreign bidders

Real personal taxes are non distortionary
 Real corporate taxes are non distortionary
 Banking regulation does not hinder competitiveness
 Labor regulations hinder business activities
 Subsidies impair economic development
 Easy to start a business

WJP Factor 6: Regulatory Enforcement

Code	Data Source Name
ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition Report
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media Sustainability Index
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey
PRS	Political Risk Services International Country Risk Guide
RSF	Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR	US State Department Trafficking in People report
VAB	Vanderbilt University Americas Barometer
WCY	Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook
WJP	World Justice Project Rule of Law Index
WMO	Global Insight Business Conditions and Risk Indicators

ANEXO 6

Rule of Law

Rule of law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Code	Concept Measured
Representative Sources	
EIU	Violent crime Organized crime Fairness of judicial process Enforceability of contracts Speediness of judicial process Confiscation/expropriation
Intellectual property	rights protection Private property protection
GCS	Business Cost of Crime and Violence Cost of Organized Crime Reliability of Police Services Judicial Independence Efficiency of Legal Framework for Challenging Regulations IPR protection Property Rights Informal Sector
GWP	Confidence in the police force Confidence in judicial system Have you had money property stolen from you or another household member? Have you been assaulted or mugged?
HER	Property Rights
HUM	Independence of judiciary (CIRI)
IPD	Degree of security of goods and persons by criminal organizations (drug trafficking, weapons, prostitution...) Degree of judicial independence vis-à-vis the State Degree of enforcement of court orders Timeliness of judicial decisions Equal treatment of foreigners before the law (compared to nationals) Practical ability of the administration to limit tax evasion
speaking, does	Efficiency of the legal means to protect property rights in the event of conflict between private stakeholders? Generally does the State exercise arbitrary pressure on private property (e.g. red tape...)?
concerns land	Does the State pay compensation equal to the loss in cases of expropriation (by law or fact) when the expropriation concerns land ownership?
concerns production	Does the State pay compensation equal to the loss in cases of expropriation (by law or fact) when the expropriation concerns production means?
	Degree of observance of contractual terms between national private stakeholders Degree of observance of contractual terms between national and foreign private stakeholders
vis national	In the past 3 years, has the State withdrawn from contracts without paying the corresponding compensation... vis-à-vis national stakeholders?
vis foreign	In the past 3 years, has the State withdrawn from contracts without paying the corresponding compensation... vis-à-vis foreign stakeholders?
diversity of land tenure	Respect for intellectual property rights relating to... trade secrets and industrial patents Respect for intellectual property rights relating to... industrial counterfeiting Does the State recognize formally the diversity of land tenure system?
PRS	Law and Order
TPR	Trafficking in People
WMO	<i>Judicial Independence</i> An assessment of how far the state and other outside actors can influence and distort the legal system. This will determine the level of legal impartiality investors can expect. <i>Crime</i> How much of a threat businesses face from crime such as kidnapping, extortion, street violence, burglary and so on. These problems can cause major inconvenience for foreign investors and require them to take expensive security precautions.
Non-representative Sources	
ADB	Property rights and rule based governance
AFR	Over the past year, how often have you or anyone in your family feared crime in your own home? Over the past year, how often have you or anyone in your family had something stolen from your house? Over the past year, how often have you or anyone in your family been physically attacked? How much do you trust the courts of law? Trust in police
ASD	Property rights and rule based governance
BPS	How often is following characteristic associated with the court system: Fair and honest? How often is following characteristic associated with the court system: Enforceable? How often is following characteristic associated with the court system: Quick?

How problematic is crime for the growth of your business? How problematic is judiciary for the growth of your business?

BTI	Separation of powers Independent Judiciary Civil rights
CCR	Rule of Law
FRH	Judicial framework and independence (FNT)
GII	Executive Accountability Judicial Accountability Rule of Law Law Enforcement Public Management Rights Gender
IFD	Access to land Access to water for agriculture
LBO	Trust in Judiciary Trust in Police Have you been a victim of crime?
PIA	Property rights and rule based governance
VAB	Trust in supreme court Trust in justice system Trust in police Have you been a victim of crime?
WCY	Tax evasion is a common practice in your country Justice is not fairly administered in society Personal security and private property are not adequately protected Parallel economy impairs economic development in your country Patent and copyright protection is not adequately enforced in your country
WJP	Factor 3.1: Crime is effectively controlled (Order and Security) Factor 7: Civil Justice Factor 8: Criminal Justice

Code	Data Source Name
ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition Report
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media Sustainability Index
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey
PRS	Political Risk Services International Country Risk Guide
RSF	Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR	US State Department Trafficking in People report
VAB	Vanderbilt University Americas Barometer
WCY	Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook
WJP	World Justice Project Rule of Law Index
WMO	Global Insight Business Conditions and Risk Indicators

ANEXO 7

Control of Corruption

Control of corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as "capture" of the state by elites and private interests. This table lists the individual variables from each data sources used to construct this measure in the Worldwide Governance Indicators

Code	Concept Measured
Representative Sources	
EIU	Corruption among public officials
GCS	Public Trust in Politicians
	Diversion of Public Funds
	Irregular Payments in Export and Import
	Irregular Payments in Public Utilities
	Irregular payments in tax collection
	Irregular Payments in Public Contracts
	Irregular Payments in Judicial Decisions
	State Capture
GWP	Is corruption in government widespread?
IPD	Level of "petty" corruption between administration and citizens
	Level of corruption between administrations and local businesses
	Level of corruption between administrations and foreign companies
PRS	Corruption
WMO	Corruption : An assessment of the intrusiveness of the country's bureaucracy. The amount of red tape likely to countered is assessed, as is the likelihood of encountering corrupt officials and other groups.
Non-representative Sources	
ADB	Transparency, accountability and corruption in public sector
AFR	How many elected leaders (parliamentarians) do you think are involved in corruption?
	How many judges and magistrates do you think are involved in corruption?
	How many government officials do you think are involved in corruption?
	How many border/tax officials do you think are involved in corruption?
ASD	Transparency, accountability and corruption in public sector
BPS	How common is it for firms to have to pay irregular additional payments to get things done?
	Percentage of total annual sales do firms pay in unofficial payments to public officials?
	How often do firms make extra payments in connection with taxes, customs, and judiciary?
	How problematic is corruption for the growth of your business?
BTI	Anti-Corruption policy
	Prosecution of office abuse
CCR	Anti-Corruption and Transparency
FRH	Corruption (FNT)
GCB	Frequency of household bribery - paid a bribe to one of the 8/9 services
	Frequency of corruption among public institutions: Political parties
	Frequency of corruption among public institutions: Parliament/Legislature
	Frequency of corruption among public institutions: Media
	Frequency of corruption among public institutions: Legal system/Judiciary
	Frequency of corruption among public institutions: Public officials
GII	Anti-Corruption Agency
	Accountability
IFD	Accountability, transparency and corruption in rural areas
LBO	Frequency of corruption
PIA	Transparency, accountability and corruption in public sector
PRC	To what extent does corruption exist in a way that detracts from the business environment for foreign companies?
VAB	Frequency of corruption among government officials

WCY Bribing and corruption exist in the economy
WJP Factor 2: Absence of Corruption

Code	Data Source Name
ADB	African Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
AFR	Afrobarometer
ASD	Asian Development Bank Country Policy and Institutional Assessments
BPS	Business Enterprise Environment Survey
BTI	Bertelsmann Transformation Index
CCR	Freedom House Countries at the Crossroads
EBR	European Bank for Reconstruction and Development Transition Report
EIU	Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index
FRH	Freedom House
GCB	Transparency International Global Corruption Barometer Survey
GCS	World Economic Forum Global Competitiveness Report
GII	Global Integrity Index
GWP	Gallup World Poll
HER	Heritage Foundation Index of Economic Freedom
HUM	Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale
IFD	IFAD Rural Sector Performance Assessments
IJT	iJET Country Security Risk Ratings
IPD	Institutional Profiles Database
IRP	IREEP African Electoral Index
LBO	Latinobarometro
MSI	International Research and Exchanges Board Media Sustainability Index
OBI	International Budget Project Open Budget Index
PIA	World Bank Country Policy and Institutional Assessments
PRC	Political Economic Risk Consultancy Corruption in Asia Survey
PRS	Political Risk Services International Country Risk Guide
RSF	Reporters Without Borders Press Freedom Index
TPR	US State Department Trafficking in People report
VAB	Vanderbilt University Americas Barometer
WCY	Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook
WJP	World Justice Project Rule of Law Index
WMO	Global Insight Business Conditions and Risk Indicators